

ANDERSON DOS SANTOS

O ESPETÁCULO NA POLÍTICA BRASILEIRA: a despolitização do político
através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista *VEJA* (1988-1992)

CURITIBA

2008

ANDERSON DOS SANTOS

O ESPETÁCULO NA POLÍTICA BRASILEIRA: a despolitização do político
através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista *VEJA* (1988-1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de pesquisa Cultura e Poder, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr^a Marionilde Brepohl de Magalhães.

CURITIBA

2008

*À Josiane, minha esposa e meu
amor;
a Luiz e Maria Helena, meus pais;
à Elaine e ao Alexandre, meus
irmãos;
e à Larissa, minha sobrinha-irmã.*

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é resultado de um trajeto percorrido durante minha vida acadêmica na Universidade Federal do Paraná, onde graduei-me em História no ano de 2004 e hoje concluo o mestrado. Durante esta caminhada, muitos foram os que me proporcionaram condições favoráveis para que chegasse a esse termo.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pela saúde e espírito de perseverança com que fui agraciado. Também à professora Marion Brepohl de Magalhães, que me orientou, com lucidez e paciência, durante a confecção desse trabalho, bem como a todos os professores do Departamento de História da UFPR que de alguma forma contribuíram para o meu aperfeiçoamento intelectual e acadêmico, em especial, José Roberto Braga Portella e Judite Trindade, que além de se disporem à composição de minha banca examinadora, forneceram valiosas críticas e sugestões ao trabalho.

Aos meus pais, Luiz e Maria Helena dos Santos, que me suportaram até os 33 anos de minha adolescência tardia. Também à minha esposa, Josiane Gariani, que agüentou firme todos os meus devaneios durante a confecção dessa pesquisa, ouvindo pacientemente minhas elucubrações a respeito de Collor, *VEJA*, teatrocracia, etc..., além de minhas constantes e características lamúrias. A todos os meus familiares, aos quais também dedico mais essa vitória, em especial à minha irmã Elaine Cristine, ao meu irmão Alexandre e à minha sobrinha Larissa. Também ao meu sogro e à minha sogra, Nelson e Elisabete Gariani e aos meus cunhados Rogério e Eliane Gariani, que além de incentivo, contribuíram com o envio de algumas teses que me foram de grande valia.

Aos meus colegas e amigos, universitários ou não, que, de alguma forma, também vivenciaram as agruras da confecção dessa dissertação, em especial Silvio Adriano Weber, Rodolfo de Conto e César de Toni, que sempre estiveram comigo durante minha vida acadêmica. À CAPES, por ter-me possibilitado uma dedicação mais plena à confecção desse trabalho, através do apoio financeiro fornecido durante 12 meses da pesquisa. E, finalmente, a todos aqueles que de alguma forma me apoiaram e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização dessa dissertação.

*"Ora, o maior dos castigos é ser governado
por quem é pior do que nós, se não
quisermos governar nós mesmos".*

Platão

RESUMO

O período que vai de 1988 a 1992 ficou marcado no Brasil, sobretudo, pela densidade quanto ao debate político, pois neste intervalo ocorreram eleições diretas para a Presidência da República (1989), o que não acontecia desde 1960, e a derrubada do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, através de um processo de *impeachment* (1992), fato inédito na história do país. Constatando que a imprensa teve um papel destacado durante esses dois processos, decidimos realizar uma análise sobre como a revista *VEJA*, um periódico de circulação nacional, posicionou-se em relação a Fernando Collor neste intervalo de tempo. Tomando como fontes de análise capas do periódico que veicularam o personagem em questão, bem como suas respectivas matérias escritas, inseridas nas edições, procuramos apontar possíveis caminhos para a "interpretação" dos discursos proferidos pela revista em relação a Collor entre março de 1988 e dezembro de 1992, isto é, desde o processo eleitoral que o alçou à Presidência da República, até sua derrocada após cerca de dois anos e meio de mandato. Em outras palavras, almejamos identificar algumas técnicas e mecanismos utilizados pelo periódico em suas publicações, para "posicionar-se" em relação ao personagem supracitado e influenciar sua massa de leitores. Interrogamos, concomitantemente, a relação entre a imprensa e o "imaginário" político. Da análise depreendemos que a partir de inúmeros artifícios, próprios das técnicas de comunicação, a revista *VEJA* contribuiu para a ascensão de um personagem político (Collor), ao posto número um da política brasileira no ano de 1989, auxiliando-o a manter-se em tal posto por um determinado tempo e fornecendo importantes subsídios a sua queda algum tempo depois (1992). Ademais, *VEJA* o fez despolitizando o debate político nacional, transformando-o em terrenos que lhe eram alheios, lançando mão de inúmeros recursos e artifícios. Em última instância, pode-se dizer que dessa forma o periódico não contribuiu para o amadurecimento da democracia no país, já que dificultou o debate político, direcionando seus esforços para interesses avessos aos da maioria da população.

Palavras-chave: História Política; Era Collor; Imprensa, imaginário político e História do Tempo Presente; Revista *VEJA* e Fernando Collor.

ABSTRACT

The period comprised between 1988 and 1992, was marked in Brazil, mainly, by the density as political discussion, because in this interval happened direct elections to the Presidency of Republic (1989), that not has happened since 1960, and the downfall of the elect president, Fernando Collor de Mello, through a *impeachment's* process (1992), inedited fact in country's history. Verifying that the press had a prominence participation during those two processes, we decided to study about how *VEJA* magazine, a national circulation periodical, had postured itself in relation to Fernando Collor in that period. As analysis resources we have chosen the cover of that specific periodical that had shown the "character" who we already referred to, as well its respective written issues inserted into the editions, we tried to indicate possible ways for the "interpretation" of the delivered speeches by the magazine in relation to Collor between March, 1988, and December, 1992, that is, since of electoral process that raised him to the Presidency of Republic, until his downfall after about two years and a half of government. In other words, we searched to identify some techniques and mechanisms used by the periodical in its issues, to posture itself in relation to the character already described and to influence its readers. We have questioned, at the same time, the relation between the press and the political "imaginary". From the analysis we have concluded that through uncountable artifices, usually used in communication techniques, *VEJA* magazine has contributed for the rising of a politician figure (Collor), to the number one position in Brazilian politics in 1989, and it has helped to keep him in this position for a such time and it has supplied important subventions to his fall some time later (1992). Moreover, *VEJA* made it putting out of the way the national political debate, changing it in fields that didn't have anything about politics, taking uncountable resources and artifices. Finally, we could say that the periodical taking that position, didn't contribute for the democracy maturity in the country, since it had made difficult the political debate, focusing its efforts to opposite interests of the most part of the people.

Keywords: Political history; Collor's Age; Media, political imaginary and History of Present Time; *VEJA'S* Magazine and Fernando Collor.

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional;
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base;
CGT - Coordenação Geral dos Trabalhadores;
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho;
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito;
CSA - Centro Sportivo Alagoano;
CUT - Central Única dos Trabalhadores;
DOI-CODI - Destacamento de Operações de informações do Centro de Operações de Ordem interna;
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
FMI - Fundo Monetário Internacional;
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool;
IBC - Instituto Brasileiro do Café;
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística;
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social;
LBA - Legião Brasileira de Assistência;
MDB - Movimento Democrático Brasileiro;
MP - Medida Provisória;
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;
PCB - Partido Comunista Brasileiro;
PCN - Partido Comunitário Nacional;
PDC do B - Partido Democrata Cristão do Brasil;
PDS - Partido Democrático Social;
PDT - Partido Democrático Trabalhista;
Petrobrás/SA - Petróleo Brasileiro/Sociedade Anônima;
PFL - Partido da Frente Liberal;
PIB - Produto Interno Bruto;
PL - Partido Liberal;
PLP - Partido Liberal Progressista;
PMB - Partido Municipalista Brasileiro;
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
PMN - Partido da Mobilização Nacional;
PN - Partido Nacionalista;
PP - Partido Popular (ou Progressista);
PPB - Partido Progressista Brasileiro;
PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional;
PRN - Partido da Reconstrução Nacional;
PSD - Partido Social Democrático;
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;
PSLB - Partido do Social Liberalismo Brasileiro;
PSP - Partido Social Progressista;
PT - Partido dos Trabalhadores;
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

PV - Partido Verde;
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão;
Siderbras - Siderúrgica Brasileira;
SNI - Serviço Nacional de Informação;
STF - Supremo Tribunal Federal;
TFP - Tradição Família e Propriedade;
TSE - Tribunal Superior Eleitoral;
UNB - Universidade Nacional de Brasília;
USP - Universidade de São Paulo;
VASP - Viação Aérea de São Paulo;

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1: "Collor de Mello - o caçador de marajás" (capa de 23/03/1988).....	37
Fig. 2: "Collor - quem é o que quer e porque está agitando a sucessão" (capa de 17/05/1989).....	51
Fig. 3: "Collor no ataque" (capa de 09/08/1989).....	59
Fig. 4: "Chegou a hora" (capa de 15/11/1989).....	64
Fig. 5: "Presidente Collor ou presidente Lula" (capa de 22/11/1989).....	70
Fig. 6: "Collor - na reta final jogo pesado para segurar o voto do povão" (capa de 06/12/1989).....	76
Fig. 7: "A batalha final para mudar o Brasil" (capa de 13/12/1989).....	84
Fig. 8: "Collor - vitória num país dividido" (capa de 24/12/1989).....	91
Fig. 9: "O estilo Collor" (capa de 31/01/1990).....	99
Fig. 10: "O dinheiro sumiu" (capa de 21/03/1990).....	107
Fig. 11: "Como Collor decide" (capa de 29/04/1990).....	115
Fig. 12: "O ano da virada" (capa de 26/12/1990).....	122
Fig. 13: "O governo se diverte" (capa de 09/01/1991).....	129
Fig. 14: "A República de Alagoas" (capa de 03/07/1991).....	135
Fig. 15: "Trovoada no Planalto" (capa de 10/07/1991).....	142
Fig. 16: "O casamento em crise" (capa de 21/08/1991).....	147
Fig. 17: "Collor esgotado" (capa de 11/09/1991).....	151
Fig. 18: "Trapalhada no Planalto" (capa de 15/01/1992).....	157
Fig. 19: "Collor fala" (capa de 25/03/1992).....	161
Fig. 20: "Collor sabia" (capa de 24/06/1992).....	176
Fig. 21: "No que vai dar a crise" (capa de 01/07/1992).....	180
Fig. 22: "O círculo se fecha" (capa de 29/07/1992).....	187
Fig. 23: "O Brasil renuncia a Collor" (capa de 26/08/1992).....	195
Fig. 24: "O jardim do marajá da Dinda" (capa de 09/09/1992).....	202
Fig. 25: "Cafajestadas na fase final" (capa de 23/09/1992).....	204
Fig. 26: "Chegou a hora" (capa de 30/09/1992).....	209
Fig. 27: "Caiu" (capa de 30/09/1992).....	214

Fig. 28: "O que há no computador do esquema Collor-Pc" (capa de 04/11/1992).....	218
Fig. 29: "O ano glorioso em que nos livramos delle" (capa de 30/12/1992).....	222

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A relação imprensa/História do Tempo Presente.....	10
O acontecimento Collor: um objeto histórico.....	16
 CAPÍTULO 1 - A caminho da democracia: o espetáculo das eleições (março/1988-dez/1989)	22
1.1 - O "caçador de marajás": <i>VEJA</i> e Collor no cenário da redemocratização.....	23
1.2 - O caçador corredor e os temerários: o primeiro turno das eleições 1989	43
1.3 - Os gladiadores e o dia do caçador: o segundo turno	68
 CAPÍTULO 2 - A caminho da modernidade: o espetáculo do governo (jan/1990-mar/1992).....	97
2.1 - O Plano e o estilo Collor: as primeiras impressões do Presidente	98
2.2 - A comédia e a tragédia: ironias e críticas a Collor nas capas da <i>VEJA</i>	121
2.3 - Trovoadas, crises e trapalhadas: outras impressões do Presidente	134
 CAPÍTULO 3 - A caminho da saída: o espetáculo do <i>impeachment</i> (abr-dez/1992)..	165
3.1 - Ligações "descolloridas": o início do processo de desconstrução das imagens de Collor nas capas da <i>VEJA</i>	166
3.2 - De caçador de "marajás" a "marajá" cassado: o <i>impeachment</i> de Fernando Collor...	199
 CONCLUSÃO.....	231
 FONTES PRIMÁRIAS.....	237
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	240

INTRODUÇÃO

Entre os meses de agosto e setembro de 1992, inúmeras manifestações em favor do *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, agitaram o cenário político brasileiro. Milhares de pessoas saíram às ruas das principais cidades do país, protestando contra o governo federal, envolvido numa série de denúncias de corrupção que eram investigadas por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), rememorando os movimentos pró "Diretas-Já" da década de 1980. Num primeiro momento, muitos desses manifestantes pintavam seus rostos (e outras partes do corpo) de preto, num sinal de protesto pelo quadro político, econômico e social brasileiro, ou simplesmente no intuito de contrapor-se à solicitação de apoio por parte do Presidente, que viera a público, em rede nacional, pedir à população que saísse às ruas ostentando as cores nacionais, o verde e o amarelo, cores símbolos largamente utilizadas durante sua campanha eleitoral à Presidência da República. Este pedido, feito num momento em que as pressões e investigações sobre graves denúncias de corrupção em seu governo se avolumavam, fora o estopim para as reações contrárias a ele, refletindo-se no uso da cor preta. Na sequência do processo movido contra Collor e, sobretudo, após sua conclusão, que o impediria de governar e exercer direitos políticos por oito anos, estes manifestantes passaram a pintar-se de verde e amarelo mesmo, simbolizando, quiçá, uma esperança quanto ao futuro da nação.

O percurso até a presente dissertação talvez tenha se iniciado nesse mesmo período, quando o autor ainda cursava o terceiro ano do, já extinto, Segundo Grau (atual Ensino Médio), e participou de algumas dessas passeatas, ou seja, também foi um "cara-pintado". Ainda pululam em minha recordação aqueles episódios, em que percorri, atrás de um caminhão de som, da instituição em que estudava (Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes), localizada no bairro do Ahú, em Curitiba, até o centro da cidade, na Boca Maldita (codinome atribuído às imediações da praça General Osório, tradicional local de discussões políticas e sociais e de comícios nas campanhas eleitorais).

Recordo-me ainda do professor Antonio, um experiente professor de língua portuguesa (respeitadíssimo entre os estudantes daquela instituição), que aos primeiros sinais de convocação aos protestos (feitos por manifestantes sobre um caminhão estacionado em frente ao colégio), e observando nossa hesitação em interrompermos, ou não, aquela aula, nos dizia: "O que vocês estão esperando?"; "Vão embora! Essa é a hora de vocês, é o seu tempo!". Respondíamos, saindo "disparados" da sala de aula.

A despeito do incentivo proporcionado pelo professor às nossas saídas para as passeatas e da pressão dos articuladores das mesmas, o que boa parte de nós queria, salvo algumas exceções, era deixar de assistir às aulas e paquerar as meninas que estariam no protesto. Pouco nos interessávamos pelo problema político que se avizinhava. Assim mesmo, partíamos gritando palavras de ordem, passando de colégio em colégio a convocar os estudantes, que iam gradualmente juntando-se aos protestos, somando-se à cifra de milhares em determinados momentos. Numa dessas passeatas apresentaram-se, segundo estimativas da época, 45 mil pessoas, reunidas na Boca Maldita, ultrapassando a marca de 30 mil estabelecida durante as reivindicações pró "Diretas-Já", em 1984.

Mas foi cerca de onze anos depois, em 2003, quando cursava História na Universidade Federal do Paraná, que meu interesse em pesquisar e compreender um pouco melhor aquele período foi realmente despertado. Numa oportunidade em que visitei a Biblioteca Pública do Paraná em busca de fontes para a confecção de um trabalho para uma determinada disciplina da graduação, encontrei capas da revista *VEJA* que estampavam a imagem de Fernando Collor e logo afloraram recordações que remetiam a 1992.

Ao visualizar tais capas percebi a oportunidade de realizar duas missões: confeccionar o dito trabalho e, concomitantemente, estudar a respeito daquele período que tanto me era afeto. No ano seguinte decidi redirecionar aquela temática para a confecção da monografia de conclusão do curso, percebendo a oportunidade de me aprofundar um pouco mais no assunto. Entretanto, depois de conclusa e apresentada a monografia, ficou notório o potencial demonstrado pelas fontes analisadas em detrimento da análise então empreendida, possibilitando a continuidade de aprofundamento no tema e o empreendimento de nova análise das fontes.

A partir de então, engajei-me nesse projeto de aprofundamento no estudo das edições selecionadas, porém, reformulando a problemática de análise. Se antes nosso objetivo havia sido o de tentar captar o "posicionamento" do periódico em relação ao personagem em questão, isto é, perceber se *VEJA* teria apoiado, permanecido neutra, ou sido contra Collor durante o recorte analisado, agora a intenção passou a ser outra: apontar possíveis caminhos para a "interpretação" dos discursos proferidos pela revista em relação a Collor entre março de 1988 e dezembro de 1992, isto é, desde o processo eleitoral que o alçou à Presidência da República, até sua derrocada após cerca de dois anos e meio de

mandato. Em outras palavras, o que almejamos é identificar algumas técnicas e mecanismos utilizados pelo periódico em suas publicações, para "posicionar-se" em relação ao personagem supracitado e influenciar sua massa de leitores. Interrogaremos, concomitantemente, a relação entre a imprensa e o "imaginário" político.

Para tanto, teremos em vista, em primeiro plano, as imagens, os signos comoventes, as cores, as legendas, o modelar do personagem veiculado nas capas do periódico, que emolduram a notícia, ou seja, a relação entre o escrito e o ícone, considerando que, dentre outras funções, a imagem fotografada, fotomontada, desenhada e caricaturada das capas de revista, tendem a conduzir o olhar do leitor, e as matérias escritas referentes a elas tendem a corroborar aquilo que foi veiculado na capa.

Aliando elementos da Análise do discurso e da Semiologia, aos estudos referentes ao "imaginário", bem como a respeito das estratégias mercadológicas adotadas pelos veículos de comunicação, procuramos nos aprofundar na análise das revistas, objetivando, portanto, identificar o capital simbólico aí contido, no intuito de explicitar métodos e artifícios utilizados pelo periódico para comercializar seus produtos jornalísticos, buscando influir na formação da "opinião" de seus consumidores.

Para tanto, foram selecionados 41 volumes do referido periódico, publicados entre março de 1988 e dezembro de 1992, cujas capas traziam a imagem de Fernando Collor de Mello, que faziam algum tipo de menção a ele, ou que lhe diziam respeito, ainda que indiretamente. Porém, procuraremos nos aprofundar com maior intensidade naquelas que efetivamente estamparam o personagem, isto é, que veicularam a imagem de Fernando Collor em suas capas.

Além dessas capas propriamente ditas, também serão objetos de análise as matérias escritas referentes a elas, inseridas nas edições. Por fim, eventualmente e de forma secundária, recorreremos a outras fontes impressas, como jornais e livros de memórias que dizem respeito ao mesmo assunto e período aqui abordados.

A opção por um órgão da imprensa como fonte de análise principal se deve ao fato de que se, por um lado, o telejornalismo surge no Brasil como principal meio de comunicação de massa, quer pela natureza do veículo, quer pelas características do próprio sistema brasileiro de radiodifusão, por outro, a imprensa se apresenta como suposto local da

racionalidade no debate jornalístico.¹ Assim sendo, percebe-se que na imprensa as idéias e opiniões podem ser exploradas mais amplamente, proporcionando uma maior riqueza de detalhes e uma maior profundidade nas temáticas abordadas e isso pode ser verificado através das matérias escritas nos jornais, por exemplo.

As revistas semanais de informação, por seu turno, aprofundam-se ainda mais nesses debates, já que dispõem de um prazo mais alargado para efetuar-los do que dispõem os outros meios de comunicação, inclusive os próprios jornais. Além disso, muitas vezes, as temáticas abordadas nas revistas semanais voltam à tona nos noticiários televisivos e demais meios de comunicação, o que lhes possibilita ampliar o alcance, bem como sua divulgação. Acredita-se que, para cada exemplar comercializado, cerca de cinco ou mais pessoas tenham acesso ao conteúdo aí veiculado, o que a torna um meio muito eficaz de divulgação de notícias, de debate de idéias e de emissão de opinião.

A opção por *VEJA* se deve ao fato de configurar-se como a revista semanal de informações de maior tiragem do Brasil, estando entre as quatro ou cinco maiores do mundo nesse segmento, sendo, inclusive, considerada por alguns observadores como meio de comunicação de massa. Também, pela constatação de que o periódico teve papel fundamental na ascensão e queda de Fernando Collor durante o período analisado, tendo-lhe dedicado inúmeras capas e matérias escritas entre março de 1988 e dezembro de 1992.

O periódico entrou em circulação no país em 1968, publicado pela *EDITORIA ABRIL*, fundada por Victor Civita, um norte-americano nascido em Nova Iorque em 1907, filho de italianos, Victoria Carpi e Carlo Civita, de Roma e Milão, respectivamente. Na década de 1930, com a ascensão do "nazi-fascismo", a família Civita, de origem judaica, deixou a Itália para estabelecer-se nos Estados Unidos, período em que César, irmão mais velho de Victor Civita, foi para Buenos Aires, na Argentina, onde fundou a *EDITORIAL ABRIL*, tornando-se o representante da *Disney* na América Latina e adquirindo o direito de licenciar suas revistas na Argentina.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Victor Civita vendeu todas as suas posses nos Estados Unidos e estabeleceu-se em São Paulo, onde fundou a *EDITORIA ABRIL*, no princípio dos anos 50, como sócio minoritário de seu irmão. Com o passar do

¹ AGUIAR, Carly Batista de. **Imprensa e eleições 1989: Razão e Sedução na opinião das elites**. Tese de doutorado, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1993. p. 16.

tempo foi adquirindo, gradativamente, a parte correspondente a Cesar, tornando-se o sócio majoritário da editora no Brasil, controlando 80% da empresa.

A *ABRIL*, que começara publicando os quadrinhos escritos por *Walt Disney*, lançara, posteriormente, outros tipos de revistas, para crianças, mulheres, jovens, empresários e esportistas, além de coleções de livros, fascículos e até discos. Dentre as revistas de maior sucesso estava a *QUATRO RODAS*, que tratava sobre veículos automotores e fora fundada em 1960. *VEJA*, cujo projeto fora concebido concomitantemente ao da anterior, entrou em circulação apenas em 1968, já que, ao que consta, o golpe militar de 1964 adiara o empreendimento.

Quando faleceu, em 1990, Victor Civita era proprietário de um complexo empresarial que abarcava o maior parque gráfico da América do Sul, publicando mais de 200 revistas, imprimindo aproximadamente 200 milhões de exemplares ao ano e se estendendo por editoras de livros, fascículos, guias, anuários, enciclopédias e listas telefônicas. Somados todos os empreendimentos do grupo, empregava-se cerca de 15.000 funcionários, em ramificações que partiam do Brasil, se alastravam pela América Latina e alcançavam Portugal e Espanha. Além das revistas e outras publicações, as empresas fundadas por Civita, até o momento de sua morte, compreendiam também, emissoras de televisão, distribuidoras de fitas de videocassete, hotéis, transportadora, fábrica de embalagens e frigoríficos.²

Nesse período, inserido no recorte temporal que estabelecemos para a análise das fontes, *VEJA* já era considerada a maior revista semanal do Brasil, tornando-se um dos meios de comunicação mais importantes do grande público, com uma tiragem de cerca de 800 mil cópias semanais, ultrapassando a cifra de 1 milhão em determinados momentos, sendo a maior parte dessas cópias vendida a assinantes.

Decidimos pelas capas como objeto de análise, primeiramente, pelo fecundo capital simbólico que contêm, mas também, e não menos importante, porque são consideradas a primeira forma de contato entre o periódico e seu público consumidor. Além de serem estampadas semanalmente nas bancas, onde permanecem expostas por cerca de sete dias, dispondo, portanto, de um tempo maior do que dispõem outros meios, como os jornais ou

² Entusiasmo até o fim. *VEJA*. **Victor Civita**: 1907-1990. São Paulo: Editora Abril, 29 de agosto de 1990. nº34. ano 23. p. 76-81.

telejornais, para a fixação na mente do público consumidor, não raro, são veiculadas em outros meios de comunicação, o que as torna de suma importância na divulgação do próprio periódico. Por isso, as capas de revistas são cuidadosamente estudadas e planejadas por seus produtores. Além disso, há poucos estudos em relação a elas, sobretudo, na área de História.

Em relação às matérias escritas referentes às capas, tal opção visa, sobretudo, proporcionar um maior embasamento à análise empreendida sobre estas e, concomitantemente, à identificação de estratégias discursivas utilizadas na emissão das notícias e opiniões pelo periódico estudado.

Quanto a Fernando Collor de Mello, meu interesse é a princípio similar ao de milhares, quiçá milhões, de brasileiros e decorre de sua inusitada e repentina ascensão e queda no cenário político nacional, tendo reaparecido após um período de ostracismo e sido eleito Senador da República por Alagoas, cargo que ocupa atualmente. É o caso, segundo nosso entendimento, do "fenômeno" Collor.

Neste "evento" lançou-se mão com uma intensidade sem precedentes, de um regime de visibilidade à exaustão, como, por exemplo, na utilização exacerbada de panfletos, cores, vestuário e canções, ou seja, toda uma parafernália de signos comoventes da parte de assessores de *marketing*, produtores de programas televisivos, assessores de moda, maquiladores, cabeleireiros, mestres de *cuisine*, noticiários, foto-jornalismo, etc..., para inaugurar o mais elevado padrão tecnológico que permearia aquele que seria o marco final da redemocratização do país, as eleições presidenciais de 1989, e que continuaria sendo largamente utilizado durante o governo de Fernando Collor de Mello.

A revista *VEJA* insere-se neste campo, já que, de acordo com nossa análise, teve papel preponderante desde a aparição de Collor no cenário nacional até sua eleição para Presidente da República em 1989, sendo ainda mais decisiva no processo que levou ao *impeachment* de Collor, posicionando-se de maneira desfavorável a ele a partir de abril de 1992. Além de ter sido a precursora nas denúncias contra o Presidente, a revista passou, em determinado momento, a temer possíveis represálias por parte do governo, caso a CPI que o investigava, não fosse adiante, engajando-se, portanto, no processo que levaria Collor ao ostracismo. Esta revista também é um exemplo, talvez o melhor, da construção de um produto a um só tempo da indústria cultural e da representação política. O "candidato"

Collor como protagonista de uma trama que mais se assemelhou a uma telenovela do que a um processo decisório sobre o Poder Executivo.³

Nessa direção, levamos em consideração algumas teorias formuladas pelo antropólogo e sociólogo francês Georges Balandier, segundo o qual o poder não consegue realizar-se e manter-se através do domínio da força ou da violência, nem pela iluminação exclusiva da razão, mas tão somente pela "transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial". Segundo Balandier, é no modo democrático de poder (caso do objeto que estudamos), que a "teatralização" do poder assume uma faceta tal que se baseia na representação em que o poder resulta da regra majoritária, sendo que aí dependerá da arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante. O poder, em tais circunstâncias é, portanto, dramatizado pela eleição, ocasião em que uma nova "partida" parece ser jogada, sendo que a intensidade da ação resultará da incerteza quanto à maioria, sua manutenção ou sua mudança, de maneira que o momento espetacular é o das crises de governo.⁴

O autor ressalta ainda que, apesar da transformação no modo da representação, as sociedades modernas não tocaram no essencial quando comparadas às sociedades "tradicionais". Para ele, na atualidade, um candidato a um cargo supremo não pode surgir do desconhecido, salvo em circunstâncias excepcionais que o transformem num herói e salvador. "Senão, deve ter sido preparado, ter adquirido uma imagem pública, uma dimensão nacional, uma credibilidade resultante de provas de sua iniciação e de seus sucessos anteriores".⁵ Caso o candidato venha a vencer, será obrigado a representar utilizando-se dos recursos de um cerimonial, além disso, governar manifestando sua competência e sua "sorte", dominando e mostrando que mantém o controle das forças. Balandier afirma ainda, que a condição física do governante deverá ser revelada

³ Embora não seja nosso tema principal, vale lembrar que partimos do conceito de "Indústria Cultural" tal qual definiram Theodor Adorno e Max Horkheimer. Para Adorno, na "Indústria Cultural", tudo se torna negócio, sendo que seu fim comercial é realizado por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais. Sob essa interpretação, pode-se dizer que a "Indústria Cultural" traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno, nele exercendo um papel específico: o de portadora da ideologia dominante. Ver: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁴ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**: pensamento político. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p.7-8.

⁵ *ibid.*, p. 17.

"espetacularmente", pela natação, pela caça, pela corrida ou por qualquer outro desempenho. De acordo com o autor, a condição física é um dado político, e sua decadência aparente afetará o nível da opinião pública favorável.⁶

Além destas constatações, o autor procura avaliar, quanto à formação da opinião pública, a importância dos meios de comunicação de massa na atualidade, pois eles modificam o modo de produção das imagens políticas. Estas, graças aos meios audiovisuais e à imprensa escrita, tornam-se muito mais fortes em relação à "difusão", além de adquirirem uma presença até então inexistente em quaisquer das sociedades do passado. Por outro lado, elas se tornaram banais e auto-desgastantes, o que exige renovações com grande frequência, ou a criação de "aparências de novidade".⁷

Nesse ínterim, o *case* Collor parece adequar-se às reflexões realizadas por Balandier, pois nas eleições de 1989 o personagem foi veiculado como *outsider*, salvador e, concomitantemente, "caçador de marajás". Dele produziu-se a imagem de um jovem alheio aos jogos políticos e, ao mesmo tempo, de portador de alguma experiência nesse terreno. Durante seu mandato constatou-se a oscilação entre a difusão de uma imagem que procurava demonstrar força, beleza, audácia e virilidade, através da prática de diversas modalidades esportivas e, em outro extremo, de decadência física e moral.

Contudo, o mais fundamental no tocante ao tema da "teatrocracia" trabalhada por Balandier, para nossa dissertação, refere-se à veiculação das imagens concernentes ao aspecto político no intervalo de tempo que buscamos abordar. Aí, não raro, observou-se a manipulação de linguagens que visavam à despolitização do político, à sua espetacularização, isto é, à teatralização da política nacional. Daí o papel desempenhado pela revista *VEJA* que, entre 1988 e 1992, destinou inúmeras capas para abordar e veicular a imagem de Fernando Collor de Mello e o fez a partir de inúmeros artifícios que levavam à despolitização do político no Brasil, isto é, a uma teatrocracia que ofuscava uma perfeita inteligibilidade dos temas atinentes às questões públicas que sobremaneira interessavam ao país.

⁶ *ibid.*, p. 17.

⁷ *ibid.*, p. 62-63.

A relação imprensa/História do Tempo Presente

Para confeccionarmos este trabalho, realizamos um percurso que iniciou pelos desafios inerentes ao próprio tema, recente em termos históricos, passando pela importância da imprensa nesse estudo e no contexto político brasileiro contemporâneo. Em primeiro lugar, portanto, saliente-se que pesquisar o que convencionamos chamar de "Era Collor", isto é, o período compreendido entre 1988 e 1992 no Brasil, significa selecionar um recorte temporal que foi denominado, pela escola historiográfica francesa dos *Annales*, de "História do Presente". Investigar historicamente um período recente como esse, significa debater-se com uma série de questões que pressupõem algumas dificuldades e cuidados específicos.

Mas, História do Presente é, sim, História, ainda que delicada para se construir, já que um dos primeiros obstáculos colocados refere-se à metodologia, que está em constante processo de construção. Além do mais, o historiador do presente debater-se-á com dificuldades epistemológicas, sobretudo, na atualidade, em que se vive a chamada "crise dos paradigmas". Almejando aceitar esse desafio, dois historiadores franceses, pode-se dizer, representantes da nova geração da Escola dos *Annales*, Agnès Chauveau e Philippe Tétard, reuniram alguns historiadores e formularam-lhes questões concernentes ao assunto, o que resultou num pequeno livro muito elucidativo.⁸ A mais importante constatação que se obteve a partir dos ensaios aí publicados, foi a de que, a despeito das críticas preconceituosas associadas às dificuldades inerentes à incipiência dessa nova tendência historiográfica (erroneamente, vista por muitos como "modismo"), a História do Presente é tanto legítima quanto necessária. Legítima, de acordo com Jean-Pierre Rioux, na medida em que seus objetivos, seus métodos e suas fontes não diferem em nada da "História do Passado" e necessária porque é a própria sociedade que estimula o historiador a lançar seu olhar sobre ela.⁹

Além disso, é inegável a contribuição da História do Presente, que coloca questões, segundo Rioux, "bastante temerárias à disciplina histórica inteira".¹⁰ Para o autor, a História do Presente pode ajudar a distinguir de forma mais útil do que nunca o que é verdadeiro do

⁸ LE GOFF, J. Et al. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. (orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

⁹ RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs). **op. cit.** p. 39.

¹⁰ **ibid.**, p. 47.

que é falso. E mais, não tende a evitar a verdade psicológica da intenção, bem como a força da questão da memória a respeito do curso do tempo, já que é, na maioria das vezes, feita com testemunhas vivas, de maneira que unifica e torna global, sob o enfoque das representações, tanto quanto das próprias ações, o que denota sua importância.¹¹

Algumas temáticas relacionadas à História do Presente foram avaliadas como "retornos", tendo em vista o período de "ostracismo", isto é, de irrelevância pelo qual passaram, como o "acontecimento" e a História Política, por exemplo, que têm relação direta com esse trabalho. De acordo com Jacques LeGoff, no entanto, não se trata de "voltas" propriamente ditas, outrossim, de gêneros históricos associados à "Nova História" por adquirirem uma problemática renovada.¹² Para René Rémond isso teria sido provocado, em primeiro lugar, pelo recuo do marxismo, o que engendrou uma espécie de libertação historiográfica das "superestruturas" e, portanto, a superação do sócio-econômico como sendo o único digno de interesse. Em segundo lugar e não menos importante, porque, segundo Rémond, realiza-se "uma interrogação coletiva misturada com inquietação sobre a definição e o lugar da cultura em nossa sociedade".¹³

Segundo tal vertente, a experiência das guerras e a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados, contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria sobre o destino dos povos e dispunha de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social. Também as crises, que causaram transtornos ao funcionamento das trocas e desajustes aos mecanismos da economia liberal, obrigaram à realização de intervenções estatais, levando a que a política penetrasse em diversos setores do cotidiano.¹⁴ Ademais, o desenvolvimento das políticas sociais relativizou a questão da relação entre economia e política como sendo uma via de mão única, pois, segundo René Rémond, se não existe dúvida de que a pressão dos interesses organizados, não raro, altera a condução dos negócios públicos, a recíproca também é verídica, já que a decisão política traz consigo a possibilidade de modificar o curso da economia positiva ou negativamente.

¹¹ *ibid.*, p. 50.

¹² LE GOFF, Jacques (org). **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 6-7.

¹³ RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs). **op. cit.** p. 88.

¹⁴ RÉMOND, René. Uma história presente. RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 23.

Assinale-se ainda, que a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado, como a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública e a difusão da cultura, também atuou no mesmo sentido, isto é, impulsionou a História Política enquanto objeto da História.¹⁵ Entretanto, ela não é mais a mesma História Política tradicional, preocupada apenas com as instituições e seus protagonistas. Temas como a opinião pública, os meios de comunicação, os partidos e outras formas de exercício de poder que não o institucional, orientam e desafiam os pesquisadores.

Quanto ao "retorno" do fato, tema que também diz respeito à presente dissertação, deveu-se, segundo Pierre Nora, à influência dos "*mass media*", os grandes responsáveis pela inflação factual que ora presenciamos.¹⁶ Para o autor, no mundo midiático contemporâneo o fato de algo ter realmente ocorrido não o torna histórico, pois para que haja "acontecimento" é premente que ele seja conhecido e, portanto, a tarefa da imprensa passou a ser fundamental. Trata-se da informação, da confrontação de testemunhos, do desvanecimento do segredo conservado pelos desmentidos oficiais, do questionamento de determinados princípios que apelam à inteligência e à reflexão, do apelo obrigado a um saber prévio que, para Le Goff, somente a imprensa escrita pode fornecer e recordar.¹⁷ Esse novo agente histórico - os *media* - promove todo um feixe de significações que um mesmo acontecimento pode trazer à tona. Apreende-se, portanto, que as fontes jornalísticas, conquanto seu valor, não refletem a realidade, mas apenas uma parte, ou uma versão da verdade, isto é, uma representação da mesma.

Considera-se que vários aspectos estão presentes num produto jornalístico, tais como a orientação ideológica dos proprietários de um determinado periódico, a espécie das notícias veiculadas, os aspectos subjetivos inerentes aos indivíduos, bem como a opinião do público consumidor em relação às notícias e opiniões emitidas pelo periódico.¹⁸ Por essa razão, entende-se que seja necessário propiciar uma satisfação, ainda que mínima, ao consumidor das reportagens. Segundo Mauro Wolf, se o leitor discordar em parte ou totalmente da maneira como determinado evento for abordado, pode ser levado a

¹⁵ *ibid.*, p. 24.

¹⁶ NORA, Pierre. O retorno do fato. **In:** LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. trad. Theo Santiago. p. 181.

¹⁷ *ibid.*, p. 182.

¹⁸ HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia.** Canoas: Ulbra, 1996. p. 68.

desqualificar o meio que está lendo, criando dessa forma uma espécie de barreira psicológica para com aquele meio de comunicação.¹⁹

A cada dia mais pessoas consomem notícias e concomitantemente tornam-se mais exigentes quanto à verdade, autenticidade e honestidade dos meios jornalísticos. De sua parte, jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão procuram satisfazer tais expectativas, tendendo a realizar o discurso da imparcialidade, da independência e da reprodução fidedigna dos fatos. Essas empresas de jornalismo realizam uma luta sutil para conquistar a atenção e a lealdade do público leitor, procurando atingir uma sintonia entre quem recebe e quem emite a notícia.

Não obstante, o discurso praticado pela imprensa está carregado de representação simbólica e por mais que um determinado periódico capte os interesses do leitor e respeite as regras de plausibilidade, pode, ainda assim, "criar o fato".²⁰ Neste sentido, para muitos, o que se verifica na história da grande imprensa brasileira, é mais a defesa dos interesses de algumas forças sociais em especial (levando-se sempre em consideração o mercado leitor e consumidor), do que uma visão política clarificada e mesmo que um determinado jornal ou revista tenda à situação ou à oposição (partidária, Poder Executivo, empresariado, sindicalismo, etc...), muitas colunas e matérias assinadas aparecem, propositadamente, como plurais, no intuito de proporcionar a impressão de credibilidade em relação ao que se veicula.²¹ Assim é que algumas instituições adotam posturas ideológicas variadas, no intuito de atingir um público específico, o qual constitui-se um fator determinante da identidade de uma determinada empresa da imprensa.²²

¹⁹ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001. p. 40.

²⁰ NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 147.

²¹ RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 106.

²² Um exemplo que pode ser citado é o do jornal *FOLHA DE S. PAULO*, cujos proprietários já consideraram vantajosa a flacidez ideológica de que o jornal chegou a ser acusado, já que o não engajamento por uma posição doutrinária específica evita a perda do público, diagnosticado como tal a partir de suas pesquisas de opinião. Objetivando, dentre outras coisas, traçar o perfil do leitor desse periódico, o grupo *FOLHA* criou um instituto de pesquisa de opinião, o *DATAFOLHA*, através do qual passou-se a realizar, desde 1982, pesquisas acerca disso. Por volta do início da década de 1990, o perfil do leitor do periódico era de um sujeito entre 32 e 42 anos, executivo ou profissional liberal; cosmopolita, que viajava com alguma frequência ao exterior; com um padrão de consumo invejável para o Brasil, com todos os aparelhos eletroeletrônicos, que morava nos melhores lugares da cidade; tinha um bom nível intelectual e sua participação política era de centro-esquerda; muito identificado com os EUA e não voltado para a Europa. (RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre ... op. cit.**, p. 91). A própria *VEJA* procurou identificar as características de seu público consumidor através de pesquisas previamente encomendadas. Em 1991 a revista contava com um público de cerca de quatro milhões de leitores, dentre os quais 51% de homens e 49% de mulheres, cuja maioria com idade entre 20 e 29 anos (39%)

A participação política continua sendo um dos traços mais marcantes da atividade jornalística, pois se é da sua própria natureza ser um intermediário da sociedade, ou seja, estimular a participação na vida social, isto ocorre, sobretudo, a partir de uma das ramificações do trabalho jornalístico, o jornalismo político que, no caso da imprensa, além de públicos específicos, supõe a presença de jornalistas com maior credibilidade que outros. Segundo Bernardo Kucinski, mesmo em países como o Brasil, onde as ruas ainda são, eventualmente, ocupadas por importantes movimentos sociais e de protesto, "os meios de comunicação de massa substituíram as praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo".²³ Nessa direção, atente-se para o fato de que, na maioria das vezes, os meios de comunicação atuam em concordância com os interesses da própria empresa, não se configurando, portanto, como representantes políticos dos anseios da maioria da população.

Referindo-se a esse jogo de interesses particulares das empresas de comunicação levado a cabo no âmbito público, durante o período de redemocratização do Brasil, Maria do Carmo Campello de Souza afirmou que os meios de comunicação passaram a revelar, a partir da redemocratização do país, uma "inautenticidade" no caráter da vida pública brasileira, onde as características patrimonialistas do Estado e a ação das elites econômicas e políticas contribuíram para o obscurecimento da fronteira entre o bem público e o privado. Em outras palavras, a autora afirmou que tal "inautenticidade" torna o espaço público uma arena para a manifestação das necessidades privadas em detrimento do que seja do interesse geral.²⁴

De nossa parte, não acreditamos, em nenhum momento, na imparcialidade da imprensa, e é ainda necessário frisar que esse jogo de poder específico não se realiza apenas no âmbito interno da empresa jornalística. O jornalista imbuído do poder outorgado pela

e 30 e 39 anos (21%). Do total, 41% possuía Ensino Médio completo e 35% tinha Curso Superior, completo ou não. Quanto ao poder aquisitivo, concentravam-se nas classes A (23%), B (36%) e C (27%). (FERREIRA, Soraya Venegas. **A imagem de Collor nas capas da revista Veja**: construção, consolidação e queda de um mito. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 1996. p. 135).

²³ KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 16. Bernardo Kucinski é um jornalista com larga experiência, tendo sido editor da revista *VEJA* e correspondente da *GAZETA MERCANTIL* em Londres. Atualmente é professor de jornalismo e chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

²⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 589-590.

instituição que representa, passa a se aproximar de outros centros de poder, ocorrendo aí uma espécie de troca, onde autoridades podem ser beneficiadas com publicações elogiosas e jornalistas podem subir na hierarquia de suas empresas ou receber convites para assessorar seus entrevistados. Sob este viés, Gilberto Dimenstein listou uma série de "armadilhas" que o jornalista freqüentador do círculo do poder político pode encontrar no exercício de sua função, como as informações mentirosas, as contra-informações, as deturpações das informações e os boatos.²⁵ Jornais e revistas são ainda submetidos a inúmeros condicionamentos, como ao poder público (quanto ao fornecimento de papel e outros produtos importados, aos financiamentos, às isenções de impostos e aos favores fiscais e cambiais) e às agências de notícias e de publicidade estrangeiras de que dependem, tanto para a aquisição de informações como do capital publicitário do exterior.²⁶

Além de todas essas questões, ora apontadas, pode-se dizer também que há uma espécie de controle autoritário da produção jornalística no Brasil. O que durante os regimes de exceção era feito pelo próprio Estado autoritário, atualmente se dá através do que os jornalistas chamaram de "autocensura", que consiste numa espécie de filtragem das notícias realizada pela própria empresa e não por uma autoridade estranha ao espaço jornalístico. Tal prática exacerbou-se no país a partir do processo de censura estatal praticado, sobretudo, a partir do golpe militar de 1964.²⁷

Tendo como fio condutor essa questão, Carly Batista de Aguiar analisou as continuidades e rupturas na relação mídia e política no Brasil pós-64 e sob sua ótica tal característica, que é muito comum nos meios de comunicação brasileiros, não é fruto do processo de transição do regime militar à democracia, mas anterior a ele. Na visão da autora, a autocensura atualmente praticada é a mesma de períodos anteriores, inclusive dos regimes de "exceção" (Estado Novo e Regime Militar), apesar de algumas diferenças e

²⁵ DIMENSTEIN, Gilberto. As armadilhas do poder. **In:** DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus editorial, 1990. p. 18.

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 448.

²⁷ Para Juarez Bahia, a condenável "autocensura", "é a censura que o próprio veículo pratica, ao alterar ou suprimir uma notícia sem razão aparente ou por manipulação ostensiva", resultante de um abusivo exercício interno de poder. (BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. São Paulo : Ática, 1990. p. 43). Segundo Bernardo Kucinski a autocensura é mais danosa do que a censura exógena (praticada pelo Estado), devido ao fato de implicar o envolvimento da vítima da repressão na própria proposta repressiva. (KUCINSKI. **op. cit.**, p. 68).

envergando uma nova "roupagem".²⁸ Para ela, durante o Regime Militar praticava-se ininterruptamente a autocensura, pois se, por um lado, a coerção estatal se fazia presente controlando as informações emitidas pelos meios de comunicação e causando prejuízos econômicos e atropelos nas rotinas de produção jornalística, por outro, a imprensa procurava evitar a censura prévia (praticada pelo governo), antecipando-se a ela, praticando uma censura voluntária da informação.²⁹ Por isso, a autora concluiu que no Brasil a relação entre mídia e política é marcada, fundamentalmente, por continuidades em detrimento de rupturas, haja vista que aquelas são muito mais visíveis que estas, já que as práticas provenientes dessa relação, como antes, continuam tendendo à manutenção do *status quo*.³⁰

O acontecimento Collor: um objeto histórico

Inúmeros trabalhos acadêmicos, em diversas áreas do conhecimento, almejavam demonstrar a articulação entre imprensa e poder, sendo que muitos deles procuraram ofuscar o ponto de vista de que a imprensa se constituiria como um suposto espelho refletor das lutas políticas e sociais, outrossim, alertando para sua configuração de lugar privilegiado da manipulação de interesses e de intervenção na vida social e política. Dentre as pesquisas que levaram em consideração a imprensa brasileira, podemos destacar "Arautos do liberalismo" e "O bravo matutino", ambos produzidos por Maria Helena Capelato (sendo o segundo em co-autoria com Maria Lígia Prado), além de "As armadilhas do poder", de Gilberto Dimenstein. Estes trabalhos procuraram mostrar como, com certa frequência, imprensa e poder se misturam, agindo de forma conjunta, sendo que a imprensa surge como porta voz de algumas classes dirigentes e/ou de projetos políticos, perdendo sua função primordial de informar.³¹

²⁸ AGUIAR, Carly Batista de. **Mídia e autoritarismo no Brasil pós-64**: a propósito de continuidades e rupturas. In: Comunicação Veredas: revista do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade de Marília. Marília (SP), 2004. n° 3.

²⁹ *ibid.*, p. 270.

³⁰ *ibid.*, p. 282.

³¹ Os trabalhos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, analisam a imprensa e seu projeto liberal para o Brasil entre os anos 20 e 40. (CAPELATO, Maria Helena R. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista (1920-1945) São Paulo: Brasiliense, 19__.; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo**

Mais especificamente sobre as eleições de 1989 e o governo do primeiro Presidente civil eleito democraticamente após o regime militar, efetuamos um mapeamento localizando alguns trabalhos, dentre os quais gostaríamos de destacar: "Imprensa e eleições 1989: razão e sedução na opinião das elites", de Carly Batista de Aguiar; "A imagem de Collor nas capas da Revista *VEJA*: construção, consolidação e queda de um mito", de Soraya Venegas Ferreira; "O período Collor: análise da cobertura das revistas *VEJA* e *ISTO É* de antes da eleição presidencial até o *impeachment*", de Liege Socorro Albuquerque Peres; e "A salvação pelo espetáculo: o mito político do herói no *Brasil Novo*", de Kátia Marly Leite Mendonça.

No primeiro ("Imprensa e eleições 1989: razão e sedução na opinião das elites"), a pesquisadora Carly Batista de Aguiar, analisando uma série de textos veiculados em três dos maiores jornais do país (*FOLHA DE S. PAULO*, *O ESTADO DE S. PAULO* e *JORNAL DO BRASIL*), durante o ano de 1989, a respeito do processo sucessório à Presidência, buscou apontar que as opiniões (que chamou de "sedução"), aí contidas, bem como as idéias veiculadas (vistas como "razão"), das elites, em sintonia com as estratégias editoriais, os mecanismos discursivos e as tematizações encontradas, não contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.³² Outrossim, de acordo com a autora, tal contribuição foi dificultada, dentre outros motivos, pelas tentativas de "despolitização" do debate eleitoral, através do deslocamento da discussão da esfera da racionalidade para a do imaginário mítico. Na análise da pesquisadora, ao menos três modalidades de leitura imaginária das eleições podiam ser apontadas a partir do discurso de opinião das elites através da imprensa, particularmente, nos periódicos por ela contemplados: a evocação de mitos políticos como o da "grande conspiração" e do "salvador" (condizentes com o conceito girardetiano de mito); a abordagem estereotípica, na qual se podia situar a idéia de "cordialidade", como base para a interpretação do comportamento do eleitorado brasileiro naquele episódio; e a evocação da idéia do "novo",

matutino: imprensa e ideologia: o jornal *O ESTADO DE S. PAULO*: Ed. Alfa-Omega, 1980). Já na obra de Gilberto Dimenstein, há o exame das manchetes e a forma como os vários meios de comunicação vieram a retratar o país entre a década de 1970 e 90. (DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder*. In: DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus editorial, 1990).

³² AGUIAR, Carly Batista de. *Imprensa e ... op. cit.*

da construção de marcos, segundo a autora, variações da idéia de "recomeço", que estaria arraigada no imaginário brasileiro.³³

Já o segundo ("A imagem de Collor nas capas da Revista *VEJA*: construção, consolidação e queda de um mito"), de Soraya Venegas Ferreira, de certa forma o que mais se aproxima do nosso, trabalha as imagens de Collor nas capas das revistas *VEJA* e *ISTO É*, praticamente, durante o mesmo intervalo de tempo que trabalhamos, porém, seguindo um caminho adverso do que percorremos.³⁴ A autora, utilizando-se da Semiologia dos Discursos, procurou identificar as estratégias utilizadas pelos periódicos para trabalhar editorialmente a fotografia e os outros elementos que compõem o produto capa de revista, buscando separar o trabalho de marketing e o de construção de imagem específico das revistas, procurando ainda, abordar comparativamente a trajetória imagética de Collor, de candidato a Presidente afastado, em ambos os periódicos. Vale lembrar que este trabalho refere-se a uma área do conhecimento diversa da nossa. Além do mais, a autora não aventou a questão do imaginário, bem como não tomou as matérias escritas dos periódicos como fonte de análise, como o fizemos.

Liege Socorro Albuquerque Peres, por sua vez, discorreu sobre a influência das revistas *VEJA* e *ISTO É* na eleição e no *impeachment* de Fernando Collor de Mello, debruçando-se, porém, apenas sobre as reportagens inseridas no interior das edições, pré-selecionadas em ambas as revistas.³⁵ Objetivando entender as dinâmicas de ações políticas desenvolvidas fora do âmbito estatal-institucional, isto é, apreender as decisões no interior das chamadas fontes terciárias (jornais e revistas), pelos donos das empresas e pelos responsáveis por suas pautas, a autora, dentre outras coisas, concluiu que na cobertura do pleito de 1989, as revistas "não" fizeram campanha explícita por nenhum candidato, mas

³³ De acordo com Raoul Girardet, "o mito é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real". Para o autor, o mito "exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para compreensão do presente, constituindo uma criptografia, através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos". Esse papel de explicação também se "desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar importante nas origens das Cruzadas e também das revoluções". Segundo Girardet, os mitos políticos das sociedades contemporâneas não diferem tanto dos mitos sagrados das sociedades tradicionais, pois conjuntos mitológicos como a "grande conspiração", o "salvador da pátria", a "idade de ouro" e a "unidade", aparecem, mais ou menos discretamente, em construções doutrinárias ou formulações que se pretendem racionais e científicas dos dois últimos séculos. (GIRARDET, R. *apud*. AGUIAR. *ibid.*, p. 24-25; 27-28).

³⁴ FERREIRA, Soraya Venegas. *op. cit.*

³⁵ PERES, Liege Socorro Albuquerque. **O período Collor: análise da cobertura das revistas *Veja* e *Isto É* de antes da eleição presidencial até o *impeachment*.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Departamento de Ciência Política), 1998.

VEJA, segundo ela, teria mostrado preferência pelo projeto de governo de Collor. Já sobre o processo que levaria ao *impeachment* do Presidente, Peres concluiu que ambos os periódicos tiveram papel de destaque na apresentação do cenário de corrupção envolvendo Fernando Collor.

O recorte temporal do último trabalho, de Kátia Marly Leite Mendonça, também situa-se no que se denominou de "anos Collor", ou "Era Collor" e, a partir da análise de fontes diversas, envolvendo imagens fílmicas, fotografias, artigos de imprensa, discursos oficiais e literatura, a autora procurou demonstrar a existência do mito político enquanto ressonância de desejos políticos, quer sejam manifestos ou ocultos, presentes na sociedade brasileira.³⁶ Nesse intuito, Mendonça tomou a construção das imagens do então Presidente Fernando Collor de Mello, feita pelas mídias e pelo próprio personagem, como ponto de partida para o desdobramento de diversos temas que comporiam, segundo ela, o mosaico do mito político do herói salvador no que denominou de "Brasil Novo". Em sua análise a autora também procura abrir novas perspectivas para a inteligibilidade dos mecanismos de construção do imaginário pelos meios de comunicação em geral e, em especial, o papel da imprensa nesse processo.

Outra obra que pode ser aqui aventada, distinta das anteriores por não se tratar de uma produção desenvolvida em ambiente acadêmico, é "Notícias do Planalto", de Mario Sergio Conti, publicada no ano de 1999, a qual procura mostrar os bastidores da mídia brasileira, sobretudo, atentando para a maneira como os jornalistas se relacionam com o poder político.³⁷ Tendo como fio condutor um recorte temporal também similar ao que escolhemos, ou seja, a eleição (1989), o governo (1990-1992) e o *impeachment* (1992) de Fernando Collor, Mario Sergio Conti traçou o perfil dos principais órgãos de comunicação brasileiros, retratando desde os donos das principais revistas, jornais, e redes de tevê, a repórteres e fotógrafos, passando por editores e diretores de redação. O trabalho almejou dar uma dimensão abrangente e pormenorizada sobre como os meios de comunicação brasileiros são pródigos em participar do poder político. Contudo, ao abordar a revista *VEJA*, na qual fora editor durante boa parte do recorte cronológico de sua análise, o autor

³⁶ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **A salvação pelo espetáculo: o mito político do herói no "Brasil Novo"**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Departamento de Ciência Política), 1998.

³⁷ CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

procurou associá-la à imparcialidade quanto ao relacionamento com o personagem em questão, enquanto outros órgãos da mídia, em geral, tiveram tratamento inverso.

Todos esses autores, que estudaram temáticas com recortes temporais similares ao que estudamos, são provenientes de outras áreas do conhecimento, das Ciências Políticas ou da Comunicação. Em nosso levantamento, portanto, não identificamos nenhum trabalho realizado por historiador que se assemelhe ao que empreendemos, o que não quer dizer que nossa pretensão seja a de preencher qualquer lacuna, mas sim contribuir para os estudos que tenham na imprensa seu principal objeto e sobre um período recente da história do Brasil, emitindo o olhar específico do historiador. Ademais, ainda que tais autores tenham sido fundamentais para o entendimento das relações entre mídia e poder político no Brasil, sobretudo, durante o período que pesquisamos, procuraremos destacar em nosso estudo outro tipo de relação, que também está ligada à anterior, mas que envereda por um viés diferente: o da relação entre mídia e sedução do público consumidor, sendo esta propiciada pela "indústria cultural".

Finalmente, no decorrer de nossa dissertação serão contemplados alguns aspectos que explicam o apoio por parte das elites empresariais, incluindo aí proprietários de empresas de comunicação, ao, então, candidato Fernando Collor de Mello. Porém, não é nossa intenção inventariar seus interesses políticos e econômicos naquele processo, tanto quanto durante a campanha para destituí-lo do cargo em 1992. O que se pretende é demonstrar que os meios de comunicação participam peremptoriamente das decisões políticas de um país, sobretudo, em países como o Brasil com uma histórica trajetória autoritária e com uma democracia ainda considerada instável, e o fazem a partir de inúmeros artifícios próprios das técnicas de comunicação.

No primeiro capítulo, além de contextualizarmos resumidamente o processo de redemocratização do país (1974-1985), trataremos a respeito do surgimento de Collor no cenário nacional (1986) e sua ascensão à Presidência da República (1987-1989). Aí enfatizaremos o processo eleitoral que o elevou ao posto número um da política nacional, através da análise das capas destinadas ao personagem por *VEJA* nesse período. Procuraremos identificar os mecanismos utilizados pelo periódico na veiculação das imagens do candidato Collor que, através de inúmeras técnicas, teriam contribuído para a

construção de uma imagem positiva do mesmo, ajudando-o a eleger-se Presidente da República.

No segundo capítulo a abordagem direcionar-se-á sobre as capas veiculadas durante o período compreendido como do governo Collor, isto é, janeiro de 1990 a março de 1992, ainda que o personagem tenha assumido o mandato apenas em março de 1990 e sofrido o *impeachment* em dezembro de 92. A opção pelo recorte para esse capítulo deveu-se à análise das fontes, que indicaram um momento transitório na abordagem do personagem por volta do mês de março de 1992. Neste intervalo procuraremos demonstrar as nuances da mudança sucinta do periódico quanto à veiculação das imagens de Fernando Collor, a oscilação entre a consolidação de uma imagem positiva do personagem e o princípio de uma encenação de críticas e de veiculações negativas suas.

No terceiro e último momento, considerado como do processo de *impeachment* de Collor, analisaremos as revistas que, supostamente, teriam contribuído para a queda do Presidente, ou seja, o intervalo compreendido como de declínio exacerbado da imagem do personagem veiculado por *VEJA*, que pré-estabelecemos como estando entre abril e dezembro de 1992. Aí buscaremos identificar os elementos utilizados na desconstrução da imagem de Fernando Collor, que de herói passa a vilão na perspectiva do periódico.

Em todos os três intervalos estaremos atentos à identificação e análise dos mecanismos utilizados pelo periódico, para emitir suas notícias e opiniões a respeito de Fernando Collor de Mello e do cenário político nacional no sentido da despolitização da política e que, possivelmente, foram primordiais na formação da opinião de seu público consumidor durante os eventos aqui retratados.

CAPÍTULO 1

A caminho da democracia: o espetáculo das eleições (março/1988-dez/1989)

1.1 - O "caçador de marajás": *VEJA* e Collor no cenário da redemocratização

No dia 23 de março de 1988, a revista *VEJA* dedicava sua capa a um personagem político que começava a despontar em nível nacional. Sob o título "Collor de Mello: o caçador de marajás", a capa estampava uma fotografia de Fernando Affonso Collor de Mello, o então jovem governador de Alagoas, que havia se lançado numa campanha de "caça" a alguns funcionários públicos alagoanos que recebiam altíssimos salários, decisão que começava a gerar uma certa visibilidade na imprensa brasileira.³⁸

Na ocasião, Collor posou para a foto que seria estampada na capa, na frente da tela "Avançar", do artista alagoano Rosalvo Ribeiro, pintada em Paris no ano de 1894, a qual mostrava um soldado a cavalo com a espada desembainhada e gritando. A foto havia sido tirada pelo fotógrafo Ubirajara Dettmar, que sugerira uma sessão de fotos com Collor em frente a uma série de quadros, os quais estavam sendo montados para uma exposição. Segundo Mario Sergio Conti, que no período era editor executivo da revista e que tornar-se-ia diretor de redação da mesma, a partir de maio de 1991, cargo ocupado até o ano de 1997, o fator decisivo para a escolha de Collor na capa, em detrimento de Ulysses Guimarães, ou do então Presidente da República José Sarney, foi a foto tirada por Dettmar, que, além de ter um enquadramento perfeito, era muito sugestiva quando relacionada com o título "Caçador de Marajás" e com a afirmação de Fernando Collor de que seria candidato à presidência da República. Além disso, Collor dizia, na matéria que referiu-se à capa, que seria Presidente como outro alagoano, o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República no Brasil em 1889.³⁹

Naquele momento a revista *VEJA*, bem como outros meios de comunicação e diversas instituições, passavam a gozar de uma maior liberdade, já que o processo de reabertura política do país (transição do regime militar à democracia), encontrava-se em vias de conclusão, vindo a completar-se com a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988 e, sobretudo, com as eleições presidenciais diretas de 1989. Neste último

³⁸ *VEJA. Collor de Mello: o caçador de marajás*. São Paulo: Editora Abril, 23 de março de 1988. nº 12. ano 20.

³⁹ CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 110-111.

episódio, o papel da imprensa em geral e da revista *VEJA* em especial, seria fundamental para os resultados obtidos.

Lenta, gradual e tutelada pelos militares, como pré-determinara em 1974 o então Presidente da República Ernesto Geisel (eleito em janeiro daquele ano com 400 dos 503 votos do Colégio Eleitoral), a redemocratização do Brasil diferenciou-se da de outros países latino-americanos como Chile e Argentina.

Muitos estudiosos do período afirmam que a abertura brasileira foi um processo de elite, característica comum na história do Brasil. Thomas Skidmore, por exemplo, afirmou que, "no final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição".⁴⁰ Para outros, além da importante participação das elites brasileiras, a economia também ocupou um lugar especial em todo o processo. Segundo Francisco Weffort, "a transição se iniciou quando a economia começou a perder ritmo".⁴¹ Já o cientista político Bolívar Lamounier, ressaltou a importância das demandas e pressões sociais, as quais, intensificaram-se nos anos 80, e, segundo ele, concomitantemente ao aumento do potencial de conflito social, decresceram a capacidade de decisão do sistema político e de acomodação das tensões do sistema econômico.⁴²

O processo de redemocratização iniciou-se no Brasil, como já foi dito, durante o governo do Presidente Ernesto Geisel, que a exemplo de outros Presidentes militares daquele período, fora escolhido por um grupo formado pelo alto comando das forças armadas, numa espécie de pré-eleição, já que o Colégio Eleitoral (instituição encarregada da escolha dos Presidentes brasileiros a partir da instauração do regime militar em 1964), simplesmente acabou homologando o candidato pré-escolhido pelos militares. Para o governo estabelecido a partir de 1974, o qual instituiu uma espécie de política de distensão, a liberalização deveria ser gradativa e cuidadosamente controlada pelo Estado e a idéia posta em prática por Geisel fora levada a cabo até o último passo da redemocratização, com as eleições de 1989.⁴³

⁴⁰ SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 71.

⁴¹ WEFFORT, Francisco. Por que democracia? In: STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 484.

⁴² LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Idesp, 1990. p. 15.

⁴³ Ver SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Durante os quinze anos que caracterizaram a reabertura, houve muitos momentos em que o processo esteve ameaçado de retrocesso, sobretudo, devido à pressão exercida pelos "linha dura" (assim reconhecidos, os militares que defendiam o recrudescimento da ditadura em detrimento da reabertura democrática e também civis que eram ferrenhos defensores do regime militar), que eram contrários à redemocratização do país.

Neste sentido, foram marcantes alguns episódios violentos ocorridos durante o governo Figueiredo (1979-1985), sucessor de Geisel, entre os anos de 1980/81, como explosões no meio da noite, que destruíram algumas bancas de jornal as quais ousaram desacatar às notas ameaçadoras que ordenavam a suspensão da venda de determinadas publicações. Ou ainda a morte de uma secretária da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ao abrir uma carta-bomba destinada à instituição. Além de um episódio que teve grande repercussão no período, o qual ficou conhecido como "Riocentro".

Neste último ocorrido, de 30 de abril de 1981, um sargento do Exército foi morto e um tenente ficou gravemente ferido após uma violenta explosão no estacionamento de um teatro do Rio de Janeiro (Riocentro), onde acontecia um concerto em comemoração antecipada ao dia do Trabalho (1º de maio) e que, possivelmente, havia sido organizado por opositores do Regime Militar. Os dois militares que estavam no carro portador da bomba pertenciam à política do DOI-CODI (Destacamento de Operações de informações do Centro de Operações de Ordem interna), órgão de repressão do governo militar. A versão divulgada pelas autoridades após o episódio, era de que os militares envolvidos no incidente haviam identificado a bomba em um veículo suspeito e ao tentarem desarmá-la a mesma explodiu. Entretanto, todas as evidências apontaram que ambos haviam sido designados para interromper o evento.⁴⁴

Os exemplos aqui citados são apenas alguns, dos inúmeros ocorridos durante o período, mas podem ser considerados representativos do clima que caracterizou o processo transitório. Por outro lado, também merece ser citado o fato de que durante o governo Figueiredo a redemocratização consentida recebeu um impulso, apesar da ambigüidade nas ações governamentais. O general João Batista de Oliveira Figueiredo, empossado Presidente da República em março de 1979, atuou sancionando no mesmo ano a "Lei da Anistia", revogando os decretos que cerceavam as atividades estudantis e alterando a

⁴⁴ SKIDMORE. *ibid.*, p. 58-59.

legislação partidária, propiciando assim uma maior flexibilidade à organização dos partidos políticos.

A anistia política efetivada sob a Lei nº 6.683 e pelo Decreto-Lei nº 84.143, em 28 de agosto de 1979, excluiu os "crimes de sangue"; não colocou imediatamente em liberdade presos políticos que pretendiam reorganizar-se à esquerda; aposentou militares considerados suspeitos (porém, pagando integralmente seus proventos); decidiu que os funcionários afastados só voltariam a seus cargos após o exame de seus atos e a confirmação, por comissão especial, de sua inocência. Além disso, autorizou a volta de exilados políticos ao Brasil, devolvendo-lhes direitos políticos, mas abrangendo também os responsáveis por abuso ou por tortura, sob a alegação de segurança estatal. Não obstante, em 1984, passados cinco anos da implantação da Lei da Anistia, 11.434 pessoas (4.730 civis e 6.704 militares) ainda não haviam conseguido seus direitos.

Já pela alteração da legislação partidária ocorrida em 1979, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido oficial do governo, transformou-se no PDS (Partido Democrático Social) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido oposicionista, passou a denominar-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Surgiram ainda, no bojo dessas mudanças, outros partidos, como o PP (Partido Popular), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Esta reforma partidária, que acabou com o bipartidarismo compulsório, apesar de conferir maior liberdade aos partidos políticos, objetivava a quebra do monopólio que o MDB exercia na oposição. Com a nova legislação partidária, o partido fragmentou-se em inúmeros outros, e isto, de certa forma, reduzia, na concepção de algumas frações das elites conservadoras, a chance de uma ascensão da oposição ao poder.

Concomitantemente à reabertura, Figueiredo reprimiu greves e interferiu nos sindicatos, expulsando estrangeiros envolvidos em movimentos populares. Em um contato com jornalistas ele teria afirmado: "É para abrir mesmo. Quem quiser que não abra eu prendo e arrebento".⁴⁵ Tal afirmativa seria reiterada inúmeras vezes pela mídia objetivando acentuar a truculência com que a redemocratização estava sendo conduzida, com destaque para o próprio Presidente da República. Este por sua vez, a despeito da latente aparência de

⁴⁵ RODRIGUES, Marly. **A década de 80**. São Paulo: Ed. Ática, 2001. p. 12.

controle de todo o processo, percebia a organização da sociedade contra a ditadura em especial a própria imprensa.

A liberalização, em determinado momento, também passou a ser defendida por uma parcela significativa da sociedade, tanto da elite como das camadas populares, por exemplo, a Igreja Católica, que através de suas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), passou a atuar a partir da década de 70 no sentido de trazer o Brasil novamente ao estado de direito, e os movimentos populares de base.⁴⁶ Além disso, uma série de greves de funcionários públicos eclodiram pelas principais cidades do país, concomitantemente, a inúmeros conflitos sangrentos no campo entre oligarcas e posseiros.⁴⁷

Outro destaque no processo foi o movimento estudantil que, já no final da década de 1960 (26 de junho de 1968), havia promovido a mais massiva de todas as manifestações antiditatoriais daquela década, a qual ficou conhecida como "Passeata dos 100 mil", comandada por estudantes (sobretudo universitários), no Rio de Janeiro. Durante a década de 70 propriamente dita, o movimento estudantil também atuou efetivamente nas reivindicações pró-reabertura.

Porém, de acordo com Bernardo Kucinski, na obra intitulada "Abertura, a história de uma crise", foram as greves do ABC paulista (região da Grande São Paulo que congrega cerca de sete municípios), lideradas por líderes sindicais metalúrgicos, dentre os quais, Luís Inácio Lula da Silva, iniciadas na década de 1970 e continuadas na de 80, que concentraram o maior potencial de pôr em xeque o poder político central naquele momento, ou seja, que exerceram maior pressão sobre o governo militar.⁴⁸

Para o autor, o movimento operário reunia inúmeras qualidades que eram ausentes nos demais movimentos reivindicatórios ou de protesto contra o regime militar, pois além de possuir uma organização natural, haja vista, a concentração geográfica das fábricas e dos distritos industriais, também demonstrava uma socialização das ações, propiciada pela socialização da produção.⁴⁹ Segundo Kucinski, tudo isso estava concentrado em comunidades densamente povoadas, havendo cerca de 200 mil metalúrgicos em inícios de

⁴⁶ Sobre a participação da Igreja católica, dos movimentos populares de base e do sindicalismo no processo de redemocratização do Brasil, ver STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 231-440.

⁴⁷ Ver KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982. p. 142-149.

⁴⁸ **ibid.**

⁴⁹ **ibid.**, p. 149.

1980, que com suas famílias totalizavam aproximadamente 800 mil pessoas, parte significativa dos cerca de 1.800 mil habitantes da região. Ademais, toda essa gente estava colada aos centros nervosos do país.⁵⁰

Para completar, Kucinski ressaltou que esses grevistas do ABC já tinham no final da década de 1970, consciência plena de seu potencial político, bem como da necessidade de alterar a natureza do poder político objetivando conseguir mudanças significativas nas condições de vida da classe trabalhadora.⁵¹ O resultado, segundo o autor, foi uma greve massiva entre os meses de abril e maio de 1980, promovida pelos metalúrgicos do ABC configurando-se como a mais prolongada greve nos últimos cinquenta anos da história do país.

Tal movimento, na observação do estudioso, a despeito de todas as iniciativas de coerção por parte dos militares, teria sido vitorioso, ou seja, além do recuo do Exército e da polícia abandonando a cidade de São Bernardo, onde ocorria a maioria das manifestações, os grevistas teriam impingido um abalo profundo à doutrina de Segurança Nacional, com o conseqüente isolamento dos comandos do DOI-CODI, dentro do próprio estabelecimento militar e sua caracterização criminosa perante a sociedade.⁵²

Por fim, além de toda a organização social em torno da redemocratização, muitos militares posicionaram-se de forma favorável ao processo. Nas palavras de Alfred Stepan: "(...) a liberalização começou dentro do próprio aparelho de Estado e foi estimulada imediatamente por algumas das instituições da própria situação política autoritária".⁵³

No interregno da redemocratização realizaram-se eleições em 1982, após as reformas partidárias de 1979, já citadas, e eleitorais de 1981. O resultado dessas eleições apontaram que o partido oficial (governista), o PDS, elegeu governadores em 12 estados da federação, contra dez eleitos pelos partidos de oposição. Todavia, os governadores do PDS somaram 7.807.696 votos, os quais representavam 23,90 % do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, enquanto que os oposicionistas atingiram a marca de 13.029.332 votos, cobrindo 74,90% do PIB. As oposições também obtiveram 58% dos votos partidários para os

⁵⁰ **id.**

⁵¹ **ibid.**, p. 150.

⁵² **ibid.**, p. 155.

⁵³ STEPAN. **op. cit.**, p.10.

legislativos federais. Nestes termos, pode-se dizer que a oposição ao governo federal obteve uma vitória expressiva, num momento importante da redemocratização.

Outro capítulo importante no processo foi o movimento das "Diretas Já", em que os partidos de oposição, a Igreja, os órgãos de classe, o movimento estudantil e inúmeras personalidades influentes na sociedade brasileira, como intelectuais, políticos e artistas, organizaram-se em uma imensa campanha política por eleições presidenciais diretas ao final do governo Figueiredo (1984). Ocorreram nesse período, manifestações de massa em que participaram mais de um milhão de pessoas em algumas capitais estaduais. A emenda "Dante de Oliveira" (Diretas-Já) obteve maioria de votos, mas não foi aprovada.

As eleições presidenciais de 1985 realizaram-se, portanto, ainda no sistema indireto, em que saiu vitorioso um candidato identificado naquele momento como de oposição. Tancredo Neves derrotou o candidato governista Paulo Maluf, mas o ex-Ministro de João Goulart, defensor de uma transição moderada, morreu antes de assumir o cargo. O vice José Sarney, ex-líder da ARENA e ex-presidente do PDS, foi empossado primeiro Presidente da "Nova República", com o compromisso assumido por Tancredo antes das eleições, de realizar uma profunda reforma constitucional. Já em novembro de 1985, durante o primeiro ano do governo Sarney, aprovou-se a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que foi instalada em 1º de fevereiro de 1987.

A primeira capa dedicada a Collor pela Revista *VEJA*, em março de 1988, situava-se, portanto, num intervalo em que a democracia voltava a ser a tônica da política brasileira. Na reportagem daquela edição, Collor apareceu como um dos governadores mais populares do país, graças a sua política de intervenção nos altíssimos salários de alguns funcionários públicos alagoanos. *VEJA* também ressaltou que a onda "antimarajismo" podia ser verificada em vários estados brasileiros e que o grande mérito de Fernando Collor, era o de ter conseguido identificar seu nome com o movimento. O interesse da revista pelo personagem e também a maneira como o abordou, denotavam que a divulgação das atitudes do governador pela mídia em geral, contribuía fortemente para a publicidade de seu nome naquele momento.⁵⁴ Mas quem era Collor em março de 1988?

⁵⁴ A guerra ao turbante. *VEJA*. **Collor de Mello**: o caçador de marajás. São Paulo: Editora Abril, 23 de março de 1988. nº 12. ano 20. p. 38-44.

O faixa preta de caratê Fernando Affonso Collor de Mello, nasceu em 12 de agosto de 1949 no Rio de Janeiro, filho de Arnon Affonso de Farias Mello e Leda Collor, tendo quatro irmãos: Leopoldo, Leda, Ana Luisa e Pedro (já falecido). Passou uma parte da infância em sua cidade natal, vindo posteriormente a morar em Brasília e em Maceió. No Rio de Janeiro, ainda na infância, foi interno nos colégios São Bento e São José, tradicionais da capital carioca. Em Brasília, no ano de 1969, já na juventude, começou a cursar economia na UNB (Universidade Nacional de Brasília), efetuando o trancamento de sua matrícula no mesmo ano. Posteriormente, quando já residia em Maceió, capital de Alagoas, diplomou-se em Ciências Econômicas pela UPIS - Faculdades Integradas.

No período brasiliense de Collor, depois de ter trancado sua matrícula na UNB, foi aprendiz de jornalista, o chamado "foca", no *JB* (Jornal do Brasil), na sucursal local. De retorno ao Rio de Janeiro, ingressou no mercado de capitais, no Banco Denasa e no fundo Multiplic, sendo que depois de um insucesso nessa área foi para Alagoas, onde tornou-se diretor comercial da *GAZETA DE ALAGOAS*, jornal pertencente a sua família. Ocupou o cargo por apenas 40 dias, quando então assumiu a direção das Organizações Arnon de Mello, grupo familiar que na época incluía o jornal acima citado e uma estação de rádio, a *RÁDIO GAZETA*. Nessa função introduziu o sistema de impressão *off-set* no jornal da família, levou ao ar a *TV GAZETA*, em 1975, primeira emissora de tevê de Alagoas, além de ter organizado a editora do grupo e ampliado a rede de rádio familiar, dando início às transmissões de FM no Estado.

Fernando Collor, até esse período (1988), havia se casado por duas vezes. A primeira com Celi Elisabeth Monteiro de Carvalho, apelidada de Lilibeth, uma das herdeiras do conglomerado Monteiro Aranha, que estava entre os maiores grupos empresariais do país, com quem contraiu matrimônio em outubro de 1975, aos 26 anos de idade, vindo a ter dois filhos com a *socialite*, Arnon Affonso e Joaquim Pedro. Seu segundo casamento foi com uma jovem de 19 anos, proveniente de uma família de fazendeiros do sertão alagoano, da região de Canapi, Rosane Malta Brandão, com quem se casou em julho de 1984, aos 35 anos.⁵⁵

Nascera numa família de políticos. Seu avô materno, Lindolpho Collor, originário do Rio Grande do Sul, fora revolucionário no movimento de 1930, tornando-se Ministro do

⁵⁵ Atualmente Fernando Collor encontra-se em seu terceiro matrimônio.

Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Getúlio Vargas, tendo sido autor da primeira versão da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Seu pai, Arnon de Mello, elegeu-se governador de Alagoas e Senador da República, pelo mesmo Estado. Leda, sua mãe, filha e neta de políticos, filiou-se à ARENA, partido dos militares, vindo a candidatar-se a deputada federal em 1974, porém, não conseguindo eleger-se.

Collor, por sua vez, ingressou na vida política tendo como primeira experiência o cargo de presidente do CSA (Centro Sportivo Alagoano), clube de futebol muito popular em Alagoas. Posteriormente, em 1979, foi indicado prefeito de Maceió, aos 30 anos de idade (depois de uma curta passagem, em 1978, pela função de secretário de Indústria e Comércio de Alagoas), permanecendo no cargo até 1982. Terminado o mandato na prefeitura da capital alagoana candidatou-se a deputado Federal pelo PDS, vencendo às eleições tendo sido o candidato mais votado de seu Estado, com cerca de 55 mil votos, utilizando-se do *slogan* "um, dois, três, vote em quem trabalha". Seu pai, Arnon Mello, morreu em setembro de 1983, de uma doença degenerativa, período em que Collor já exercia o cargo de Deputado Federal.

Transferiu-se do PDS para o PMDB, tendo como articulador de sua transferência Ulysses Guimarães, personagem influente no PMDB naquele período. A decisão teria sido tomada depois que seu candidato à presidência da República nas eleições indiretas de 1986, Paulo Maluf, fora derrotado por Tancredo Neves. Já pelo PMDB, candidatou-se a governador de Alagoas, no final de seu mandato como Deputado, tendo sido vitorioso nas eleições que foram realizadas em 1986, tornando-se um dos governadores mais jovens da história do país, aos 37 anos de idade.

Collor havia construído sua campanha eleitoral ao governo de Alagoas sob a promessa de que combateria os servidores públicos alagoanos que obtivessem proventos exorbitantes, bem como aqueles que os haviam criado (naquele momento, pode-se dizer, alguns adversários políticos do candidato a governador). Assim que se elegeu, deu início ao cumprimento das promessas de campanha. O objetivo parecia claro: dar continuidade à divulgação de um projeto que havia lhe rendido o governo de um Estado da Federação e que poderia render ainda mais.

Em 1987 o jovem governador de Alagoas lançou um programa de governo contra os que considerava serem verdadeiros "superfuncionários", entre os quais Luiz de Gonzaga

Mendes de Barros, consultor jurídico e eminência da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas. O advogado Mendes de Barros parece ter sido escolhido para ser o símbolo dos "marajás", que passariam a ser "caçados" por Collor.⁵⁶ O curioso é que Mendes de Barros fora candidato ao Senado no mesmo período e em sua campanha insinuou continuamente que Collor era usuário de drogas. O *slogan* eleitoral de Mendes de Barros era "Não às drogas", e a primeira letra, o N, era gravado no mesmo tipo utilizado no material de propaganda de Collor ao governo de Alagoas.

Durante essa campanha eleitoral, Collor, a princípio, procurou tachar como "marajás" apenas alguns altos funcionários alagoanos que recebiam salários altíssimos, como Mendes de Barros, mas à medida que sua campanha à presidência da República se desenvolveu, passaram a ser considerados marajás todos aqueles que lucravam com a altíssima inflação vigente. Só para se ter uma idéia, em 1988 era de aproximadamente 933,6% ao ano, atingindo em 1989 a incrível marca de 1.764,8%.

Desde o início do mandato, em março de 1987, como havia sido durante toda a campanha eleitoral em 1986, Collor procurou divulgar ao máximo seu nome e sua imagem na imprensa. Não possuía grandes dificuldades em fazê-lo, já que sua família, como já foi frisado, era proprietária de um pequeno conglomerado comunicacional em Alagoas, que além de um jornal e uma estação de rádio, passou a incluir um canal de tevê, que seria retransmissor da *REDE GLOBO* de Televisão (a maior do Brasil e uma das maiores do mundo nesse segmento), em Alagoas.

Além disso, graças aos contatos que cultivava com pessoas influentes em diversos meios de comunicação de alcance nacional, associados às suas atitudes e decisões, que eram, naquele período, consideradas por muitos observadores como "polêmicas", passaria a ter sua imagem divulgada pela mídia recorrentemente. A soma destes fatores, polêmica e exposição midiática, acabariam por trazer-lhe a almejada notoriedade em âmbito nacional.

Cerca de um mês depois do início de seu mandato como governador, de quase desconhecido da "grande imprensa", Collor já havia aparecido no programa *BOM DIA BRASIL*, e fora personagem no *GLOBO REPÓRTER*, programas exibidos pela *REDE GLOBO*. Também fora mote de reportagem no *JORNAL DO BRASIL*, o maior do Rio de

⁵⁶ PINTO, José Nêumanne. **A República na Lama: uma tragédia brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 1992. p. 49.

Janeiro e um dos principais jornais do país, além de ter sido entrevistado, no mesmo período, pela revista *VEJA*, considerada a quarta maior do mundo em seu segmento, aparecendo nas "páginas amarelas" do periódico. De acordo com Mario Sergio Conti, os proprietários de *VEJA*, Victor e Roberto Civita, haviam recebido Collor numa visita à editora em 6 abril de 1987, uma semana antes desta entrevista, que fora publicada com o título "Vou acabar com os marajás".⁵⁷

A partir de então, o governador de Alagoas apareceria freqüentemente na imprensa nacional, com destaque para o *JORNAL NACIONAL*, da *REDE GLOBO*, fosse através de sua campanha antimarajás, fosse por sua ferrenha oposição ao governo do então Presidente da República José Sarney, esta, considerada outra bandeira levantada por Collor. As duas questões norteariam a "cruzada propagandística" empreendida pelo personagem desde então.

Collor dera indícios de suas intenções já em dezembro de 1987, numa reunião entre os 23 governadores do PMDB, realizada no Palácio das Laranjeiras, cujo objetivo era referendar a defesa do mandato de cinco anos para José Sarney. Naquele episódio Collor foi o único a não assinar o termo e tratar de divulgar imediatamente tal atitude, o que lhe renderia mais uma entrevista, desta vez à revista *SENHOR*, a segunda maior revista em circulação no país naquele período.⁵⁸ Nesta, cujo título era "Bateu, levou", uma das perguntas dirigidas a Collor pelo jornalista José Carlos Bardawil, que conduziu a entrevista, era se não pensava mesmo em disputar a presidência da República, a que o personagem teria respondido: "Não. Embora, de vez em quando, até me dê vontade de ser, para acabar com essa bandalheira, com essa ineficiência, essa roubalheira, acabar com essa podridão".⁵⁹ A resposta empreendida pelo personagem denotava a maneira como se apresentaria em suas possíveis e prováveis aparições públicas dali em diante, quer através da mídia em geral, quer da imprensa em particular.

Dando por fidedignas as palavras de Conti, em fevereiro de 1988 Collor, alguns assessores e familiares teriam se reunido com a proprietária da Saldiva & Associados, uma empresa especializada em pesquisas de opinião. Desta reunião teria resultado uma pesquisa

⁵⁷ CONTI. *op. cit.*, p. 29-30.

⁵⁸ Bateu Levou. *SENHOR. Sem comentários*. São Paulo: Editora Três, 22 de dezembro de 1987. n° 353. p. 3-6.

⁵⁹ *id.*

que contemplava questões que privilegiavam a opinião dos pesquisados sobre os maiores e mais urgentes problemas do país e sobre o perfil ideal do próximo presidenciável. O resultado da pesquisa teria sido exposto numa segunda reunião no mesmo local, e de acordo com um dos assessores de Collor (o sociólogo e cunhado do então governador de Alagoas, Marcos Antônio Coimbra, então diretor da empresa supracitada, o Vox Populi), que apresentou os resultados, havia lugar no "imaginário popular" para Fernando Collor de Mello.⁶⁰

Em janeiro e fevereiro de 1988 Collor apareceu nos telejornais e também na revista *VEJA*. Nesta, foram duas aparições e novamente em questões polêmicas. Em janeiro foi fotografado em frente ao Palácio do Planalto puxando os bolsos da calça para fora, numa matéria intitulada "Alagoas está com os bolsos vazios". Referia-se ao fato de que após uma série de declarações contrárias a José Sarney e a não concordância com a extensão do mandato do Presidente para cinco anos, Alagoas deixara de receber verbas federais.⁶¹ Vários trechos de cartas foram publicados na seção "Cartas" de *VEJA*, contendo opiniões sobre essa matéria, que, em geral, apoiavam a atitude do governador de Alagoas e reprovavam a do Presidente Sarney. Numa delas, de fevereiro, o leitor dizia:

Em referência à reportagem "opção premiada" (27 de janeiro), gostaria de externar irrestrita solidariedade ao governador Fernando Collor de Mello. Causa-me indignação e revolta o tratamento que lhe é dispensado pelo governo federal, negando recursos e apoio político à sua tarefa de sanear os órgãos públicos de seu Estado.⁶²

Através dos trechos de cartas, cuidadosamente selecionados, o periódico demonstrava estar tratando de um assunto de interesse geral, bem como procurava caracterizar como correta a maneira como abordava os temas propostos. De sua parte, Collor continuava tendo sucesso na contínua veiculação de sua imagem.

Em fevereiro nova matéria de *VEJA* em que Collor era o protagonista, dessa vez sobre uma polêmica envolvendo seu nome e o SNI (Serviço Nacional de Informação).⁶³ O título dessa reportagem era "Um dossiê de festim" e versava sobre a ida de Collor ao

⁶⁰ CONTI. *op. cit.*, p. 96-97.

⁶¹ Alagoas está com os bolsos vazios. *VEJA. Filhos do divórcio*. São Paulo: Editora Abril, 27 de janeiro de 1988 Ano 20, nº 4. p. 27-28.

⁶² Cartas: "Opção pelo Planalto". *VEJA*. São Paulo: Editora Abril, 17 de fevereiro de 1988. Ano 20, nº 7. p. 8.

⁶³ Um dossiê de festim. *VEJA. Rio de Janeiro: inundação e morte*. São Paulo: Editora Abril, 24 de fevereiro de 1988. Ano 20, nº 8. p. 25.

Palácio do Planalto, sede do SNI naquele período, em busca de uma explicação sobre um "suposto" dossiê, o qual comprovaria que Collor teria sido investigado e fichado pelo órgão. A informação havia partido de uma reportagem veiculada pelo *JORNAL DO BRASIL*, na semana anterior, em que o repórter Ricardo Boechat numa investigação aos arquivos do SNI, havia descoberto a ficha de Collor, dizendo que o órgão, além de espionar o personagem, o comparava ao mafioso italiano Al Capone e ao Ministro nazista Joseph Goebbels.

De acordo com a matéria de *VEJA*, Collor teria ficado quarenta minutos no saguão do Palácio do Planalto sem ser atendido pelo então chefe do SNI, o general Ivan de Souza Mendes. A reportagem dizia, que somente na sexta-feira da semana anterior, é que havia sido descoberto que o dossiê alardeado pelo repórter do *JB* não passava de "um amontado de denúncias de jornais de Alagoas", recolhidas por adversários de Collor e distribuídas à imprensa.⁶⁴ A reportagem também exibiu uma foto de Collor passeando pela Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, durante o carnaval de fevereiro de 1988, logo após o desfile de uma escola de samba que havia feito uma menção, em seu samba-enredo, aos "marajás". Collor fora aplaudido pela multidão que assistia aos desfiles. Abaixo da fotografia encontrava-se a legenda "Collor na Marquês de Sapucaí: "Carnaval de protesto".⁶⁵

Através de episódios como esses, sobretudo, pela maneira como eram veiculados pela imprensa, Collor continuou no caminho da construção de uma imagem que o representasse como um político valente, que se indignava com os poderes estabelecidos, ostentando ainda, a imagem de uma vida política idônea e proba, ademais, era tema de carnaval.

Ao que tudo indica, em março de 1988 Fernando Collor não só era conhecido nacionalmente como estava decidido a tornar-se Presidente da "Nova República". Isso ficou mais evidente na primeira capa dedicada ao personagem pela revista *VEJA*. A escolha dessa capa estampando Fernando Collor, ao que parece não fora tão aleatória quanto afirmara Mario Sergio Conti num dos trechos de seu livro. Além de todos os aspectos que salientaremos adiante, o próprio Conti afirmou em outro trecho de seu livro, que fora numa reunião interna que os editores de *VEJA* teriam decidido por uma capa com o governador

⁶⁴ Um dossiê de festim. *VEJA: Rio de Janeiro: inundação e morte*. São Paulo: Editora Abril, 24 de fevereiro de 1988. Ano 20. nº 9. p. 25.

⁶⁵ *id.*

de Alagoas.⁶⁶ De nossa parte, preferimos considerar que a polêmica notoriedade do personagem em questão, naquele momento, possivelmente determinou a escolha de uma capa pela direção da revista. Collor era notícia e, portanto, sinônimo de vendas para o periódico.

Collor, como frisou-se no início do capítulo, fora fotografado naquela oportunidade em frente a um quadro do pintor alagoano Rosalvo Ribeiro. A tela chama-se "Avançar" e fora pintada em Paris (capital da França), no ano de 1894. A pintura mostra um soldado a cavalo com uma espada em riste (trata-se de uma representação do Marechal Deodoro da Fonseca durante a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889). Na foto Collor aparecia trajando um terno preto, com uma camisa branca e uma gravata azul, braços cruzados, cabelos nem longos nem muito curtos e bem penteados, esboçando um sorriso de canto de boca, ou seja, discreto. Ao lado da foto a legenda "Collor de Mello" escrita em branco e sublinhada em vermelho, esta, a mesma cor utilizada para destacar o nome da revista, "VEJA", que ficava estampado no alto da página. Abaixo do nome do personagem, em caixa alta e letras maiores, também em branco, observava-se a legenda "O CAÇADOR DE MARAJÁS". Ainda na mesma capa, no alto, do lado esquerdo, uma foto pequena de Ulysses Guimarães e logo abaixo uma tarjeta amarela, com letras em cor escura e com os dizeres "A manobra parlamentarista de Ulysses".

À primeira vista nada de anormal, isto é, tratava-se de uma capa de revista como outra qualquer, sobretudo, para o observador mais desavisado. No entanto, tal capa estava repleta de táticas e técnicas próprias da comunicação profissional e carregavam consigo um farto capital simbólico. Tratava-se, na verdade, de uma forma de discurso, um discurso cuidadosamente elaborado com o objetivo de chamar a atenção do leitor. Mais que isso. Além da foto, muito bem enquadrada, do personagem, posando à frente de um quadro muito sugestivo para o contexto, o periódico anunciou seu produto jornalístico com letras grandes e centralizadas: "Collor de Mello - O CAÇADOR DE MARAJÁS".

A atenção do leitor era chamada, na medida em que o contexto de redemocratização do Brasil estava sendo marcado por denúncias de corrupção em todas as esferas de poder, inclusive no âmbito federal, chegando ao governo do então Presidente José Sarney.

⁶⁶ CONTI. *op. cit.*, p. 108.

Fernando Collor de Mello surgiu no cenário nacional em meio a esta crise, tomando a frente nas denúncias de corrupção e malversação dos recursos públicos do governo federal.

Fig. 1: capa de 23/03/1988 - edição nº 12 - ano 20



Pronunciar-se de alguma maneira contra a corrupção, é um recurso muito utilizado por políticos nos momentos eleitorais, e naquele, especificamente, a revista VEJA soube

aproveitar-se para publicar um desses personagens naquela capa, legitimando dessa forma seu discurso. Mas não apenas isso, utilizando-se de mecanismos sutis, e até imperceptíveis aos olhos da maioria dos observadores, a capa foi elaborada para chamar a atenção do leitor, do seu consumidor final. A começar pela foto, passando pela legenda e desembocando nas cores utilizadas.

A foto de Collor, associada à legenda, trazia à tona uma sensação de verdade, de realidade, pois tratava-se da imagem messiânica de alguém cujo objetivo era acabar com a corrupção que grassava no país, mas embasado nos ideais democráticos. Alguém que estava, aparentemente, desvinculado das rodas decisórias tradicionais, um *outsider*. *VEJA* por sua vez, contribuía para a divulgação da imagem desse "salvador", desse contestador dos governos corruptos, desse "caçador de marajás", participando assim da inauguração de uma "nova fase". Aliás, pode-se salientar ainda a utilização do termo "CAÇADOR", que de certa forma evocava uma sensação de força, bravura, de coragem, enfim, de poder. O personagem era um "CAÇADOR", com todos os possíveis significados que a palavra pudesse ser identificada. Era uma das demonstrações do que se pode chamar de "despolitização do político", ou ainda de "teatralização do poder", característica que tornar-se-ia comum nas abordagens que o periódico empreenderia em relação a Collor dali em diante.

A legenda "Collor de Mello - O CAÇADOR DE MARAJÁS", um soldado a cavalo e em posição de ataque ao fundo, um personagem jovial, fotografado ostentando uma aparência serena, porém séria, bem trajado para a ocasião, tudo somado ao contexto nacional de transição de um regime ditatorial à democracia e que era marcado por incontáveis denúncias de corrupção, formavam um conjunto atraente, praticamente, impossível de passar despercebido. Era quase inevitável querer saber mais sobre aquele novo político, que estava mudando os rumos de seu Estado e que podia também mudar os rumos da nação. O leitor imaginava ser primordial saber sobre essa realidade que se apresentava, esse novo contexto e era impelido à aquisição da revista.

Corroborando o que se via na capa, a matéria referente à mesma, transcreveu uma pesquisa realizada no período pelo Vox Populi (mesma empresa que havia realizado a pesquisa encomendada por Collor um mês antes), nas regiões sul e sudeste do Brasil. Na primeira região, Collor apareceu em segundo lugar entre os políticos mais populares do

país, ficando atrás apenas de Leonel Brizola, o então governador do Rio Grande do Sul. Já na segunda, ocupou o quarto lugar, perdendo para Brizola, Orestes Quércia (governador de São Paulo na época) e Luís Inácio Lula da Silva.⁶⁷

Tendo em vista tais resultados, provavelmente, Collor ensaiou o pré-lançamento de sua candidatura à presidência da República nas eleições do ano seguinte (1989), afirmando à própria *VEJA* que seria Presidente como outro alagoano, o Marechal Deodoro da Fonseca, ao que a revista avaliou ser "um exagero de retórica", mas não inteiramente fora de contexto, haja vista que o nome do governador de Alagoas, segundo *VEJA*, já havia sido cogitado como candidato a vice numa chapa encabeçada por Ulysses Guimarães.⁶⁸ Aqui se podia observar mais uma justificativa para a capa protagonizada por Collor, pois o governador de Alagoas não só afirmava ser um futuro presidenciável como tinha sua afirmativa respaldada em resultados obtidos em pesquisas de opinião realizadas por órgãos nacionalmente reconhecidos.

O tom elogioso ao personagem foi mantido durante praticamente toda a reportagem. A revista enalteceu, por exemplo, a coragem de Collor em abrir mão de uma vida que poderia ser tranqüila, sobretudo, devido à sua condição familiar e sócio-econômica (Collor, como pudemos auferir, provinha de uma família abastada), para dedicar-se à política:

Esse senhor, herdeiro de boa fortuna e mimado pelo ambiente aconchegante de uma família endinheirada, tinha tudo para avançar pela vida como um desses eternos garotões de praia e de vida noturna. Em vez disso, acabou combatendo marajás, desafiando a aristocracia dos usineiros alagoanos e prometendo passar a limpo a tradição de violência em seu Estado.⁶⁹

Collor era retratado como alguém diferenciado, pois tendo todos os motivos para tornar-se um "eterno garotão de praia" (e aqui, de passagem, observa-se a menção à juventude do personagem), pelo contrário, havia decidido tornar-se um "caçador de marajás", e que prometia passar a limpo a "tradição de violência em seu Estado". A revista não fez qualquer menção ao fato do pai de Fernando Collor, quando era senador em 1963, ter assassinado outro senador, José Kairala, durante uma sessão do Senado Federal, no momento em que proferia um discurso.

⁶⁷ A guerra ao turbante. *VEJA*. **Collor de Mello**: o caçador de marajás. São Paulo: Editora Abril, 23 de março de 1988. nº 12. ano 20. p. 40.

⁶⁸ *ibid.*, p. 39.

⁶⁹ *ibid.*, p. 41.

De acordo com as informações levantadas posteriormente, o assassinato do suplente de senador, José Kairala, que participava de sua última sessão do Senado (já que o titular do posto voltaria a assumi-lo), teria sido um acidente, pois o disparo efetuado por Arnon de Mello objetivava atingir um opositor político seu de Alagoas e também senador, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que, segundo consta, o vinha ameaçando de morte caso viesse a discursar no Senado. Durante esse, que seria o primeiro discurso de Arnon, vários meses após assumir o cargo de senador, Silvestre Péricles o teria ameaçado, bradando xingamentos contra Arnon e empunhando uma arma ameaçadora, ao que Arnon respondera atirando com um revólver calibre 38. Entretanto, errara o alvo atingindo José Kairala que, coincidentemente, sentava-se ao lado de Silvestre Péricles durante o ocorrido. Ambos os protagonistas da desavença (Arnon e Silvestre Péricles), foram presos na ocasião, responderam inquérito e foram absolvidos por unanimidade.

VEJA também não citou qualquer envolvimento de Fernando Collor em episódios de violência, contudo, saber-se-ia que o personagem também fora protagonista de alguns. Num deles, ainda na juventude, teria quebrado uma boate inteira em Brasília e em outro teria quebrado o andar todo de um hotel e surrado sua acompanhante, uma jornalista, fatos que viriam à tona através de seu irmão caçula, Pedro Collor, que escreveu um livro de memórias intitulado "Passando a limpo: a trajetória de um farsante".⁷⁰ A revista preferiu enfatizar as promessas do personagem sobre as mudanças que seriam processadas em seu Estado a partir daquele mandato, em relação à violência local.

A reportagem sobre "O CAÇADOR DE MARAJÁS" trouxe em seu bojo apenas algumas declarações detratadoras, negativas a Collor, emitidas por desafetos do mesmo. Tratava-se de funcionários públicos atingidos pela então crescente onda de caça aos marajás, como o consultor geral da Assembléia Legislativa de Alagoas, Luiz de Gonzaga Mendes de Barros que declarou à revista: "O governador é um moleque".⁷¹ Também fizeram declarações, adversários políticos de Collor como o ex-governador de Alagoas Divaldo Suruagy, antecessor de Collor e seu ex-aliado que disse: "Collor é uma farsa montada no Brasil, não passa de um fruto da mídia eletrônica".

⁷⁰ COLLOR DE MELLO, Pedro. **Passando a limpo: a trajetória de um farsante**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁷¹ *ibid.*, p. 42.

Entretanto, na sequência imediata desta última declaração a revista proferiu: "...diz Suruagy, um político que perdeu quase todo o seu espaço em Alagoas com o aparecimento da estrela rival".⁷² O que se podia perceber é que *VEJA* procurava defender uma imagem positiva de Collor, a despeito das críticas que lhe eram feitas. Aliás, tecer elogios e algumas críticas veladas ao personagem, viria a ser uma constante nas avaliações da revista, o que se poderá constatar mais adiante.

A prevalência do elogio em detrimento da crítica tornava-se ainda mais perceptível na passagem seguinte, que versava sobre as próprias declarações contrárias ao governador:

O que os adversários não conseguirão fazer é retirar da campanha de Collor o toque de fascínio que ele exerce sobre uma população cansada de ver privilégios prosperarem em quintal alheio, sabendo que a conta virá parar em suas mãos.⁷³

De acordo com a avaliação do periódico, Collor exercia um verdadeiro "fascínio" sobre a população brasileira, já que segundo *VEJA*, o personagem defendia os interesses da maioria, ou seja, o fim dos privilégios de uma minoria. Em que pese tais constatações, portanto, o que se observa em uma análise sucinta, é que a edição abordava Collor de maneira positiva, sobretudo, no que tangia à caça aos superfuncionários do serviço público.

Havia, no entanto, mais uma avaliação negativa nas atitudes do governador, para *VEJA*, a de desrespeitar a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao não-pagamento dos salários de alguns altos funcionários públicos alagoanos, isto é, o governador estava desobedecendo à justiça, o que, de acordo com o periódico, o colocava em uma "posição insustentável e incorreta".⁷⁴ Assim mesmo o saldo era favorável a Collor. Para *VEJA*: "Como criador de um caso sério, que bateu às portas do Supremo, levanta uma discussão proveitosa para todo o país a respeito do que é um marajá, um conceito que se perde às vezes no meio de uma grita histérica."⁷⁵

O fato de Collor agir ilegalmente, ou melhor, inconstitucionalmente, tornava-se praticamente irrelevante aos olhos do periódico, em face do que chamou de "discussão proveitosa" para o Brasil, que o personagem havia criado. De acordo com a revista, o

⁷² *ibid.*, p.41.

⁷³ *id.*

⁷⁴ *id.*

⁷⁵ *ibid.*, p. 43.

conceito de "marajá" carecia de aprofundamento e de divulgação para que o problema fosse solucionado e Collor contribuía com suas atitudes para que a questão viesse à tona.

A partir daquela capa as relações entre Collor e *VEJA* se estreitariam gradativamente, sendo que o grau de aproximação entre o personagem e o periódico aumentaria ainda mais à medida que se aproximavam as eleições presidenciais. Porém, em março de 1988 os laços que ligavam Collor e *VEJA*, ao que tudo indica, ainda não estavam muito apertados como se podia imaginar. De acordo com Mario Sergio Conti, dois meses depois da publicação da capa protagonizada por Fernando Collor, o governador de Alagoas foi agradecer pessoalmente ao superintendente da editora Abril, Roberto Civita, que o recebera em pé, lamentara pelo encontro não ter sido marcado com antecedência e teria dito estar muito ocupado naquele momento.⁷⁶

⁷⁶ CONTI. *op cit.*, p. 111.

1.2 - O caçador corredor e os temerários: o primeiro turno das eleições 1989

Em junho de 1988 foi aprovada a prorrogação do governo de José Sarney para cinco anos. Já a nova Constituição, foi aprovada em 5 de outubro de 88, trazendo 245 artigos e 70 disposições transitórias, configurando-se para muitos observadores como a mais democrática já implantada no Brasil, bem como a com maior preocupação com os direitos sociais. Entretanto, de acordo com o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, a nova Constituição passou a ser alvo de violentos ataques daqueles que queriam a redemocratização o mais distanciada possível do "estatismo" autoritário da ditadura, e representativa da implantação de uma ordem liberal.⁷⁷

Por outro lado, o cientista político René Armand Dreifuss, na obra intitulada "O jogo da direita", analisou o processo gerador da Constituição de 1988, acenando para outra perspectiva sobre a mesma.⁷⁸ Para ele, foi organizada naquele período uma verdadeira frente de batalha pela "direita", entendida pelo autor como a soma de três instâncias de poder no Brasil: a Sociedade Política Armada, representada pelos militares; a Sociedade política Estatal, representada pelos políticos em geral e pelo governo em particular; e a Sociedade Política Empresarial, composta pelos empresários dos mais variados ramos de atividades.

De acordo com Dreifuss, já no período que antecedeu às eleições de 1986 houve a articulação desses segmentos, cujo objetivo era a eleição de uma "maioria", que denominou por um neologismo de "conserviológica", isto é, conservadora ideológica e fisiologicamente, para a Assembléia Constituinte que iniciaria seus trabalhos no ano seguinte, no sentido de influenciar ao máximo às decisões que levariam à elaboração e aprovação da nova Constituição.⁷⁹ Para o autor, a "direita", adotando vários tipos de táticas, novas e antigas, que em geral passavam pelo uso intensivo de vultosas somas de dinheiro arrecadadas junto ao empresariado, e de uma significativa estrutura logística e propagandística, teria conseguido a contenção daqueles identificados como adversários em potencial, com destaque para os radicais de esquerda (entre estes podendo ser citados os

⁷⁷ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Brasil, em direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 343.

⁷⁸ DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1989. p. 99-107.

⁷⁹ **id.**

militantes e partidários do PT e do PDT), bem como a influência para o modelamento da opinião em geral, que lhe fosse favorável. A esse sucesso, para Dreifuss, seguiu-se a eleição de uma parcela importante do Congresso Nacional que viria a garantir os resultados pretendidos na Constituinte.

O autor também ressaltou nesse contexto, a formação do que veio a denominar-se "centrão", durante a Constituinte, ou seja, um grupo de parlamentares identificados com as questões que permeavam as causas direitistas.⁸⁰ Para ele, tal formação fazia parte de um esforço concatenado e bem-sucedido de uma articulação que também denominou de "conserviológica" (como já se disse conservadora ideológica e fisiologicamente), que objetivava justamente o enfrentamento com as esquerdas nas questões centrais e substantivas da nova Constituição. De acordo com ele: "se transformaria em verdadeiro rolo compressor do empresariado para a votação de questões vitais na Constituinte".⁸¹

René Dreifuss apontou ainda, que dentre as diversas táticas no sentido de sintonizar a direção, o sentido, as metas e os recursos para potencializar o resultado desejado, destacou-se a arregimentação de apoio para o "centrão" junto aos parlamentares, tendo como "ponta-de-lança" os deputados afinados com as teses do empresariado, bem como a arrecadação de fundos que, segundo o autor, teriam chegado à cifra de 5 milhões de dólares.⁸² Além disso, declarações públicas feitas por militares, funcionaram como dissuasórias e persuasórias da opinião pública e, para ele, até pressões de última hora foram válidas na "direita", desde visitas às casas dos parlamentares, telefonemas a deputados, prefeitos e vereadores, e, já com a sessão em andamento, como ironizou Dreifuss, o envio de "sugestivos bilhetinhos", isto é, bilhetes trocados entre diversos deputados, objetivando influenciar colegas a votarem a favor das causas direitistas.⁸³

O resultado final, para o autor, foi o de uma Constituição que denominou, mais uma vez utilizando-se de um neologismo, de "conservionista", ou seja, conservadora como nascera, porém temperada com alguns leves toques nacionalistas. Para Dreifuss, a Constituição refletiu o "comedido" sucesso do empresariado urbano, o sucesso

⁸⁰ **ibid.**, p. 113.

⁸¹ **id.**

⁸² **ibid.**, p. 196.

⁸³ **ibid.**, p. 211.

"estrondoso" dos proprietários rurais e uma vitória ampla, geral e irrestrita dos militares.⁸⁴ Em outras palavras, segundo o autor, dos grupos que formavam a "direita", foram os militares que tiveram atendidas, satisfatoriamente, praticamente todas as questões que lhes eram concernentes na Constituinte.

Em 1988 realizaram-se eleições municipais no Brasil onde saíram vitoriosos, na maioria das grandes cidades, os partidos de oposição, com destaque para o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista.⁸⁵ A partir destas eleições o PT e o PDT, somados, passaram a governar quase um quarto de toda a população brasileira na esfera municipal, fortalecendo-se bastante. Tais resultados foram atribuídos, dentre outros motivos, ao descontentamento com o governo de José Sarney (1985-1989), o qual, não se pode deixar de avaliar, havia herdado muitas das mazelas econômicas, políticas e sociais dos governos que o antecederam, sendo que muitas delas acentuaram-se bastante durante seu mandato. Ademais, nesse mesmo período começou a acentuar-se a interferência econômica por parte dos organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, engajados na expansão do que denominou-se de "neoliberalismo", sobretudo, nos países considerados "em desenvolvimento" como o Brasil.

A impopularidade de Sarney também tinha suas raízes no fato de ter sido o vice-candidato a Presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves, o que equivale a dizer que este é que havia sido eleito e não aquele. Enquanto Tancredo, que veio a falecer antes de assumir o cargo, pertencia ao que se reconhecia como oposição, naquele momento, Sarney, pelo contrário, era um político considerado governista, isto é, representante da situação autoritária que governara o Brasil até ali. A associação não era aleatória, pois Sarney além de ter construído sua carreira política na esteira do regime militar, pertencera à ARENA.

Contribuíram também para a impopularidade do Presidente a série de greves arquitetadas pelos partidos de oposição, sobretudo, pelo PT e o PDT, apoiados por grande parte de funcionários públicos que reclamavam reajustes. O papel da mídia, na divulgação dessas situações não foi menos primordial para a exacerbação de uma imagem negativa de Sarney.

⁸⁴ *ibid.*, p. 247.

⁸⁵ RODRIGUES. *op. cit.*, p. 29.

Como se isso tudo não fosse suficiente, uma verdadeira crise instalou-se no governo federal após inúmeras decisões políticas questionáveis do Presidente, como a redução de seu mandato em apenas um ano, ou seja, de seis para cinco, em detrimento da diminuição para quatro anos, prometida por Tancredo Neves, e três planos econômicos frustrados (Plano Cruzado I e II e Plano Bresser). Ainda, como reação às manifestações de animosidade em relação ao Presidente, o governo passou em determinado momento a agir com a idéia fixa de que pudesse existir um complô subversivo em andamento no país, ordenando que as Forças Armadas passassem a reprimir movimentos grevistas e outras manifestações que pudessem ser consideradas contrárias.⁸⁶ Notava-se no apelo do Presidente, o retorno a atitudes que caracterizaram o período em que os militares estiveram à frente do governo.

Tais atitudes eram representativas do descrédito a que o governo estava se submetendo, mas não menos, da pressão exercida por alguns setores da sociedade organizada, como inúmeros órgãos de comunicação, bem como dos partidos de oposição. Para o cientista político Bolívar Lamounier, a redução da capacidade decisória do Presidente havia chegado talvez ao ponto mais baixo da história republicana brasileira, a ponto de todos os 22 candidatos à presidência da República em 1989 terem se proclamado de alguma maneira contrários ao governo Sarney.⁸⁷ O Presidente, por sua vez, advertia que as vitórias do PT "representavam uma ameaça à harmonia social e à convivência pacífica", em mais um esforço, segundo Dreifuss, "de modelamento de opinião".⁸⁸

O resultado das eleições municipais de 88 foram apresentados como um "alerta vermelho" para as classes dominantes. Para René Dreifuss "a disputa desenhou um novo mapa político a partir das prefeituras e um prelúdio das tendências de um novo país, do ponto de vista social e ideológico".⁸⁹

Ainda no final de 88, Collor já despontava nas pesquisas de opinião como um dos favoritos entre os possíveis presidenciais. Tais pesquisas, algumas encomendadas pelo próprio personagem ou por seus assessores, foram fundamentais para a elaboração de projetos para a campanha presidencial vindoura, que para Collor já havia começado. Num

⁸⁶ TEIXEIRA DA SILVA. *op. cit.*, p. 349.

⁸⁷ LAMOUNIER. *op. cit.*, p. 23.

⁸⁸ JORNAL DO BRASIL; 17/11/1988. *Apud.* DREIFUSS; *op. cit.* p. 254.

⁸⁹ DREIFUSS. *op. cit.*, p. 254.

desses levantamentos, apontou-se que Collor ainda era pouco conhecido nas cidades de médio porte, sobretudo, das regiões Sul e Centro-sul.

Assim sendo, entre o final de 88 e o início de 89 Collor continuou aparecendo, graças a uma relação amigável com o proprietário das Organizações Globo (Roberto Marinho), nos programas "Globais", não só em Alagoas, onde sua família era proprietária da retransmissora da *REDE GLOBO*, a *TV GAZETA*, mas também em nível nacional. Collor utilizava-se principalmente das sucursais da *GLOBO* nas regiões onde almejava mostrar-se. De acordo com Mario Sergio Conti, era raro, nessas sucursais, aparecerem entrevistados de nome nacional e, além disso, o governador de Alagoas atacaria ferrenhamente o Presidente Sarney e também os "marajás, de maneira que a audiência estaria praticamente garantida.⁹⁰ Daí a facilidade com que conseguia suas freqüentes aparições.

Apesar da posição favorável a Collor apontada nas pesquisas de opinião, Conti acenou para o fato de que já no final de 88, um dos assessores do presidencial descobrira nestas pesquisas um "possível perigo" à sua vitória.⁹¹ De acordo com o autor, o nome do empresário e comunicador Silvio Santos, também apontado como um possível candidato à presidência da República, surgia nas pesquisas. Para ele, se essa candidatura se confirmasse as coisas poderiam tomar um rumo contrário aos interesses de Fernando Collor.⁹² Diante dessa situação, segundo Conti, Collor teria ido à casa do apresentador em São Paulo, para interrogar-lhe sobre sua possível candidatura, afirmando-lhe, caso fosse verdadeira, o governador desistiria de concorrer, não iria "perder dois anos de mandato de governador à toa". Silvio Santos teria respondido que não seria candidato "de jeito nenhum".⁹³

Silvio Santos, o proprietário do *SBT* (Sistema Brasileiro de Televisão), uma das maiores emissoras de tevê do Brasil, cujo verdadeiro nome é Senor Abravanel, nasceu na Lapa, Rio de Janeiro, filho de um casal de imigrantes de origem judaica, sendo o pai grego e a mãe turca. Fora camelô em São Paulo tendo iniciado na função ainda na infância. Já na adolescência participou de um concurso para locutores de rádio, tendo obtido a primeira colocação e sendo admitido como locutor na rádio Guanabara. Aos 18 anos de idade

⁹⁰ CONTI. *op. cit.*, p. 121-122.

⁹¹ *ibid.*, p. 123.

⁹² *id.*

⁹³ *id.*

alistou-se na Escola de Pára-quedistas do Exército onde permaneceu por algum tempo, sendo que após sua baixa transferiu-se para a rádio *TUPI*.

Em seguida voltou ao mundo dos negócios, como proprietário de equipamentos que faziam a sonorização de uma barca no Rio de Janeiro, a Cantareira, onde começou a vender anúncios aos comerciantes do Rio e de Niterói. Depois de um acidente com a tal barca, em que os reparos da mesma demorariam a ser feitos, o personagem foi trabalhar na Rádio Nacional de São Paulo, onde passou a ser animador do então famoso quadro "Cadeira do Barbeiro", a convite do animador Manoel da Nóbrega.

Em 1964 Silvio Santos lançou-se como animador na televisão, na *TV GLOBO*, canal 5 de São Paulo, comandando um programa que por 13 anos tomou conta das tardes de domingo naquela emissora, o "Programa Silvio Santos", que também fora exibido na extinta *TV TUPI*, canal 4 de São Paulo. O contrato que estabeleceu com a *GLOBO* naquele período, o proibia de compra ou qualquer participação numa emissora de tevê, mas, o então apresentador, negociou secretamente a compra de 50% da *TV RECORD*, em 1972, através de um "testa-de-ferro". Depois de cumprir seu contrato com a *GLOBO*, em 1976 foi para a *RECORD*, mesmo ano em que obteve sua primeira concessão de televisão, durante o regime militar, dando início ao *SBT*, que viria a tornar-se uma das maiores emissoras do país, da qual além de proprietário tornou-se também seu principal apresentador.

Silvio Santos, em outubro de 1989, contrariando a possível negativa que teria dado ao então governador de Alagoas, Fernando Collor, acabou cogitando sua candidatura à presidência da República há menos de um mês das eleições. A princípio seria pelo PFL (Partido da Frente Liberal), no lugar de Aureliano Chaves, que naquele período aparecia na maioria das pesquisas de opinião com 1% da preferência do eleitorado, porém a candidatura não foi aceita. Assim mesmo Silvio Santos continuou com a idéia de candidatar-se, agora pelo PMB (Partido Municipalista Brasileiro), sendo que dessa vez quem desistiria seria o líder da legenda, Armando Correa. Como não haveria tempo para a impressão de novas cédulas eleitorais, e as que já haviam sido impressas levavam o nome de Armando Correa como candidato oficial do PMB, arquitetou-se que se a candidatura fosse consolidada, o eleitor que desejasse votar em Silvio Santos deveria assinalar o nome de Armando Correa.

Inúmeros partidos como o PMB e o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), partido que abrigou a candidatura de Collor, muitas vezes foram utilizados como moeda de

troca entre políticos que desejavam candidatar-se e que, no entanto, não pertenciam a algum partido já consolidado (ou que não haviam sido escolhidos por seus respectivos partidos para representá-los nas eleições), e os proprietários dos partidos que recebiam, muitas vezes, fartas somas de dinheiro para permitir tais candidaturas. Com isso não queremos afirmar que tais práticas foram efetuadas pelos partidos acima citados, mas que estes se configuravam como meras siglas naquele momento, sem qualquer lastro na política brasileira, ou seja, que haviam sido criados há muito pouco tempo e que ainda não haviam se consolidado enquanto partidos políticos.

A entrada de Silvio Santos, praticamente às vésperas das eleições, viria a embaralhar as pesquisas eleitorais. O IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), o maior do país em seu segmento, mostrava que Collor caíra de 31% para 23%, continuando, contudo, na frente dos demais candidatos. Na mesma pesquisa, Silvio Santos aparecera como segundo colocado, com 18%. De acordo com o GALLUP, outro importante instituto de pesquisas do país naquele momento, o dono do *SBT*, Silvio Santos, chegaria em primeiro lugar na corrida presidencial, com 29%, ficando Collor em segundo, com 19%.

As reações à possível candidatura de Silvio Santos foram as mais variadas pelo país afora. Os órgãos de comunicação em geral, com exceção do *SBT* por questões óbvias as quais já explanamos, foram unânimes em atacar tenazmente tal candidatura. As ofensivas mais ácidas viriam das Organizações Globo. Ressalte-se que o *SBT*, de propriedade de Silvio Santos, não só era um concorrente da *REDE GLOBO*, com era a segunda maior emissora de tevê do Brasil, ficando atrás apenas da própria *GLOBO*. Entretanto, não cabe aqui sondarmos o que possivelmente aconteceria caso Silvio Santos viesse a ser o novo Presidente do Brasil naquele momento, mas apenas apontar o fato de que a mínima possibilidade de que isso ocorresse, suscitou um verdadeiro alvoroço na mídia brasileira.

No entanto, o apresentador teve sua candidatura impugnada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), órgão encarregado de organizar e conduzir o processo eleitoral de 1989, por sete votos a zero dos juízes, ou seja, por unanimidade, somados ao voto do presidente do Tribunal, Francisco Rezek. As alegações do Tribunal foram que em 15 de outubro vencera o prazo para que o PMB, pelo qual Silvio Santos concorreria, tivesse realizado o mínimo de convenções estaduais exigidas pela legislação, um total de nove, e ainda que o candidato, por ser concessionário de uma empresa de serviço público, deveria ter se

afastado do cargo três meses antes das eleições. Na avaliação de alguns observadores, a decisão apresentava uma faceta meramente política. Além da impugnação da candidatura de Silvio Santos, o registro do partido foi cassado, não podendo participar das eleições presidenciais daquele ano.

Em fevereiro de 1989, intervalo entre a primeira e a segunda capa dedicada ao personagem pela Revista *VEJA*, Collor talvez ainda não pensasse a sério tornar-se Presidente do Brasil, ao menos, pelo que tudo indica, não naquelas eleições. Segundo Mario Sergio Conti, seu objetivo era aproveitar a campanha para criar um novo partido, divulgar ao máximo seu nome e o de sua legenda, para então candidatar-se em 1992 a senador pelo Rio de Janeiro ou pelo Rio Grande do Sul, e, somente, em 1994 concorrer à presidência da República, com efetivas chances de vitória.⁹⁴ Tais intenções, como se pôde constatar, seriam redirecionadas no decorrer da campanha eleitoral.

Em maio de 1989, cerca de um ano e dois meses após a primeira, era dedicada uma segunda capa da revista *VEJA* a Fernando Collor. Esta foi publicada num momento em que a corrida à presidência da República começava a esboçar seus primeiros números mais concretos. Na capa da edição aparecia uma foto de Collor com a mão no queixo, pensativo e com um ar de seriedade, e o título "COLLOR: quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão".⁹⁵ No alto da página, do lado esquerdo, a exemplo da capa anterior, uma chamada (característica de *VEJA*), com a foto do então maior produtor individual de soja do mundo, o latifundiário Olacyr de Moraes, que colhia naquele período, sobretudo, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o equivalente a cerca de 2,5 milhões de sacas de soja. A foto se encontrava sobre uma legenda em diagonal com a frase "Olacyr de Moraes" (que aparecia sublinhado), "A riqueza do Mato Grosso". Esta legenda estava escrita em branco sobre um fundo vermelho. Coincidência, ou não, Olacyr de Moraes seria um dos apoiadores de Collor durante a campanha presidencial.

⁹⁴ *ibid.*, p. 124.

⁹⁵ *VEJA*. **Collor: quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão**. São Paulo: Editora Abril, 17 de maio de 1989. nº 1.079.

Fig. 2: capa de 17/05/1989 - edição nº 1.079.



A fotografia apresentava algumas semelhanças com a da primeira capa, como, por exemplo, o traje que o personagem usava, um formal e elegante terno. Contudo as cores mudaram um pouco. Agora Collor foi fotografado usando um terno azul escuro, manteve a camisa branca e trocou a gravata azul por uma vermelha com bolinhas brancas. Outra

diferença notável era o ar de seriedade que o personagem esboçava, em detrimento da leve descontração com que havia sido apresentado anteriormente.

Collor foi retratado com a mão esquerda sobre uma espécie de bancada sendo que o braço direito, apoiado na mesma bancada, o auxiliava a pôr a mão sob o queixo, deixando transparecer uma atitude meditativa e concomitantemente de preocupação. A legenda, que cobria parte do corpo do personagem, novamente fora escrita em cor branca. "COLLOR" aparecia em destaque, escrito em caixa alta, com letras maiores e sublinhado em vermelho. Logo abaixo, em três linhas e com letras um pouco menores: "Quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão". A palavra "VEJA", como de praxe, localizada no alto da capa, mais para o lado direito, desta vez fora escrito em cor branca e combinava com a legenda. Outro detalhe interessante era o fundo "nublado", num tom meio esverdeado.

Mais uma vez o que chamava a atenção era o conjunto da imagem (fotografia, cores, legendas), que poderia ser associado ao contexto peculiar. Em maio de 1989, começavam a se delinear melhor os contornos do que seriam as eleições presidenciais diretas daquele ano. O papel da mídia em geral, tanto da televisão quanto da imprensa, seria de suma importância para os resultados do pleito, ou seja, um espetáculo midiático conectado ao que Balandier chamou de teatrocracia. O candidato que melhor se aprofundasse dessas ferramentas poderia destacar-se frente aos demais na corrida ao posto máximo da política brasileira. Tal ponto de vista era compartilhado pelo empresariado, cuja maioria percebia aquela sucessão presidencial como uma verdadeira "guerra político-propagandística", ou seja, o sucesso ou o fracasso quanto ao resultado final, dar-se-ia como consequência direta de uma construção política e propagandística desenvolvida ao longo da campanha eleitoral. Esta, portanto, deveria ser assentada numa construção de imagens, cujo papel da mídia seria primordial.

A preocupação com a divulgação e a identificação de seu nome com tudo o que representasse mudanças, transformações, foram pontos norteadores das campanhas de praticamente todos os presidenciáveis em 1989 e em maio, Fernando Collor era um desses candidatos. Sua ascensão nas pesquisas de opinião demonstrava que a tática da "publicidade máxima", já posta em prática durante a campanha ao governo de Alagoas, vinha surtindo efeito mais uma vez. A imagem e o nome de Collor sendo divulgados freqüentemente na imprensa de forma a associá-los à luta contra a corrupção, isto é, pela

moralização do país, destacando-se seus ataques, digamos, "um tom acima" ao Presidente José Sarney, contribuíam para que o presidenciável ascendesse gradativamente nas pesquisas de opinião e, conseqüentemente, tivesse sua imagem cada vez mais divulgada pela mídia, num efeito, "uma coisa leva à outra".

A revista *VEJA*, em particular, contribuía ainda para a divulgação dessa imagem, associando-a à jovialidade e, suposta, virilidade de Collor, além de outros adjetivos como seriedade e preocupação. Em que estaria pensando o presidenciável na ocasião daquela fotografia estampada na capa de 17 de maio de 1989? Estaria ele preocupado com tanta corrupção no país? E o fundo cinza? Seria um reflexo da situação política do Brasil naquele momento, ou do que estaria por vir? Ao observador/leitor do periódico eram sugeridas indagações como essas, convidando-o a obter as respostas na matéria escrita que a edição trazia.

Ao menos uma certeza a capa almejava proporcionar ao leitor, a de que o personagem que ali estava sendo mostrado era um político sério, um homem que pensava e agia. A revista sugeria que o personagem merecia estar ali retratado, pois além de ser mostrado na imprensa em geral como "caçador de marajás" (*slogan* que fora realçado pelo próprio periódico a partir da edição de março de 1988), o personagem era fabricado e veiculado como inimigo público do próprio Presidente da República, como já se disse, identificado e retratado negativamente pela mídia naquele momento.

Mas quem era, verdadeiramente, esse personagem? A perspectiva intentada pelo periódico era de causar a impressão de que ali, naquela edição da revista, haveria a possibilidade de se obter tal "revelação". "Quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão" era o título da capa. Bastava que o leitor/eleitor adquirisse o periódico e o lesse atentamente para conhecer o personagem mais profundamente. Essa era uma das possíveis certezas que impregnavam o consumidor daquelas técnicas de propaganda emitidas pelo periódico.

Na reportagem de sete páginas, com o título "O astro da largada", a revista propalou a ascensão de Collor, já em maio de 1989, nas pesquisas de opinião a respeito das eleições, que realizar-se-iam em 15 de novembro daquele ano: "Com a popularidade de caçador de marajás e o prestígio de inimigo do Presidente Sarney, Fernando Collor dispara nas

pesquisas de opinião".⁹⁶ Outro destaque da matéria foi a afirmação de Collor à revista, de que em sua gestão não haveria mordomia: "vou vender as mansões do governo em Brasília e os carros oficiais dos ministros." E a promessa de baixar rápida e peremptoriamente a inflação: "Em um ano e meio, a inflação será de 3% ao mês".⁹⁷

Além da ênfase à ascensão de Collor nas pesquisas e às promessas do candidato, a matéria trouxe ainda opiniões de vários políticos, favoráveis e contrários, à candidatura de Collor, e dois quadros: o primeiro contendo denúncias contra o governador e o segundo com promessas feitas por ele caso se tornasse Presidente do Brasil. De acordo com *VEJA*, as acusações contra Collor teriam sido colhidas em Alagoas, pelo então chefe da sucursal do periódico no Recife, Gilvandro Filho.

Constavam, dentre essas denúncias que se faziam ao governador de Alagoas, contratações ilegais de 6.000 funcionários, quando fora prefeito de Maceió, além de aquisição irregular de veículos para Alagoas, já como governador. Collor também era acusado de efetuar acordos com usineiros no que tangia ao pagamento de impostos ao Estado. Quanto às promessas feitas pelo candidato, caso se elegeisse, destacava-se a de fechar o SNI (Serviço Nacional de Informação), criado durante o regime militar (jun/1964), que como pudemos perceber, já havia sido alvo de polêmica envolvendo o nome de Collor.

A revista encenou uma postura, até certo ponto, "cautelosa" em relação ao personagem naquele momento, afirmando que a despeito das pesquisas apontarem Collor como o "astro maior" naquela fase, o candidato ainda não havia apresentado propostas mais concretas do que pretendia fazer no Brasil caso se tornasse seu dirigente. Além disso, o periódico anunciava serem muito numerosas as listas de adversários de Collor, bem como as críticas de que era passível. Contudo, reconhecia que Collor era um fenômeno em "popularidade", mas, sem deixar transparecer que tivesse qualquer participação nesse episódio, como ficava patente na seguinte passagem: "... mas o fato é que o fenômeno Collor assume, hoje, aquela característica do candidato teflon - os inimigos podem xingá-lo à vontade que nada de ruim gruda nele".⁹⁸

⁹⁶ O astro da largada. *VEJA*. **Collor**: quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão. São Paulo: Editora Abril, 17 de maio de 1989. n° 1.079. p. 34.

⁹⁷ **id.**

⁹⁸ **ibid.**, p. 39-40.

Elogiar e criticar determinado personagem, como se disse anteriormente, se configuraria como uma característica peculiar de *VEJA*, principalmente ao abordar Fernando Collor. Por outro lado, tem-se que tecer críticas, ainda que amenas a um determinado personagem, sobretudo, político, também faz parte das técnicas propagandísticas. Com isso, objetivava-se, dentre outras coisas, passar uma imagem de credibilidade do personagem abordado. Essa técnica é muito utilizada tanto pelos próprios políticos, quanto pelos meios de comunicação, principalmente nos momentos cruciais das disputas políticas e das eleições, e a revista não fugiu a essa tendência. Neste sentido, se podia perceber a intenção do periódico de questionar a honestidade de Collor implícita na exposição de acusações que teriam sido feitas a ele. O personagem é mesmo honesto? Teria sido honesto em Maceió? Estaria sendo honesto em Alagoas? Também ficava perceptível o desejo de fazer um levantamento acerca das promessas do candidato. Qual o significado do fechamento do SNI (Serviço Nacional de Informação)? O que o candidato pretendia com isso?

Sem apontar, no entanto, para uma resposta quanto às questões implícitas na abordagem, *VEJA* preferiu realçar a "popularidade" do governador. Mais que isso. Concluiu com uma frase bem-humorada chamando Collor de "candidato teflon", outra técnica muito empreendida para naturalizar uma determinada imagem, associando-a a algo cômico ou lúdico. O uso de gírias e coisas do gênero contribui para a memorização mais fácil de uma imagem, já que, em geral, provoca simpatia. Nesse caso, especificamente, o "teflon", tratava-se de uma característica de determinado tipo de utensílio doméstico, utilizado na cozinha, e também de uma marca muito divulgada naquele período pelas propagandas nos meios de comunicação.

Por outro lado, a cautela, se é que houve realmente, se explicaria na medida em que o próprio momento a requeria. O empresariado, em geral, ainda não havia se decidido por um candidato. Não que não tivessem se preocupado com as eleições presidenciais. Aliás, esse era um ponto nevrálgico para a classe, sobretudo, após os resultados das eleições municipais de 1988. De acordo com René Dreifuss, no final de 88, empresários fluminenses almoçaram com o então senador Jarbas Passarinho e o tema principal era a busca de um possível candidato "centro-liberal".⁹⁹

⁹⁹ DREIFUSS. *op. cit.*, p. 285-286.

No mesmo período foi lançado um manifesto, atribuído ao general Otávio Costa (juntamente com outras pessoas), então diretor de uma empresa importante no contexto nacional, a Caemi-MBR (pertencente ao empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes), que conclamava empresários, militares e intelectuais a uma união de esforços no sentido da formação de uma frente política de centro-direita, cujo objetivo principal seria a eleição de um candidato que os representasse.¹⁰⁰

Em abril de 1989 houve nova manifestação de preocupação com o processo sucessório, em que empresários da FIESP (Federação das indústrias do Estado de São Paulo), reuniram-se e traçaram o perfil do candidato ideal à presidência da República: "deveria ser moço, ter experiência administrativa, ter saúde e conhecer a vida, não podendo ser de esquerda nem de direita, mas de centro".¹⁰¹ Ao que tudo indica, Collor era o que melhor se enquadrava no perfil acima descrito.

Outro exemplo de que a escolha de um candidato pelo empresariado passava à pauta do momento, foi um editorial do jornalista e proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho, intitulado "Convocação", o qual foi publicado em *O GLOBO*, em 4 de abril de 1989. Nesse editorial, Roberto Marinho, nas palavras de René Dreifuss, "fazia vigorosa conclamação por uma 'candidatura de consenso', de cunho 'moderno e otimista', que permitisse 'uma alternativa melhor' que a de obrigar o povo brasileiro a escolher entre um 'projeto caudilhesco-populista' (Brizola) e um outro 'sectário e meramente contestatório' (Lula)".¹⁰²

O editorial se destacava por diversos motivos: pelo próprio título do editorial, "Convocação", já que o termo era forte, não se tratando de um aviso ou uma notícia, nem de um convite, mas de uma "convocação"; por conclamar os destinatários da mensagem a optarem por uma "candidatura de consenso" e que apontasse para a modernidade e o otimismo, leia-se, coadunada com os interesses do empresariado; porque deixava bem claro quem eram os personagens que deveriam ser contidos, o "caudilhesco-populista", referindo-se a Brizola e o "meramente contestatório", Lula; e, por fim, porque não explicitava, mas deixava transparecer, quais seriam os destinatários objetivados pela mensagem, além do empresariado em geral, os políticos pertencentes ao PMDB e ao PFL.

¹⁰⁰ **id.**

¹⁰¹ **ibid.**, p. 264.

¹⁰² **ibid.**, p. 291.

Neste último caso, o objetivo, ao que parece, era que os partidos supracitados contribuíssem na conversão de forças por outro candidato que não os representantes escolhidos por eles próprios, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, respectivamente. Em outras palavras, não investir tanto na candidatura de Ulysses Guimarães, considerado moderado, porém velho para o cargo, além de não ter conseguido destacar-se nas pesquisas de opinião até aquele instante e Aureliano Chaves, que também não conseguia empolgar os eleitores.

Se por um lado o empresariado ainda não havia escolhido de forma unânime o candidato a ser apoiado até o início de 1989, por outro, pairava no ar a nítida sensação de que aquelas eleições seriam viesadas à esquerda, com destaque para Luís Inácio Lula da Silva, do PT e Leonel Brizola, do PDT, percebidos como "esquerdistas", e Mário Covas, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), considerado um "centro-esquerdista".¹⁰³ A expectativa inicial era de que dois desses três candidatos chegassem ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989.¹⁰⁴

Contudo, muitos observadores apontaram que a campanha de concatenação de esforços do empresariado em busca de apoio a uma candidatura unificadora adiou a definição do "candidato único" para a segunda metade de 1989, o que significava que a relativa cautela apresentada por *VEJA* ao abordar o personagem em maio, coincidia com um momento em que o rol de possíveis presidenciais, isto é, de candidatos com chances reais de vitória, ainda era relativamente vasto.

Segundo René Dreifuss, foi somente em meados do ano eleitoral que o empresariado decidiu-se por apoiar o candidato do PRN, Collor, mesmo assim de forma restrita. Apoio incondicional, segundo o autor, só viria às vésperas das eleições (novembro de 89), e, sobretudo, durante o segundo turno. Roberto Marinho por sua vez, de acordo com palavras de Mario Sergio Conti, teria escolhido Collor por volta do final de julho de 89, quando numa entrevista a Neri Vitor Eich, da *FOLHA DE S. PAULO*, teria declarado não acreditar que Mário Covas (seu candidato predileto até o momento), fosse capaz de se

¹⁰³ A campanha eleitoral de 1989 foi marcada pela disputa realizada pelos candidatos nos meios de comunicação, sobretudo na TV, que, pela nova legislação, concedia um horário de propaganda gratuito no rádio e na televisão, a todos os partidos, até aos recém fundados. Havia, no entanto, uma relação de proporcionalidade na divisão do horário gratuito de propaganda eleitoral, que dizia respeito à representação das bancadas no Congresso. O PT e o PDT somados detinham menos de 10% desse total, mas mesmo assim acreditava-se que Lula e Brizola, ganharam muito da preferência do eleitorado devido ao horário gratuito.

¹⁰⁴ LAMOUNIER. *op. cit.*, p. 19.

eleger, tendo julgado Collor "mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas idéias privatistas".¹⁰⁵

Já em agosto de 1989 (cerca de três meses depois da segunda capa com Collor e, aproximadamente, três meses antes das eleições presidenciais), quando a revista *VEJA* lançou mais uma capa estampando Fernando Collor, a terceira dedicada ao personagem, o discurso proferido pelo periódico assumiu novamente um tom que lhe era amplamente favorável. Dessa feita numa foto de perfil do presidenciável e acompanhada do título "Collor no ataque: o líder da corrida ganha fôlego e faz estragos nos adversários".¹⁰⁶

Na foto, Collor, de perfil, apareceu com os olhos fixos à sua frente, como se visualizasse um alvo, um lugar a ser alcançado, um objetivo final. Sem o formal terno das imagens anteriores, o personagem agora trajava uma camisa azul clara, que a luminosidade clareou ainda mais, tornando-a praticamente branca, "iluminada". Observa-se ainda que o rosto do personagem estava levemente contraído, destacando-se na imagem sua fossa nasal. Além disso, também podiam ser vistos, nuançadamente, alguns cabelos grisalhos.

Na imagem também destacava-se a legenda principal, que ostentava os dizeres "COLLOR NO ATAQUE", em caixa alta, como se estivesse saindo da boca do personagem, escrita em branco e sublinhada em amarelo. Logo abaixo desta, escrita em letras menores e também em branco, estava: "O líder da corrida ganha fôlego e faz estragos nos adversários". No alto esquerdo da página em diagonal, novamente, uma chamada: "jovens", escrito em branco e sublinhado em amarelo, a exemplo da legenda principal, e logo abaixo, "A CIDADANIA PRECOCE", também escrito em branco. Toda a chamada estava sobre um fundo vermelho.

A palavra "VEJA" aparecia, invariavelmente, no mesmo local, desta vez escrita em amarelo com contornos em branco. Todo o conjunto se apresentava sobre um fundo escuro, praticamente indefinível, e quando se tentava fazê-lo, ou seja, definir o que estava ao fundo, percebia-se um ambiente meio enfumaçado, uma névoa.

¹⁰⁵ CONTI. *op. cit.*, p. 167-168.

¹⁰⁶ *VEJA. Collor no ataque: o líder da corrida ganha fôlego e faz estragos nos adversários*. São Paulo: Editora Abril, 9 de agosto de 1989. nº 1.091.

Fig. 3: capa de 09/08/1989 - edição nº 1.091.



O conjunto (cores, legendas e foto), mais uma vez, estava em harmonia. A fotografia, aliás, parecia ter sido minuciosamente escolhida. Collor estava de perfil, como se estivesse caminhando rapidamente. A imagem trazia a sensação de movimento do personagem, sendo que da posição do leitor, da esquerda para a direita. A representação era, aparentemente, de uma corrida, no sentido denotativo da palavra, com atletas

disputando o primeiro lugar, e quem estava na dianteira era aquele personagem, Collor, a imagem de um "vencedor".

Era destacada, novamente, a jovialidade do personagem, num quase paralelo entre Collor e os "jovens", palavra em destaque na parte superior da capa. Estes, de acordo com a legenda, adquiriam a "cidadania" precocemente, numa clara referência ao direito de voto aos dezesseis anos de idade, estabelecido pela Constituição de 1988. A capa mostrava que o personagem principal da manchete também era "jovem" e também exercia sua cidadania, mas a cidadania plena, já que concorria para a presidência da República, uma cidadania também precoce. Sua aparência de jovialidade e virilidade se aliavam à experiência, que era representada pelos cabelos grisalhos que ficaram à mostra na foto.

O personagem, apesar de estar na frente de seus adversários, de acordo com a legenda, ainda tinha muito "fôlego", tanto que chegava a causar "estragos naqueles". A impressão era de que o leitor encontrava-se diante de uma disputa monumental, uma corrida, ou mesmo de um jogo de futebol, ou ainda, de uma luta. Collor estava "no ataque" e era para vencer, era para ganhar a disputa, era para superar os demais concorrentes, era para chegar à presidência da República, pois fazia estragos nos concorrentes.

Tratava-se de uma corrida mesmo, mas no sentido metafórico. Em agosto de 1989 muitas pesquisas de opinião apontavam Collor como o grande favorito para o próximo pleito. Além disso, com a ampla ressonância em torno de sua candidatura, o empresariado dantes indeciso agora decidia-se, no neologismo de Dreifuss, por "collorir".¹⁰⁷ Com a aproximação das eleições tornava-se fundamental para boa parcela dos empresários a escolha de uma "candidatura única", que os agregasse bem como seus anseios.

Dreifuss aponta que uma das possíveis explicações para a opção por Collor, era a de que outros candidatos tidos como "desejáveis" pelo empresariado, por estarem mais sintonizados com suas reivindicações, ou por não serem considerados tão "radicais", não empolgavam o eleitorado. Já Collor, aparentemente desvinculado da política tradicional, concorrendo por uma legenda menor e também, aparentemente desvinculada dos partidos tradicionais, alimentando expectativas de modernização e respaldado na anticorrupção e na promessa do fim das mordomias, tomava posse da imaginação de uma parte considerável

¹⁰⁷ DREIFUSS. *op. cit.*, p. 291.

do mesmo eleitorado.¹⁰⁸ O autor finaliza dizendo que para o empresariado, àquela altura, o representante do PRN parecia ser o candidato ideal para o embate contra Brizola, tido como "adversário", e Lula, como "inimigo".¹⁰⁹

O que *VEJA* havia procurado demonstrar nessa última capa, o favoritismo de Fernando Collor na disputa presidencial, era corroborado na reportagem escrita destinada ao personagem. Diferentemente da capa anterior (de 17 de maio de 1989), agora quase não eram observadas críticas a ele. Mais uma vez destacava-se o desempenho do candidato nas pesquisas de opinião e mesmo naquelas em que se encontrava na pior situação, de acordo com a divulgação do periódico, sua vantagem ainda era muito larga, em detrimento dos demais candidatos. De acordo com a matéria: "No último levantamento do Instituto Gallup, no qual Collor encontra-se na pior situação, a vantagem também é larga: dispõe de 36% das preferências".¹¹⁰

A ênfase à ascensão do candidato nas pesquisas continuou, pois segundo a revista, de acordo com o desempenho "formidável" de Collor, havia até a possibilidade de que as eleições fossem decididas sem a necessidade de um segundo turno, como se podia observar na seguinte passagem: "Concretamente, o desempenho de Collor até aqui coloca a possibilidade de que consiga receber mais de 50% dos votos em 15 de novembro e levar a sucessão já no primeiro turno".¹¹¹

Continuando na mesma linha de abordagem, objetivando destacar o desempenho eleitoral de Collor, a revista afirmou que todos os candidatos prometiam retornar a uma fase de "prosperidade", mas, que até o momento, Collor era o único que teria conseguido convencer o eleitorado de que seria capaz de fazer o Brasil crescer e ter progresso mais uma vez. Mais adiante, numa comparação entre Collor e outros políticos que haviam conseguido uma ascensão "avassaladora" (nas palavras do periódico), parecida com a dele em termos de "popularidade", a revista declarou: "Enfim: conforme a numerologia das pesquisas eleitorais, pouca gente acha que ele será um Collor igual aos outros".¹¹²

¹⁰⁸ *id.*

¹⁰⁹ *id.*

¹¹⁰ Collor joga pesado na ofensiva. *VEJA. Collor no ataque: o líder da corrida ganha fôlego e faz estragos nos adversários*. São Paulo: Editora Abril, 9 de agosto de 1989. nº 1.091.

¹¹¹ *ibid.*, p. 47.

¹¹² *ibid.*, p. 46.

VEJA, aparentemente, utilizou uma forma de apresentar sua própria opinião, mas como constatação estatística. Para o periódico Collor crescia a passos largos nas pesquisas de opinião, a exemplo de outros políticos de renome na história da política nacional, citando como exemplos Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Dílson Funaro e Luiza Erundina. O primeiro fora o Collor de Mello de 1982, quando vencera o PDS, nas eleições, tornando-se governador de São Paulo, com 5,2 milhões de votos, transformando-se, para *VEJA*, num símbolo do "sepultamento do velho regime de eleições indiretas".¹¹³ O segundo, havia sido o Collor de Mello de 1984, que naquele período, segundo *VEJA*, tratava-se de um senhor "de idade avançada, uma dicção péssima e uma camiseta amarela" e que havia encabeçado a campanha pelas "Diretas Já", tornando-se muito conhecido.¹¹⁴ Dílson Funaro, por sua vez, teria sido o Collor de Mello de 1986, por ter elaborado o Plano Cruzado, que para o periódico, levava o PMDB "a ganhar 21 dos 22 governos estaduais" naquele ano.¹¹⁵ E a última, Luiza Erundina, o Collor de Mello de 1988, de acordo com *VEJA*, "representado com calça jeans e os óculos para míope", que vencera as eleições de 1988, tornando-se prefeita de São Paulo.¹¹⁶

Os exemplos, como ficava patente, eram caracterizados negativamente pelo periódico, como políticos que tiveram ascensão avassaladora, porém haviam decepcionado seus eleitores, sobretudo, como se podia perceber, Ulysses Guimarães e Luiza Erundina, esta representante do PT, mesmo partido de Lula, e aquele, candidato pelo PMDB nas eleições daquele ano. Já Collor, segundo a revista, seria diferente, não seria um Collor "igual aos outros".

Através de um jogo de palavras envolvente, a revista abordava o personagem, apresentando uma imagem positiva do mesmo. Para *VEJA* o Fernando Collor de Mello de 1989 era o próprio Fernando Collor de Mello, que, segundo a revista, só precisava provar que era ele mesmo para tornar-se Presidente, pois em sua visão, todos os outros candidatos, numa tentativa de seguir a mesma linha publicitária do rival, só desejavam "... no fundo, convencer o eleitorado de que eles é que" eram "o verdadeiro Collor de Mello".¹¹⁷

¹¹³ *id.*

¹¹⁴ *id.*

¹¹⁵ *id.*

¹¹⁶ *id.*

¹¹⁷ *ibid.*, p. 51.

Inúmeras interpretações podiam ser aventadas diante de tais abordagens, mas o que mais nos interessa no momento é demonstrar o posicionamento, praticamente, declarado do periódico, de apoio ao candidato do PRN, num momento em que a disputa eleitoral à presidência do Brasil ficava mais próxima, agosto de 1989. De acordo com Mario Sergio Conti, dias depois desta publicação, terceira capa de *VEJA* protagonizada por Collor, Roberto Civita (filho do proprietário da revista, Vitor Civita), teria convidado o candidato para jantar em seu apartamento.¹¹⁸ O autor também informou que no mês seguinte (setembro de 1989), Collor teria telefonado a Victor e Roberto Civita para agradecer uma entrevista publicada pela *FOLHA DE S. PAULO*, um dos maiores jornais do país, cujo título era "Victor Civita Collorriu".¹¹⁹

Já em 15 de novembro, dia das eleições em primeiro turno, *VEJA* publicou uma edição com o título "Chegou a hora: Collor na frente; Lula e Brizola brigam pela vaga; Covas joga a última cartada". Com menor destaque, aparecia na mesma capa: "O mundo em estado de choque: cai o muro de Berlim".¹²⁰ Apesar da capa não ter sido dedicada exclusivamente a Collor, não ostentando qualquer imagem do personagem, o nome do candidato era citado na mesma como favorito à vitória no primeiro turno das eleições. A capa era muito sugestiva por trazer as cores da bandeira do Brasil, aliás, o fundo era a representação, mais ou menos caricaturada, da bandeira nacional. O fundo era verde e sobre ele havia um "meio" losango em amarelo. Sobre este, porém, deslocado do lugar tradicional, havia um círculo azul que estava mais para a representação de uma bola. O branco ficou por conta das legendas e do nome da revista. Em detalhe, estavam duas chamadas, sendo que uma no alto esquerdo e outra no rodapé direito da página. Ambas estavam em vermelho, com as legendas em branco e os grifos em amarelo.

A impressão causada pela imagem era a de que o Brasil assistia mais uma vez (e concomitantemente participava), a uma corrida ("Collor na frente"), ou a uma partida de futebol ("Lula e Brizola brigam pela vaga"), ou ainda a uma partida de carteadado ("Covas joga a última cartada"). A intenção era atrair a atenção do consumidor, utilizando mecanismos que o impressionassem e que lhe fossem familiares, que fizessem parte do seu

¹¹⁸ CONTI. *op. cit.*, p. 176-177.

¹¹⁹ *id.*

¹²⁰ *VEJA. Chegou a hora: Collor na frente; Lula e Brizola brigam pela vaga; Covas joga a última cartada.* São Paulo: Editora Abril, 15 de novembro de 1989. nº 1.105.

cotidiano e do seu imaginário, as cores nacionais, associadas a jargões dos meios esportivos, por exemplo.

Fig. 4: capa de 15/11/1989 - edição nº 1.105.



Notava-se que os artifícios utilizados por *VEJA*, ao veicular sua mensagem, novamente rumavam num sentido que levava a "despolitizar o político", "teatralizar" um

momento importante da política nacional. Nas palavras do periódico, Lula e Brizola "brigavam" pela vaga, Covas "jogava" a "última cartada" e Collor "estava na frente", ficando claro que todos os termos que acompanhavam os nomes dos presidenciáveis se coadunavam com outros, freqüentemente utilizados em transmissões e abordagens jornalísticas, de diversas modalidades esportivas muito conhecidas dos brasileiros, dentre as quais o futebol, esporte mais praticado no país.

De acordo com a abordagem, importava saber, sobre a disputa que se avizinhava, que o favorito à vitória era Fernando Collor, o protagonista da capa. Ele estava na frente dos concorrentes, sendo representado como se estivesse praticamente indiferente aos demais. Além disso, os artifícios utilizados haviam sido escolhidos para que a imagem fosse facilmente gravada na memória daqueles que a visualizassem. A impressão causada no leitor, era de que, mais uma vez, a revista se fazia presente num momento importante da história nacional e participava peremptoriamente. Tal, suposto, "patriotismo", estaria sendo representado na escolha das cores nacionais, estampadas naquela capa. Ainda que não fosse essa a verdadeira intenção do periódico, era uma das possíveis sensações causadas no consumidor. Na mensagem destacavam-se as impressões de que *VEJA* e Brasil se confundiam, eram praticamente uma coisa só e de que Collor era quem estava na dianteira, o grande favorito na disputa.

O favoritismo do "caçador de marajás" fora repetidamente enfatizado na matéria contida nessa edição, com o título "Na porta de entrada", e o subtítulo "Chega à reta final o candidato Collor de Mello, que parecia sem chances no início da campanha e que se tornou o fenômeno da temporada".¹²¹ A matéria novamente chamava a atenção pelos termos escolhidos para anunciar a reportagem, que referiu-se ao fato de Collor estar na dianteira nas pesquisas de opinião com "Na porta de entrada", à proximidade das eleições através de "Chega à reta final" e ao personagem, especificamente, *VEJA* o chamou de "fenômeno da temporada". A maioria dos termos utilizados tratavam-se, por exemplo, de jargões afetos às corridas de diversas modalidades, como as de "Fórmula 1", que no período eram muito veiculadas no Brasil, sobretudo, graças à ascensão de um brasileiro, Ayrton Senna da Silva,

¹²¹ Na porta de entrada. *VEJA*. **Chegou a hora**: Collor na frente; Lula e Brizola brigam pela vaga; Covas joga a última cartada. São Paulo: Editora Abril, 15 de novembro de 1989. nº 1.105. p. 50.

campeão da categoria em 1988, vice-campeão em 1989 (ano eleitoral) e novamente campeão em 1990 e 1991.

Também destacada na reportagem, aparecia uma legenda ao lado de uma foto de Collor, na qual podia-se observar a confirmação lacônica e decisiva da posição ocupada pelo personagem na disputa presidencialista: "Collor chega à reta final da campanha como o grande favorito. Seu patrimônio é de cerca de 20 milhões de votos, 40 % a mais que o segundo colocado".¹²² Os mesmos termos da capa anterior eram reutilizados ("chega à reta final"), e a ênfase ao desempenho era recolocada. Na abordagem da revista, Collor venceria disparado o pleito, já que possuía larga vantagem (que era tratada como "patrimônio"), sobre o segundo colocado.

Ainda mais significativo do posicionamento favorável despendido por *VEJA* a Collor, incluindo as previsões quanto aos resultados do primeiro turno das eleições, era o fato de terem sido dedicadas quatro páginas de reportagem ao candidato do PRN, contendo seis fotos suas. Para se ter uma idéia, os candidatos do PT, Lula, do PDT, Brizola, e do PSDB, Mário Covas, somados, tiveram-lhes dedicadas apenas quatro páginas, com um total de cinco fotos.

Os candidatos citados por *VEJA*, nesse momento eram os considerados favoritos nas pesquisas de opinião. Entretanto, para o pleito apresentaram-se cerca de duas dezenas de candidatos, dentre os quais Leonel Brizola, do PDT, Ulysses Guimarães do PMDB e Mário Covas do PSDB, políticos líderes de seus respectivos partidos, com larga experiência política e que de alguma forma se opuseram à ditadura militar instalada a partir de 1964. Outros haviam construído suas carreiras políticas durante o próprio regime militar, como Paulo Maluf do PDS, e Fernando Collor de Mello do PRN, quando ocuparam cargos eletivos por indicação indireta.¹²³

¹²² **id.**

¹²³ Em 1965, os setores mais radicais das forças armadas que representavam o regime militar, impuseram o Ato Institucional nº 2, o qual dissolveu os partidos políticos e limitou a representação partidária a duas frentes: a ARENA, de apoio ao regime, e o MDB, que representava a oposição. A partir de então, com a reformulação da constituição de 1946, as eleições passaram a ser indiretas, isto é, realizadas por um colégio eleitoral formado apenas por membros da Câmara e do Senado. Paulo Salim Maluf, foi indicado para a prefeitura de São Paulo em 1969, exercendo a função até 1971. Em 1979 é nomeado governador de São Paulo, permanecendo no cargo até 1982, mesmo ano em que é eleito deputado federal pelo PDS (agora por eleições diretas). Fernando Collor de Mello tornou-se prefeito "biônico" (indicado por eleições indiretas) de Maceió em 1979 pela ARENA. Em 1982 é eleito deputado federal pelo PDS, sucessor da ARENA, e em 1985 elegeu-se governador de Alagoas pelo PMDB, sucessor do MDB.

Havia ainda candidatos destacados por sua posição conservadora, como Afif Domingos do PL e Ronaldo Caiado do PSD, este com pouca experiência política. Luís Inácio Lula da Silva e Roberto Freire representavam as opções de esquerda, sendo o primeiro do PT e o segundo do PCB.¹²⁴

Concorreram ainda no pleito de 89: Aureliano Chaves, do PFL, Fernando Gabeira, do PV, Affonso Camargo, do PTB, Enéas Carneiro, do PRONA, Alcides de Oliveira, do PSP, Manuel Horta, do PDC do B, Antônio Pedreira do PPB, Eudes Mattar, do PLP, Zamir Teixeira, do PCN, Livia Maria Abreu, do PN, Paulo Gontijo, do PP e Celso Brant, do PMN.

Na realidade, pouco antes das eleições encontravam-se na dianteira das pesquisas, Collor, Lula e Brizola, e diante dessa situação os partidos de oposição a Collor, como o PMDB, aventaram até a possibilidade de desistência de seus candidatos para apoiar Brizola, para que este pudesse chegar ao segundo turno, numa tentativa de evitar que o candidato do PT o fizesse, pois apesar de muitas restrições, Brizola era considerado menos radical que Lula.¹²⁵

Com a mais ampla cobertura da imprensa, realizou-se o primeiro turno das eleições. Para o pleito de 15 de novembro de 1989, foram às urnas 88% do eleitorado, sendo que Lula obteve 16,08%, ou 11,6 milhões de votos classificando-se para o segundo turno juntamente com Collor que ficou com 28,52%, ou 20,6 milhões de votos de todo o sufrágio.¹²⁶ Leonel Brizola recebeu 11,2 milhões de votos confirmando a disputa acirrada com Lula, propalada pelas pesquisas de opinião anteriores ao pleito e Mário Covas ocupou o quarto lugar com 7,8 milhões de votos.

¹²⁴ RODRIGUES. *op. cit.*, p. 31-32.

¹²⁵ *ibid.*, p. 33.

¹²⁶ RODRIGUES. *op. cit.*, p.34.

1.3 - Os gladiadores e o dia do caçador: o segundo turno

Lula, classificado para o segundo turno em 89, representava grande parcela da sociedade, como o movimento sindical, os movimentos urbanos e a Igreja, os quais já haviam participado ativamente do processo transitório da ditadura à democracia. O extornteiro mecânico nascido no sertão nordestino, cuja carreira política se iniciara nas greves da região do "ABC" paulista no final da década de 70 e início de 80, quando se tornou um importante líder sindical no país, fora perseguido e preso pela ditadura.¹²⁷

Collor não possuía uma máquina partidária forte, mas tinha o apoio não só das elites econômicas (empresários) e de boa parte dos partidos políticos responsáveis pelo processo transitório do regime militar à democracia, como também de grande parte da mídia em geral (com destaque para a Revista *VEJA* e a *REDE GLOBO* de Televisão).

Ademais, o representante do PRN provinha de uma família tradicional de Alagoas, sendo filho e neto de políticos tradicionais, como assinalamos anteriormente, além de possuir diploma universitário. Dispunha não só de um jornal, uma rádio e uma emissora de tevê em Alagoas, os quais, como frisamos, pertenciam à sua família, como também de 15 equipes de tevê trabalhando ao mesmo tempo em vários pontos do Brasil, e de jatinhos e estúdios de gravação em Belo Horizonte e Brasília. Sua campanha foi riquíssima, uma das mais dispendiosas de toda a história do país, sendo que a maior parte dos recursos fora arrecadada junto ao grande empresariado.

Lula, através de seu programa de governo e de sua campanha, propalava a defesa de mudanças em favor da classe trabalhadora, dizia pretender recuperar o poder aquisitivo dos assalariados, estimular a produtividade das empresas, limitar os lucros e as aplicações nos setores produtivos, sanear as empresas estatais e cortar os subsídios ao setor privado.¹²⁸ Muitas dessas propostas também fizeram parte das promessas de Collor em seus discursos, em que aliava uma retórica liberal carregada de termos modernos a um estilo semelhante ao que outros políticos conhecidos, como o ex-Presidente argentino Domingos Perón, haviam envergado. Perón em suas manifestações públicas chegou a trocar o termo "classe

¹²⁷ A região, então, conhecida como "ABC" paulista, corresponde a uma parte da Grande São Paulo formada por cerca de sete municípios dentre os quais as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, cujas iniciais deram origem ao codinome. Atualmente inclui-se o "D", referente à cidade de Diadema.

¹²⁸ RODRIGUES. *op. cit.*, p.36.

trabalhadora" por "descamisados", também empregado por Collor, que dizia que iria governar em nome destes aos quais chamava de "minha gente". Collor também prometia a criação de um Brasil novo e moderno, reduzindo a inflação nos primeiros meses de governo, privatizando as estatais, reduzindo a máquina estatal e modernizando a tecnologia.¹²⁹

A despeito de todas as diferenças, os dois candidatos tinham em comum o fato de serem identificados naquele momento como "*outsiders*", isto é, de estarem real ou imaginariamente fora do sistema político tradicional. Assim sendo, o voto em qualquer um dos dois significava um voto de protesto, um voto pela mudança, um voto contra a "Nova República".¹³⁰

Uma semana depois do primeiro turno das eleições, *VEJA* publicou uma nova capa, que foi dividida pelos dois candidatos mostrando seus rostos de perfil e frente-a-frente. O título dizia: "Presidente Collor ou presidente Lula: agora o combate que decide a sorte do Brasil".¹³¹ As legendas haviam sido escritas em cor branca e foram dispostas acima das cabeças dos personagens. Em letras menores lia-se "Agora, o combate que decide a sorte do Brasil", sendo que a segunda parte "a sorte do Brasil", aparecia sublinhada em vermelho. Logo abaixo em letras maiores e em caixa alta, representando o título principal, aparecia: "PRESIDENTE COLLOR OU PRESIDENTE LULA". A primeira parte desta última legenda ("PRESIDENTE COLLOR"), estava acima da segunda ("PRESIDENTE LULA"). Seria uma menção ao vencedor (acima) e ao perdedor (abaixo)? No topo esquerdo da página a conhecida chamada em diagonal trazendo um desenho de uma pedra de gelo trincada e derretendo, e logo abaixo, em diagonal, a legenda "A economia esfria", escrita em preto sobre uma tarja amarela. O nome do periódico, "VEJA", aparecia escrito em vermelho contornado em branco e todo o conjunto estava sobre um fundo preto.

As cabeças dos candidatos estavam frente-a-frente e eles se olhavam mútua e fixamente, ambos deixando transparecer uma seriedade que beirava a representação de uma fúria mútua. Parecia que a intenção era chocar o consumidor que observasse a imagem, de repassar a representação de uma verdadeira luta, um embate entre dois "gladiadores".

¹²⁹ *ibid.*, p. 35.

¹³⁰ TEIXEIRA DA SILVA. *op. cit.* p. 354.

¹³¹ *VEJA. Presidente Collor ou presidente Lula: agora o combate que decide a sorte do Brasil.* São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 1989. nº 1.106.

Fig. 5: capa de 22/11/1989 - edição nº 1.106.



Tratava-se, evidentemente, de uma fotomontagem, mas isso era praticamente imperceptível, pois a impressão era de que a fotografia fora realmente tirada por algum observador em um momento real de conflito entre ambos os personagens, ou ainda, que os personagens haviam posado para a foto. Tal percepção só era refutada na medida em que o observador constatasse que a proximidade entre os personagens era muito grande para que

se tratasse de uma pose, além do fato de imaginar que dificilmente teriam concordado em fazê-la.

A mensagem buscava chamar a atenção do leitor para um momento importantíssimo da política nacional, porém, enfocada sob outros moldes. A impressão era de que se tratava não de uma disputa política, mas de uma luta de "gigantes", um duelo de "titãs", a partir do qual seria decidido o futuro do país, o que o periódico chamou de "sorte do Brasil". A pergunta que se impunha implicitamente era: Quem você escolhe? "COLLOR" ou "LULA"? O fundo era obscuro e o futuro incerto. A cena estava montada e o leitor/eleitor, era o personagem principal. Era ele quem decidiria a "sorte do Brasil".

O papel que *VEJA* procurava encenar era o de estar auxiliando seu consumidor para que este, melhor informado, pudesse escolher corretamente entre os dois candidatos. Assim, a impressão era de que o leitor precisava estar informado de todos os detalhes daquela "verdadeira epopéia" que se desenrolava bem diante de seus olhos e existia uma maneira de fazê-lo, adquirindo o periódico e informando-se através dele. Aquele que aderisse ao consumo daquelas mensagens seria convocado a fazer uma única coisa, aliás, duas: ouvir e votar.

Dessa forma o leitor/eleitor era convidado a fazer parte daquele episódio, daquele "espetáculo na política brasileira". Assim que abrisse a edição, se depararia com uma reportagem a respeito da capa, na qual encontraria seis páginas referentes à análise das eleições em primeiro turno e seus resultados. A Lula dedicaram-se mais cinco páginas de uma matéria, ao passo que a Collor foram destinadas seis páginas de matéria mais duas com uma entrevista exclusiva com o candidato, num total de oito páginas.

Na primeira reportagem o título era: "A briga pela faixa". A mensagem mais uma vez remetia para uma espécie de disputa esportiva, sendo que a faixa em disputa, no caso, era a presidencial. Os termos, "briga" e "faixa" são recorrentemente utilizados nos discursos esportivos, incluindo aí os campeonatos futebolísticos, em que as equipes comumente também disputam uma faixa, a de campeão. Aí apareciam novamente as duas fotos que haviam sido estampadas na capa. Ao lado da primeira, de Collor, surgia a seguinte legenda:

Collor tem formação universitária, teve pai senador - o alagoano Arnon de Mello - e já foi prefeito biônico da extinta ARENA, deputado do PDS e governador pelo PMDB. Rejeitado pelo partido, contudo, construiu sua campanha praticamente sozinho, montado numa

legenda alugada, pregando uma caçada aos marajás, martelando os políticos tradicionais e o governo do presidente Sarney. Ganhou disparado.¹³²

Ladeando a segunda foto, de Lula, se encontrava:

Lula foi retirante nordestino, seu diploma é de madureza ginásial, trabalhou como torneiro mecânico e começou na política como sindicalista no ABC paulista. Apesar das críticas à gestão do PT nas prefeituras que ganhou no ano passado, ele ainda simboliza o protesto contra tudo o que está aí, fez uma campanha apoiado na militância ativa dos partidos de esquerda que o apóiam e conseguiu tirar a segunda vaga de um político tradicional, o gaúcho Leonel Brizola.¹³³

Comparando-se as duas passagens, podia-se observar que enquanto a primeira procurava enfatizar a experiência e a tradição política de Collor e de sua família, bem como o nível superior de sua educação formal (formação universitária), a segunda fazia o caminho inverso, isto é, destacava a inexperiência e ausência de lastro político de Lula, além de sua precária formação escolar, colegial.

VEJA ainda ressaltou que Collor construíra sua campanha à presidência da República sozinho, sugerindo uma autonomia do candidato, como se estivesse desvinculado de quaisquer apoios, sobretudo, da própria revista. Dessa maneira desqualificava-se também um sujeito coletivo, o partido, em detrimento de um sujeito individual, Collor. Quanto a Lula, que era abordado como inexperiente politicamente, fazia-se menção aos partidos de "esquerda" que o apoiavam. Lula, de acordo com a revista, não havia se classificado para o segundo turno das eleições, mas sim, "tirado" a vaga de um político tradicional, Leonel Brizola.

Note-se ainda que *VEJA* concluiu com a afirmação decisiva de que Collor havia ganho "disparado" (lembre-se que Collor ganhou o primeiro turno com apenas 28,52% dos votos, ou seja, menos de um terço do eleitorado o havia escolhido). A ênfase ao desempenho talvez fosse no sentido de procurar corroborar todas as abordagens anteriores, em que o periódico noticiara a vantagem de Collor aventada nas pesquisas de opinião, em relação aos demais candidatos.

Quanto às reportagens exclusivas com os candidatos, destacava-se novamente a maneira como a revista referia-se a ambos. Collor, na matéria que lhe foi dedicada, aparecia

¹³² A briga pela faixa. *VEJA*. **Presidente Collor ou presidente Lula:** agora o combate que decide a sorte do Brasil. São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 1989. n° 1.106. p. 48.

¹³³ *ibid.*, p. 49.

como jovem, dinâmico, audacioso e otimista: "(...) Aos 40 anos de idade, dinâmico, audacioso e com uma brutal dose de confiança em si mesmo, Collor conseguiu de lá para cá realizar proezas de vários tipos".¹³⁴ *VEJA* destacou ainda o fato de Collor ter superado todos os outros candidatos, inclusive Lula, no quesito, assim denominado pelo periódico, "voto do povão": "Teve, mais que qualquer outro candidato, o apoio do chamado povão".¹³⁵ O título dessa matéria era "O prodígio das urnas".¹³⁶ Na matéria que coube a Lula, este era tachado de operário (num tom visivelmente depreciativo), barbudo, sem instrução e aleijado (também preconceituosa e depreciativamente) e isso tudo era comprovado na seguinte passagem:

Como líder dos metalúrgicos do ABC, Lula passou dez anos batendo na porta dos mais ilustres gabinetes da indústria paulista para pedir aumento de salário aos empregados. Agora, se levar a melhor sobre seu adversário no segundo turno das eleições, o primeiro colocado Fernando Collor, pode acontecer de os maiores empresários do país serem obrigados a marcar audiência para serem recebidos no 3º andar do Planalto por um operário barbudo, que fala português errado e não tem o dedo mínimo da mão esquerda.¹³⁷

Além dos adjetivos desqualificadores dedicados ao candidato do PT, notava-se o tom de risco que representaria uma vitória dele sobre o primeiro colocado, sobretudo, para o empresariado. Este, na impressão que a passagem causava, seria objeto de uma possível vingança por parte de Lula, caso viesse a tornar-se o novo Presidente da República. Em outras palavras, para *VEJA* aquele que outrora batera nas portas dos "mais ilustres gabinetes da indústria paulista", agora deteria o poder de decidir sobre questões afetas à categoria. Entretanto, ainda mais importante do que os elogios a Collor e a visão preconceituosa em relação ao candidato do PT, era a disseminação do medo das idéias socialistas deste, que eram tratadas, dentre outras formas, como "retrógradas" pelo periódico. A esse respeito *VEJA* exprimiu:

Não só os ricos - gente que, conforme o candidato repetiu ao longo de toda a campanha presidencial, será convocada a ir para o sacrifício num governo do PT, partido que enxerga nas capacidades punitivas e regulatórias do Estado o elixir milagroso para promover a distribuição de renda. Uma boa fatia da classe média também vê em Lula aquele sinal de

¹³⁴ O prodígio das urnas. *VEJA*. **Presidente Collor ou presidente Lula:** agora o combate que decide a sorte do Brasil. São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 1989. nº 1.106. p. 62.

¹³⁵ **id.**

¹³⁶ **id.**

¹³⁷ A arrancada de Lula. *VEJA*. **Presidente Collor ou presidente Lula:** agora o combate que decide a sorte do Brasil. São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 1989. nº 1.106. p. 54.

que as coisas podem ficar ainda piores do que já estão e que seu padrão de vida será arrochado. Por fim, muitos brasileiros pobres acham que um político como Lula pode acabar criando uma grande confusão no país - e, em sua sábia percepção, para não falar em sua experiência, eles sabem que as confusões sempre acabam caindo na cabeça de quem é pobre.¹³⁸

De acordo com esta última afirmação a vitória de Lula não seria temerária apenas aos empresários, mas a todas as camadas sociais, para o periódico: "os ricos", "uma boa fatia da classe média" e "os pobres". Nas palavras de *VEJA* os ricos iriam para o "sacrifício" num governo do PT, o qual possuiria, a partir de então, o controle do poder em suas mãos, podendo fazer uso e abuso do mesmo através de medidas "punitivas" e "regulatórias". A classe média veria em Lula a piora das coisas, pois seu padrão de vida seria "arrochado" e os brasileiros pobres, para *VEJA*, pensavam que com Lula no poder podia-se seguir uma "grande confusão no país" e que nesse caso eles, "os pobres", é que seriam os maiores prejudicados.

A mesma linha de abordagem, de apreciação de Collor em detrimento de seu concorrente, estaria presente nas capas seguintes que estamparam o personagem, só, ou acompanhado do rival. Tal característica pôde ser verificada alguns dias depois dessa última, mais precisamente em 6 de dezembro, quando outra capa de *VEJA* era dedicada a Collor, dessa vez de forma exclusiva.

Esta edição foi intitulada "Collor: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão", sugerindo, ao que parece (além de uma visão que desqualificava o eleitorado pobre, "povão"), que os leitores do periódico deveriam deixar a condição de meros eleitores, passando à militância em prol do candidato do PRN.

Collor estava estampado numa foto que trazia algumas semelhanças com a da primeira capa, de março de 1988, que fora dedicada ao candidato do PRN, sobretudo, no que tangia à indumentária e à postura do personagem. Collor agora fora retratado da cintura para cima, levemente de perfil, porém, olhando para o possível leitor.¹³⁹ Na ocasião da fotografia trajava um terno de cor clara, quase um lilás, com uma camisa branca e uma gravata também clara, entre bege e marrom com pequenos detalhes quadriculados. O olhar

¹³⁸ *ibid.*, p. 55.

¹³⁹ *VEJA. Collor: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão*. São Paulo: Editora Abril, 6 de dezembro de 1989. nº 1.108.

era fixo e sério, sendo que os dedos das duas mãos apareciam entrecruzados, como se faz durante uma prece (característica do catolicismo).

As legendas estavam organizadas da seguinte maneira: "COLLOR", em letras maiores e em caixa alta, escrito em branco e sublinhado em vermelho; "Na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão", em letras menores que a anterior e logo abaixo, sendo que esta última, também escrita em branco e subdividindo-se em quatro linhas em descendente. Havia em todas estas legendas um "efeito", causando a impressão de sombra nas mesmas, e era vermelha, mesma cor do nome da revista, que figurava no mesmo lugar de sempre. Nesta edição também aparecia uma chamada, dessa vez com a legenda "Videogames - uma nova geração está nas lojas". A legenda, em diagonal no alto esquerdo da capa, estava escrita em preto sobre uma faixa amarela e sob a imagem de uma tela de vídeo que mostrava um bonequinho surfando, representando um jogo de videogame. Todo o conteúdo descrito estava sobre um fundo preto.

Havia inúmeras possibilidades de interpretações para a capa, entretanto, chamava a atenção o fato de que em todas as capas dedicadas ao personagem, até esta última, Collor aparecia trajando uma camisa branca. Em apenas uma delas (a terceira), Collor estava sem terno e com uma camisa, que parecia ser azul clara. Porém, mesmo naquela capa, a cor da camisa fora clareada por um efeito de luz causando uma sensação de brancura, de luminosidade.

Até aqui o que se falou sobre as cores remeteram para as combinações entre elas, feitas pelo periódico para causar uma sensação de "combinação", ou seja, as cores foram sempre ordenadas para causarem uma impressão de que estavam em harmonia, além de terem sido escolhidas para impactar, chamar a atenção do leitor. Porém, a despeito das inimagináveis possibilidades de interpretações sobre seu uso e significados, algumas cores possuem, ainda, determinados significados que podem ser considerados "universais".

De acordo com o estudioso Alberto Manguel, mesmo em nossa época, em que "as terminologias simbólicas tradicionais foram amplamente esquecidas e substituídas pelo jargão transitório e superficial da publicidade comercial e política, determinadas noções atávicas permanecem ligadas ao espectro das cores".¹⁴⁰ Segundo o autor, o vermelho, por

¹⁴⁰ MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 51.

exemplo, a despeito de sua conotação política trivial (neste caso referindo-se ao comunismo), continua representando perigo e sangue; o verde, para ele, mais do que a representação da publicidade ecológica, retém o significado de renovação e segurança; já o azul, a despeito de seu intenso uso nos uniformes militares, continua equivalendo à verdade e probidade.

Fig. 6: capa de 06/12/1989 - edição nº 1.108.



Manguel também destaca que os psicólogos das cores exploram essas associações ancestrais, isto é, esses significados milenares, sendo que suas descobertas são usadas, com frequência, tanto por publicitários como por arquitetos, cozinheiros, decoradores e até mesmo autoridades dos transportes, seja para escolher as cores de áreas residenciais, carros e aviões, escolas ou hospitais, seja para fazer combinações de alimentos. Para ele, as cores podem ser usadas para transmitir "uma mensagem de segurança ou um alerta, uma sensação de calma ou de agitação".¹⁴¹ Já um espaço em branco, ao contrário de uma superfície colorida, parece exigir um preenchimento, isto é, naturalmente pode despertar uma vontade de "intrusão".¹⁴²

Por outro lado, o branco pode causar uma sensação de paz, de tranquilidade, ou ainda trazer o significado (dentre outras inumeráveis possibilidades), de "limpeza", de "transparência", de "verdade", de "bem". Collor, como constatamos, estava sempre trajando uma camisa branca nas imagens das capas. "Mas e o fundo negro, escuro?" Alguém podia se perguntar. Aí também poderiam caber interpretações díspares. Em geral, o preto pode ser associado às sombras, à escuridão, ou à incerteza. O fundo preto poderia servir, nesse caso, simplesmente para realçar a figura do personagem de maneira que este pudesse representar uma "luz no fim do túnel", uma "certeza", uma "segurança" na "escuridão". A representação podia sugerir ainda, que no apagar das luzes lá estaria ele, o homem "providencial", a alvura, a probidade e a transparência, o bem que poderia servir de guia diante da escuridão, das trevas. Esse maniqueísmo, não raro, é utilizado como estratégia de persuasão e aqui podia não ter sido diferente.

Aventando as cores, não pretendemos realizar um estudo detalhado sobre o assunto, nem levantar seus reais significados, mas apenas apontar possibilidades de interpretações para o uso das mesmas naquele momento, por um periódico importante no Brasil objetivando a emissão de uma mensagem, cuja conotação, era política, e que seria consumida por milhares de brasileiros.

Em outras palavras, o que pretendemos afirmar é que a possibilidade da interpretação que aqui emitimos, não estava fora de contexto, ainda mais quando o consumidor passasse a ler a reportagem da edição. Aí Collor era retratado, pela enésima

¹⁴¹ **id.**

¹⁴² **id.**

vez, como grande favorito às eleições em segundo turno, em detrimento de seu adversário, tendo a preferência de integrantes de todas as categorias sociais. Segundo a revista, Collor, paradoxalmente, era o preferido das classes menos e mais abastadas, adquirindo a adesão de uma parte considerável da classe média:

Da mesma forma que é o predileto entre aqueles que nada têm, Collor também é, matematicamente, o mais querido entre aqueles que têm muito. (...) o calor da reta final lhe trouxe o apoio agradável de uma boa fatia da classe média.¹⁴³

Interessante notar que a mensagem demonstrava a preferência inequívoca por Collor na classe menos e na mais abastada. Entretanto, na classe média, principal público consumidor do periódico, a impressão era de que a adesão não havia sido tão avassaladora quanto nas outras duas categorias. A intenção talvez fosse a de demonstrar exatamente isso, que a classe média era a única que estaria, na visão da revista, caminhando na direção contrária, sendo que tanto os pobres como os ricos eram eleitores declarados de Collor, e, portanto, a classe média, isto é, seus leitores/eleitores, deveriam fazer o mesmo, ainda que já estivessem, na prática, aderindo ao candidato do PRN. Os argumentos utilizados direcionavam-se para a chamada de atenção dos eleitores indecisos, ou seja, aqueles que haviam votado em outros candidatos no primeiro turno e que ainda não tinham decidido por um dos dois candidatos que continuavam na disputa.

Contudo, o mote da matéria era a questão do voto do chamado "povão", que como frisamos anteriormente, tratava-se de uma menção depreciativa do eleitorado com menor poder aquisitivo. Aí foram apresentadas inúmeras imagens e declarações de pessoas que poderiam ser qualificadas como "legítimos" representantes do que o periódico chamou de "povão", os quais demonstraram seu apoio a Collor em suas manifestações. Tratava-se de pessoas que, segundo o periódico, sobreviviam no "desamparo", faziam "fila para tomar ônibus", e nem sempre tinham "dinheiro para comprar sapatos".¹⁴⁴ A esse respeito *VEJA* declarou: "A seu favor, o candidato do PRN dispõe de uma verdade estatística - é o fato de ser o concorrente preferido daqueles brasileiros que são chamados de povão".¹⁴⁵ Também

¹⁴³ Cerco ao povão. *VEJA. Collor: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão*. São Paulo: Editora Abril, 6 de dezembro de 1989. nº 1.108. p. 50-51.

¹⁴⁴ *ibid.*, p. 50.

¹⁴⁵ *id.*

foram mostradas, ao longo da reportagem, imagens de duas famílias, sendo a primeira da cidade de Igarapé-Açu, no interior do Pará e a outra de Paranaguá, no litoral paranaense.

Na primeira imagem destacava-se uma fotografia representando uma família muito pobre em frente a um casebre, onde viviam, de acordo com a revista, vinte pessoas. Numa das paredes da frente da casa podia-se enxergar um cartaz ostentando uma foto de Collor com o seu nome logo acima de sua cabeça. A maioria da família, cerca de doze pessoas, teria sido retratada na imagem, sendo, aproximadamente, metade crianças e metade adultos, todos trajando vestimentas muito simples. Algumas crianças seguravam uma pequena faixa com os dizeres "Brasil com Collor Presidente" e ao lado da fotografia surgia a seguinte legenda:

Miséria e Esperança. Os vinte membros da família Nunes Costa moram num barraco feito de madeira e plástico num subúrbio da cidade de Igarapé-Açu, a 110 quilômetros de Belém. Nenhum deles tem carteira assinada, e a renda da família vem de trabalhos avulsos na agricultura. No dia 15 de novembro, votaram em Collor de Mello. "Collor vai olhar pelos pobres e acabar com a carestia", diz Jorge Nunes Costa, de 35 anos.¹⁴⁶

Na segunda imagem figurava outra fotografia de uma família, aparentemente, também muito simples, no interior de um casebre cujas paredes também ostentavam cartazes de propaganda de Collor. Há crianças (num total de três) e adultos (um homem e uma mulher), representados na imagem, a exemplo da imagem anterior. Ao lado da foto destacava-se a legenda:

O limpador de peixes Pedro Manoel do Rosário, 56 anos, trabalha como limpador de peixes no Mercado Municipal de Paranaguá e sustenta a mulher e os seis filhos com um minguado salário de 500 cruzados novos mensais. "Uma semana depois de tomar posse, o Collor vai melhorar a nossa vida, aumentando os salários e não deixando que as coisas subam de preço", acredita Rosário.¹⁴⁷

Nas mensagens do periódico destacava-se que a categoria menos abastada e com menor escolaridade da população brasileira estaria com Collor no segundo turno das eleições, ou seja, a maioria do eleitorado brasileiro, aqueles que possivelmente decidiriam aquele pleito por representarem um percentual elevadíssimo dos votos.

Outra questão trabalhada na mesma edição era a violência que supostamente teria sido praticada por militantes do PT, num dos comícios que o PRN realizou no Rio Grande

¹⁴⁶ **id.**

¹⁴⁷ **ibid.**, p. 51.

do Sul. A este episódio, em que o PT defendendo-se declarou que o quebra-quebra teria sido praticado por militantes do próprio PRN, num plano arquitetado para incriminar o Partido dos Trabalhadores, *VEJA* assim se referiu:

A quinze dias da eleição, é naturalmente impossível adivinhar o que irá sair das urnas de 17 de dezembro. Também é muito difícil calcular o tamanho do estrago que o barbarismo de militantes do PT pode provocar na candidatura de Lula, caso integrantes de sua caravana mantenham a postura de leões-de-chácara exibida nos confrontos violentos no Rio Grande do Sul, na semana passada.¹⁴⁸

Podia-se observar, por um lado, o tom de precaução quanto aos resultados das eleições que se realizariam no dia 17 de dezembro, mas, por outro, a afirmação decisiva de que as atrocidades haviam sido cometidas, mesmo, por militantes do PT, os quais foram acusados de adotarem uma postura de "leões-de-chácara". Na ocasião, a informação foi trabalhada pelo periódico como verdadeira, mas, passadas as eleições viria a confirmar-se que militantes do PRN, não só haviam participado do episódio, como foram seus principais causadores.

A maneira como a revista passou a veicular as informações e abordar as questões, refletia o que ocorria, naquele momento, na maioria dos meios de comunicação do país. A real possibilidade da eleição de um candidato de esquerda (o qual era visto, e veiculado pelo que se denominava de elite, como verdadeiro "inimigo"), fez com que determinados métodos, que haviam sido muito comuns no período de ditadura, voltassem a ser utilizados. Mas, agora, no sentido de forjar a adesão de elementos contrários à ordem social, a Lula e ao PT.

Ainda nessa direção, foram comentados numa matéria seguinte na mesma edição, na visão do periódico, diversos "problemas", tanto com a campanha como com as propostas petistas de governo, além das dificuldades em arrebanhar alianças estáveis encontradas pelo Partido dos trabalhadores nesta fase da disputa. Sobre as propostas de governo, constavam as possibilidades de estatização dos bancos privados e de cerceamento da liberdade de imprensa caso Lula fosse o escolhido para ocupar a presidência da República:

No caso do tratamento do sistema bancário, por exemplo, os 13 pontos indicam que Lula aumentaria o controle do governo nessa área para acabar com a especulação financeira - o que tanto significa que ele pode diminuir os juros do overnight até estatizar os bancos

¹⁴⁸ *ibid.*, p. 53.

privados. Outro ponto do programa menciona o objetivo de fazer um 'controle social dos meios de comunicação de massa' - o que na prática pode significar que o governo poderia cercear a liberdade de imprensa e colocá-la sob um 'controle social' que ninguém sabe o que é.¹⁴⁹

Frente a eminente ameaça que, possivelmente, representaria a vitória de Lula, no ponto de vista do periódico, *VEJA* respondia demonstrando estar ciente de tal situação e tratando de esclarecer o seu público leitor. Ao mesmo tempo em que citava tais possibilidades (estatização, censura, fim das liberdades), com uma eleição petista, não as afirmava como verdades. O que restava dessa avaliação era exatamente a incógnita que pairava sobre a cabeça do leitor. Como agir diante dessa situação? Collor ou Lula? Era o leitor/eleitor quem decidiria, mas o periódico já havia emitido as informações necessárias para que ele tomasse a decisão mais acertada.

Uma última curiosidade, digna de nota sobre essa publicação, ficou por conta de duas "árvores de natal" desenhadas, respectivamente, nas matérias dedicadas aos candidatos, e que traziam nomes, fotos e pequenas legendas, identificando personagens que estariam dando apoio aos concorrentes.

A primeira, dedicada a Collor, trazia no topo, no lugar onde tradicionalmente se coloca uma estrela durante o período natalino, a sigla do PRN e ao lado a legenda: "A festa de Natal de Collor: na corrida do segundo turno, o candidato do PRN tem apoio de muitos lugares - até da TFP". A TFP citada na legenda tratava-se da organização Tradição, Família e Propriedade.

Representados pendurados na árvore, como bolas de enfeites, além da sigla PFL, do Partido da Frente Liberal, encontravam-se alguns personagens de destaque, entre eles: Armando Falcão, cuja legenda dizia "ex-Ministro da Justiça, proibiu o Bolshoi"; logo abaixo deste, Mário Amato, sobre a legenda "muito impopular, é uma espécie de cabo eleitoral ao contrário"; Paulo Maluf, com a legenda "teve 8,28 % dos votos no dia 15, quer dá-los a Collor"; Roberto C. Alves, sobre a legenda "ex-Arena, o ministro vota útil em Collor"; Antônio Carlos Magalhães, com os dizeres "com Collor desde o 1º turno"; e Roberto Marinho, sobre a legenda "dono da TV Globo com Collor". Sob a árvore, em forma de caixas de presentes encontravam-se ainda, Antônio Magri, com a legenda

¹⁴⁹ Longe dos palanques. *VEJA*. **Collor**: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão. São Paulo: Editora Abril, 6 de dezembro de 1989. nº 1.108. p. 54.

"presidente da CGT: voto anti-CUT" e Nilo Coelho, sobre os dizeres, "rachou o PMDB da Bahia contra Lula".¹⁵⁰

A segunda, que coube a Lula, ostentava no topo uma estrela (coincidentemente, ou não, símbolo da campanha petista), com a sigla PT. Ao seu lado a legenda, "A festa de Natal de Lula: na corrida do segundo turno, o candidato do PT tem apoio até de amigos do Presidente Sarney". Representados na árvore estavam, além da sigla CUT (Central Única dos Trabalhadores), os seguintes personagens e suas respectivas legendas: Waldir Pires, de acordo com a revista, "ex-Ministro de Sarney"; Dorothea Werneck, sobre a legenda "a CUT já acusou de arrochar salários no Plano Verão"; Leonel Brizola, com os dizeres, "que chamou Lula de despreparado"; Zequinha Sarney, com a legenda "o filho do presidente não quer Collor no Maranhão"; Pimenta da Veiga, sobre a legenda "ex-líder do governo na Câmara, é o mais ilustre tucano com Lula"; Fernando C. Mesquita, com os dizeres, "ex-porta-voz de Sarney, ex-governador de Fernando de Noronha, ex-ouvidor geral da república"; e Wilson Braga, de acordo com *VEJA*, "ex-Paulo Maluf, ex-Leonel Brizola"; figuravam ainda na árvore os nomes de Frei Boff e Dom Mauro Morelli, ambos sem fotos e legendas. Também em forma de "presentes", embaixo da árvore, a exemplo da de Collor, surgiam Moreira Franco, sobre a legenda: "ex-maoista, ex-MDB, ex-PDS, ex-Ulysses, ex-Covas", e Miguel Arraes, sobre os dizeres: "o PT já o chamou de Pinochet de Pernambuco".¹⁵¹

Sem entrar no mérito de quem eram os personagens representados em ambas as árvores, o que se percebia numa análise superficial, era que os personagens representados na árvore que coube a Collor, o foram de forma mais ou menos positiva, com legendas no mínimo neutras e que os associavam à certeza do voto que designavam, isto é, no candidato do PRN, sendo que alguns deles desde o primeiro turno. Já os que foram representados na árvore de Lula, além de parecerem indecisos quanto a seu voto, já que foram retratados em sua maioria como ex-partidários de outros candidatos, também o foram de maneira a associá-los ao então Presidente da República, José Sarney, ou seja, ao governo, alvo de ataques de praticamente todos os candidatos à presidência no primeiro turno, inclusive de Lula.

¹⁵⁰ *ibid.*, p. 49.

¹⁵¹ Longe dos Palanques. *VEJA*. **Collor**: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão. São Paulo: Editora Abril, 6 de dezembro de 1989. nº 1.108.

Ao realizar a abordagem nesses moldes, remetia-se à impressão de que Collor representasse mudanças e Lula continuidades. E mais que isso, pois Lula e seus partidários estariam sendo identificados com a situação, com um governo que tinha suas raízes no autoritarismo dos militares, por mais paradoxal que isso pudesse parecer, enquanto Collor continuava sendo abordado como *outsider*.

Uma semana antes do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, *VEJA* publicou uma nova capa dividida por Collor e Lula, com o título "A batalha final para mudar o Brasil".¹⁵² Mais uma vez a capa de *VEJA* era dividida pelos dois protagonistas daquele contexto político no Brasil, a exemplo daquela de 22 de novembro, uma semana após as eleições em primeiro turno e novamente ambos encenavam, na visão do periódico, uma "batalha".

Entretanto, desta vez a capa demonstrou um aspecto muito diferenciado das demais até aqui analisadas. Nela foram exibidas duas fotos pequenas dos personagens, ambas dispostas numa altura intermediária da página. Lula à esquerda trajando uma camisa azul desabotoada na altura do peitoral, de maneira a deixar uma parte do mesmo à mostra. Collor à direita da capa, vestido com uma camisa clara, e que, novamente, aparentava ter sido branqueada pela luminosidade. Ambos os personagens foram retratados com microfones nas mãos, em fotografias testemunhais, como se estivessem discursando, sendo muito provável que as fotografias tenham sido tiradas quando os personagens discursavam durante a campanha eleitoral.

Ao lado das fotos, na altura do rodapé das mesmas, estavam os nomes dos personagens e as siglas de seus respectivos partidos: "Luís Inácio Lula da Silva, do PT" e "Fernando Collor de Mello, do PRN", numa demonstração de didatismo do periódico, não confiando no conhecimento de seus leitores, procurando evitar interpretações dúbias.

Apareciam também, em letras bem centralizadas e acima das duas pequenas fotografias as legendas: "A BATALHA FINAL PARA MUDAR O BRASIL", em letras grandes e caixa alta e "o que pode ocorrer no país com Lula ou com Collor", em letras menores e logo abaixo da primeira. Ambas as legendas subdividiavam-se em duas linhas e foram escritas em preto. No alto esquerdo da página estava a "chamada" "Ecologia" e logo

¹⁵² *VEJA. A batalha final para mudar o Brasil: o que pode ocorrer no país com Lula ou com Collor.* São Paulo: Editora Abril, 13 de dezembro de 1989. nº 1.109.

abaixo "A trapalhada do metanol", também escritas em preto sobre uma faixa em diagonal amarela. Acima desta última legenda um carrinho vermelho desenhado. O nome da revista desta vez estava escrito em verde e circulado em preto.

Fig. 7: capa de 13/12/1989 - edição nº 1.109.



Até aqui, excluindo-se as fotos, surgiam características muito comuns nas capas do periódico, tendo o destaque ficado por conta do fundo branco e das oito frases escritas em letras menores de cor preta, assim como das legendas principais e de duas setas que partiam do rodapé da capa, entrecruzando-se e apontando para os candidatos. A que apontava para Lula era vermelha e a de Collor azul. Das oito frases, foram dispostas quatro abaixo de cada fotografia, sendo todas ladeadas por duas pequenas listras, uma verde e outra amarela. Se observarmos atentamente, as cores nacionais aí estavam representadas novamente, o verde, o amarelo, o azul e o branco. Também se podia notar o tom apoteótico do título "A BATALHA FINAL PARA MUDAR O BRASIL".

Entretanto, o que parecia ser secundário, isto é, as frases, acabaram chamando mais a atenção, não pelo parco destaque que receberam, mas pelo significado que podiam transmitir. Tais frases procuraram demonstrar algumas hipóteses do que viria a ocorrer no país com a vitória de cada um dos candidatos e baseavam-se, ao que parece, em programas de governo e promessas de campanha dos candidatos, mas também refletiam a própria ótica da revista. Nesse ínterim, a Lula foram atribuídas as seguintes passagens: "a crença no papel do governo para melhorar a vida dos pobres; a confiança na ação das empresas estatais; a fé no calote da dívida externa; a reforma agrária a partir de 500 hectares". A Collor *VEJA* assim referiu-se: "o combate aos privilégios na máquina do governo; a tentativa de abrir a economia; a promessa de privatizar as estatais; aumentar o bolo para dividir a renda".¹⁵³

As propostas, ao que parecia, eram muito díspares. Lula "confiando" na estatização, tendo "fé" no calote, e "crendo" no papel do governo. Collor "combatendo" os privilégios, "prometendo" privatizar e "tentando" abrir a economia e dividir a renda. A despeito de todas as interpretações possíveis para tais afirmativas, o que elas demonstravam à primeira vista era que as frases atribuídas a Collor estavam carregadas positivamente, ao passo que as atribuídas a Lula faziam o inverso. O que viria num ensaio desta edição, podia dar uma maior convergência a tal interpretação.

Versando a respeito dos conceitos de esquerda e direita que permeavam as eleições naquele contexto, o ensaio fazia uma analogia negativa entre o PT de Lula e a "Queda do Muro de Berlim" (um dos maiores símbolos da desagregação mundial do socialismo), que

¹⁵³ *id.*

havia ocorrido dias antes da votação do primeiro turno das eleições. O episódio fora exaustivamente noticiado pelos meios de comunicação brasileiros, inclusive pela revista *VEJA*, como um exemplo do fracasso do comunismo que, de acordo com o periódico, enquanto vigorou fora uma das experiências mais "desastradas da humanidade".¹⁵⁴

Na opinião emitida por *VEJA*, Lula estava de alguma maneira ligado aquilo tudo:

(...) a plataforma de Luís Inácio Lula da Silva, com seu anacronismo estatizante e sua utopia de dirigir a recuperação econômica do Palácio do Planalto, guardava um bom laço de parentesco com a árvore genealógica esquerdista que levou ao Muro de Berlim.¹⁵⁵

Portanto, a própria estatização da economia, possivelmente almejada por Lula, bem como a idéia de recuperar a economia a partir do Palácio do Planalto, ambos pontos destacados na capa da edição, configuravam-se como idéias anacrônicas e utópicas na visão do periódico, que as associava a algo que já havia fracassado historicamente e que devia ser superado.

Ainda no mesmo tom, estabelecendo um ponto de ligação entre o fato histórico (Muro de Berlim) e Lula, o ensaio dizia que tanto o PT quanto a Frente Brasil Popular (frente de apoio à campanha de Lula, reunindo diversos partidos, sobretudo, de esquerda), relutavam em reconhecer o fracasso do comunismo no leste europeu e em aplaudir a "democratização" dos países comunistas. E concluiu: "Tudo isso é verdade".¹⁵⁶

A analogia entre comunismo, fracasso e opressão, e o fim desses regimes estando ligados a motivos de festa e liberdade, ficavam claros na seguinte passagem a respeito da "Queda do Muro de Berlim", descrita pelo periódico:

"Para todos os que prezam a liberdade, e para todos os que se opõem às soluções esquerdistas, festejou-se a cena como uma prova, a mais, de que o comunismo é um regime fracassado, que se encerra como uma das mais desastradas experiências da humanidade ao longo deste século".¹⁵⁷

Sobre a veiculação, naquele momento, de notícias que associassem comunismo e antidemocracia, desordem e fracasso, atitude comum entre os diversos meios de comunicação brasileiros, a historiadora Marly Rodrigues avaliou que, no momento crucial

¹⁵⁴ O efeito democracia. *VEJA. A batalha final para mudar o Brasil: o que pode ocorrer no país com Lula ou com Collor*. São Paulo: Editora Abril, 13 de dezembro de 1989. nº 1.109. p. 53. (ensaio).

¹⁵⁵ *id.*

¹⁵⁶ *id.*

¹⁵⁷ *id.*

da disputa presidencialista, inúmeros "boatos e declarações ainda fundados nos preconceitos contra os comunistas, criados durante o período da "Guerra Fria", mas ainda eficazes, assustavam a classe média" (lembre-se de que se tratava da classe representante da maior parte do público leitor de *VEJA*).¹⁵⁸ De acordo com a autora, era muito comum ouvir-se repetidamente nesse período, que, se eleito, "Lula poderia confiscar as cadernetas de poupanças, provavelmente tomaria uma casa de quem tivesse duas e ainda o segundo aparelho de tevê de cada família".¹⁵⁹

Collor também tratara de disseminar tais idéias em outros meios de comunicação. Numa entrevista com o jornalista e apresentador Joaquim Antônio Ferreira Neto, em um programa exibido pela *TV RECORD* que levava o mesmo nome do entrevistador, "Programa Ferreira Neto", Collor ficou no "ar" das onze da noite até uma e vinte da manhã de uma terça-feira, no dia 12 de dezembro. De acordo com Mario Sergio Conti, que detalhou o episódio, os alvos da entrevista foram claros, Lula e o PT e a retórica empregada visava associá-los ao comunismo.

Segundo Conti, o candidato do PRN, durante a entrevista, além de responsabilizar o Partido dos Trabalhadores por "atos de vandalismo", afirmara que o partido de Lula poderia confiscar as cadernetas de poupança. Além disso, Collor sustentara que:

se esse PT louco chegar ao poder, a classe média que vive com sua família num apartamento de três quartos corre o risco de pessoas arrombarem a sua porta e tomarem um ou dois quartos para colocar ali outras pessoas, militantes do partido, para morar com você.¹⁶⁰

O tom de que uma possível revolução viesse a acontecer no país caso o PT saísse vencedor do pleito fora característico de boa parte das notícias emitidas pelos meios de comunicação brasileiros, como se vê, diuturnamente no período que precedeu o segundo turno das eleições em 1989.

Collor venceu as eleições em segundo turno realizadas em 17 de dezembro, tornando-se o primeiro Presidente do Brasil eleito democraticamente depois do final do regime militar. Um marco das eleições foi a disputa equilibrada empreendida pelos candidatos, sobretudo, no segundo turno. Aí Collor vencera com 37,8% dos votos, contra 31% que corresponderam a Lula.

¹⁵⁸ RODRIGUES. *op. cit.*, p. 33.

¹⁵⁹ *id.*

¹⁶⁰ *apud.*, CONTI. *op. cit.*, p. 232.

Ainda que não seja nosso objetivo analisar a propaganda televisiva, vale a pena mencionar que durante toda a campanha, Collor praticou uma espécie de "vale-tudo" objetivando a vitória no pleito de 1989, conseguindo influenciar com destreza seu eleitorado. Para tanto, o candidato além da disseminação da idéia de "caos" no caso de uma vitória petista, utilizou-se de inúmeros outros artifícios e dos mais variados meios para eleger-se e dentre estes, destacam-se suas aparições nos programas gratuitos de propaganda eleitoral televisionados.

Vale lembrar que Collor, em seu horário gratuito na tevê, utilizou-se, dentre outros expedientes, do depoimento de uma ex-namorada de Lula, Mirian Cordeiro, no qual ela revelava aspectos da vida íntima do candidato, como o fato dele ter aventado a possibilidade de aborto à gravidez que gerara a filha do casal, Lurian (nome em homenagem aos pais "Lu", de Lula e "rian", de Mirian). Segundo denúncias posteriores de assessores do PRN, o depoimento havia custado 200 mil cruzados novos e o objetivo seria o de desgastar a imagem de "honestidade" do concorrente, ainda que fosse através de uma espécie de "invasão de privacidade" e submetê-lo ao julgamento moral dos brasileiros. Depois de eleito Collor pediu desculpas publicamente por esta atitude.

Na propaganda eleitoral gratuita os candidatos falavam diretamente ao público, sem se preocuparem com os tradicionais "filtros" dos repórteres, dos editores e dos donos de órgãos de comunicação. Os sessenta dias de horário eleitoral dedicados àquela campanha, foram ocupados apenas pela corrida presidencialista, haja vista, que o pleito fora "solteiro", isto é, não houve eleições para os governos estaduais e para o Congresso Nacional. Em outras palavras, toda a atenção do público estava voltada para os presidenciais que puderam articular suas aparições e seus discursos como melhor lhes aprouvesse.

A justificativa mais plausível para as táticas usadas por Collor durante a campanha eleitoral era a de que o principal oponente naquele momento tratava-se, para frisar mais uma vez, de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, reconhecido pela elite brasileira como o "inimigo" a ser batido, o que contribuiu de diversas maneiras para a veiculação de uma imagem negativa sua. Lula fora inumeráveis vezes tachado de verdadeiro "monstro", que na visão da maior parte dos órgãos de comunicação, traria a desordem para o país, já que representava a ameaça do regime socialista tão condenado durante todo o tempo em que os

militares estiveram no poder, período em que se veiculou insistentemente a idéia de subversão que representaria o comunismo.¹⁶¹

Por outro lado, embora a assessoria do candidato do PRN e a maioria dos meios de comunicação engajados na campanha, tenham apostado no medo da classe média, concernente à ameaça "esquerdizante" que o candidato do PT ofereceria, Collor acabou derrotando Lula com o voto da população mais carente.

De acordo com estudos realizados pelo cientista político André Singer, dos 35.098.998 votos recebidos por Collor, aproximadamente 16 milhões provieram de eleitores os quais, estimou-se, pertenciam a famílias cuja renda mensal chegaria no máximo a dois salários mínimos, sendo que 20 milhões deles teriam chegado até o fim do curso primário. Para o autor, Collor obteve 51% das preferências entre os eleitores da faixa de renda mais baixa e 55% entre aqueles com menor escolaridade, ao passo que Lula conseguiu nessas faixas 41% e 38% respectivamente.¹⁶²

De acordo com André Singer, a televisão havia contribuído bastante para que Collor ficasse conhecido por uma significativa parte do eleitorado, ou seja, as camadas mais pobres e menos escolarizadas da população. Na avaliação do estudioso, isto teria se dado, sobretudo, durante o horário eleitoral gratuito na tevê. Para Singer, durante o segundo semestre de 1989 a adesão dos ricos e dos possuidores de diploma superior caiu de 37% em abril para 9% em novembro e tal queda foi atribuída pelo autor, ao "desgaste da imagem do candidato depois dos levantamentos jornalísticos sobre o seu passado e dos ataques dos adversários", mas, essas informações não teriam atingido as camadas mais pobres e menos letradas as quais teriam garantido a vitória ao PRN.¹⁶³

Muitos também aventaram a hipótese de que a eleição fora decidida na última semana, sendo que alguns sugeriram ainda, que a derrota do PT se dera após um debate envolvendo ambos os candidatos na quinta-feira anterior ao pleito, ocorrido num domingo. Porém, o longo processo eleitoral, iniciado já em 1986, quando o empresariado começou a articular-se para o episódio, ou mesmo quando a revista *VEJA* publicara uma capa estampando o "caçador de marajás", foi que possibilitou aqueles resultados. O papel da mídia em geral e da imprensa em particular, foi decisivo para a vitória de Collor, cuja

¹⁶¹ RODRIGUES. *op. cit.*, p. 36.

¹⁶² SINGER. *op. cit.*, p. 137.

¹⁶³ *id.*

imagem fora veiculada rotineira e incansavelmente, num processo de exposição máxima, que já havia sido primordial quando se candidatara ao governo de Alagoas e que agora fora decisivo para alçá-lo ao posto de Presidente da República.

Exatamente uma semana após o resultado, Collor era mais uma vez personagem de capa da *VEJA*. Desta vez foi representado de forma alegre, com os braços erguidos, os punhos cerrados tendo logo acima de sua cabeça o título "Collor: vitória num país dividido".¹⁶⁴ Na foto, de caráter testemunhal, provavelmente tirada num momento de comemoração do candidato, Collor aparecia levemente de perfil, do abdômen para cima, trajando uma camisa azul clara, usando um relógio de pulseira marrom e ostentando um sorriso largo. Seus dois braços estavam erguidos e os punhos fechados, num gesto característico dos lutadores de boxe vitoriosos. Sobre a cabeça do personagem e entre os dois braços surgiam as legendas: "COLLOR", em caixa alta e sublinhada em azul e "Vitória num país dividido", abaixo da anterior, em letras menores e subdividida em duas linhas. Essas legendas estavam escritas em branco e com um efeito de sombra, muito discreto, em azul.

Havia ainda uma pequena chamada no local tradicional com uma foto do empresário Abílio Diniz acompanhado de várias pessoas, logo após sua libertação de um "cativeiro" em que permanecera após ter sido seqüestrado. Abaixo da foto, em diagonal, a tradicional tarjeta amarela com a legenda "Abílio Diniz", sublinhado, e logo abaixo: "o sucesso da operação resgate". "VEJA" estava escrito em azul e contornado em branco, sendo que todo o conjunto da imagem fora organizado sobre um fundo preto.

O azul, o branco e o amarelo, sobre um fundo preto estavam dispostos harmoniosamente, destacando-se na imagem a fotografia do personagem e a legenda atribuída a ele. Collor, o candidato que fora tão propalado pelo periódico, havia vencido a batalha final, chegara à presidência da República e lá estava ele, sendo novamente retratado, agora representado de forma radiante ante seu feito. Braços erguidos, punhos cerrados como um boxeador e sorridente. *VEJA*, procurava demonstrar a seus leitores que havia participado de todos os "atos" e agora não podia ser diferente, principalmente por tratar-se de um momento histórico.

¹⁶⁴ *VEJA*. **Collor: vitória num país dividido**. São Paulo: Editora Abril, 24 de dezembro de 1989. nº 1.110.

Fig. 8: capa de 24/12/1989 - edição nº 1.110.



A revista mais uma vez estampava Collor, porém, representando-o como um novo personagem. Se Collor já fora o "caçador de marajás", o "pensador", o "corredor", o "gladiador", o "homem providencial", o "bem", agora, era o "vencedor", o resultado de todo o empreendimento feito pelo personagem tendo recebido importante auxílio do periódico. Tal constatação, do apoio da revista, contudo, não seria confirmada na matéria, que

novamente encenou uma certa neutralidade. Collor era o vitorioso sim, porém, nas palavras de *VEJA*, já na capa, num "país dividido" e o futuro parecia ser incerto, pois lá estava mais uma vez aquele fundo escuro. Ou o preto seria, simplesmente a constatação de que diante das adversidades, de tanta escuridão, o homem iluminado vencera? Ou a impressão seria mesmo de que a revista voltava a demonstrar cautela, buscava novamente uma posição de neutralidade?

Esse tom de prudência ficava patente no interior da edição, em que se encontrava uma matéria de seis páginas cujo título era "Collor chega à praia" e o tema era a vitória de Fernando Collor nas eleições.¹⁶⁵ Na reportagem, Collor era tratado como um "*self made man*" da política, isto é, alguém que havia conseguido conquistar o posto número um da política nacional por mérito próprio, independentemente de quaisquer contribuições que pudesse ter recebido. A revista acenava para o oposto do que muitos de seus adversários afirmaram insistentemente durante e depois das eleições e mesmo do que pudemos constatar ao longo desse capítulo. Inúmeras vezes Collor fora acusado de ser um mero produto de laboratório, um produto da mídia e as análises sobre o assunto, empreendidas desde então, apontam para a mesma conclusão, de que o personagem foram realmente fabricado pelo *marketing* eleitoral.

Para os editores da revista *VEJA*, no entanto, o que chamaram de "fenômeno Collor", havia sido resultado de seus próprios esforços, através do discurso antimarajás e anti-Sarney. Além do mais, para o periódico, fora Collor que, por si só, havia tomado a iniciativa antiesquerda na reta final da campanha e arquitetado todas as maquinações para derrubar Lula.¹⁶⁶

VEJA, além de salientar repetidas vezes a vitória de Collor nessa primeira matéria, dedicou outras cinco páginas à apresentação de inúmeros problemas com que se depararia o Presidente eleito em sua tarefa de governar o país a partir de março de 1990. A reportagem trouxe ainda uma foto de Collor, depositando seu voto em uma urna no dia das eleições, com a legenda: "Fernando Collor de Mello confirma o favoritismo, vence nas urnas de quase todos os Estados e torna-se protagonista da mais espetacular carreira política da história eleitoral do país".

¹⁶⁵ Collor chega à praia. *VEJA*. **Collor**: vitória num país dividido. São Paulo: Editora Abril, 24 de dezembro de 1989. nº 1.110. p. 62-67.

¹⁶⁶ *ibid.*, p. 64.

Dentre as dificuldades a serem enfrentadas por Collor e sua equipe de governo, a maior de todas, segundo a revista, era a do fantasma da inflação que crescia vertiginosamente, atingindo patamares altíssimos até a posse do novo Presidente. A esse respeito, o periódico fez uma avaliação, em suas palavras, "realista", das chances de obtenção de sucesso nas medidas que poderiam ser adotadas pelo novo governo:

Os que votaram em Lula domingo passado já estão frustrados. Os que marcaram a cruz no nome de Collor e receberam sua vitória com esperança, podem, rapidamente, vir a se frustrar.¹⁶⁷

Tal comentário era significativo da desconfiança que permearia em alguns momentos, a partir dali, as relações entre o Presidente da República e a revista, que também dedicou outras dez páginas para retratar a trajetória política do Presidente eleito, bem como inúmeras informações sobre sua vida pessoal. O título dessa matéria era "O dia do caçador".¹⁶⁸ Nas avaliações da matéria, sobressaíam-se inúmeras características atribuídas ao personagem, como de ser briguento, mau-humorado, carismático, religioso, supersticioso, vaidoso e desconfiado.¹⁶⁹ A Lula foram dedicadas duas páginas. O caçador vencera.

De acordo com a cientista política Liege Socorro Albuquerque Peres, nenhuma das duas maiores revistas semanais do país (*VEJA* e *ISTO É*), teriam feito campanha explícita durante o pleito de 89 por nenhum candidato. Porém, segundo a autora, *VEJA* teria mostrado preferência pelo projeto do governo de Collor.¹⁷⁰

Ainda que de forma tênue, a análise da cientista direcionou-se contrariamente à afirmação de Mario Sergio Conti, então diretor executivo do periódico, que teria afirmado em entrevista à própria pesquisadora, que *VEJA* "não" ajudara a eleger Collor, só fizera a obrigação jornalística de apresentá-lo ao público.¹⁷¹ Segundo Conti:

Consciente e objetivamente, a revista não ajudou a construir a imagem dele: seus editores e repórteres não sentaram com Collor para discutir e decidir a melhor maneira de veicular suas idéias, propostas e atitudes. (...) Quem construiu a imagem de Collor foi o próprio ex-

¹⁶⁷ O dia seguinte. *VEJA*. **Collor:** vitória num país dividido. São Paulo: Editora Abril, 24 de dezembro de 1989. n° 1.110. p. 70.

¹⁶⁸ O dia do caçador. *VEJA*. **ibid.**, p. 74.

¹⁶⁹ **ibid.**, p. 74-83.

¹⁷⁰ PERES, Liege Socorro Albuquerque. **op. cit.**

¹⁷¹ **ibid.**, p. 47.

presidente, que usou bem os recursos da propaganda, do jornalismo de tevê e o jornalismo impresso.¹⁷²

Curiosamente, a declaração de Conti à pesquisadora, num período em que aquele se licenciara de seu cargo de diretor de redação do periódico, estava em sintonia com o balanço final realizado na última edição que acabamos de analisar, ou seja, de que Collor fora o grande responsável por sua eleição, minimizando dessa forma o papel desempenhado pela revista, da qual era diretor executivo naquele episódio.

De nossa parte, constatamos que a revista *VEJA* teve um papel importante no processo para elevar Collor ao posto número um da política brasileira. Pôde-se apreender ainda, a partir da análise das edições de *VEJA* referentes a esse período, que o periódico posicionou-se favoravelmente em relação a Fernando Collor de Mello entre março de 1988 e dezembro de 1989 e, no mesmo intervalo, manifestou-se negativamente em relação a vários outros candidatos adversários do personagem, principalmente aqueles com alguma chance de vitória e identificados com a "esquerda", entre eles Brizola e Lula. E o mais importante: *VEJA* deslocou o debate político da esfera da racionalidade para a do "espetáculo", da teatralização do poder, utilizando-se de inúmeros artifícios na veiculação de suas capas e matérias, isto é, na enunciação de seu discurso jornalístico.

Percebeu-se, portanto, no decorrer do questionamento das fontes, que *VEJA*, através de mecanismos diversificados, veiculou o personagem político Collor, de maneira que lhe era positiva, sendo que desde a primeira capa dedicada a ele (O CAÇADOR DE MARAJÁS), em março de 1988, procurou associar sua imagem a personagens e temáticas alheios ao terreno político, ora ligados a aspectos do cotidiano, ora remetendo a personagens e legendários míticos.

De acordo com Carly Batista de Aguiar, a primeira capa dedicada por *VEJA* a Fernando Collor, já era demonstrativa da propensão à mitificação da figura do personagem, não se podendo, assim, admirar muito a imagem de, segundo ela, "salvador da pátria", explorada pelo candidato durante toda a campanha. De acordo com a autora, a imprensa tornara o terreno fértil para as iniciativas do futuro Presidente.¹⁷³

¹⁷² **id.**

¹⁷³ AGUIAR. **op. cit.**, p. 48.

Nas capas da *VEJA* o personagem teve, por diversas vezes, sua imagem contraposta a outras, com o objetivo de estabelecer comparações que, normalmente, realçavam-no como verdadeiro "salvador da pátria", um ser iluminado que transformaria a situação do país para melhor. Em "O CAÇADOR DE MARAJÁS", por exemplo, com a foto do personagem associada à legenda e contraposta ao quadro estampado atrás dele, buscou-se associá-lo a um verdadeiro "guerreiro" medieval. Na mesma capa, Ulysses Guimarães apareceu na chamada em diagonal, denominada tecnicamente de *slash*, ou "triângulo", sob o título "A manobra parlamentarista de Ulysses". Entretanto, ao se procurar a reportagem que se referia à chamada, não se encontraria qualquer indício da mesma. Ao que parece, o objetivo era contrapor ambas as imagens: Collor como jovem e guerreiro ("caçador") e Ulysses como velho e "manobrista".¹⁷⁴

Já em "COLLOR NO ATAQUE", sua imagem podia ser associada ao *slash* que dizia "Jovens: a cidadania precoce", de maneira que a jovialidade do personagem era destacada. Por duas vezes Collor teve sua imagem contraposta à de Lula ("PRESIDENTE COLLOR OU PRESIDENTE LULA" e "A BATALHA FINAL PARA MUDAR O BRASIL"), sendo que na primeira apareceu por "primeiro", tanto na legenda quanto na fotomontagem e na segunda, em que teve sua foto estampada à direita, teve quatro frases que lhe foram associadas de maneira positiva e direcionadas através de uma seta azul, em contraposição a Lula, à esquerda, com frases negativas e direcionadas por uma seta vermelha, visivelmente associando-o ao comunismo.

Por fim, em "VITÓRIA NUM PAÍS DIVIDIDO", observou-se claramente a associação entre a vitória de Collor e a divisão do país, entre, possivelmente, "bandidos" (os seqüestradores de Abílio Diniz), associados ao PT (o que podia ser aventado através da chamada no alto da capa) e "mocinhos" (Collor e o próprio empresário libertado de seu cativeiro), ligados ao Presidente recém-eleito. Foi veiculado, portanto, em associações que tendiam à despolitização do debate político, sendo relacionado ao futebol ou a corridas ("COLLOR NO ATAQUE" e "CHEGOU A HORA"), ou a combates épicos (PRESIDENTE COLLOR OU PRESIDENTE LULA: agora o combate que decide a sorte do Brasil, "A BATALHA FINAL PARA MUDAR O BRASIL" e "VITÓRIA NUM PAÍS DIVIDIDO"). Collor, além de ter seu nome veiculado de forma insistente pelo periódico,

¹⁷⁴ *ibid.*, p. 47-48.

normalmente com grande destaque gráfico, objetivando a fixação na mente dos (e) leitores, apareceu como jovem, belo, forte, dinâmico, moralizador, inegociável, questionador e vitorioso em, praticamente, todas as edições que tiveram capas a ele dedicadas, sendo contraposto inúmeras vezes a imagens negativas de seus oponentes, sobretudo, Lula.

CAPÍTULO 2

A caminho da modernidade: o espetáculo do governo (jan/1990-mar/1992)

2.1 - O Plano e o estilo Collor: as primeiras impressões do Presidente

Cerca de um mês e meio antes de sua posse, Collor realizou uma viagem de vinte dias, visitando nove países, dentre os quais os Estados Unidos da América, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a França, o Japão, a Espanha, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália. Sobre esta viagem, *VEJA* dedicou uma nova capa ao Presidente eleito, que seria empossado em março de 1990, na qual apareceu ao lado do então Presidente norte-americano George Bush. O título era "O estilo Collor", e enfatizava uma entrevista dada por Collor à revista quando se encontrava nos Estados Unidos, na qual havia declarado que era "intutelável".¹⁷⁵

Ambos os personagens da imagem (Collor e Bush), estavam muito sorridentes e foram retratados sentados um ao lado do outro. Bush, de perfil, com a cabeça mais ou menos inclinada para baixo e de lado para Collor. Este, que estava de frente para Bush, ostentava um sorriso largo. Ambos trajavam na ocasião ternos pretos, camisas brancas e gravatas escuras. Emoldurando a fotografia, podia-se observar um retângulo, que estabelecia um enquadramento da imagem. A legenda "O estilo Collor", encontrava-se logo acima da foto, com letras grandes e centralizadas em cor branca. Acima, no lugar tradicional, uma chamada sobre uma tarja amarela que dizia "Rancho eletrônico: a explosão da música sertaneja". Também acima, e também no lugar de costume, "VEJA", que aparecia escrito em vermelho, e como todo o conjunto da capa, figurava sobre um fundo cinza.

Completando a imagem, surgiam duas frases abaixo da fotografia, ambas referindo-se a afirmações que teriam sido emitidas por Collor à *VEJA*, numa entrevista cedida pelo personagem ao periódico, durante sua estada nos EUA (Estados Unidos da América), em janeiro de 1991. A primeira dizia: "Sou intutelável. É possível que algumas pessoas não tenham levado essa minha afirmação ao pé da letra e tenham tentado me tutelar. Pois fracassaram". Já a segunda era: "Há um sentimento de que a geração mais moça não tem capacidade para dirigir o Brasil. Vamos mostrar que tem". Logo abaixo desta segunda afirmativa encontrava-se a seguinte legenda: "Fernando Collor de Mello em entrevista a *VEJA* nos Estados Unidos, na véspera de seu encontro com o Presidente George Bush".

¹⁷⁵ *VEJA. O estilo Collor*. São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145.

Todos os dizeres, inclusive essa última legenda, em letras menores que as outras, haviam sido escritas em cor branca, combinando com o título da capa.

Fig. 9: capa de 31/01/1990 - edição nº 1.145.



Ao iniciarmos a análise dessa capa, deparamos-nos com uma situação curiosa, pois ela, aparentemente, não fazia muito sentido, isto é, não parecia muito pertinente. Aí se

apresentava uma fotografia de caráter testemunhal, muito simples, com um enquadramento um tanto quanto desajeitado, sem grandes chamativos, a não ser pelo fato de mostrar o recém eleito Presidente do Brasil ao lado do então Presidente da maior potência do mundo, George Bush. Nesse sentido, buscamos uma possibilidade de interpretação partindo do velho "chavão", através do qual muito se propalou que "uma imagem vale mais do que mil palavras".

Segundo o fotógrafo e pesquisador Cláudio A. Kubrusly, a fotografia não pode ser comparada à comunicação verbal.¹⁷⁶ Para o autor, sempre que se tentou substituir a fotografia por este outro tipo de comunicação, chegou-se à conclusão de que se tratavam de linguagens complementares e não equivalentes.¹⁷⁷ De acordo com ele, existem imagens que não podem jamais ser substituídas, "nem por um milhão de palavras" e o inverso, ou seja, as imagens também não podem substituir a informação verbal.¹⁷⁸ Kubrusly afirma ainda, que ambas as linguagens nos atingem por caminhos diferentes e por isso se completam muito bem.¹⁷⁹

Ao que nos parece, essa complementaridade de linguagens pode ser verificada em especial nesta capa, pois comparativamente às demais, apresentou-se uma imagem pouco atraente, pobre, se vista e analisada isoladamente, isto é, sem as legendas. No entanto, à medida que as observamos em conjunto (foto/legendas), pode-se ter uma melhor apreensão de seu sentido e concomitantemente um maior interesse para o leitor daquele número.

Muitas questões passariam pela cabeça do leitor que observasse a capa e esse é um processo aqui compreendido como natural para quem observa uma fotografia, isto é, o de querer saber mais sobre o(s) personagem(s) que lá está(ão) retratado(s). Quando o consumidor lesse as legendas que acompanhavam a imagem, poderia ter um maior interesse em obter informações mais detalhadas sobre o Presidente eleito, já que além de estampar a legenda "O estilo Collor", a capa trouxe duas declarações fortes proferidas pelo personagem. E mais importante, era a impressão de que o personagem teria dito isso na presença do próprio Presidente Bush, que aparecia muito sorridente ao lado de Collor, como se fossem bons amigos há muito tempo.

¹⁷⁶ KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 77.

¹⁷⁷ **id.**

¹⁷⁸ **id.**

¹⁷⁹ **id.**

Na matéria escrita, que precedeu à entrevista com Collor, cujo título era "Perfil de presidente", *VEJA* procurou enaltecer as primeiras atitudes do Presidente eleito.¹⁸⁰ A revista referiu-se à viagem de Collor ao exterior, um mês e meio antes de sua posse, como um empreendimento diferente do que se estava acostumado a ver no país. De acordo com o periódico, enquanto outros governantes viajavam, freqüentemente sem pagar suas despesas, acompanhados de dezenas e até centenas de amigos, Collor viajara com uma comitiva de apenas oito pessoas, incluindo ele próprio e a esposa.

De acordo com o periódico, o Presidente fizera a viagem em um avião de carreira (comercial) e não no Boeing oficial (tachado de "patético" pela revista), que para *VEJA*, não cessava "de encantar o presidente José Sarney".¹⁸¹ Além disso, segundo a revista, outras autoridades nacionais haviam freqüentemente viajado ao exterior para ter audiências com chefes de Estado, vistos como "de segunda linha", enquanto Collor estava se encontrando com "o primeiro escalão da política internacional".¹⁸² Nesse eixo de elogio às atitudes do Presidente, *VEJA* afirmou: "Com uma programação bem-feita e uma organização bem-sucedida, o périplo internacional de Fernando Collor teve um início marcante".¹⁸³

A revista encenava um tom elogioso ao personagem, na mesma linha de abordagem característica do ano anterior levada a cabo durante o processo eleitoral de 1989. Dessa maneira, passava-se a impressão de que *VEJA* fizera uma abordagem imparcial e, ao mesmo tempo, correta do personagem durante as eleições, pois para os jornalistas responsáveis pela matéria, Collor já começara bem em sua nova função, mesmo antes de ser empossado. Transmitia-se a idéia de que era um Presidente "diferente dos outros", aqui, parafraseando a própria revista numa de suas edições que já analisamos.

Tal possibilidade era corroborada através de outras afirmações emitidas pelo periódico, como a seguinte:

A um mês e meio de sua posse no Planalto, o presidente eleito tem se revelado uma personalidade capaz de produzir tantas novidades quanto o candidato que saiu de Alagoas

¹⁸⁰ Perfil de presidente. *VEJA. O estilo Collor*. São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145. p. 30.

¹⁸¹ *id.*

¹⁸² *id.*

¹⁸³ *id.*

com sua lança de caçador de marajás para se transformar no maior prodígio eleitoral da política brasileira.¹⁸⁴

Collor continuava sendo veiculado como "caçador de marajás", que com sua "lança", se transformara no maior "prodígio" eleitoral. Atente-se para o fato de que as pesquisas de opinião têm papel importante em relação ao que se veicula na imprensa, bem como à forma como determinado assunto é abordado. Nesse momento não parecia ser diferente, já que a opinião pública era amplamente favorável a Collor.

Na matéria escrita também se deu espaço ao anúncio de algumas mudanças no comportamento do Presidente após o resultado das eleições de 17 de dezembro de 1989, dentre as quais figuravam, segundo *VEJA*, a da "franqueza" e a da "constitucionalidade", sendo que ambas eram abordadas de forma a fazer um engrandecimento das atitudes do personagem.

No caso da primeira característica (a franqueza), o periódico referia-se ao relacionamento entre Collor e os meios de comunicação em geral, de proprietários a jornalistas. Segundo a revista, o Presidente eleito havia deixado claro, numa entrevista coletiva, que tinha problemas com os meios de comunicação, devido a jornalistas que o haviam "patrulhado" durante a campanha eleitoral e o teriam vaiado em um determinado episódio.¹⁸⁵ *VEJA*, nesse caso, procurava encenar uma espécie de apoio ao personagem, retratando como louvável sua atitude de efetuar tal declaração a respeito da relação com o meio jornalístico. Collor era abordado como uma pessoa franca, clara, honesta e não hipócrita.

Em relação à segunda mudança no comportamento de Collor, a da "constitucionalidade" (associada ao seu "dinamismo"), encenada pelo Presidente, a revista também a recebera com bons olhos. Lembre-se de que numa de suas reportagens sobre o personagem, referente à primeira capa protagonizada por Collor, em março de 1988, *VEJA* apontou a questão de que Collor não estaria agindo de acordo com a lei, ao desobedecer a uma ordem do STF (Supremo Tribunal Federal), não efetuando o pagamento de alguns funcionários públicos alagoanos quando ainda era governador do Estado, ou seja, agia inconstitucionalmente, por isso, a "mudança", observada pela revista.

¹⁸⁴ *ibid.*, p. 31.

¹⁸⁵ Perfil de presidente. *VEJA. O estilo Collor*. São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145. p. 30.

Nesse ínterim, *VEJA* referia-se ao fato, afirmando que Collor procurava demonstrar a intenção de quebrar um "velho costume" dos governantes brasileiros de transformar o ministério num "condomínio de amigos".¹⁸⁶ O Presidente eleito, de acordo com o periódico, teria sido assediado por empresários importantes para que anunciasse o nome do novo Ministro da Economia, ao que teria avisado, que só anunciaria o titular do novo ministério quando achasse que isso era, como propalado pela revista, "conveniente ao governo e não aos interesses particulares".¹⁸⁷ Segundo *VEJA*, ia-se descobrindo que Fernando Collor era um Presidente "disposto a exercer os poderes constitucionais do cargo em sua plenitude - tanto naquela fatia agradável, do sucesso e da popularidade, como na desagradável, de um eventual fracasso e do desgaste".¹⁸⁸

Com o apontamento às aventadas "mudanças" comportamentais encenadas pelo Presidente eleito, *VEJA* procurava responder às afirmativas que haviam sido estampadas na capa daquela edição, as quais teriam sido feitas por Collor durante sua entrevista ao periódico nos EUA e por nós analisadas como questões formuladas para chamar a atenção do público consumidor do periódico. E então, como *VEJA* reconhecia o novo Presidente? Qual seria, afinal, "o estilo Collor"? Na visão da revista, ele era mesmo "intutelável", na medida em que não aceitava pressões empresariais na escolha de seus futuros Ministros, além de ser um jovem diferente dos demais Presidentes que o Brasil já tivera, enfim, que Collor teria capacidade para governar o país e, provavelmente, o faria da melhor maneira possível.

Percebe-se que agora eleito e prestes a tomar posse, não cabia mais inventar o personagem, mas simplesmente manter, reproduzir todo o corolário de imagens positivas gerado anteriormente e que correspondia às expectativas dos leitores e eleitores.

Quanto à entrevista, propriamente dita, nela destacavam-se algumas passagens, tanto nas perguntas feitas pelos jornalistas Elio Gaspari e Eduardo Oinegue, como nas respostas emitidas por Collor, dentre as quais selecionamos as seguintes:

VEJA: Imagine uma velhinha que tirou todo o dinheiro da poupança, vendeu tudo o que tinha e apostou que Zélia Cardoso de Mello vai ser ministra da Economia. O que o senhor acha do futuro dessa velhinha?

¹⁸⁶ Perfil de presidente. *VEJA. O estilo Collor*. São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145. p. 30-31.

¹⁸⁷ *ibid.*, p. 31.

¹⁸⁸ *id.*, p. 31.

Collor: Acho que ela tem 50% de chances de ganhar a aposta.¹⁸⁹

Observava-se que se, por um lado, *VEJA* elogiava a atitude de Collor, por ter se recusado a anunciar o nome do novo Ministro da Economia ao empresariado, por outro, o personagem acenava com o nome mais provável para o cargo, na própria entrevista publicada pelo periódico, que, inclusive, foi propalada sob o título "Zélia tem 50% de chances".¹⁹⁰

A matéria encerrava-se com uma avaliação bastante positiva de Collor:

Em sua excursão por três continentes, Collor comporta-se de acordo com os bons manuais de boas maneiras dos presidentes da República. Evita ficar muito tempo num mesmo lugar (...) quando a conversa é séria, Collor fala a sério - em inglês, francês, italiano ou espanhol. Quando a chance aparece, o presidente eleito também exhibe seu talento para produzir cenas de impacto e reveladoras de uma personalidade atenta à passagem do bonde da História.

Além de referir-se à História como "bonde", *VEJA* apontou para o reconhecimento às "boas maneiras" do personagem, enfatizando ainda o fato dele ser poliglota, enaltecendo mais uma vez seus supostos atributos pessoais, num possível contraponto a Lula, que ficara em segundo lugar nas eleições. Já na reportagem seguinte, que versava sobre o relacionamento de Collor com a imprensa, *VEJA* manteve o discurso favorável ao personagem. Sob o título "Papelão impresso", o periódico relatou na matéria o episódio em que quatro jornais de monta no país teriam noticiado um encontro entre Collor e Mário Henrique Simonsen, então Ministro de Sarney, para convidá-lo a compor o quadro ministerial do novo governo.¹⁹¹ De acordo com *VEJA*, os jornais *O GLOBO*, *O ESTADO DE S. PAULO*, *JORNAL DO BRASIL* e *FOLHA DE S. PAULO*, os quais haviam divulgado a notícia, haviam errado, nas palavras do periódico, "no atacado e no varejo".¹⁹²

De acordo com *VEJA*, Collor, além de desmentir o episódio, prometera dar entrevistas coletivas para evitar erros de jornalistas e melhorar o convívio com a imprensa. Tal fato também era apontado pela revista como outra "inovação" do Presidente, aproveitando ainda para criticar a imprensa, em especial os jornais acima apontados, afirmando: "Se Collor saiu-se bem ao falar sobre jornalismo, a imprensa vinha de sair-se

¹⁸⁹ *ibid.*, p. 32.

¹⁹⁰ *id.*

¹⁹¹ Papelão impresso. *VEJA. O estilo Collor*. São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145. p. 38-39.

¹⁹² *id.*

terrivelmente mal ao reportar o que Collor fazia no sábado anterior, dia 20, no Rio de Janeiro".¹⁹³

A respeito desse relacionamento (Collor/imprensa), *VEJA* também publicou uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas junto a cerca de oito mil profissionais da área, antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989. O resultado teria apontado como primeiro colocado na preferência dos jornalistas Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, tendo Collor sido relegado ao quinto lugar, com apenas 10% da preferência. Na visão do periódico, apesar de ter recebido apoio da maior parte dos jornais, revistas e emissoras de tevê durante a campanha eleitoral, Collor era malvisto pela maioria dos jornalistas.¹⁹⁴

Segundo Mario Sergio Conti, a importância que Fernando Collor dava à sua imagem fotográfica e televisiva era inversamente proporcional à atenção que dispensava aos donos de órgãos de imprensa. De acordo com o autor (na época diretor executivo da Editora Abril), tratava-os com frieza e os mantinha à distância". Para Conti, o único empresário de comunicações cultivado por Collor era o proprietário da *REDE GLOBO*, Roberto Marinho, por razões óbvias: considerava-o mais poderoso e influente que os demais, por ser proprietário da maior emissora de tevê do país.¹⁹⁵

Durante o ano de 1990, além desta primeira, outras quatro capas de *VEJA* estamparam o Presidente da República, ou fizeram menção ao governo Collor. A primeira delas foi publicada em março, numa semana movimentada para o país. Referimo-nos, em primeiro lugar, à tomada de posse de Fernando Collor e, em segundo, à polêmica medida do governo, que, de imediato, confiscou todas as cadernetas de poupança e contas correntes que ultrapassassem um total de 50 mil cruzados novos, o equivalente a cerca de 1.250 dólares na época. Também foram confiscados 80% das aplicações no *over-night* (aplicação mais rentável do mundo, na época) e demais produtos financeiros. Somente os investimentos em ouro não foram confiscados, sendo que todo o dinheiro foi transformado em papel e colocado sob os cuidados do governo, que o devolveria dezoito meses depois com 6% de juros ao ano, mais correções monetárias. Quando a última parcela dos confiscos

¹⁹³ **id.**

¹⁹⁴ **id.**

¹⁹⁵ CONTI. **op. cit.**, p. 436-437.

foi devolvida em agosto de 1992, havia sido perdido cerca de 30% para a inflação que já se encontrava no patamar de 20 % ao mês.

O mais curioso do confisco foi que, como a própria *VEJA* noticiou, Lula havia sido acusado durante a campanha eleitoral de querer tomar tal atitude, caso fosse eleito. Na foto de caráter testemunhal, feita pelo fotógrafo Antônio Ribeiro, de *VEJA*, em frente ao Palácio do Planalto, sede do governo federal em Brasília, Collor fora retratado do abdômen para cima, segurando a faixa presidencial, como se tivesse acabado de colocá-la no peito ou estivesse ajustando-a, já que segundo informações a faixa ficara apertada para o Presidente. Muito bem trajado para a ocasião, ou seja, para a cerimônia de posse do mandato presidencial, Collor havia sido fotografado de baixo para cima, mais ou menos de perfil, num movimento que deixava a impressão de estar olhando para o horizonte. Vestia um terno que parecia ser azul marinho e uma camisa que também parecia ser azul clara, ou branca com um efeito em azul. Sobre a cabeça do personagem, mais ou menos, no meio da capa encontrava-se o seguinte título: "O DINHEIRO SUMIU". Estava escrito em letras maiúsculas e em cor branca.¹⁹⁶

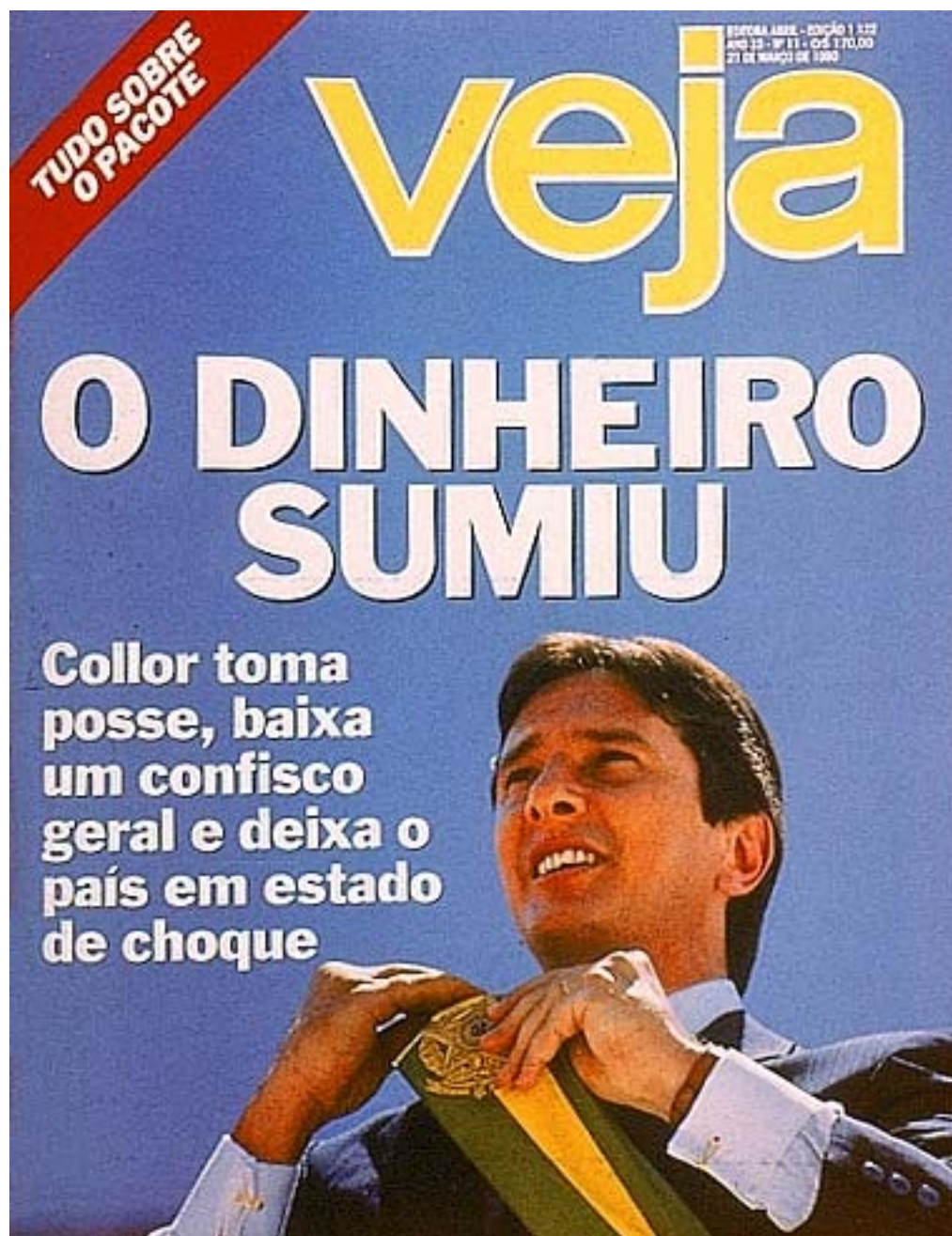
Um pouco abaixo da anterior, ladeando a fotografia e mais para a esquerda, surgia outra legenda que também fora escrita em cor branca: "Collor toma posse, baixa um confisco geral e deixa o país em estado de choque". No lugar de costume, a chamada "tudo sobre o pacote", aparecia escrita em cor branca e sobre uma tarja vermelha. O nome da revista estava no lugar tradicional e fora escrito em amarelo. O fundo era azul claro, azul celeste, representando, muito provavelmente, o céu, pelo fato da fotografia ter sido tirada de baixo para cima.

O conjunto não só era harmonioso como formava uma bela imagem, muito atraente, sobretudo, pela fotografia muito bem enquadrada e pelas cores empregadas na capa, novamente as cores nacionais. As legendas completavam a imagem e também davam o tom da abordagem a respeito do personagem. Dessa vez, aparentemente, Collor não seria tão elogiado quanto das outras vezes. Pelo contrário, a encenação seria de animosidade em relação ao Presidente, pois, de acordo com o periódico, este baixara um "confisco geral" deixando "o país em estado de choque". Aí percebe-se, novamente, o esforço do periódico

¹⁹⁶ *VEJA. O dinheiro sumiu*. São Paulo: Editora Abril, 21 de março de 1990. n° 1122.

em ir ao encontro das expectativas de seus consumidores, que naquele momento, possivelmente, encontravam-se perplexos diante das primeiras decisões do novo Presidente.

Fig. 10: capa de 21/03/1990 - edição nº 1.122.



VEJA, em matérias que somadas chegavam a doze páginas, referiu-se ao confisco como "uma bomba nuclear sobre a economia", numa analogia anedótica a uma afirmação

proferida por Collor, que dizia, ainda durante a campanha eleitoral, "mataria o tigre da inflação com um tiro só". Na primeira matéria, intitulada "O presidente dispara sua bomba", *VEJA* proferiu:

Na sexta-feira da semana passada, menos de 24 horas depois de subir a rampa do Planalto, Fernando Collor fez o disparo - só que, ao invés de uma bala de revólver, detonou uma bomba nuclear sobre a economia.¹⁹⁷

Podia-se destacar já na primeira reportagem, que o periódico encenava uma reprovação à atitude do Presidente de ter confiscado as cadernetas de poupança e outros investimentos bancários que estivessem acima de 50.000 cruzados novos. *VEJA* desqualificou a medida dizendo que Collor havia quebrado uma promessa de campanha, ou seja, a de não mexer nos investimentos bancários, denunciando ainda que o Presidente, durante o processo eleitoral, havia acusado Lula de pretender fazê-lo caso fosse o vitorioso.¹⁹⁸

Para o periódico, Collor golpeará aqueles que haviam ganho seu dinheiro "trabalhando" e que aplicaram em ativos financeiros por ser a única alternativa segura para que o dinheiro não desaparecesse. Para estes, *VEJA* constatou que o pacote era "extremamente amargo".¹⁹⁹ E continuou: "Nunca se viu um pacote tão ambicioso em suas finalidades, tão drástico em suas medidas e tão doloroso, de imediato, no bolso de quem possui algum dinheiro guardado no banco".²⁰⁰

Num jogo de palavras um tanto quanto confuso, o periódico ainda disse:

(...) Mais uma vez, assim, constatou-se que Collor vem fazendo exatamente aquilo que dizia que iria fazer - e isso volta a reforçar a suspeita de que o 'verdadeiro Fernando Collor', cujo desmascaramento seus opositores vêm anunciando e sucessivamente adiado há mais de um ano, talvez seja mesmo o Collor que está aí.²⁰¹

A passagem lembrava outra, proferida na edição de 9 de agosto de 1989, em que a revista se utilizara de termos parecidos para referir-se ao personagem ("o verdadeiro Fernando Collor"), com a diferença de que naquele momento a menção havia sido elogiosa

¹⁹⁷ O presidente dispara sua bomba. *VEJA*. **O dinheiro sumiu**. São Paulo: Editora Abril, 21 de março de 1990. n° 1122. p. 58.

¹⁹⁸ *ibid.*, p. 58-59.

¹⁹⁹ *id.*

²⁰⁰ *id.*

²⁰¹ *ibid.*, p. 59.

e agora a conotação passava a ser negativa. No trecho citado o periódico dizia que havia uma suspeita sobre o personagem, de que não era o mesmo da campanha eleitoral, isto é, de que passadas as eleições e tendo início o governo viria à tona a verdadeira "face" de Fernando Collor. *VEJA* referiu-se a uma frase dita pelo personagem há algum tempo, em que teria afirmado que seu governo iria "deixar a direita indignada e a esquerda perplexa" e, de acordo com a revista, "nada correspondia com mais fidelidade a essa previsão do que o terremoto econômico" da semana anterior.²⁰²

Para o periódico, o personagem não estava sendo o "verdadeiro Fernando Collor", aquele que *VEJA* noticiara durante o ano anterior (e mesmo na primeira capa de 1990 como pudemos constatar), ou seja, o "caçador de marajás", o "gladiador", "o franco", o "dinâmico", outrossim, o anti-herói, que a golpeava e a seus leitores/eleitores. Entretanto, se, por um lado, eram dirigidas críticas às medidas extremas tomadas pelo novo governo, por outro, eram feitas ponderações quanto à estratégia adotada.

VEJA, numa segunda reportagem, intitulada "O choque de Zélia", explanou a respeito do pacote de medidas, esmiuçando do que se tratava e dando os detalhes de seu funcionamento. Nessa última matéria destacava-se a encenação de uma posição cautelosa do periódico, que apresentava algumas declarações de especialistas na área econômica, sobre o Plano Collor em geral e sobre o confisco em especial. De acordo com tais declarações, que teriam sido emitidas pelos economistas Luiz Gonzaga Beluzzo, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e um dos arquitetos do Plano Cruzado durante o governo Sarney, Antônio Delfim Netto, então deputado e ex-Ministro de Sarney, e Carlos Longo, professor da USP (Universidade de São Paulo), o Plano Collor, apesar das medidas extremas, apresentava uma certa coerência, isto é, não estava fora de contexto, ao menos do ponto de vista econômico.

Tais avaliações estavam em sintonia com as opiniões que o periódico procurou repassar a seus leitores. Por um lado, a reprovação às medidas drásticas tomadas pelo Presidente, que não havia se comportado adequadamente na visão da revista (lembre-se que boa parte do público atingido pelo confisco era a classe média, principal público leitor do periódico), por outro, a ponderação de que se o plano viesse a ter sucesso todos seriam beneficiados. Podia-se perceber dessa maneira, a posição de retaguarda do periódico, na

²⁰² *id.*

medida em que criticava o confisco, visto como uma "traição" a seu público consumidor, mas também uma certa tentativa de justificativa quanto ao plano de governo, ou melhor, uma possibilidade de demonstrar que se o governo obtivesse sucesso com suas medidas, a revista teria abordado o personagem de maneira correta. Neste sentido destacava-se a seguinte passagem:

Se a economia brasileira, um organismo embriagado nos últimos tempos, sair da ressaca com boa saúde, terá valido a pena. Se não, terá sobrado apenas um monstruoso sacrifício para um paciente que já não estava bem.²⁰³

Podia-se perceber, portanto, que o periódico buscava uma forma de justificar-se a seu público consumidor, já que apoiara um candidato que, tão logo empossado, atingiu em cheio a categoria que mais consumia as notícias do periódico, a classe média, procurando fazê-lo, contudo, sem indispor-se decisivamente com as instâncias governamentais. Entretanto, o que mais chamava a atenção nessa última passagem, era a maneira como *VEJA* referia-se ao episódio, ou melhor, os termos utilizados na abordagem do assunto. No trecho acima podia-se observar que a economia brasileira era tachada de "organismo embriagado" e de "paciente", que, na visão do periódico, poderia sair da "ressaca" com "boa saúde", caso o plano tivesse sucesso. A iniciativa continuava na direção de realizar abordagens que despolitizavam o político, versando, nesse caso, sobre a política e a economia nacionais.

Fernando Affonso Collor de Mello tomou posse em 15 de março de 1990 e, pode-se dizer, seguiu a trilha do Consenso de Washington, que havia sido definido pelo FMI e pelo Banco Mundial, sob a influência dos Estados Unidos. Passariam, a partir de então, a ser implantadas no país muitas das propostas contidas no programa de governo do PRN e, dentre essas medidas, figuravam a combinação entre abertura econômica ao capital estrangeiro, controle da inflação, moeda forte, privatização de empresas estatais (com o objetivo de reduzir a dívida pública), modernização da indústria nacional, descentralização da negociação da dívida externa, flexibilização das leis trabalhistas e um profundo corte dos gastos públicos.

O "pacote" contendo 17 MP's (Medidas Provisórias), além do confisco aos investimentos bancários, incluía a volta do cruzeiro como moeda oficial, em substituição ao

²⁰³ *ibid.*, p. 63.

cruzado novo, o controle dos preços através de uma espécie de "congelamento" (tática já utilizada durante o governo Sarney) e a extinção de 24 organismos estatais e autárquicos, dentre os quais o Instituto Brasileiro do Café (IBC), a Siderbrás (empresa siderúrgica nacional) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A 18ª MP, a qual veio a ser editada na sequência da implantação do projeto de governo, proibiu quaisquer medidas liminares que fossem contrárias ao "Plano Collor". Além disso, Collor reduziu de 23 para 12 o número de ministérios.

Já no final dos anos 80, o Brasil se encontrava sob uma forte influência do neoliberalismo norte-americano e essa tendência iria acentuar-se exacerbadamente a partir do governo Collor. Eram os efeitos da chamada "Nova Ordem Mundial", ou seja, o colapso da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), tendo como marco a queda do Muro de Berlim, dois grandes símbolos do socialismo mundial. Aparentemente, nesse contexto, ocorria uma ampla vitória daqueles que pregavam o livre mercado, o fim de qualquer intervenção estatal na economia e a noção de que a procura do sucesso e do enriquecimento pessoais acabariam por levar ao bem-estar de todos.²⁰⁴

Nesse sentido o estudioso Perry Anderson avaliou que as políticas neoliberais postas em prática a partir dos anos 1980, obtiveram sucesso em alguns aspectos, como: a derrubada da inflação, a obtenção de lucros, a queda do desemprego e o aumento dos salários, medidas estas que visavam um objetivo maior, o retorno das altas taxas de crescimento ocorridas antes da crise capitalista dos anos 1970. Nesse último aspecto, o autor observou que o neoliberalismo acabou sendo uma decepção, pois, segundo ele, as taxas de crescimento ou não ocorreram, ou se existiram, foram mínimas. O balanço final de Anderson foi de que o neoliberalismo, além de ter fracassado economicamente, trouxe em seu bojo sociedades marcadamente desiguais. Entretanto, de acordo com ele, obteve sucesso política e ideologicamente, haja vista a disseminação exacerbada da doutrina neoliberal em termos mundiais.²⁰⁵

Nessa mesma direção, David Harvey, na obra "A condição pós-moderna: uma mudança sobre as origens da mudança cultural", destaca o neoliberalismo como uma

²⁰⁴ TEIXEIRA DA SILVA. *op. cit.* p. 360.

²⁰⁵ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir ; GENTILI, Pablo. (orgs). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático.** São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

transição no "regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associados", o que denominou de "acumulação flexível".²⁰⁶ Para o autor, ao colapso do sistema de acumulação "fordista-keynesiano" no início da década de 1970, seguiram-se novos sistemas de produção e de *marketing*, que apresentaram como características marcantes processos de trabalho e mercados mais flexíveis, em contraposição à "rigidez" do modelo anterior.²⁰⁷

Harvey observou ainda que esse modelo, marcadamente novo (apesar de manter características próprias do "fordismo-keynesianismo", bem como a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise), implicou níveis relativamente altos de desemprego "estrutural", além de uma rápida destruição e reconstrução das habilidades, somados a ganhos muito modestos de salários reais.²⁰⁸ Para o autor, tal transição também representou um retrocesso enorme no poder sindical, poder este, característico do regime anterior. Segundo Harvey, outro aspecto que se destacou nesse movimento, foi o crescente endividamento dos países do chamado "Terceiro Mundo" (o termo utilizado pelo autor, podia ser indicado para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como a África do Sul, o Peru e o Brasil, por exemplo), que eventualmente podiam não cumprir suas obrigações financeiras internacionais.²⁰⁹ E, para finalizar, David Harvey apontou que a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a uma estética pós-modernista que passou a estimular a "diferença, a efemeridade, a moda e a mercadificação de formas culturais". Em outras palavras, a transformação político-econômica e administrativa, acarretou "uma atenção muito maior às modas fugazes e a mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica".²¹⁰

Objetivando, portanto, a implementação de um projeto de governo afeto a essas novas tendências mundiais, o novo governo brasileiro teve como uma de suas primeiras atitudes, e talvez a mais polêmica de todo o período em que Collor esteve à sua frente, o congelamento das cadernetas de poupança e de outras aplicações financeiras (com exceção

²⁰⁶ HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: ed. Loyola, 1992. p. 115-134.

²⁰⁷ **id.**

²⁰⁸ **id.**

²⁰⁹ **id.**

²¹⁰ **id.**

do ouro), isto é, uma espécie de confisco provisório dos depósitos bancários, como forma de estancar a inflação que ultrapassava os 80% mensais. E, ao lado deste programa de caráter econômico, um verdadeiro arsenal de propaganda centrada na pessoa do Presidente.

Tal política atingiu, no período, o resultado que se objetivava, ou seja, a queda abrupta da inflação. Entretanto, teve início uma recessão sem precedentes na história do Brasil, tanto no grau como na duração, seguida de um desmonte do aparelho estatal que obedecia fortíssimas determinantes propagandísticas e ideológicas. O governo Collor objetivava, a todo custo, atrair o capital internacional que na época era em grande parte destinado aos países em desenvolvimento como o Brasil, segundo a classificação estabelecida pelos organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Para se ter uma idéia, cerca de 40% de todo o capital internacional disponível para investimentos destinavam-se aos países em desenvolvimento, como o Brasil.

No final de março de 1990, sob o impacto do Plano, uma capa de *VEJA* foi destinada ao assunto. Dessa vez a edição não ostentou qualquer imagem do Presidente, trouxe apenas o nome dele. O título da edição era "O futuro do plano Collor em jogo" e também versou sobre o plano econômico posto em prática pelo governo logo após a tomada de posse do novo Presidente. A matéria referente à capa trouxe informações sobre seus primeiros resultados, avaliando que a maioria da população havia aprovado as primeiras decisões governamentais, inclusive o confisco.²¹¹ Aqui a revista procurou encenar uma espécie de "reconciliação" com o governo e ao mesmo tempo com seu público leitor, tendo em vista que a abordagem da última capa dedicada a Collor não distribuía tantos afetos positivos ao Presidente como de costume, sobretudo, em virtude do confisco financeiro empreendido pelo governo.

Não obstante, a reportagem também destacou alguns pontos negativos nas atitudes de alguns representantes governamentais, como do então delegado da Polícia Federal, Romeu Tuma, que teria agido com violência prendendo, nas palavras do periódico, "gerentes de bancos que não tinham dinheiro para dar a seus clientes".²¹² Assim mesmo o saldo ficava favorável a Collor e seu plano econômico, o que podia ser verificado na seguinte passagem:

²¹¹ A descoberta de um outro pacote. *VEJA. O futuro do Plano Collor em jogo*. São Paulo: Editora Abril, 28 de março de 1990. p. 32-33.

²¹² *ibid.*, p. 32.

Podia-se até esperar que, em seus primeiros dias, a população tivesse dificuldades para apoiar um plano que, bem ou mal, raspou o dinheiro que havia na praça (...). As pesquisas de opinião mostram que, ao contrário, a população confia no governo - e está disposta a cumprir sua parte. Este é o grande trunfo que o presidente Fernando Collor possui para arrumar a economia.²¹³

Percebe-se aí o tom de cautela em relação ao personagem, mas, concomitantemente, retornava o esforço em induzir o público consumidor do periódico afetivamente em relação ao Presidente. Porém, mais uma vez alguns termos destacavam-se na abordagem. De acordo com a revista, o plano econômico não havia confiscado, mas "raspado" o dinheiro que havia, não em circulação no mercado financeiro, mas, na "praça", e Collor não possuía um ponto favorável, mas um grande "trunfo", para arrumar a economia.

Em 29 de abril de 1990, aproximadamente um mês depois dessa capa, outra foi destinada a Collor, que apareceu "desenhado" na mesma, sob o título "Como Collor decide: a influência do temperamento do presidente no cotidiano do país".²¹⁴ Na imagem, Collor aparecia do peitoral para cima, num desenho que parecia tratar-se do esboço de uma pintura em andamento, inacabada. Seu semblante era sério e o olhar não se direcionava ao leitor.

Ao lado direito dessa imagem surgiam as seguintes legendas: "COMO COLLOR DECIDE" e "A influência do temperamento do presidente no cotidiano do país". A primeira escrita em caixa alta e em amarelo, estava ao lado direito e na altura do rosto do personagem. Já a segunda, logo abaixo da primeira, fora escrita em letras menores e em preto. Havia ainda, na capa, uma chamada sobre uma tarja vermelha e sob uma fotografia da atriz Cristiana Oliveira que dizia: "TELEVISÃO"; e logo abaixo desta os dizeres: O sucesso da novela pantanal". "VEJA" estava escrito em azul marinho, sendo que todo o conjunto figurava sobre um fundo branco, que combinava com a cor da camisa do personagem.

²¹³ *ibid.*, p. 33.

²¹⁴ VEJA. **Como Collor decide**: a influência do temperamento do presidente no cotidiano do país. São Paulo: Editora Abril, 25 de abril de 1990. nº 1.127.

Fig. 11: capa de 25/04/1990 - edição nº 1.127.



Esta capa escapava um pouco aos moldes anteriores por retratar o personagem num desenho e não numa fotografia posada ou testemunhal, como o habitual. No entanto, não se podia dizer que Collor fora caricaturado, já que a imagem não demonstrava tendências caricaturais e a abordagem escrita não parecia ser satírica. Tratava-se, simplesmente, de uma ilustração do personagem. A curiosidade ficava, portanto, por conta da imagem

diferente e das legendas. Como o personagem seria abordado na edição? Como Collor decidia? Seria a influência do temperamento do Presidente negativa ou positiva para o cotidiano do país? Tais questões passariam a permear o pensamento do leitor que observasse a imagem publicada naquela capa.

As respostas às indagações poderiam ser obtidas na matéria referente à capa, intitulada "O expresso Collor".²¹⁵ Aí, desde o início, como se podia perceber, a publicação elogiou o Presidente. Ainda no título, *VEJA* referiu-se ao personagem como "expresso", aqui numa analogia entre a rapidez com que Collor tomava decisões e, provavelmente, os trens, ou outros veículos de transporte coletivo, que se deslocam muito rapidamente. Também ressaltava, dentre outras coisas, os 70% de aprovação do Plano Collor nas pesquisas de opinião realizadas no período, destacando ainda o temperamento do Presidente que, de acordo com a revista, com atitudes "diferenciadas", como de decidir rapidamente, mesmo tendo, às vezes, de voltar atrás, havia recuperado "o princípio da autoridade do governo", aludindo ao que, supostamente, seria o oposto do governo Sarney.²¹⁶

Na publicação, Collor era abordado, novamente, de forma favorável. O personagem foi descrito como um "funcionário público bem vestido", que tomava seu café da manhã rapidamente e saía para o trabalho.²¹⁷ De acordo com o periódico, o Presidente era "rápido no gatilho" e "objetivo nas reuniões de trabalho", preferindo "agir ao calor da hora", mesmo que tivesse "de se corrigir em seguida", a "ver os problemas se amontoarem".²¹⁸ O "estilo" do Presidente era enunciado entusiasticamente:

Com esse estilo, Collor fez com que o princípio de autoridade, esfrangalhado paulatinamente durante o governo de José Sarney, voltasse a viger no Planalto e, de quebra, lhe granjeou uma grande popularidade.²¹⁹

Collor, cuja vitória fora atribuída, dentre inúmeros outros motivos, à sua posição, exacerbadamente, contrária ao governo do então Presidente José Sarney, continuava sendo tratado pela revista em comparações com seu antecessor. Para *VEJA*, Collor, diferentemente de José Sarney, era um Presidente enérgico, "rápido no gatilho", (numa

²¹⁵ O expresso Collor. *VEJA*. **Como Collor decide**: a influência do temperamento do presidente no cotidiano do país. São Paulo: Editora Abril, 25 de abril de 1990. nº 1.127. p. 20-27.

²¹⁶ *ibid.*, p. 20.

²¹⁷ *id.*

²¹⁸ *id.*

²¹⁹ *id.*

analogia aos personagens dos filmes que retratavam o "Velho Oeste" norte americano), em suas decisões e, por isso, além de reaver a "autoridade" governamental, obtivera, "de quebra", uma grande popularidade.

O periódico também salientou alguns pontos, os quais, na opinião de *VEJA*, faziam parte das "características" do Presidente da República. Diziam eles: "o presidente vai direto ao nó da questão"; "Collor sempre raciocina em termos de custo e benefício até em questões secundárias, como o trajeto da Casa da Dinda ao Palácio do Planalto"; "Ao contrário do que se acostumou a ver no governo passado, o presidente gosta de receber a mercadoria antes e pagá-la a prazo"; "Collor é centralizador e cobra trabalho de seus ministros com rigor"; "Tem uma preocupação obsessiva com a imagem, o que o leva a exhibir-se em práticas esportivas com regularidade".²²⁰

Na reportagem, Collor aparecera como um político diferenciado, inovador, um Presidente moderno e que rompia com as velhas tradições da política e, segundo nossa compreensão, a revista retornou ao mesmo tipo de abordagem que caracterizara o período eleitoral. Por outro lado, *VEJA* também declarou que o Presidente repetia algumas atitudes de políticos "de todos os tempos", referindo-se a políticos que no decorrer da história, segundo *VEJA*, utilizaram-se de idéias forjadas pelo pensador florentino do século XVI, Nicolau Maquiavel, fato, na opinião da revista, também constatado nas ações de Collor. Para exemplificar tais analogias, o periódico trouxe algumas passagens do livro mais célebre de Maquiavel, "O príncipe", comparando-as às atitudes do Presidente da República, como as referentes ao Plano Collor. Vejamos duas delas:

Pacote: *"As ofensas devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados";*

Poupança: *"Um príncipe sábio não pode nem deve manter-se fiel às suas promessas quando, extinta a causa que o levou a fazê-las, o cumprimento delas lhe traz prejuízo".*²²¹

A revista estabelecia uma comparação entre o pacote econômico imposto pelo governo no mês anterior e aforismos contidos na obra de Maquiavel, com o objetivo de demonstrar sua homologação ao Plano Collor. Àqueles que, eventualmente, pudessem interpretar a comparação estabelecida de uma maneira adversa, ou seja, entendendo

²²⁰ *ibid.*, p. 21.

²²¹ *ibid.*, p. 26-27.

erroneamente a obra de Maquiavel por um viés negativo, o periódico esclareceu: "No conteúdo, porém, a atitude faz parte do temperamento de Collor, que segue Maquiavel sem ser maquiavélico".²²²

Por fim, destacavam-se na edição, inúmeras fotografias do Presidente da República acompanhadas de legendas que se harmonizavam com a linha de abordagem empreendida pela revista. Em todas elas, Collor fora abordado em situações correspondentes ao seu cotidiano e que apareciam em sintonia com o tom de enaltecimento das atitudes do personagem.

Na primeira, Collor aparecia em uma sala de reuniões, acompanhado de alguns Ministros, manipulando um monitor de computador e, ao lado da foto, aparecia a seguinte legenda: "Collor na reunião das 9 horas: despachos por telefone e informações de computador".²²³ Na próxima, Collor discursava diante de inúmeras pessoas numa homenagem a alguns militares, sendo que a imagem era ladeada pela legenda, "O presidente na promoção dos militares: autoridade".²²⁴ Na seguinte, o Presidente surgia descendo a rampa do Palácio do Planalto, acompanhado e ovacionado por uma multidão e a legenda da foto era: "Collor desce a rampa: apelo popular".²²⁵ Mais adiante o personagem fora fotografado lendo alguns papéis enquanto tomava café-da-manhã e a legenda da foto dizia: "Dia 18: bolacha, suco de fruta e relatórios no café da manhã".²²⁶ Ao lado desta última foto, havia outra, em que Collor aparecia dentro de um helicóptero, tendo um jornal sobre as pernas, que era acompanhada da seguinte legenda: "A caminho do Palácio: economia de tempo na viagem de helicóptero".²²⁷ Note-se que a utilização de um helicóptero para um trajeto, relativamente, curto, não foi criticada, como o uso do avião oficial por outros Presidentes, por exemplo.

Na última página da matéria apareciam outras duas imagens. Na primeira, talvez a mais curiosa, Collor estava ao lado da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina e a legenda era: "Com a prefeita Luiza Erundina: doação de hospital e exigência de cerimônia". Na segunda, o Presidente participava de uma missa junto com sua esposa, Rosane. Abaixo da

²²² *ibid.*, p. 22.

²²³ *ibid.*, p. 20-21.

²²⁴ *ibid.*, p. 22.

²²⁵ *ibid.*, p. 23.

²²⁶ *ibid.*, p. 26.

²²⁷ *id.*

foto a legenda dizia: "Final de expediente: missa com a mulher, Rosane e assessores na capela do Palácio do Planalto".

Observava-se que todas as imagens estavam sincronizadas objetivando retratarem, como já dissemos, o cotidiano do Presidente, desde o início até o final do dia. Mais que isso. Collor fora abordado como um Presidente exemplar, que, de acordo com *VEJA*, acordava cedo, tomava um café da manhã simples, porém, saudável e concomitantemente lia relatórios para adiantar o serviço, ou seja, veiculava-se a idéia de versatilidade do personagem, de rapidez nos afazeres matinais para chegar bem cedo ao local de trabalho. Na visão da revista, o Presidente ia de sua residência, a "Casa da Dinda", para o trabalho, no Palácio do Planalto, de helicóptero, não por luxo, mas para economizar tempo na viagem, ou seja, para perder menos tempo e poder trabalhar mais. Reunido com seus assessores e Ministros, trabalhava desde muito cedo e era um Presidente moderno e atualizado, pois utilizava-se das últimas tecnologias da informática. Ademais, Collor era visto pelo periódico como uma autoridade muito respeitada, até mesmo pelos militares, e, curiosamente, muito popular, já que era ovacionado por uma multidão que se aglomerava e se acotovelava em frente ao Palácio do Planalto. Ainda de acordo com *VEJA*, Collor também era um Presidente cerimonioso e responsável, já que efetuava doações de hospitais, ainda que fosse para uma cidade dirigida por uma prefeita considerada adversária política, participando das cerimônias de entrega ao lado de sua desafiada, ou seja, no intuito de documentar que fora ele o doador. E, para finalizar, a revista percebia o personagem como alguém extremamente religioso, que ao final do dia ia à missa com assessores e sua esposa.

Se havia alguma ressalva em toda essa abordagem favorável ao personagem, ficava por conta dos possíveis resultados finais do plano de governo implementado pelo Presidente da República a partir de sua posse. Para *VEJA*, toda a aprovação ao governo, bem como a popularidade do Presidente, dependiam do real sucesso do Plano Collor:

Obviamente, a popularidade só se manterá em patamares expressivos se o Plano Collor der bons resultados: não há comando firme ou imagem de dinamismo que sobreviva a inflação galopante ou recessão profunda.²²⁸

As expectativas do periódico quanto ao sucesso ou fracasso do plano de governo, continuaram sendo significativas em edições posteriores, mas Collor só seria estampado

²²⁸ *ibid.*, p. 20.

novamente na capa de *VEJA* no final daquele ano, cerca de nove meses depois do início do mandato e oito da última capa que lhe fora dedicada. Nesse intervalo, a popularidade de Collor declinara gradualmente. Em apenas dois meses de governo algumas pesquisas indicavam uma queda de 87% para 55% de apoio ao Presidente. Passados cerca de seis meses de governo, Collor já havia se deparado com greves de metalúrgicos, eletricitários e, até mesmo, de petroleiros, sendo que em maio já começara a liberação dos preços até então congelados.

Aos poucos, a inflação também voltava a subir e, ao final de 1990, chegava à casa dos 15% ao mês, de maneira que o governo, além de críticas, ainda um tanto quanto amenas, passaria a ser alvo de algumas denúncias e notícias curiosas envolvendo Ministros e outros personagens ligados à Presidência, emitidas por diversos meios de comunicação. Em outubro de 1990, o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, foi substituído por Jarbas Passarinho após a veiculação da notícia de um romance envolvendo Cabral e a então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Tal envolvimento teria causado embaraços à imagem da Presidência, daí a demissão de Cabral. Também no mesmo mês, Luís Octávio da Motta Veiga, então dirigente da Petrobrás/SA (Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima), demitiu-se, acusando o governo de intrigas, mentiras e negócios escusos. Ambas as demissões, de Bernardo Cabral e de Motta Veiga, foram motivos de capas da revista *VEJA*. No geral, entretanto, à diferença do que se praticou até então, *VEJA*, possivelmente para não perder seus leitores, preferiu adotar o silêncio, apostando no "esquecimento" de sua ruidosa campanha em favor da eleição do Presidente.

2.2 - A comédia e a tragédia: ironias e críticas a Collor nas capas da VEJA

No final do primeiro ano de mandato Collor continuava usufruindo da confiança de cerca de 60% da população, como apontado em pesquisas de opinião da época. Entretanto, as críticas à Presidência passariam a ser mais constantes, como se podia vislumbrar na última capa de *VEJA* dedicada ao personagem em 1990, num momento em que o personagem já estava no poder há cerca de nove meses. Nela apareciam inúmeros personagens caricaturados, incluindo Collor, sua esposa Rosane e alguns integrantes do governo, como o então ex-Ministro Bernardo Cabral e a Ministra Zélia Cardoso de Mello, além de outros políticos internacionais.

Na imagem, Collor fora caricaturado como se estivesse numa de suas corridas habitualmente praticadas em público, sob a lente das câmeras, ostentado camisetas com diversos dizeres, como aquela em que tentara explicar o significado de ter "aquilo roxo". O termo referia-se a um dito popular, através do qual Collor procurou passar a mensagem de que era enérgico e valente, porque tinha "aquilo roxo" (referindo-se, supostamente, a seu órgão sexual), tendo sido a afirmação divulgada de forma satírica pelos meios de comunicação. Collor protagonizara situações como essa durante praticamente todo o ano e *VEJA* aproveitou-se dessas aparições para satirizar o Presidente da República somente naquele momento, de balanço de final de ano.

Na caricatura, Collor trajava uma camiseta com os dizeres: "Feliz 92", tendo Rosane Collor, sua esposa, agarrada ao seu pescoço com as pernas ao alto, como se flutuasse ao sabor da velocidade do Presidente. Ao lado direito da caricatura de Collor, apareciam dois personagens que pareciam representar os Presidentes dos Estados Unidos e do Iraque, George Bush e Saddam Hussein, respectivamente. Ambos encaravam-se mutuamente, demonstrando um clima de hostilidade. Bush, retratado com o rosto pintado, o peitoral desnudo e músculos proeminentes, empunhando uma arma enorme, como um fuzil ou uma bazuca, tendo uma fita amarrada na testa, mais parecia a representação satírica de "Rambo", personagem do cinema norte-americano interpretado pelo ator Sylvester Stallone, numa produção hollywoodiana da década de 1980. Saddam Hussein, vestido com uma indumentária militar e aparentemente afrontando seu oponente, ostentava uma simples lata, que era apontada para Bush, onde se podia ler a palavra "*spray*", aparecendo, logo abaixo,

um desenho de uma pequena caveira com dois ossos entrecruzados, característico da representação do "perigo", ou de algo "proibido", ou ainda "tóxico".

Fig. 12: capa de 26/12/1990 - edição nº 1.162.



Atrás desses dois últimos personagens, surgia uma terceira pessoa, que aparentava tratar-se da imagem de uma mulher loira de cabelos curtos e que aparecia sorridente. Ao

que tudo indicava, tratava-se de uma atriz de filmes pornográficos e deputada italiana, que de acordo com *VEJA*, teria sido autora da seguinte frase (também estampada entre as tiradas antológicas do ano de 1990), sobre a invasão norte-americana ao Iraque em agosto de 1990: "Estou disposta a fazer amor com Saddam Hussein para evitar a guerra. Farei com Bush também se for necessário".²²⁹ Ao lado esquerdo de Collor supostamente figurava a Primeira-Ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, sentada no cano da arma de Bush e tricotando.

Abaixo dessas caricaturas, no rodapé da capa, estava um réptil crocodiliano, que aparentemente, olhava o Presidente. O animal era abraçado por uma bela moça nua, que também observava Collor. cremos tratar-se de uma alusão à inflação, já que o periódico referia-se freqüentemente à mesma como "dragão". Acima da figura do protagonista surgiam outras quatro caricaturas: duas delas identificamos como pertencentes ao então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral (vestido como um bufão) e de Zélia Cardoso de Mello, então Ministra da Economia, os quais, mantiveram um relacionamento amoroso, secretamente. Zélia tinha 36 anos de idade e era solteira na época. Já Bernardo Cabral, vinte anos mais velho que a Ministra, era casado há 35 anos e já era avô. Por fim, as outras duas imagens acima das caricaturas dos Ministros, aparentemente tratavam-se do então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev e do "Tio Sam", representação dos EUA, os quais confraternizavam-se mutuamente, talvez representando um arrefecimento da "Guerra Fria".

Muitas cores foram utilizadas nessas caricaturas, destacando-se o vermelho e o branco, com o fundo cinza. As legendas também haviam sido escritas em vermelho, bem como o nome da revista e desta vez não havia qualquer chamada na capa, apenas duas legendas dispostas da seguinte forma: "RETROSPECTIVA 1990", que aparecia logo abaixo da imagem de Collor e fora escrita em letras, relativamente, pequenas; e "O ANO DA VIRADA", abaixo da anterior e em letras grandes.

Note-se que a capa dedicada a realizar uma retrospectiva do ano de 1990 era protagonizada, dentre outros personagens, pelo Presidente da República, sua esposa, membros do governo brasileiro e políticos internacionais. Observe-se ainda, que além de

²²⁹ As frases de 1990. *VEJA. Retrospectiva 1990: o ano da virada*. São Paulo: Editora Abril, 26 de dezembro de 1990. n° 1.162. p. 10.

todos os personagens terem aparecido em forma de caricaturas, isto é, no sentido da sátira, e que realmente eram muito cômicas, havia uma curiosidade na camiseta de Collor. A virada era de 1990 para 1991, mas na camiseta do Presidente estava escrito "Feliz 92". Seria um erro da publicação, ou uma menção à velocidade com que Collor decidia (ou corria), característica aventada por *VEJA* em edições anteriores? Aos olhos dos observadores de hoje, mais parecia um prenúncio do que viria a acontecer, isto é, o *impeachment* de Collor no final de 1992, mas tal hipótese obviamente não cabe nessa análise.

O fato é que no final de 1990, ao cabo de cerca de nove meses de governo, o Plano Collor já mostrava indícios de fracasso, com a inflação subindo rapidamente e a recessão se agravando cada vez mais, de maneira que a revista satirizou e criticou veementemente o governo, não só na capa, mas também nas páginas escritas da edição. O Plano Collor, que havia causado grande surpresa, sobretudo, pela ousadia de suas medidas, nesse momento chamava a atenção, principalmente, pela falta de experiência revelada pela equipe econômica na primeira fase de gerenciamento do programa.²³⁰

Já na primeira reportagem escrita, dessa última edição publicada por *VEJA*, apareciam inúmeras frases ditas por Collor e seus Ministros, bem como por um seleto grupo de políticos importantes no Brasil, além dos personagens ilustrados na capa. O periódico assim destacou a matéria: "As frases de 1990: presidente novo, plano econômico de virar a cabeça, porta-voz de língua afiada e ministros apaixonados renderam tiradas antológicas".²³¹

Destacavam-se algumas dessas passagens propaladas pelo periódico, sendo que as cinco primeiras tratavam-se de frases que, de acordo com *VEJA*, haviam sido ditas por Collor e Zélia Cardoso de Mello, então Ministra da Economia ao longo do ano e referiam-se à inflação. Eram elas:

A inflação hoje no Brasil não é mais somente um caso de economia, não é mais apenas um caso de descontrole. É um caso de polícia. **Collor** (grifos de *VEJA*), em fevereiro.

A inflação está vencida. Não há nenhuma possibilidade de retomarmos o processo inflacionário. **Zélia Cardoso de Mello**, ministra da Economia, em abril.

A inflação está controlada. A inflação está liquidada. **Collor**, em abril.

²³⁰ MOURA, Alkimar R. Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER. **op. cit.**, p. 55.

²³¹ As frases de 1990. *VEJA*. **O ano da virada**. São Paulo: Editora Abril, 26 de dezembro de 1990. n° 1.162. p. 4.

O país está mergulhado numa espécie de síndrome inflacionária, que faz subir os preços sem nenhuma explicação. **Zélia**, em junho.
Agora vai ser vencer ou morrer, porque haverá turbulências. **Zélia**, em dezembro.²³²

Notava-se que as frases visavam desqualificar o Presidente da República e a Ministra da Economia. Ambos eram abordados, através da reprodução de algumas frases pré-selecionadas pela revista, de maneira a expô-los a uma situação de desgaste, na medida em que suas falas eram contraditórias entre si, isto é, o que haviam dito no início do ano, sob o ponto de vista do periódico, não condiziam com a situação real no seu final, nem com as frases que haviam proferido na sequência do ano.

Todas as outras frases, ditas por personagens ligados ao governo, também foram apresentadas no mesmo sentido, de satirização e reprovação das atitudes governamentais e do Plano Collor. Além disso, ainda que aparecessem frases ditas por personagens aleatórios, como os Presidentes dos Estados Unidos, do Iraque e da Argentina, eram destacadas as figuras diretamente ligadas a Collor, como diversos Ministros e assessores da Presidência. Nesse sentido, foram mostradas no centro de cada uma das páginas que continham as ditas "frases de 1990", uma fotografia legendada com algum personagem que podia ser relacionado ao Presidente da República e uma que mostrava o próprio Collor, isto é, tais pessoas recebiam destaque dentre todos os demais personagens que tiveram frases reproduzidas na matéria. Em todas elas, os personagens apareciam em fotos sugestivas, cujas legendas também eram detratoras.

Na primeira dessas fotos, Collor fora retratado com um traje característico dos lutadores de caratê, o *kimono*, fazendo um movimento da arte marcial praticada pelo personagem (lembre-se que Collor era faixa preta de caratê), cuja legenda dizia: "É possível, no caratê, vencer de um golpe só, o ippon. Irei vencer a inflação brasileira por ippon. *Fernando Collor de Mello*, em janeiro".²³³ A ironia referia-se, portanto, a uma frase, que de acordo com *VEJA*, teria sido dita por Collor no início do ano, na qual Collor comparara a situação econômica do país a um tipo de luta oriental. Podia-se perceber ainda a intenção do periódico de emitir uma sugestão crítica à associação feita pelo Presidente e também à estratégia de formação de uma imagem de força e de coragem, necessárias nas artes marciais e utilizada por Collor.

²³² **id.**

²³³ **ibid.**, p. 4

Na foto seguinte estava a primeira-dama, Rosane Collor, bem trajada e sorridente e a legenda era: "Homem inteligente no Brasil, fora meu marido, não conheço nenhum. *Rosane Collor, primeira-dama, em março*".²³⁴ Aqui o periódico acenava para a indicação do oposto, ou seja, se o objetivo clarificado nas frases era satirizar o governo e todos aqueles que a ele estivessem ligados, a sugestão seria de que o Presidente possuía uma inteligência parca, contrariando, portanto, o que a primeira-dama havia dito a respeito de seu cônjuge e Presidente da República. De outro lado, quiçá concordando com Rosane, insinuava-se que os membros do governo também não eram inteligentes.

Na próxima página fora retratado o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, um jornalista crítico de Collor em Alagoas, quando era prefeito de Maceió e que, posteriormente, se tornara seu assessor de imprensa. Cláudio Humberto apareceu numa foto tirada na sala de sua residência, sentado num sofá e tendo sobre as pernas um microcomputador. Na imagem, o personagem ainda fumava um charuto e falava ao telefone celular ao mesmo tempo. Abaixo dessa foto podia-se ler os seguintes dizeres: "Uma vez agredido, este governo jamais oferecerá a outra face. Bateu, levou. *Cláudio Humberto Rosa e Silva, porta-voz da Presidência, em outubro*".²³⁵ Note-se que o que antes era enaltecido pela revista, dentre outras características, a autoridade do governo, agora passava a ser visto como "autoritarismo", representado, dentre outros, na figura do porta-voz da Presidência, muito criticado pela imprensa em geral, durante os aproximados dois anos de mandato de Collor.

O então ex-Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, fora retratado na seqüência e a legenda era: "Espero que seja eu. *Bernardo Cabral, então ministro da justiça, indagado sobre quem seria o futuro marido da ministra Zélia Cardoso de Mello, em setembro*".²³⁶ Neste caso a sátira era direcionada ao relacionamento amoroso entre o Ministro da Justiça e a da Economia. De qualquer forma, note-se que a imagem do governo é que estava sendo questionada pelo periódico, independentemente dos personagens que eram abordados.

A última foto da reportagem, em sintonia com as demais, trazia o então presidente do Banco Central do Brasil, Ibrahim Eris, cuja legenda dizia: "Se não der certo, volto para a Turquia. *Ibrahim Eris, presidente do Banco Central, sobre as conseqüências pessoais do*

²³⁴ *ibid.*, p. 5.

²³⁵ *ibid.*, p. 6.

²³⁶ *ibid.*, p. 8

Plano Collor, em abril".²³⁷ Aqui a crítica evidente era sobre a prevalência dos interesses pessoais de um integrante do governo, sobre os interesses da maioria. Caso o Plano desse certo Ibrahim permaneceria no Brasil, caso contrário deixaria o país. *VEJA* também aproveitou para ironizar a ascendência do personagem, já que Ibrahim Eris nascera e fora criado na Turquia.

Outra ênfase relacionava-se às atividades esportivas praticadas pelo Presidente ao longo do ano, objetivando veicular a imagem de juventude, virilidade, audácia e saúde, que também fora divulgada pela própria *VEJA*, como pudemos constatar em todo o primeiro capítulo. Porém, tais características neste momento, eram veiculadas em sentido oposto, associando-as a comicidade, a inverdades, a começar pelas caricaturas na capa. Também representativas disso, apareciam as seguintes frases:

Eu faço um apelo para que se dirijam a ele em cartas e telegramas, em massa, pedindo que pare com essas brincadeiras. **Leda Collor**, *preocupada com as aventuras do filho, em abril*. Se há um objetivo nisso tudo, é mostrar que temos um presidente alto, novo, bonito e corajoso e tudo o que ele faz dá certo. Ele veio depois de Sarney, que é velho, feio, baixinho, covarde e tudo o que fazia dava errado. **Cláudio Humberto Rosa e Silva**, *sobre as atividades esportivas de Collor, em maio*.²³⁸

Quanto à afirmação da mãe do Presidente, havia sido retirada de um trecho de um artigo escrito por ela e publicado pela própria *VEJA* meses antes. Encerrando a sessão de frases, *VEJA* dispôs uma última, que teria sido proferida por Collor no apagar das luzes daquele ano: "A todas as senhoras e os senhores, os desejos de um 1991 não diria cinzento, não diria também colorido, mas um 1991 suportável. **Collor**, *em dezembro*".²³⁹ Observava-se que o periódico aproveitava o momento para emitir sua própria opinião, ou seja, apesar de todos os problemas, e do eminente insucesso do Plano Collor, a situação era, na visão da revista, suportável.

No ano seguinte, 1991, *VEJA* dedicou outras cinco capas a Collor e seu governo, sendo que todas ensaiavam críticas, gradativamente, menos veladas. A primeira delas, de janeiro, com o título "O governo se diverte", trouxe o Presidente Fernando Collor, a então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e o então presidente do Banco Central,

²³⁷ *ibid.*, p. 10.

²³⁸ *ibid.*, p. 6.

²³⁹ *ibid.*, p. 10.

Ibrahim Eris.²⁴⁰ Em fotos descontraídas tiradas no *reveillon* daquele ano em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, os personagens apareciam sorridentes e em trajes de verão. Tratava-se de duas fotos distintas, uma maior e outra menor, sendo que ambas figuravam juntas, porém separadas por um efeito de página rasgada.

A fotografia maior trazia Collor em primeiro plano, trajando uma camisa azul, de perfil, acenando alegremente e ladeado por algumas pessoas desconhecidas do grande público. O Presidente fora fotografado passeando pela orla de Angra dos Reis, num luxuoso iate do empresário Alcides Diniz, irmão do também empresário Abílio Diniz (proprietário dos grupos Pão de Açúcar e Votorantim que figuram dentre os maiores do Brasil e que fora personagem numa chamada na capa dedicada à vitória de Collor nas eleições - VITÓRIA NUM PAÍS DIVIDIDO; lembre-se também, que à época da campanha, Abílio Diniz fora utilizado a favor de Collor, pois, naquela oportunidade, alegou-se que seu seqüestro havia sido orquestrado por membros do PT).

Era uma imagem bonita e atraente, que mostrava o mar de Angra dos Reis e um pedaço da Mata Atlântica, provavelmente, de alguma ilha dentre as que circundam a região. Quase no rodapé dessa foto aparecia uma legenda muito pequena, que dizia: "Collor no iate Brisa II, do milionário Alcides Diniz". *VEJA* manteve o caráter didático informativo nesta capa, clarificando ao consumidor quem era o personagem e do que se tratava, talvez pelo fato de que a fotografia do Presidente numa embarcação em movimento não fosse tão nítida, ou seja, que não fosse possível identificá-lo imediatamente.

A outra fotografia, que era menor, vinha abaixo e à direita da anterior, praticamente no rodapé direito da capa e mostrava Zélia Cardoso e Ibrahim Eris, aparentemente, muito à vontade, tomando sol em trajes de banho (ambos com camisetas de cor branca onde se lia "esperança 91"), acomodados numa lancha, também, em Angra dos Reis, durante a passagem de ano. No meio da imagem surgia a legenda: "Zélia e Ibrahim Eris comemoram o Ano Novo em Angra dos Reis".

Na parte superior da capa, nos lugares habituais, surgia uma chamada que dizia, "Como os EUA deixaram Saddam armar a confusão no Golfo", e o nome da revista, escrito em vermelho. A chamada fora escrita sobre uma tarja amarela, mesma cor da legenda maior, que fora escrita em letras garrafais e centralizadas, logo abaixo do rosto de Collor,

²⁴⁰ *VEJA. O governo se diverte*. São Paulo: Editora Abril, 9 de janeiro de 1991. nº 1.164.

perpassando seu corpo e imediatamente acima das cabeças de Zélia e Ibrahim, que dizia: "O GOVERNO SE DIVERTE".

Fig. 13: capa de 09/01/1991 - edição nº 1.164.



O leitor que visualizasse a imagem poderia ser levado a associá-la ao contexto brasileiro, de inflação em desenfreado crescimento e de recessão permanente. Obviamente

tratava-se de uma capa crítica ao governo Collor, especialmente ao seu condutor. Ficava perceptível a mensagem implícita e explícita na imagem, de demonstrar que, enquanto a situação econômica e social do país piorava a passos largos e boa parte da população ainda sofria as agruras do confisco bancário, o governo tirava férias, passeando em lanchas e iates luxuosos de amigos empresários, durante a virada de ano.

Percebia-se também nesse ponto, a importância do conjunto imagens fotográficas/legendas, mas não menos, de um pequeno detalhe da capa, o efeito de página rasgada que separava as duas fotografias, de Collor e de Ibrahim e Zélia. Era novamente a forma como o conjunto fora trabalhado, isto é, a soma dos recursos, que poderia levar o público a interpretar a veiculação daqueles personagens de forma que sua imagem parecesse negativa.

Desta vez, *VEJA* preferiu encenar uma posição de reprovação às atitudes governamentais, visto que seu público de leitores, atingido em cheio pelo confisco de março de 1990, poderia ser levado a desqualificar o periódico, caso continuasse com o tom elogioso a Collor num momento em que a situação política, econômica e, mesmo, social do país, não propiciasse tal abordagem.

A matéria escrita também trouxe inúmeras críticas aos personagens retratados na capa, referindo-se aos mesmos como afetos à pompa, ao luxo e, sobretudo, ao exibicionismo daqueles que seriam, na visão do periódico, os três pilares do governo brasileiro. Sob o título "Reveillon bombástico", a reportagem ostentou um tom irônico e de reprovação em relação aos protagonistas da capa.²⁴¹ O mote da matéria era o "exibicionismo" praticado pelo Presidente da República e dois de seus Ministros durante a passagem de ano em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. O subtítulo da matéria relacionava-se ao que seria o tema principal daquele discurso e dizia: "Um trio muito animado roubou a cena na passagem do ano em Angra dos Reis: Collor, Zélia e Ibrahim Eris".²⁴²

No decorrer da reportagem o tom debochado se manteve e as críticas ao exibicionismo tornaram-se pouco amenas, com se podia observar pela seguinte passagem:

²⁴¹ Réveillon bombástico. *VEJA. O governo se diverte*. São Paulo: Editora Abril, 9 de janeiro de 1991. nº 1.164. p. 20-26.

²⁴² *Ibid.*, p. 20.

No centro do réveillon de arromba de Angra estava o presidente Fernando Collor de Mello, personagem principal de uma festa inesquecível que teve como coadjuvantes a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.²⁴³

Observa-se que a forma como o periódico abordou os personagens remetia à impressão de tratar-se não de um momento de descontração, num período, ironicamente, de descanso de final de ano, mas, como a revista dizia, de uma festa de "arromba". Além disso, alguns termos causavam a sensação de tratar-se de um evento televisivo, ou cinematográfico, em que Collor era o "personagem principal" e os dois Ministros "coadjuvantes". Dessa forma, o próprio governo era retratado como uma peça de teatro, uma farsa.

De acordo com *VEJA*, Collor, em sua estada em Angra dos Reis, havia feito questão de não se esconder. Na visão do periódico o personagem havia mergulhado, nadado, passeado de lancha, pilotado iate, tomado banho de sol, bebido cerveja e desfilado sem camisa, vestindo apenas um calção verde-limão, com um único objetivo: tornar-se alvo fácil para as lentes de fotógrafos e cinegrafistas.²⁴⁴ A esse "exibicionismo" exacerbado, *VEJA* denominou de "Central Collor de Produções", que sob o ponto de vista do periódico, havia sido "uma das mais operosas instituições criadas pelo Brasil Novo".²⁴⁵ Na passagem a seguir a revista demonstrava todo seu descontentamento com o "estilo" Collor:

Como reza a cartilha da Central Collor de Produções, sempre se mostraram joviais, dinâmicos, confiantes e sorridentes. O presidente repetiu alguns de seus números mais conhecidos, como praticar esportes. Desta vez, optou pelo tênis, jet-ski, equitação e natação.²⁴⁶

Como fica evidente, o que antes se configurava como motivos de elogios e enaltecimentos por parte do periódico, ou seja, as aparições públicas de Fernando Collor em situações as mais variadas, sobretudo, em sintonia com práticas esportivas, agora eram reatualizados como questões passíveis de ironia e crítica. *VEJA*, nesse momento, optava por uma abordagem que punha à prova as encenações de Collor.

Além das críticas ao "exibicionismo" do Presidente, o periódico também aproveitou-se para associar a imagem de Collor à elite brasileira, o empresariado. Lembre-

²⁴³ *id.*

²⁴⁴ *id.*

²⁴⁵ *ibid.*, p. 22.

²⁴⁶ *id.*

se que Collor envergara uma imagem de "outsider" da política brasileira durante as eleições, ostentando ainda uma suposta posição de neutralidade em relação à elite, sendo que essa imagem fora veiculada insistentemente por *VEJA* mesmo depois do início do mandato.

Se na edição de 31 de janeiro de 1990 o periódico divulgara que o comportamento do Presidente era louvável, pois além de ser, "rápido no gatilho", era "franco", dinâmico" e "constitucional", agora Collor era abordado como se estivesse irremediavelmente ligado ao empresariado, que por sua vez aparecia como uma instituição à parte, isto é, como se não tivesse qualquer ligação com o periódico. O "empresariado", por sua vez, seria representado na figura de Alcides Diniz, apelidado de Cidão. Sobre esse relacionamento, entre o Presidente e o empresário, *VEJA* proferiu:

Na fazenda Capuava e no *Brisa II*, os dois tiveram uma convivência mais prolongada, estrelando a coreografia do presidente em busca de um amigo e de um amigo em busca de um presidente.

(...) Qual será a próxima camiseta a ser usada por Collor? A com o dito popular "Amigos, amigos, negócios à parte"? Ou a com o versículo bíblico: *Diz-me com quem andas e te direi quem és?*²⁴⁷

Nestas duas passagens também poderiam ser destacados alguns termos empregados para a elaboração do discurso. No primeiro momento, *VEJA* referiu-se ao relacionamento entre o Presidente e Alcides Diniz como se estivessem participando de uma apresentação teatral ou de um espetáculo de dança, pois, de acordo com a revista, ambos "estrelaram" uma "coreografia" naquele episódio. No segundo trecho, o periódico estabelecia uma ligação entre três coisas: a amizade dos dois personagens, um ditado popular e um versículo da Bíblia Sagrada. Este último, para ironizar as frases estampadas nas camisetas ostentadas por Collor em inúmeras de suas aparições públicas.

Percebia-se que *VEJA* encenara um tom irônico utilizando-se, no segundo momento, de um aspecto religioso, mesma tática utilizada em edição anterior, porém no sentido oposto. Se antes Collor fora associado à religiosidade, vista como uma de suas qualidades na edição de janeiro de 1990, em que havia sido noticiado que Collor depois do trabalho ia à missa, acompanhado de sua esposa e de assessores, agora o periódico utilizava-se de uma passagem da Bíblia para ironizar o Presidente. A insinuação, preconceituosa, seria a de que

²⁴⁷ *ibid.*, p. 26.

suas companhias não eram positivas, pois se Collor mantinha relações pessoais com empresários, logo passava a ser como eles.

Nesta mesma edição foi mostrada uma série de fotografias tiradas pelo fotógrafo Ubirajara Dettmar, o mesmo que havia tirado a fotografia que estampou Collor pela primeira vez numa capa da revista *VEJA*, a do "caçador de marajás" (Dettmar se tornara fotógrafo oficial da campanha do PRN, em 1989, e encerradas as eleições Collor o convidara para ser fotógrafo oficial da Presidência). Nas fotografias daquele *réveillon* Collor apareceu navegando de iate, jogando tênis, pilotando *jet-ski*, mergulhando, e vestido para uma partida de pólo e as fotos eram acompanhadas de dois textos, respectivamente: "O teste do poderômetro" e "Pontos do poder de fogo". Nestes dois textos eram ironizadas as relações pessoais do Presidente da República, criando-se uma espécie de tabela com valores, que indicavam a maneira como as pessoas que se relacionavam com o governo, sobretudo, com o Presidente, podiam obter pontos e, conseqüentemente, demonstrar seu prestígio publicamente. A conclusão do primeiro texto, definida pela revista como "avaliação", dizia:

Se você ficou com mais de 400 pontos é porque realmente sabe como fazer amigos e influenciar pessoas. Se conseguiu fazer entre 200 e 400 pontos, está habilitado a frequentar colunas sociais. Com menos de 200 pontos você continua na condição de desenturmado no poder.²⁴⁸

Mais uma vez transparecia o método de abordagem adotado pelo periódico que, sem parcimônia, tendia à despolitização do quadro político nacional, neste momento estabelecendo uma analogia entre, ao que parece, um jogo de tabuleiro ou de computador, uma situação bélica e a influência política de alguns personagens junto ao Presidente da República.

²⁴⁸ *ibid.*, p. 24.

2.3 - Trovoadas, crises e trapalhadas: outras impressões do Presidente

VEJA só voltaria a estampar uma imagem do Presidente em sua capa cerca de seis meses depois, em julho de 1991, mantendo o mesmo tom crítico e satírico ao personagem, intitulada "A República de Alagoas: como a turma de Collor está fazendo e acontecendo".²⁴⁹ Nela apareciam, numa fotomontagem sobre uma tela intitulada "Deodoro entrega à nação a bandeira da República", o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, o tesoureiro das campanhas eleitorais de Collor desde o governo de Alagoas, Paulo César Farias, a primeira-dama, Rosane Collor, o porta-voz do Presidente, Cláudio Humberto da Rosa e Silva, o então governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, e o irmão mais velho do Presidente, Leopoldo Collor.

Aí, os rostos dos proclamadores da República, com destaque para o Marechal Deodoro da Fonseca, haviam sido substituídos pelas faces dos personagens acima descritos e podia-se notar novamente um tom de ironia ao Presidente e ao governo.

Dessa vez, a capa não trouxe qualquer chamada, era monotemática, aparecendo no alto apenas o nome da revista (escrito em vermelho) e as legendas: "A REPÚBLICA DE ALAGOAS", escrita em caixa alta e em cinza; e, "Como a turma de Collor está fazendo e acontecendo", abaixo da anterior, em letras menores e escrita em cor branca. Na seqüência uma mulher, representação da República propriamente dita, concedia a bandeira a Deodoro (personagem cuja face fora substituída pela de Collor), e apareciam os nomes de todos os personagens, em letras pequenas, também em branco: "Rosane, PC Farias, Geraldo Bulhões (governador de Alagoas), Collor, Leopoldo Collor e Cláudio Humberto".

Esse era mais um caso, como inúmeros outros, em que as legendas representavam uma parte fundamental para a apreensão do sentido da abordagem, pois se a imagem fosse veiculada isoladamente poderia ser interpretada como um louvor aos representantes do governo, que seriam automaticamente associados à Proclamação da República. Entretanto, na medida em que a imagem fosse associada às legendas e a Alagoas, tal possibilidade passava a ser desfeita, sugerindo-se a prática do favoritismo e do nepotismo.

²⁴⁹ *VEJA. A República de Alagoas: como a turma de Collor está fazendo e acontecendo.* São Paulo: Editora Abril, 03 de julho de 1991. n° 1.189.

veja

EDIÇÃO ANUAL - FÉRIAS 1 1991
R\$10,24 - Nº 23 - 108 pág. 36
3 DE JULHO DE 1991

**A REPÚBLICA
DE ALAGOAS**

Como a turma de Collor está
fazendo e acontecendo

Direção: PT Farias, Geraldo
Editor: Agostinho de Almeida, César
Imprensa: Editor e Cláudio Monteiro

135

aos temas propostos, continuava, invariavelmente, na direção da despolitização de assuntos afetos à política nacional, ainda que encenasse uma mudança significativa quanto ao posicionamento adotado em relação ao(s) personagem(s) abordado(s).

A parte escrita da edição, seguindo a mesma direção apontada pela capa, ressaltava, dentre outros aspectos, a nomeação de inúmeras pessoas ligadas ao Presidente por laços de parentesco e/ou de amizade, segundo o periódico, "desde os tempos de Alagoas" (lembre-se que antes, na edição intitulada "O estilo Collor", o Presidente fora elogiado por apontar para uma mudança de comportamento em relação a seus antecessores e que não transformaria o governo em um "condomínio de amigos"). Entre eles, o governador alagoano, Geraldo Bulhões (o qual, segundo informações do período, havia tido sua campanha ao governo do Estado financiada pelo Presidente), e o empresário e tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias (caixa das campanhas eleitorais de Collor desde que fora prefeito de Alagoas), além de sua esposa e primeira-dama Rosane Collor, que presidia a LBA (Legião Brasileira de Assistência), no período, somados a outros, como o cunhado de Collor, Marcos Coimbra (que fora embaixador e que na época era secretário-geral da Presidência), e o porta-voz do Presidente, Cláudio Humberto da Rosa e Silva, todos personagens retratados na capa.

Na matéria, *VEJA* procurou associar o governo, além do nepotismo, a uma prática vista pelo periódico como "tendenciosa", de envio exacerbado de verbas para Alagoas em detrimento de outros Estados da Federação, como a Paraíba, que na visão da revista, possuía um PIB inferior ao de Alagoas. E, que passados cerca de dez meses de governo, havia recebido vinte vezes menos dinheiro que o Estado vizinho. Recorde-se que o mesmo tipo de abordagem havia sido veiculada no sentido inverso antes das eleições de 1989, destacando que Alagoas não recebia verbas federais durante o governo Sarney devido à animosidade do então Presidente em relação ao governador alagoano, na época, Collor, um de seus críticos mais vorazes.

Em passagens conclusivas sobre os integrantes do governo que se relacionavam afetivamente com o Presidente, *VEJA* referiu-se a eles de forma pejorativa, tachando-os de "turma", "clã" e até de "cangaceiros", como na seguinte passagem: "Que ninguém se engane: a disposição guerreira deles, nos momentos decisivos, lembra uma tropa de

cangaceiros".²⁵⁰ Novamente a abordagem primava por termos peculiares e afetos a outros temas que não a política.

Noticiou-se algumas questões polêmicas envolvendo o governo, como o caso da venda da empresa de aviação *VASP* (Viação Aérea de São Paulo), que havia sido adquirida pelo empresário Wagner Canhedo. De acordo com o periódico, o processo de negociação da *VASP* estava sendo questionado por dois juízes federais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais procuravam investigar a "rolagem" de uma dívida de cerca de 276 milhões de dólares da empresa com o Banco do Brasil e de um contrato de treze milhões de dólares da *VASP* com a Petrobrás, tratando-se de negócios irregulares. Sobre o assunto, *VEJA* se pronunciou, associando o empresário proprietário da *VASP*, Wagner Canhedo, com personagens do governo, como no seguinte trecho: "(...) os aviões de Canhedo fizeram uma escala no armário de duas ilustres personalidades da República de Alagoas, o embaixador Marcos Coimbra, secretário-Geral da Presidência e cunhado de Collor, e o empresário Paulo César Farias, o PC".²⁵¹

Nota-se que *VEJA* se referia ao episódio, não com termos mais rebuscados, técnicos ou políticos, mas, simplesmente, aludindo terem os aviões do empresário feito uma "escala" no "armário" de pessoas ligadas ao governo, denominado, pejorativamente, de "República de Alagoas". Além disso, a revista também se referiu ao fato como "a batalha aérea da *Vasp*", sintonizando com a abordagem de outro episódio, envolvendo usineiros alagoanos que tiveram suas dívidas, de alguns milhões de dólares com o *MIDLAND BANK*, de Londres, quitadas pelo Banco do Brasil sem o conhecimento de Lafaiete Coutinho, então presidente daquela instituição. Esse último episódio foi chamado pelo periódico de "a batalha terrestre dos usineiros".²⁵²

As ênfases do periódico visavam associar o assunto principal (política), a outro tema (guerra). Em outras palavras, o que *VEJA* pretendia era tratar de um assunto meramente político sob um viés que lembrasse as batalhas campais, nesse caso, aproveitando-se do contexto internacional, para estabelecer uma analogia entre a situação política do Brasil e a "Guerra do Golfo", em que se defrontaram as forças Aliadas, lideradas pelos Estados

²⁵⁰ *VEJA. A República de Alagoas: como a turma de Collor está fazendo e acontecendo.* São Paulo: Editora Abril, 03 de julho de 1991. nº 1.189. p. 16-23.

²⁵¹ *ibid.*, p. 21.

²⁵² *ibid.*, p. 18-20.

Unidos, sob o comando de George Bush, e o Iraque, então dirigido por Saddam Hussein, que havia invadido um país vizinho, o Kweit, a partir de meados de 1990.

Destacamos aí, algumas imagens e legendas relacionadas ao governo em duas páginas da reportagem. Na primeira, aparece um mapa do Brasil logo abaixo de um desenho da sede do governo dos Estados Unidos da América, o qual figurava sobre as legendas, "PRIMEIRO MUNDO" e "Postos de reabastecimento: Espanha, Suécia, Estados Unidos, Japão, França, etc", aqui, referindo-se aos países com os quais o Brasil tinha inúmeros negócios, principalmente, no campo da especulação financeira.²⁵³

Sobre esse mapa e no seu entorno, foram dispostos desenhos em miniatura representando inúmeros personagens da política e da economia nacionais, dentre os quais figuravam Leonel Brizola (então governador do Rio de Janeiro), Mário Amato (empresário e representante do empresariado de São Paulo) e Orestes Quércia (ex-governador de São Paulo e considerado opositor ferrenho de Collor), os quais foram comparados a personagens beligerantes na política internacional: Brizola/Rafez Assad, Mario Amato/Yasser Arafat e Orestes Quércia/Saddam Hussein.

Tais analogias são comprovadas através das legendas que apareciam logo abaixo das pequenas figuras que se encontravam sobre o mapa: "Rafez Assad: Leonel Brizola - inimigo ferrenho, acabou ficando com os aliados, mas seu passado faz com que não inspire confiança"; "Yasser Arafat: Mario Amato - fala em paz, mas está sempre do lado roxo" (aqui ironizando o fato de Collor ter afirmado publicamente "ter aquilo roxo"); "Saddam Hussein: Orestes Quércia - Avançou de maneira precipitada e ficou isolado"; e "Poços de petróleo incendiados: Maranhão - Era próspero, atearam-lhe fogo, mas (...)". Nesta última, uma analogia ao Estado natal e principal reduto eleitoral do ex-Presidente da República, José Sarney".²⁵⁴

Sob alguns dos personagens que figuraram do lado de fora do mapa, apareciam as legendas: "Míssil Scud: Romeu Tuma - Esperava-se que fosse letal e é apenas lento"; "Piloto Torturado: Magri - Foi derrubado, espancado, exibido na tevê e depois libertado com fanfarras"; "Sultão das 1.001 Noites: Bernardo Cabral"; "Oásis: Angra dos Reis - Aos

²⁵³ **id.**

²⁵⁴ **id.**

cuidados do sheik Cidão"; "Mortos em Combate: Zélia e equipe - Não se sabe quem os atacou, ou se a suma-sacerdotisa os levou a um suicídio coletivo".²⁵⁵

Abaixo desse conjunto de imagens, constavam as legendas em destaque: "A mãe de todas as batalhas"; "Operação Tempestade na Caatinga"; e "Uma poderosa aliança de políticos, parentes e amigos alagoanos invade a cena política nacional".²⁵⁶ Logo abaixo dessas últimas apareciam duas caixas de texto com imagens de Collor e de sua esposa, Rosane e inúmeros dizeres. Na primeira, correspondente a Collor, estava a seguinte legenda:

Alto Comando Collorido - Fernando Collor, carioca criado em Brasília: ex-prefeito de Maceió, ex-governador de Alagoas e presidente das repúblicas alagoana e brasileira; Leopoldo Collor, o primeiro irmão: empresário atuante em São Paulo; Pedro Collor, o segundo irmão: chefe das Organizações Arnon de Mello em Alagoas; Marcos Coimbra, o cunhado: secretário-geral da Presidência.²⁵⁷

Já na segunda, correspondente a Rosane Collor, apareciam as legendas:

Marines do Clã Malta - Rosane Malta Collor, a primeira-dama: presidente da LBA; Denilma Malta Bulhões, prima de Rosane: primeira-dama de Alagoas; Vitório Malta, primo de Rosane: deputado federal; César e Eraldo Malta, primos de Rosane: deputados estaduais; e Geraldo Bulhões, casado com Denilma: governador de Alagoas.²⁵⁸

Na página seguinte, em que era mostrado o complemento da imagem anterior, com o mesmo tom e citando outros personagens da política nacional, todos envergando legendas relacionadas a componentes que imitavam uma guerra de verdade e, de alguma forma, ligados, nas palavras de *VEJA*, à "República de Alagoas".

Toda a abordagem, como se disse anteriormente, buscava associar os acontecimentos e personagens nacionais, a outro evento e personagens internacionais, mais precisamente, à Guerra do Golfo, conflito que envolvera países do Oriente Médio e países chamados de "aliados", sob o comando dos EUA, então dirigido por George Bush. Destaque-se que os personagens ligados ao governo Collor eram associados às forças norte-americanas, ao passo que os opositores do governo, como Orestes Quércia e Brizola, eram

²⁵⁵ **id.**

²⁵⁶ **id.**

²⁵⁷ **id.**

²⁵⁸ **id.**

vistos como inimigos e associados a dirigentes de países do Oriente Médio, sinal de seus portes políticos (pequenos), ou mesmo de suas fraquezas frente ao gigante do governo.

Nesse momento, muitas denúncias eram feitas contra integrantes do governo, os quais eram acusados de praticar as mais variadas irregularidades, de acordo com os críticos do período, propiciadas por suas posições privilegiadas em relação ao Presidente da República. Tal questão começara a se tornar pública em outubro de 1990, como já citamos anteriormente, quando o presidente da Petrobrás, Luís Otávio da Mota Veiga, fora demitido de seu cargo depois de acusar o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, e o cunhado e secretário geral do Presidente, Marcos Coimbra, de tráfico de influência. A partir daí, uma seqüência de escândalos viria à tona no ano seguinte, seguindo-se inúmeras demissões ministeriais.

Em março de 1991, o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, deixou o governo. Em abril, Antônio Rogério Magri, então, Ministro do Trabalho, foi acusado do recebimento de propinas no valor de 30 mil dólares na época, dinheiro que segundo Magri, "teria caído do céu". O episódio foi divulgado nacionalmente através dos meios de comunicação, a partir de uma gravação feita por um subordinado de Magri.²⁵⁹ Zélia Cardoso de Mello, por sua vez, saiu no mês de maio, alegando desgaste de sua imagem após o fracasso de dois planos econômicos (o Plano Collor II fora posto em prática antes do mandato de Collor completar dois anos), e de seu caso com Bernardo Cabral. Na seqüência deixaram o governo Margarida Procópio, da Ação Social, Carlos Chiarelli, da Educação e Alcení Guerra, da Saúde. Este último, sob a acusação de superfaturamento na compra de bicicletas e guarda-chuvas para a Saúde Pública.

Contudo, as diversas denúncias de corrupção nos ministérios naquele momento não chegaram a efetivamente ameaçar à Presidência da República, mas, gradualmente, o principal alvo de especulações e intrigas passaria a ser Paulo César Farias, o caixa da campanha de Collor, que viria a protagonizar boa parte das acusações, as quais passariam a ser redirecionadas ao Presidente a partir de então.

No mesmo mês em que fora publicada a edição anterior (A REPÚBLICA DE ALAGOAS), uma terceira capa da revista *VEJA* foi dedicada ao Presidente da República em 1991 e nela Collor aparecia perfilado e ladeado pelo almirante Mário Flores, o general

²⁵⁹ NÊUMANNE PINTO. *op. cit.* p. 70.

Carlos Tinoco e o brigadeiro Sócrates Monteiro, ou seja, o alto escalão das Forças Armadas Brasileiras naquele momento. O título era "Trovoada no Planalto: Collor se apóia nos militares para pressionar o Congresso".²⁶⁰ O Presidente, na imagem (uma fotografia de caráter testemunhal, ou seja, que retratava um momento ocorrido no cenário político brasileiro) destacava-se dos demais personagens por sua estatura mais elevada e por vestir terno, enquanto os militares usavam fardas. Além disso, Collor estava sem o quepe tradicional dos militares, com os cabelos penteados para trás e gomalinados.

Todos os personagens retratados apareciam com feições bastante sérias, inclusive Collor, que, não fosse pela ausência do quepe (haja vista, que o terno era da mesma cor das fardas e a camisa também da mesma cor das demais, branca), poderia ser confundido com os representantes das Forças Armadas Brasileiras. De qualquer forma ficava a insinuação de que o Presidente, se não era um militar, apoiava-se neles, ou podia ser considerado um "igual" entre os mesmos.

Dessa vez a edição trouxe uma chamada escrita em branco sobre uma tarja vermelha, que dizia: "Ecologia - Qual o verdadeiro problema brasileiro". O nome da revista (VEJA), foi escrito em azul marinho, combinando com a cor predominante na imagem. Já as legendas foram todas escritas em branco, destacando-se, mais ou menos na altura do peito dos personagens, um pouco acima do rodapé da capa. Em caixa alta e letras grandes aparecia: "TROVOADA NO PLANALTO"; e logo abaixo, em letras menores: "Collor se apóia nos militares para pressionar o Congresso". Ao lado esquerdo da legenda maior e um pouco acima desta, em letras muito pequenas, apareciam os nomes dos personagens: "O almirante Flores, o general Tinoco e o brigadeiro Sócrates com o presidente". Novamente a revista, não confiando na sapiência de seus leitores, informava-lhes a identidade dos personagens ali mostrados.

O personagem principal da veiculação (Collor), novamente era retratado de forma negativa, sendo associado e comparado aos militares. Além do aspecto sério dos personagens, aventando a interpretação de um momento conturbado da política nacional, a própria legenda contribuía para tal, na medida em que veiculara a palavra "trovoada", que lembra tempestade, tempo ruim. Dessa forma, realizava-se a veiculação de uma imagem

²⁶⁰ VEJA. **Trovoada no Planalto:** Collor se apóia nos militares para pressionar o Congresso. São Paulo: Editora Abril, 10 de julho de 1991. nº 1.190.

que aventava, a lembrança do período em que os militares estiveram no poder e, conseqüentemente, o temor do retorno das Forças Armadas ao controle do cenário político nacional.

Fig. 15: capa de 10/07/1991 - edição nº 1.190.



Tal ponto de vista poderia ser reforçado pelo olhar fixo dos personagens na imagem, que visualizavam um ponto à sua frente, algo no "infinito", porém todos na mesma direção, denotando possivelmente um mesmo objetivo. Tal percepção seria melhor corroborada em algumas passagens da matéria escrita afeta à mensagem da capa, como por exemplo: "Presidentes e militares já deram as mãos em várias passagens da História republicana, e o que se viu na semana passada tem o sabor de pré-64".²⁶¹ A encenação, portanto, seria de temor quanto a um "possível" retrocesso na política nacional, protagonizado pelo então Presidente Fernando Collor.

A reportagem principal, sob o título "Baionetas no altar", versava sobre uma nota divulgada pelo alto comando das forças armadas, representadas nos três personagens supracitados (Tinoco, Sócrates e Flores), na qual os militares manifestavam sua indignação com a não-aprovação de uma Medida Provisória, (MP) pelo Congresso Nacional uma semana antes. A MP nº 296, que promoveria reajustes nos vencimentos dos servidores públicos, inclusive nos soldos (salários dos militares), havia sido rejeitada pelo Congresso e com isso se consumara, de acordo com as notícias emitidas por *VEJA*, um "casamento de conveniências" entre um "presidente com dificuldade de comandar" e "ministros às voltas com casos de indisciplina nos quartéis".²⁶² Observava-se que a abordagem se referia ao episódio como "casamento" e não como relacionamento ou outro termo mais condizente com a situação.

Nesse caso, o título da matéria (Baionetas no altar), se coadunava com o teor da matéria (na qual as palavras "matrimônio" e "casamento" foram proferidas repetidamente), e com a imagem exibida na capa, em que Collor fora retratado junto com os militares num palanque, ou tribuna, aqui propalada como "altar". De acordo com a revista: "Com deputados e soldados indóceis, Collor e os ministros militares consumam um casamento de conveniências contra o Congresso".²⁶³

VEJA via com bons olhos a derrubada da Medida Provisória por parte dos congressistas, pois, segundo ela, concluíram que esta "não era a saída mais conveniente

²⁶¹ Baionetas no altar. *VEJA*. **Trovoada no Planalto**: Collor se apóia nos militares para pressionar o Congresso. São Paulo: Editora Abril, 10 de julho de 1991. nº 1.190. p. 22.

²⁶² *ibid.*, p. 16.

²⁶³ *id.*

para o reajuste do funcionalismo".²⁶⁴ Por outro lado, as críticas emitidas pelo periódico foram na direção contrária dos interesses dos militares retratados na capa, cujo manifesto foi tachado por *VEJA* de "baú de impropriedades", "tolices" e "grossa bobagem".²⁶⁵

Na reportagem, portanto, *VEJA* encenou um discurso agressivo em relação ao governo, na medida em que se referiu à aproximação entre o Presidente e os militares, estabelecendo uma comparação entre Collor e outro político, um espanhol do século XIX denominado Emílio Castelar, que, de acordo com a revista, depois de ter sido condenado à morte por ter liderado rebeliões republicanas na Espanha e fugido para o exílio, retornou em triunfo a seu país e assumiu a chefia do governo, mas acabou deposto.²⁶⁶

A mensagem da revista, implícita na matéria, era de que Collor deveria prestar atenção na carreira de Castelar que, em 1870, depois de deposto, havia proferido um discurso anunciando, nas palavras do periódico, "uma descoberta científica sobre o perigo" a que estavam arriscados os políticos civis que se associavam a generais. De acordo com a revista assim declarou o espanhol: "Sempre se viu que as baionetas servem para tudo. Menos para se sentar em cima delas".²⁶⁷

O tom mais incisivo do periódico foi direcionado aos militares do alto escalão, destacando aqueles que haviam assinado e divulgado a nota crítica à derrubada da Medida Provisória 296. *VEJA* afirmou que a "literatura de caserna" já havia produzido "orações" (num tom jocoso, significando frases, ou mesmo preces religiosas), ao "golpismo" e ao "anarquismo" e que já havia misturado as duas coisas. Entretanto, em sua visão, a nota atual dos militares não se tratava nem de uma coisa nem de outra, mas de "patetismo" (remetendo, provavelmente, ao Pateta, personagem atrapalhado e cômico de Walt Disney).²⁶⁸ Para a revista, Collor havia sido eleito "para governar com o Congresso, entendendo-se e negociando com os parlamentares a fim de fazer passar seus projetos". E, de acordo com o periódico, não "para usar os militares como baionetas contra um Congresso que, eleito de forma soberana, cumpre a sua missão".²⁶⁹

²⁶⁴ *ibid.*, p. 17.

²⁶⁵ *ibid.*, p. 18.

²⁶⁶ *ibid.*, p. 22.

²⁶⁷ *id.*

²⁶⁸ *ibid.*, p. 19.

²⁶⁹ *ibid.*, p. 22.

Outra característica interessante na abordagem do tema podia ser percebida num artigo assinado pelo jornalista Elio Gaspari, que fora intitulado "Operação Tempestade no Planalto", num trocadilho com a "Operação Tempestade no Deserto", denominação atribuída, mais uma vez, à Operação Militar empreendida pelas forças militares norte-americanas na Guerra do Golfo, contra as forças iraquianas. O jornalista afirmou que os militares, "como de hábito", na semana anterior, haviam "ameaçado tomar Brasília".²⁷⁰

De acordo com Gaspari, a "Operação Tempestade no Planalto" não havia sido destinada a conseguir um aumento para os oficiais, mas sim, "a fantasiar uma crise, jogando sobre o Congresso um problema que há mais de vinte anos pertence aos chefes militares".²⁷¹ O jornalista discursou como se sua crítica fosse direcionada a apenas alguns elementos do alto escalão das Forças Armadas Brasileiras, notadamente, os três personagens da capa, encenando um tom de compadecimento aos militares de menores patentes, como os oficiais até o posto de coronel. A conclusão de Gaspari também fora ácida tanto aos militares como ao governo:

Ela (referindo-se à dita "Operação Tempestade no Planalto"), deixa o cheiro da reintrodução da anarquia militar no processo político brasileiro. Os três ministros tiveram para isso a colaboração do presidente Fernando Collor de Mello, cujos maus indicadores políticos e econômicos ameaçam levá-lo para a neurastenia antiparlamentar, prelúdio da paranóia antidemocrática".²⁷²

Alguns termos utilizados no discurso do jornalista chamavam a atenção do leitor, como, "deixa o cheiro", referindo-se ao clima criado pela nota dos militares, "neurastenia antiparlamentar" e "paranóia antidemocrática", aludindo ao apelo do Presidente, por trazer à cena política, representantes das Forças Armadas.

Um mês depois foi publicada a quarta capa destinada a Fernando Collor em 1991, em agosto, e trouxe estampado o "primeiro-casal", sob o título "O casamento em crise".²⁷³ Nela aparecia uma foto de Fernando e outra de Rosane Collor, ambas retratando-os acima do abdômen e dispostas em um formato oval e não quadrado ou retangular. Os dois apareciam como se estivessem de costas um para o outro e entre ambos havia uma espécie de criatura,

²⁷⁰ **id.**

²⁷¹ **id.**

²⁷² **id.**

²⁷³ VEJA. **O casamento em crise**. São Paulo: 21 de agosto de 1991. nº 1.196.

que parecia estar em pânico, com as duas mãos sobre a cabeça, os olhos arregalados e com uma bocarra escancarada.

Tratava-se da reprodução de uma gravura de Edvard Munch, pintor expressionista norueguês que retratou o desespero, numa tela intitulada "O Grito". A imagem da capa fora construída a partir de um recurso denominado *mise en space*, que é muito utilizado na confecção de capas de revistas para estabelecer uma contraposição de imagens, ou para retratar aspectos diferentes de um mesmo fato, aqui aproveitado para ilustrar a separação de dois personagens, Collor e sua esposa, Rosane.²⁷⁴

Logo abaixo das fotografias, na altura do rodapé da página, em letras maiúsculas e relativamente grandes, estava a legenda principal, escrita em cor branca e sobre uma tarja retangular em vermelho, que dizia: "O CASAMENTO EM CRISE". O nome da revista também foi escrito em vermelho, combinando com a tarja da legenda e no canto superior esquerdo aparecia uma chamada sob uma pequena foto e sobre uma tarja amarela com os dizeres: "JOGO DO BICHO: drogas e assassinatos". O fundo utilizado na capa era a continuação da gravura de Edvard Munch, sendo composto por traços curvilíneos em preto que se harmonizavam com a imagem do "desespero", retratado pelo pintor.

Tratava-se, obviamente, de uma fotomontagem, elaborada para causar a impressão de que o relacionamento do casal presidencial não estava muito bom, mas sim, "em crise", como afirmou o periódico na legenda principal. Muitos dos artifícios, que antes haviam sido utilizados por *VEJA* no sentido do enaltecimento de Collor, como fotografias, fotomontagens, cores, legendas, enfim capas muito bem arquitetadas, agora eram reutilizados para depreciá-lo, ainda que fosse noticiando uma crise conjugal do Presidente da República. O desespero representava tanto a suposta crise conjugal do casal, como a crise política, sobretudo, na questão da LBA, que foi mote da matéria principal.

O número fazia menção ao fato de Collor ter feito aparições públicas sem a aliança de casamento e também por ter sido, nas palavras de *VEJA*, "indelicado" com a primeira-dama, publicamente. De acordo com as informações da revista, tal comportamento do Presidente teria sido motivado por críticas e uma série de denúncias em relação à LBA, instituição então presidida pela primeira-dama, Rosane Collor. Seria, portanto, uma jogada política, uma encenação de Collor, apresentando publicamente uma suposta crise conjugal,

²⁷⁴ VENEGAS. *op. cit.*, p. 109.

motivada por ciúmes ou outros motivos desconhecidos, para simular descontentamento com a presença conturbada de sua esposa no cenário político nacional.

Fig. 16: capa de 21/08/1991 - edição nº 1.196.



Mas o que mais chamava a atenção era a forma de tratamento do assunto. Durante praticamente toda a reportagem escrita, o periódico referiu-se ao episódio envolvendo os

dois personagens como se tratasse de um capítulo de telenovela. Pelo título da matéria já se podia perceber o teor da abordagem: "Turbulência no casal presidencial: Collor tira a aliança, faz uma descortesia com Rosane e exhibe suas dificuldades domésticas".²⁷⁵

Por ser uma questão relacionada à vida íntima do Presidente, chama a atenção o fato de *VEJA* ter utilizando termos que remetiam a um verdadeiro espetáculo, com palavras fortes, como "turbulência no casal presidencial". Ademais, as atitudes públicas do Presidente em relação a sua esposa, eram enunciadas como uma "descortesia". Neste sentido, outras passagens também remetiam a uma espécie de espetáculo televisivo, como as seguintes: "Cenas de um casamento em crise foi a novela levada ao ar na semana passada pelo palácio do Planalto";²⁷⁶ "o galã se reconciliaria com a mocinha, que abandonaria a direção da LBA";²⁷⁷ "Era no sentido da reconciliação e da manutenção das aparências que Collor e Rosane se movimentavam ao fim de capítulos eletrizantes de sua novela conjugal".²⁷⁸

A passagem seguinte demonstrava a posição da revista em relação ao episódio:

Collor construiu a imagem de presidente jovem e dinâmico andando de jet-ski e praticando dúzias de esportes. Quando sente necessidade de explicar alguma coisa, como o significado do aquilo roxo, ou que é preciso paciência, veste uma camiseta palavrosa. Quando quer dar uma de intelectual, carrega livros debaixo do braço. Quando quer agradar às Forças Armadas e aos ecologistas, fantasia -se de Rambo e passeia na selva. Essa mesma tecnologia imagética utilizada em assuntos de governo foi mobilizada para tratar de um caso público-privado: para fritar a presidente da LBA, Collor colocou Rosane na frigideira.²⁷⁹

Além de criticar duramente as atitudes "exibicionistas" do Presidente, as quais foram tachadas de "tecnologia imagética", *VEJA* acusou-o de utilizá-las para tratar de um assunto, em suas palavras, "público-privado". Em primeiro lugar, acorra-se novamente à lembrança de que as constantes e exacerbadas aparições públicas de Collor, antes foram abordadas positivamente pela revista, sobretudo, no ano de 1989. Observe-se ainda, que mesmo se tratando de atitudes específicas, como no caso das camisetas contendo recados utilizadas pelo Presidente em inúmeras de suas aparições, ou suas demonstrações públicas de intelectualidade, ou ainda sua juventude, força física, dinamismo e coragem, quando

²⁷⁵ Turbulência no casal presidencial. *VEJA*. **O casamento em crise**. São Paulo: 21 de agosto de 1991. nº 1.196. p. 20.

²⁷⁶ **id.**

²⁷⁷ **id.**

²⁷⁸ **ibid.**, p.26.

²⁷⁹ **ibid.**, p. 21.

praticava esportes radicais, muitas vezes juntamente com militares, agora eram trabalhadas às avessas.

Nas palavras do periódico, o Presidente, nesse momento, vestia camisetas "palavrosas", "carregava livros debaixo do braço", "fantasiava-se de Rambo" e "passeava na selva". E, sobretudo, um marido "descortês", que fazia questão de expor sua vida particular ao público brasileiro e que humilhava publicamente sua esposa. Nas palavras da revista: "Ao humilhar sua mulher em público cometeu uma indelicadeza sem paralelo na história do Planalto".²⁸⁰

Rosane também foi veementemente criticada por *VEJA*, que a chamou de "uma dama de briga", por querer poder e que desde que "desembarcara" em Brasília, havia brigado para manter-se na presidência da LBA, feito nomeações polêmicas, aberto fissuras políticas e trombado até com Ministros.²⁸¹ *VEJA* acenou ainda com a possibilidade de que as acusações direcionadas à primeira dama poderiam até render-lhe "risco de cadeia".²⁸² Sugeria-se também, que Collor, objetivando encenar uma pressão sobre sua esposa para que deixasse a presidência da LBA, não havia demonstrado tal intenção, mas sim, colocado Rosane numa "frigideira" para "fritá-la". E sobre o fato de Collor tirar a aliança, *VEJA* afirmou: "Os sentimentos são obviamente assuntos de natureza privada. A aliança, não. É uma convenção social que serve para indicar se uma pessoa é solteira, noiva ou casada".²⁸³

Ao dotar esses eventos de um caráter tragicômico, *VEJA* continuou, segundo nosso entendimento, a abordá-los como uma outra peça da teatrocracia: agora se corroborava, ainda que lentamente, o processo de desconstrução do herói.

Na mesma linha de crítica a Collor e ao governo e de anúncio de um verdadeiro espetáculo, num artigo novamente assinado por Elio Gaspari, o Executivo Federal era tachado de "governo-espetáculo do presidente Fernando Collor". De acordo com o jornalista, o "show" parecia ter mudado de diretor, saindo Daniel Filho e entrando Gerald Thomas.²⁸⁴ Para Gaspari, há um ano o governo realizara produções saudáveis, as quais chamou de "banalidades coloridas", estabelecendo uma analogia entre as veiculações imagéticas do Presidente durante seu primeiro ano de mandato e as telenovelas brasileiras.

²⁸⁰ *id.*

²⁸¹ *ibid.*, p. 22.

²⁸² *ibid.*, p. 24.

²⁸³ *ibid.*, p. 21.

²⁸⁴ *ibid.*, p. 26.

Porém, com o "episódio das alianças", de acordo com o jornalista, as "banalidades coloridas" estavam sendo substituídas por "conflitos amargos e espinhosos", os quais foram tachados de "dramalhão cinzento".²⁸⁵ E continuou: havia se tornado "um espetáculo público pela vontade do presidente Collor", através da "Central Collor de Produções".²⁸⁶ Esta, antes podia ser banal, mas mantinha "um certo padrão de qualidade", porém, agora havia se tornado sombria, estando mais para "Augusto dos Anjos" (famoso poeta brasileiro que escreveu inúmeros poemas que versavam sobre a morte), do que para "Vinicius de Moraes" (cantor e compositor brasileiro que, dentre outras, compôs muitas músicas românticas).²⁸⁷

Na subsequente, publicada em setembro (última capa dedicada ao Presidente em 1991), como se fosse uma continuação da anterior, Collor apareceu numa fotografia em que apenas seu rosto fora mostrado. Na imagem, a fotografia da cabeça de Collor, mais ou menos de perfil, ocupava, praticamente, todo o espaço da capa, dando a impressão de *zoom* fotográfico para realçar as rugas e os traços de expressão no rosto do fotografado. Collor aparecia com a face contraída e com um leve sorriso (ou com a boca entreaberta), deixando à mostra, parte da arcada dentária. Seus cabelos apareciam despenteados e ficava perceptível o suor que escorria por toda a extensão de seu rosto.

A fotografia de caráter testemunhal, ou seja, tirada provavelmente num dos momentos em que Collor praticara o *cooper*, costumeiro, fora aproveitada para demonstrar uma aparência de cansaço, de verdadeiro esgotamento do personagem. Perpassando a imagem do Presidente, aproximadamente de uma altura central da capa, mais para a direita da mesma, emergiam legendas escritas em branco. A primeira e principal, em caixa alta, dizia: "COLLOR ESGOTADO". Já a complementar, em letras menores, era: "Isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio". O nome da revista fora escrito em vermelho, contornado em branco e ao fundo surgiam um pedaço em azul, outro em amarelo e outro ainda em branco. Desta vez a capa não trazia qualquer chamada, isto é, era monotemática.

²⁸⁵ *ibid.*, p. 26.

²⁸⁶ *id.*

²⁸⁷ *id.*

Fig. 17: capa de 11/09/1991 - edição nº 1. 199.



Claro está que a intenção do periódico era a de retratar o personagem como alguém que já não era mais tão jovem, nem tão dinâmico, nem "caçador de marajás" e que não gozava de credibilidade. Como afirmou Georges Balandier, a condição física do governante

é um dado político e sua decadência, ainda que aparente, afetará o nível da opinião pública favorável.²⁸⁸

A abordagem escrita inserida na edição fora subdividida em duas partes, sendo a primeira intitulada "Todo mundo aplaudiu" e a segunda "Todo mundo entendeu". Ambos os títulos haviam sido concebidos com o objetivo de veicular dois artigos que, respectivamente, ironizavam dois episódios envolvendo as esferas governamentais, destacando-se neles o Presidente da República e a primeira-dama.

O primeiro (Todo mundo aplaudiu), referia-se ao episódio em que Collor e sua esposa Rosane haviam "encenado" na semana anterior, nas palavras do periódico, um "entendimento conjugal", ocorrido durante uma cerimônia de despedida da primeira-dama da presidência da LBA. Durante a despedida, o casal havia trocado carícias em público, demonstrando um entendimento após a suposta crise conjugal que havia se tornado pública, envolvendo o "primeiro-casal" e que havia sido intensamente noticiada, inclusive por *VEJA*. Nas informações da revista, os cerca de mil presentes, haviam sido "recrutados" para assistir à despedida e aplaudiram o entendimento conjugal entre Rosane e Collor.²⁸⁹

Já o segundo (Todo mundo entendeu), que tratava sobre o mote da capa, aproveitava-se do gancho da matéria anterior, para, numa espécie de jogo de palavras, satirizar o governo, que após a série de críticas e de denúncias das quais vinha se tornando alvo, havia saído em busca de apoio e de "entendimento" com a oposição. De acordo com *VEJA*, na semana anterior havia se chegado a um "entendimento nacional", pois todo mundo entendera que se continuasse do jeito que estava, o governo do Presidente Fernando Collor, levaria o país para o "fundo do poço".²⁹⁰

Na primeira matéria (Todo mundo aplaudiu), o entendimento do casal presidencial era visto como uma das muitas "cenas" para as quais Brasília já havia servido de "palco": "para quarteladas, comícios memoráveis, votações decisivas e até para se dançar o bolero *Besame mucho*".²⁹¹ E ainda: "Nenhuma dessas cenas foi mais brega e emblemática que a

²⁸⁸ BALANDIER. *op. cit.*, p. 17.

²⁸⁹ Todo mundo aplaudiu. *VEJA*. **Collor esgotado**: isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio. São Paulo: Editora Abril, 11 de setembro de 1991. n° 1.199. p. 20-21.

²⁹⁰ Todo mundo entendeu. *VEJA*. **Collor esgotado**: isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio. São Paulo: Editora Abril, 11 de setembro de 1991. n° 1.199. p. 22-28.

²⁹¹ Todo mundo aplaudiu. *op. cit.*, p. 20. Com a citação de Brasília como palco para se dançar o bolero *Besame mucho*, o periódico ironizava o episódio em que o ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, dançara, literalmente essa canção, com Zélia Cardoso de Mello, durante a festa de aniversário da Ministra da

despedida de Rosane da presidência da Legião Brasileira de Assistência, a LBA, na terça-feira".²⁹² Quanto a Rosane, embora se tenha afirmado que Collor não a queria mais na LBA, nas palavras da revista, continuava casado com ela.²⁹³

Na matéria subsequente (Todo mundo entendeu), ressaltava-se a busca de apoio de políticos, naquele momento, oposicionistas, como Tasso Jereissati, então presidente do PSDB, Leonel Brizola, do PDT, então governador do Rio de Janeiro e Orestes Quércia, do PMDB, ex-governador de São Paulo, considerado, inimigo número um do Presidente da República.

Sobre essas supostas iniciativas da Presidência *VEJA* proferiu:

Pelo tom inicial das conversas - vagas e inconclusivas, com os interlocutores cheios de dedos - não se sabe qual será o produto final de tanta falação. Podem pavimentar uma estrada nova e menos turbulenta para o governo Collor como também não levar a rigorosamente nada.²⁹⁴

Apesar do tom irônico das críticas, *VEJA* encenou um certo otimismo em relação à economia do país e mesmo na atitude do Presidente de sair em busca de apoio e de um suposto "entendimento nacional". Nas avaliações do periódico, o saldo dos dezoito meses do governo Collor também mostrava que, na prática, o Presidente não havia atingido seu objetivo final, ou seja, sua obra estava aquém de seu ideário, mas que havia conseguido ao menos uma parte significativa de seus intentos.

Dentre esses supostos méritos estariam: a redução da inflação ao patamar de 15%, apesar de, no início do Plano Collor, ter sido reduzida a 3%; o ataque à corrupção, começando pela questão da bilionária fraude do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), prendendo 38 envolvidos; a demissão de cerca de 4.000 funcionários; a liberação de 1.800 produtos para importações; e a disponibilização de vinte empresas estatais para privatização.²⁹⁵

Economia em setembro de 1990. A notícia fora veiculada na primeira página do jornal *O ESTADO DE S. PAULO* numa reportagem escrita pelo jornalista Luciano Suassuna, a partir de informações de seu colega, o também jornalista, Augusto Nunes, que havia participado da dita festa em 19 de setembro. (**apud.**, CONTI. **op. cit.**, p. 385-386).

²⁹² Todo mundo aplaudiu. **op. cit.**, p. 20.

²⁹³ **id.**

²⁹⁴ Todo mundo entendeu. **op. cit.**, p. 22.

²⁹⁵ **ibid.**, p. 24-25.

Nesse momento, já se mostrava uma grande desorganização orçamentária e administrativa, recaindo uma série de críticas e pressões sobre o governo, o que fez com que o Presidente mudasse de postura.²⁹⁶ O estilo "política espetáculo" de Collor, significava que ao invés de utilizar-se das instâncias supostamente destinadas a mediar a interlocução com a sociedade (como os partidos políticos ou o Congresso), buscava-se uma relação direta com o povo. Entretanto, diante da crise instalada, a partir do eminente fracasso do Plano Collor e ao som das denúncias de corrupção envolvendo integrantes do governo, inclusive sua esposa, o Presidente passou a negociar com o Congresso. Daí, o interesse de *VEJA*, em aproveitar-se do momento para noticiar a atitude de Collor no sentido de uma "reconciliação", estabelecendo uma correlação entre o "entendimento conjugal" do Presidente com sua esposa, e o "entendimento nacional", nesse caso do Presidente com o Congresso nacional.

Por outro lado, ao final da reportagem dessa última edição, o jornalista Marcos Sá Corrêa, que intitulou seu artigo "Canapi é aqui" (numa analogia à cidade natal de Rosane Collor), mais uma vez ironizou a cerimônia de demissão da primeira-dama da presidência da LBA. De acordo com Sá Corrêa, a solenidade fora "tão caipira que parecia montada pelo chefe de cerimonial de festas juninas".²⁹⁷ Na sua opinião, a cerimônia protagonizada por Rosane fora acompanhada pela "corte brasiliense", que assistira à demissão da primeira-dama da LBA e a retomada de seu posto, de acordo com ele, "nos braços da presidência da República" e "numa cena que deu aos telejornais daquela noite o gosto adocicado de telenovelas".²⁹⁸ Para Sá Corrêa, aludindo de forma preconceituosa à região do sertão alagoano em que nascera a primeira-dama, o país inteiro tivera seu dia de Canapi.²⁹⁹

Outro trecho interessante desse artigo foi direcionado ao Presidente Fernando Collor e dizia:

O presidente começou como Indiana Jones e, insistindo nessa linha, pode acabar trocando o apelido pelo de Crocodilo Dundee, que também pode ser um personagem valentão e charmoso, mas perde para o arqueólogo das aventuras impossíveis pelo menos num ponto -

²⁹⁶ Ver COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. **In:** MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000. p. 261-263.

²⁹⁷ CORRÊA, Marcos Sá. Canapi é aqui. **In:** *VEJA*. **Collor esgotado:** isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio. São Paulo: Editora Abril, 11 de setembro de 1991. nº 1.199. p. 28.

²⁹⁸ **id.**

²⁹⁹ **id.**

o sertanista australiano não vai a Nova York para modernizá-la. E Collor tomou posse com um projeto desmesuradamente ambicioso, o de tirar o Brasil do atraso.³⁰⁰

Na passagem acima, o autor utilizou-se de dois personagens do cinema, Indiana Jones e Crocodilo Dundee, para referir-se ao projeto do governo, de inserção do Brasil na "era da modernidade". A sátira não se deu ao acaso, já que, ao citar Indiana Jones, o jornalista lembrava uma afirmação de George Bush, de 1990: "Conheci indiana Jones e fiquei muito bem impressionado".³⁰¹

A conclusão do jornalista em seu artigo era a de que o resultado final do dito "entendimento nacional" dependeria da mudança de "estilo" do Presidente de governar, mesmo posicionamento antes elogiado (O ESTILO COLLOR). Segundo ele, o país precisava saber a qual "encarnação" do Presidente estariam aderindo em nome do tal entendimento. E concluiu:

Se for ao Collor que gastou indevidamente munição federal para eleger o governador Geraldo Bulhões em Alagoas, deixou verbas da LBA escoarem para as mãos da família Malta em Canapi e promove em Brasília festas como a da despedida de Rosane, pode-se anunciar o fim da história: Indiana Jones se rendeu.³⁰²

Sá Corrêa empregou o termo "munição" e não, verbas federais. Na seqüência, quando tratou dos recursos federais por "verbas", disse que elas "escoaram" para as mãos da família Malta. E, por fim, anunciou que, num dos possíveis finais da história cinematográfica que acabara de narrar, Indiana Jones (Collor), se renderia.

Em 15 de janeiro de 1992, passados vinte meses da posse do Presidente, *VEJA* dedicou nova capa a Collor. Nela, ele aparecia de perfil, do peito para cima, sendo que parte de sua cabeça fora cortada, numa fotomontagem que reproduzia sua imagem por duas vezes, tendo sobre estas cópias um emaranhado de palavras e, abaixo, na parte inferior da capa, o título: "Trapalhada no Planalto: o caso do plágio nos artigos de Collor".³⁰³ A imagem passava a impressão de que Collor ia desaparecendo, ou seja, que ocorria um esmaecimento do personagem, que enquanto desaparecia, surgiam uma série de palavras,

³⁰⁰ **id.**

³⁰¹ **VEJA. O ano da virada.** São Paulo: Editora Abril, 26 de dezembro de 1990. nº 1.182. Ano 23. p. 8.

³⁰² **CORRÊA, Marcos Sá.** Canapi é aqui. **In: VEJA. Collor esgotado:** isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio. São Paulo: Editora Abril, 11 de setembro de 1991. nº 1.199. p. 28.

³⁰³ **VEJA. Trapalhada no Planalto:** o caso do plágio nos artigos de Collor. São Paulo: Editora Abril, 15 de janeiro de 1992. nº 1.217.

como um trecho de um texto em seu lugar. Porém, os contornos da cabeça e parte do corpo, permaneciam com o texto moldando-se à imagem.

De acordo com o então capista de *VEJA*, Rodrigo Andrade, a capa fora feita às pressas, quando se descobriu o caso do plágio feito pelo Presidente, dos artigos de José Guilherme Merquior. Segundo o capista, que havia utilizado uma foto de arquivo e o próprio texto de Merquior, o objetivo era demonstrar que Collor começava a se transformar em texto por causa do plágio, isto é, sua imagem sendo desfeita num texto que era uma cópia.³⁰⁴

Collor, na imagem principal, estava com os cabelos penteados para trás e gomalinado, como se usasse um gel fixador, a exemplo das últimas imagens em que aparecera na capa da revista. Também aparecia mais magro do que nas imagens veiculadas em edições anteriores, com a pele um tanto quanto escurecida, como se estivesse bronzado e com expressão, aparentemente, descontraída, ainda que com algumas rugas à mostra.

Na imagem seguinte, quando começava a esmaecer-se, a pele era clareada, tornando-se, praticamente, transparente e, na subsequente, desaparecia. Na altura do peito do personagem, quase no rodapé da página surgiam as legendas: "TRAPALHADA NO PLANALTO", em caixa alta e escrita em amarelo; e "o caso do plágio nos artigos de Collor", em letras menores, escrita em branco e sobre uma tarja retangular em vermelho. No canto esquerdo superior uma chamada que dizia: "Novos ricos - a cultura do exibicionismo", também escrita em branco e sobre uma tarja azul. O nome da revista aparecia em amarelo contornado em preto. Tudo aparecia sobre um fundo vermelho.

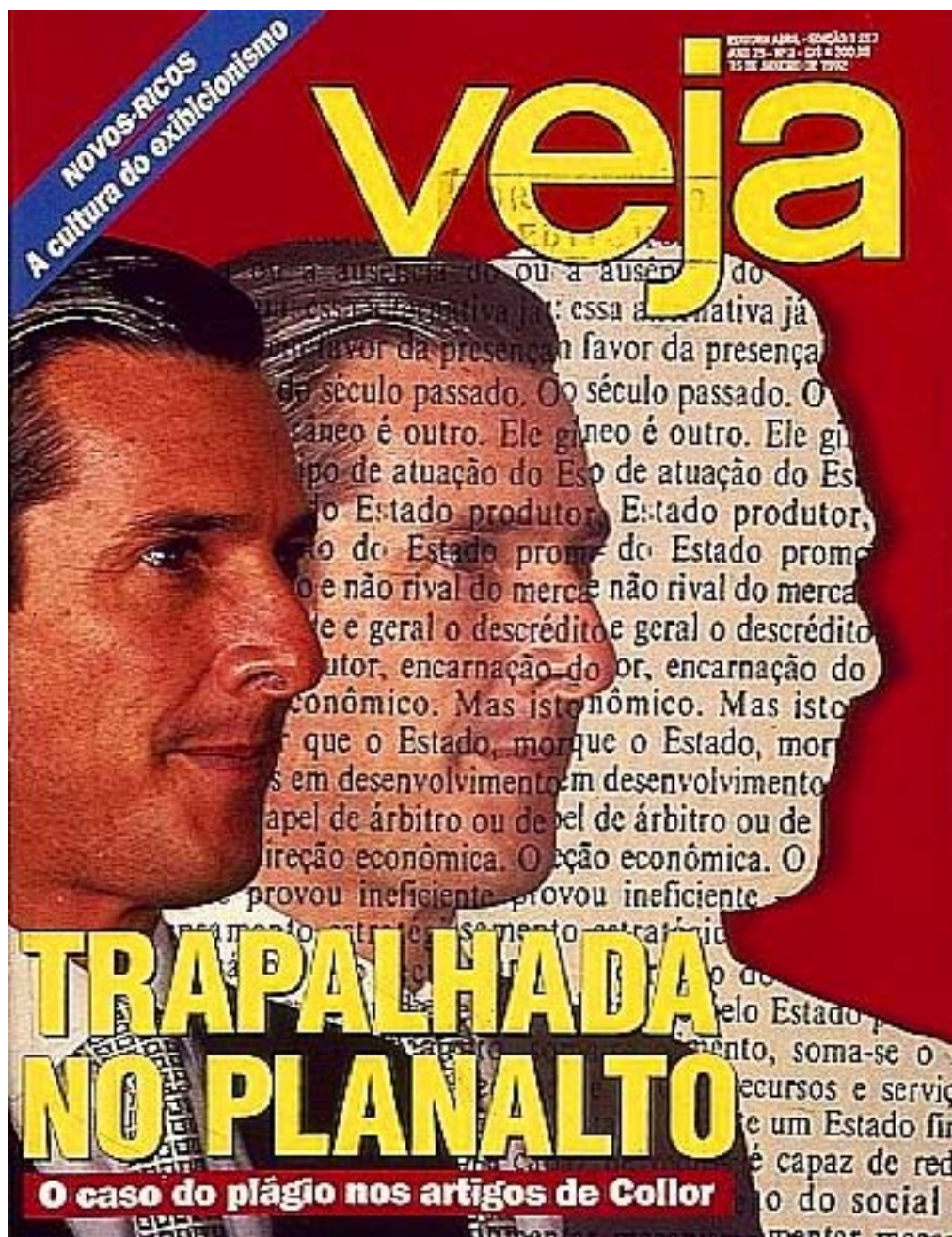
Ao valer-se do termo "trapalhada", a revista poderia estar fazendo uma analogia com o programa humorístico dominical da *REDE GLOBO*, denominado "OS TRAPALHÕES", de grande audiência no país naquele contexto. O título da edição também causava um efeito de intertextualidade, pois era muito parecido com o título de uma edição anterior ("Trovoada no Planalto").

A matéria escrita, por sua vez, intitulada "Com a palavra alheia", versava sobre um artigo que, supostamente, teria sido escrito pelo Presidente da República e que teria sido publicado por cerca de seis jornais brasileiros, dentre os quais a *FOLHA DE S. PAULO* e o *JORNAL DO BRASIL*. O tal artigo, que fazia parte de uma série de oito, intitulava-se

³⁰⁴ FERREIRA, Soraya Venegas. **op. cit.**, p. 17.

"Agenda para o consenso: uma proposta social-liberal", fora assinado por Collor e, de acordo com *VEJA*, teria sido publicado gratuitamente pelos jornais.

Fig. 18: capa de 15/01/1992 - edição nº 1.217.



Entretanto, a partir das informações da revista, na semana anterior descobriu-se que os tais artigos assinados pelo Presidente, eram de autoria do diplomata José Guilherme

Merquior, autor de boa parte dos discursos de campanha de Collor e falecido há um ano. A descoberta se deveu à *FOLHA DE S. PAULO*. Segundo *VEJA*, o jornal teria "posto as mãos" num manifesto de fundação de uma sigla partidária, o PSLB (Partido do Social Liberalismo Brasileiro), no qual se descobrira que frases, raciocínios e parágrafos inteiros do programa do dito partido haviam sido transpostos para os artigos assinados por Collor. A este episódio *VEJA* assim se referiu: "O caso de plágio de idéias, parágrafos e frases de Merquior transforma o debate em torno do entendimento político numa grande trapalhada do governo".³⁰⁵

Na seqüência *VEJA* emitiu nova avaliação a respeito do episódio na qual a atitude de Collor foi condenada como "imoral" e que, por tratar-se de um Presidente, tal imoralidade era ainda pior:

A cópia é um constrangimento para qualquer autor, quando apanhado em flagrante. No caso de um presidente que pretende passar por autor, a descoberta da falsidade tem uma carga moral muito maior.³⁰⁶

O "exibicionismo" do Presidente também foi criticado:

Além de andar de jet-ski, fazer Cooper aos domingos, pilotar tanques de guerra e aviões Mirage, Collor sempre fez questão de empunhar livros e posar ao lado de autores famosos, ainda que nem sempre conseguisse deixar claro quais eram seus critérios literários. (...) O problema aí é a suspeita que cria de que procura aproximar-se dos livros para obter o mesmo efeito de marketing que consegue com suas exhibições esportivas.³⁰⁷

Collor aparecera numa foto dividida em duas partes, ou seja, que começava numa página e terminava em outra. Nela, o Presidente aparecia desembarcando de um helicóptero e caminhando com alguns livros à mão, tendo abaixo da imagem uma legenda, que dizia: "Ação publicitária: Collor em campanha com Bobbio, Paulo Coelho, Alain Duhamel etc.". ³⁰⁸ Para *VEJA*, a tentativa de formação de uma imagem de intelectual do Presidente criava uma outra situação, já que, segundo a revista, a partir do episódio do plágio, podia-se até pensar, "maldosamente", que Collor fazia *cooper* aos domingos, por exemplo, porque

³⁰⁵ Com a palavra alheia. *VEJA*. **Trapalhada no Planalto**: o caso do plágio nos artigos de Collor. São Paulo: Editora Abril, 15 de janeiro de 1992. nº 1.217. p. 18.

³⁰⁶ **id.**

³⁰⁷ **ibid.**, p. 21.

³⁰⁸ **ibid.**, p. 18-19.

tinha certeza de que sua performance seria assunto dos jornais na segunda-feira.³⁰⁹ *VEJA* sabia perfeitamente que o objetivo de Collor era exatamente esse, porém, utilizou-se do advérbio "maldosamente" com a intenção de disfarçar sua própria avaliação em relação ao suposto exibicionismo do Presidente e, concomitantemente, conferir um tom irônico ao discurso.

Além das críticas, nas palavras do periódico, à "campanha publicitária" do Presidente, outras também podiam ser encontradas num ensaio no final da reportagem, novamente assinado pelo jornalista Marcos Sá Corrêa, que assim se pronunciou sobre o Presidente e o, então, Ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri:

O avô Lindolfo inaugurou o Ministério do Trabalho, o salário mínimo e as caixas de pecúlio, coisas que o neto Fernando ameaça extinguir a golpes de mixórdia, arma empunhada pelo muque prodigioso do ministro Antonio Rogério Magri. Dele, tudo que o presidente achou para elogiar, no discurso sobre a nova punção da Previdência, é que se trata de um ex-sindicalista - argumento tão convincente para trabalhadores quanto avisar à floresta que um mico-leão-dourado assumiu a Secretaria de Meio Ambiente.³¹⁰

A ironia de Marcos Sá Corrêa ficou clara ao referir-se à suposta iniciativa do Presidente de acabar com o salário mínimo e com as caixas de pecúlio, como "punção" da Previdência a "golpes de mixórdia", sendo que a participação de Magri nessa questão era vista como "arma" empunhada pelo "muque prodigioso do Ministro Antonio Rogério Magri". Ademais, o Ministro era comparado a um mico-leão-dourado, primata característico das matas brasileiras que corria o risco de extinção.

Esse artigo também trouxe novamente à tona, o caso das denúncias de agressões do PT aos comícios do PRN no Rio Grande do Sul, durante o segundo turno da campanha eleitoral, em 1989. Segundo Sá Corrêa, o quebra-quebra teria sido promovido pela própria guarda do PRN e não pelos militantes do PT.³¹¹ Segundo o jornalista, se dependesse "só de truques", o nome "Collor", ia servir apenas de "marco para o começo e o fim do Ministério do Trabalho no Brasil".³¹²

³⁰⁹ *ibid.*, p. 21.

³¹⁰ CORRÊA, Marcos Sá. De Collor a Collor. In: *VEJA. Trapalhada no Planalto: o caso do plágio nos artigos de Collor*. São Paulo: Editora Abril, 15 de janeiro de 1992. nº 1.217. p. 23.

³¹¹ Lembre-se que o episódio havia sido retratado por *VEJA* antes do segundo turno das eleições, como se tivesse sido praticado, indubitavelmente, por militantes do Partido dos Trabalhadores.

³¹² CORRÊA, Marcos Sá. *op. cit.*, p. 23.

Nova capa foi dedicada a Collor em março de 1992, dois meses depois da anterior (TRAPALHADA NO PLANALTO), quando o personagem completava dois anos de mandato presidencial, com o título "Collor fala".³¹³ Na imagem aparecia nova foto de Collor, do pescoço para cima, mais ou menos de perfil, como se estivesse pronunciando algo, e nela ficavam visíveis, novamente, os traços de expressão do personagem, a pele bronzeada e os cabelos penteados para trás e repletos de gomalina. Ao lado da foto apareciam várias legendas. A primeira, escrita em vermelho, dizia: "EXCLUSIVO". Logo abaixo desta, em letras grandes, maior que a anterior e escrita em cor branca, aparecia: "COLLOR"; e abaixo, "FALA". Abaixo dessa última, surgiam três legendas em letras menores, frases informativas, as quais teriam sido ditas por Collor. Todas foram escritas em cor branca, a exemplo da anterior (COLLOR FALA) e diziam: "Sobre sua saúde: estou com 75 quilos, meu peso ideal. É o peso de quando eu tinha 20 anos"; "PC Farias: Os meus inimigos eu conheço e deles me protejo; dos meus amigos, só Deus me ajudando"; "Seu futuro: "Cumprirei meu mandato até o fim. Não serei candidato a presidente, nem a deputado, nem a senador". No canto superior esquerdo da capa aparecia a legenda, "Magri - a loira de genebra", escrita em branco sobre uma tarja vermelha. O nome da revista (VEJA), fora escrito em amarelo e contornado em preto ou azul muito escuro. O fundo da imagem era azul marinho, nuançado de tons mais claros.

A capa se referia a uma entrevista cedida por Collor a *VEJA*, a mais longa desde que fora empossado, e, de acordo com os jornalistas responsáveis por sua condução e publicação, também a mais longa publicada pelo periódico até então. Nela o Presidente fez uma avaliação de seus dois anos de governo, considerando-o "bom" e isso ficava claro através do título da matéria (entrevista), que dizia: "Este Governo é bom". A impressão, no entanto, era de que a frase dita pelo Presidente, emitindo um parecer sobre seu governo, confundia-se com a própria opinião do periódico, já que, além da afirmação ter-se tornado título da entrevista, foi posta sem as aspas características de uma afirmação proferida por outrem.

Durante a entrevista, mais interessante que as respostas dadas pelo Presidente, eram as próprias perguntas realizadas pela revista, aqui representada pelos jornalistas Eduardo Oinegue e Mario Sergio Conti. De acordo com ambos, Collor respondera "com galhardia"

³¹³ VEJA. **Collor fala**. São Paulo: Editora Abril, 25 de março de 1992. nº 1.227.

às questões propostas que giravam em torno de temas como Antônio Rogério Magri, corrupção, Paulo César Farias, inflação, ministério e elites.³¹⁴

Fig. 19: capa de 25/03/1992 - edição nº 1.227.



³¹⁴ OINEGUE, Eduardo; CONTI, Mario Sergio. Este governo é bom. VEJA. **Collor fala**. São Paulo: Editora Abril, 25 de março de 1992. nº 1227. (entrevista: Fernando Collor de Mello). p. 6.

Seguem algumas das interrogativas propostas pelos entrevistadores:

O senhor faz parte dos 70% de brasileiros que, segundo as últimas pesquisas de opinião, estão decepcionados com o governo do presidente Collor?;

Em janeiro, mudou o ministério. Foram escolhidos políticos experientes e profissionais de renome. O senhor também parece mais maduro, está fazendo menos esporte público. O senhor caiu na real?;

Por que o senhor não demitiu o ministro Magri quando se soube que ele ganhava um outro salário na Eletropaulo e não trabalhava?;

Presidente, no mês passado VEJA publicou uma reportagem noticiando que o seu irmão, Pedro Collor, chamava PC Farias de 'lepra ambulante' e tinha um dossiê contra PC. Temos absoluta certeza que a fonte dessa reportagem é digna do maior crédito. Com essas conversas todas por que o senhor não veio a público e disse: 'Não tenho nada a ver com PC'?.³¹⁵

Podia-se observar uma sutil agressividade nas perguntas dirigidas a Collor, já que todas se relacionavam com os inúmeros problemas enfrentados pelo Presidente no seu segundo ano de mandato e se coadunavam com as notícias e opiniões emitidas pelo periódico nas reportagens afetas ao governo em 1991. Contudo, a avaliação dos jornalistas era de que o Presidente se mostrara mudado, diferente daquele do "passado", que já não era tão risonho e que estava mais reflexivo e realista, enfim, que estava mais "amadurecido".³¹⁶ E, para completar, Oinegue e Conti afirmaram sobre Collor: "numa faceta menos conhecida, fez comentários sobre literatura, cinema e a educação dos seus filhos".³¹⁷

Tudo apontava para mais um voto de confiança no Presidente. Porém, o periódico também demonstrou que todas as críticas dirigidas ao personagem, durante boa parte de seu mandato, haviam sido pertinentes, sobretudo, as veiculadas pela própria revista. A proposta de VEJA ao que parece, era de demonstrar que quem havia mudado era o personagem e não o periódico.

Porém, um fato novo e que iria ganhar proeminência no decorrer daquele ano deve ser acrescido. Já neste momento, a revista menciona as ameaças de Pedro Collor, irmão caçula do Presidente, a Paulo César Farias e seu possível envolvimento corrupto com o governo. Sobre esta última questão, de acordo com o periódico, Collor respondera, parafraseando, segundo ele mesmo, o duque de Villars: "Os meus inimigos eu conheço e deles me protejo; dos meus amigos, só Deus me ajudando".³¹⁸

³¹⁵ *ibid.*, p. 6-11.

³¹⁶ *ibid.*, p. 6.

³¹⁷ *id.*

³¹⁸ *ibid.*, p. 8.

A oscilação entre ironias, críticas e afetos positivos ao personagem, verificados nessa edição demonstra, mais uma vez, o caráter oscilante do periódico. Ainda assim, não se verifica um rompimento decisivo no relacionamento entre ambos, já que como ficou demonstrado nessa última edição, de março de 1992 ("COLLOR FALA"), *VEJA* apontou para uma espécie de "reconciliação" com o Presidente, concedendo-lhe a oportunidade de manifestar-se publicamente através daquele número e retratando-o positivamente. Em nosso ponto de vista, foi somente a partir de março de 1992 que tal relacionamento tenderia a uma ruptura, quando *VEJA* passaria a divulgar reiteradamente o que se chamou caso PC/Collor, ou *Collorgate*. Isto significa, que esta última capa analisada situa-se num intervalo, por nós visto como, de transição quanto ao modo de veiculação das imagens de Collor por *VEJA*.

Se, por um lado, a maneira como o personagem passou a ser retratado pelo periódico mudou durante esse período intermediário (janeiro/1990-março/1992), comparativamente ao antecedente (março/1988-dezembro/1989), por outro, mantiveram-se táticas discursivas semelhantes às utilizadas anteriormente. Collor, durante o que denominamos de "O espetáculo do governo", foi veiculado como "herói", "salvador da pátria", "caçador de marajás", poliglota, sensato, amigável, objetivo, franco, dinâmico e diferente dos outros. Apareceu como "anti-herói", "detonador de bomba", "causador de choque" e protagonista de episódio, sendo, posteriormente, veiculado como "expresso", temperamental, "rápido no gatilho", direto, popular, centralizador, esportista e moderno.

Mais adiante, depois de um período de "ostracismo" das capas do periódico, transformou-se em personagem de história em quadrinhos, cômico, incrível, e protagonista de tiradas antológicas e controversas. Protagonizou ainda, um "*reveillon* bombástico" em Angra dos Reis, com seu exibicionismo exacerbado, em meio ao luxo, tudo dirigido pela "Central Collor de Produções". Manteve-se no papel principal da "República de Alagoas", mesmo episódio em que a política nacional tornou-se uma verdadeira "guerra", onde aliados e inimigos do governo digladiaram-se, ininterruptamente.

A imagem do Presidente também foi associada aos militares, aparecendo, novamente, como anti-herói, considerado pivô de uma suposta ameaça nacional, no caso, um possível retrocesso no processo democrático nacional, visto como "tempestade", que teria sido iniciada na sede do governo federal. E, na sequência do espetáculo, Collor foi

personagem principal de uma verdadeira "telenovela", episódio em que se confundiram dificuldades matrimoniais e problemas políticos. Também teve seus cabelos revoltos, envergando o papel do "caçador/corredor", comparado a Indiana Jones e Crocodilo Dundee, esgotado, isolado e sem credibilidade. E, por fim, Collor tornou-se o "trapalhão" acusado de plágio em "TRAPALHADA NO PLANALTO", voltando na sequência a encenar o papel de "bom moço" arrependido.

Constata-se, portanto, que a revista manteve táticas e recursos discursivos semelhantes aos utilizados no intervalo anterior, reatualizando-os, no sentido da despolitização do político, da transformação das questões políticas nacionais em cenário de espetáculo teatralizado. Ora o fez condenando moralmente o personagem, ora enaltecendo sua virilidade; ora criticando sua falta de cortesia, ora elogiando sua elegância. Em qualquer caso, o que se verifica é uma série de recursos que despolitizavam a política, que se coadunavam com a teatrocracia balandierniana.

CAPÍTULO 3

A caminho da saída: o espetáculo do *impeachment* (abril-dez/1992)

3.1 - Ligações "descolloridas": o início do processo de desconstrução das imagens de Collor nas capas da *VEJA*

Após a última edição estampando Fernando Collor, em março de 1992, o personagem desapareceria das capas do periódico por um curto período de cerca de três meses. *VEJA* só publicaria outra capa veiculando o Presidente em 24 de junho de 1992, porém, neste intervalo (abril/maio/junho), a revista publicou inúmeros volumes destinados ao caso, que já havia se tornado público, envolvendo os nomes de Paulo César Cavalcanti Farias e Fernando Affonso Collor de Mello. Dentre essas publicações, quatro podem ser destacadas, todas publicadas em maio, em que a mudança na veiculação de assuntos referentes a Collor ficaria muito mais evidente e, concomitantemente, as críticas a ele passariam a ser mais contundentes. Na verdade, tais edições trataram sobre uma série de acusações proferidas por Pedro Collor, irmão caçula do Presidente, a PC Farias, conseqüentemente, atingindo o próprio Fernando Collor.

Aos primeiros sons das denúncias proferidas pelo irmão do Presidente, aparentemente tratava-se de uma espécie de disputa inter familiar, já que, segundo *VEJA*, ele teria se embrenhado "numa luta de morte" com PC Farias, tentando impedi-lo de lançar o jornal *A TRIBUNA DE ALAGOAS*, que poderia ameaçar a hegemonia da *GAZETA DE ALAGOAS*, de propriedade da família Collor de Mello. PC também almejava lançar cerca de doze estações de rádio em Alagoas.

As desavenças entre o ex-tesoureiro do Presidente e seu irmão caçula ter-se-iam acirrado ainda mais em dezembro de 1991, quando noticiou-se pela primeira vez na imprensa, acusações proferidas por Pedro Collor contra PC Farias (já que, ao que tudo indica, o lançamento da *TRIBUNA DE ALAGOAS* teria sido planejado para janeiro de 1992), numa matéria publicada no *JORNAL DA TARDE* sob o título "Pedro Collor declara guerra a PC Farias".³¹⁹ No dia seguinte, 15 de dezembro, *VEJA* publicou uma matéria a respeito do assunto, cujo título era: "Collor versus Collor: jornal do PC afasta presidente do irmão".³²⁰ A partir de então, a revista manter-se-ia noticiando o evento, antevendo o potencial daquelas acusações, ao menos enquanto notícia.

³¹⁹ CONTI. *op. cit.*, p. 529.

³²⁰ *ibid.*, p. 530.

A primeira, dentre as edições de maio publicadas por *VEJA*, com o título "A máfia dos portos", trazia, secundariamente, a seguinte manchete: "Os tentáculos de PC Farias no exterior: o dossiê de Pedro Collor".³²¹ Nessa edição, uma matéria assinada pelo jornalista Luis Costa Pinto discorreu a respeito de um dossiê que teria sido organizado pelo presidente das Organizações Arnon de Mello, Pedro Collor de Mello, o qual apresentara uma série de documentos levantados, sobretudo, no exterior, os quais associavam o nome de Paulo César Cavalcanti Farias (ex-tesoureiro da campanha de Fernando Collor) à compra de empresas na Europa, Estados Unidos e Caribe, em transações que poderiam atingir a cifra de 50 milhões de dólares. Além dessas cópias, foram veiculadas ainda, declarações feitas pelo acusador (Pedro Collor), o qual afirmara que o dossiê poderia colocar PC na cadeia, e pelo acusado (Paulo César Farias), que negou todas as acusações.

O nome do Presidente da República também fora lembrado durante a matéria, pois, segundo *VEJA*, Pedro Collor afirmara que, caso o dossiê chegasse aos tribunais, possíveis investigações poderiam ligar o nome do Presidente ao de Paulo César Farias, incorrendo-se no risco de ocorrer o *impeachment* de Fernando Collor. Era a primeira vez que o periódico aventava tal hipótese, que passaria gradativamente a ter lugar proeminente em suas veiculações abordando o Presidente. De acordo com *VEJA*, Pedro Collor fora ao exterior coletar toda a documentação contra PC para não lançar mão de documentos reunidos aqui mesmo, no Brasil. O objetivo, segundo a revista, seria o de proteger o Presidente, seu irmão, de eventuais acusações. Assim mesmo, *VEJA* afirmou que através dos documentos internacionais, em caso de comprovação da origem do capital de PC no exterior, através de suas declarações de imposto de renda, poder-se-ia ligá-lo também aos negócios brasileiros do ex-tesoureiro do Presidente e, logo, ao "capítulo" que poderia provocar o *impeachment* de Fernando Collor.³²² Segundo *VEJA*:

A disputa entre Pedro e PC, o "Careca", tem todos os elementos de uma mera briga de província, mas pode ter um custo muito alto. Ao alvejar PC, Pedro pode fazer com que alguns estilhaços atinjam seu irmão Fernando Collor de Mello, o presidente da República.³²³

³²¹ *VEJA. A máfia dos portos*. São Paulo: Editora Abril, 13 de maio de 1992. nº 1.234.

³²² *ibid.*, p. 20.

³²³ *VEJA. A máfia ... op. cit.*, p. 16.

Note-se que PC além de ser tachado preconceituosamente de "careca" pelo periódico, fora, segundo *VEJA*, "alvejado" por Pedro Collor, sendo que os "estilhaços" poderiam atingir o Presidente. Tal afirmação remetia, mais uma vez, a uma situação bélica, ou de violência extrema, em que alguém (PC Farias) era atingido por algum tipo de arma de fogo.

A segunda capa, dentre as que mencionamos anteriormente, publicada em 20 de maio, mostrou Paulo César Farias soturno, sob o título "O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991: o choque entre a riqueza aparente e os ganhos declarados".³²⁴ No *slash* aparecia, sob uma pequena foto de Pedro Collor, a legenda "As novas denúncias de Pedro Collor".

Na reportagem foram apresentadas novas acusações feitas por Pedro Collor a PC Farias, além de um suposto levantamento do imposto de renda deste. Aí, *VEJA* procurou demonstrar, através da análise de alguns documentos, empreendida por auditores fiscais, que as declarações de imposto de renda de PC não condiziam com suas posses e seu real padrão de vida. Entretanto, o que mais chamou a atenção nessa matéria, foi a afirmação do periódico de que os ataques de Pedro Collor ao ex-tesoureiro do Presidente, na verdade, visavam o próprio Fernando Collor. Segundo *VEJA*:

O destaque do nome de ambos ajuda a explicar por que a briga é acompanhada com tanto interesse. Mas ela não é suficiente para deixar esclarecer por que Pedro Collor vem atacando PC com tanta virulência. O fundo da questão é outro: Pedro Collor não está mirando em PC Farias. Seu alvo é o irmão, o presidente.³²⁵

A afirmação do periódico baseava-se em declarações de Pedro Collor feitas a um de seus jornalistas, o subeditor de *VEJA* na sucursal de Brasília, Luis Costa Pinto, o mesmo responsável pela matéria publicada na edição anterior, em que Pedro Collor proferira acusações mais contundentes a PC Farias. A partir dessas declarações, o periódico constatou que Pedro Collor ressentia-se do irmão Presidente por inúmeras desavenças ocorridas entre ambos, que iam de disputas no campo dos negócios a problemas no terreno pessoal, insinuando que até se poderia pensar que Pedro Collor tinha inveja de seu irmão,

³²⁴ *VEJA. O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991*. São Paulo: Editora Abril, 20 de maio de 1992. nº 1.235.

³²⁵ *ibid.*, p. 16.

Fernando.³²⁶ De qualquer forma constatava-se que a dimensão do episódio era aumentada e que pela primeira vez se noticiava a possibilidade de instauração de uma CPI para apurar os fatos. Também, é importante destacar que se iniciava o delineamento de uma sequência investigativa nas edições do periódico ao abordar questões afetas ao governo e, em especial, ao Presidente.

A terceira capa e certamente a mais importante da série, publicada em 27 de maio, foi dedicada ao irmão do Presidente, que apareceu estampado sob o título "Pedro Collor conta tudo".³²⁷ Aí se publicaram duas matérias sobre o caso envolvendo Paulo César Farias, o Presidente Fernando Collor de Mello e a possível corrupção em seu governo, além de uma entrevista com o irmão do Presidente, num total de 13 páginas dedicadas ao assunto. Dentre as inúmeras acusações, Pedro Collor declarou ser PC o "testa-de-ferro" do Presidente, seu irmão, afirmando haver uma "simbiose profunda" entre ambos e seus negócios escusos. Fernando Collor também foi acusado de ter usado cocaína na juventude, de ter induzido Pedro Collor a fazê-lo e, ainda, de tentar seduzir sua esposa, Thereza Collor, durante uma separação temporária do casal.

VEJA assim se referiu ao caso:

De uma obscura briga pelo mercado editorial alagoano, a disputa entre os empresários Pedro Collor de Mello e Paulo César Farias transformou-se em poucos dias numa parábola bíblica, num drama familiar de tinturas shakespearianas, num debate médico sobre sanidade e demência, numa piada aguda e numa crise que agita os meios políticos. (...) O Brasil inteiro sabe que PC foi o gerente da caixa da campanha de Collor à Presidência. Desde a posse, em 15 de março de 1990, não há roda de políticos e empresários que não comente exemplos de como, com o beneplácito do presidente, Paulo César Farias, transita pelos meandros do governo, nomeando altos funcionários do Estado e, através dele, fechando toda sorte de negócios.³²⁸

Na passagem se podia notar o tom agudo em relação a Fernando Collor, encenando-se, porém, uma crítica indireta a ele, dirigindo-se primordialmente a PC Farias, tachado de "beneplácito" do Presidente. Ademais, o periódico enfatizou o episódio a tal ponto que, em suas palavras, uma "mera briga pelo mercado editorial alagoano", havia se transformado numa "crise que agitava os meios políticos".

³²⁶ *ibid.*, p. 21.

³²⁷ *VEJA. Pedro Collor conta tudo*. São Paulo: Editora Abril, 27 de maio de 1992. nº 1.236.

³²⁸ Chegou ao Planalto. *VEJA. Pedro Collor conta tudo*. São Paulo: Editora Abril, 27 de maio de 1992. nº 1.236. p. 16.

Nessa publicação, as denúncias, particularmente contra o Presidente, agravar-se-iam, sobretudo, na entrevista concedida pelo denunciante, Pedro Collor. Segundo ele, as acusações mais contundentes, principalmente em relação ao Presidente, teriam sido motivadas por seu afastamento da direção das empresas da família por sua mãe, Leda Collor, detentora de 75% das ações das Organizações Arnon de Mello.

Na semana anterior, após a publicação veiculando novas acusações de Pedro Collor contra PC Farias, Leda Collor destituiu o filho caçula de seu cargo nas empresas da família, sob a alegação de que estaria "emocionalmente perturbado". A destituição e a respectiva justificativa foram divulgadas pela imprensa, levando-o a procurar o periódico e emitir as declarações mais vorazes, motivo de manchete principal na capa de *VEJA*. De acordo com Pedro Collor, a mãe teria sido induzida a destituí-lo do cargo e a assinar a carta que o demitia, cujo objetivo seria o de retirar a credibilidade de suas acusações anteriores. A insinuação de Pedro Collor, portanto, era a de que o próprio Presidente da República seria o mentor de sua demissão, o que o teria levado a delatá-lo nacionalmente através da revista. Fato é que, além do interesse do Presidente em frear os ataques ácidos de seu irmão contra PC Farias e, conseqüentemente, contra ele próprio, a carta assinada por Leda Collor, que o destituiu da empresa da família, havia chegado às suas mãos através de um fax cujo emissor apareceu impresso no cabeçalho do texto. Viera da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Assim, Pedro Collor certificou-se da participação decisiva de seu irmão, o Presidente, em sua demissão.³²⁹

Na matéria escrita, além das explicações a respeito das motivações do irmão do Presidente em denegrí-lo, também se veiculou a submissão de Pedro Collor a exames psiquiátricos através de uma junta médica, a pedido dele próprio, objetivando comprovar sua sanidade mental e demonstrar a credibilidade de suas declarações. O próprio periódico procurou causar essa impressão, na medida em que sua própria credibilidade também fora posta à prova, já que vinha divulgando, freqüentemente, as denúncias do irmão do Presidente e tecendo comentários ácidos em relação a este. Lembre-se que no trecho anterior, a revista afirmou que "o Brasil inteiro" sabia que PC Farias fora o caixa da campanha de Collor à Presidência e que não havia "roda" de políticos e empresários que

³²⁹ CONTI. *op. cit.*, p. 554.

não comentasse seu "trânsito" pelo governo, nomeando altos funcionários do Estado e fechando toda a "sorte" de negócios.

No entanto, segundo *VEJA*, fora Pedro Collor, o irmão do Presidente, que tivera a "coragem" de denunciar tais esquemas, procurando, portanto, minimizar sua participação no episódio, realçando o papel do irmão de Collor. Sob esse viés, o periódico abordou-o da seguinte maneira:

(...) um brasileiro, maior de idade, casado, pai de um casal de filhos, dizendo em público o que todos sempre comentaram na surdina. Ele fala com a autoridade de quem conhece Fernando Collor desde a infância e tem contato com PC Farias há mais tempo que o presidente. Ele tem alguns documentos, diz que testemunhou histórias e as relata. Ele é Pedro Collor.³³⁰

Note-se que a intenção primordial da declaração era propalar a sanidade mental de Pedro Collor e, conseqüentemente, dotar-se de credibilidade quanto às denúncias que ele proferira, tanto em edições anteriores, como nessa última, em que apareceu na capa do periódico. Dessa forma, como se disse, *VEJA* procurava legitimar e dar crédito as suas próprias veiculações.

Esta última capa foi tão impactante que a tiragem semanal de *VEJA*, de aproximadamente 700 mil, saltou para 1 milhão de cópias aproximadamente, entre exemplares para assinantes e bancas. A partir de então a revista passou a ser o centro das atenções, até mesmo de outros meios de comunicação, que passaram a noticiar suas capas e reportagens publicadas ao longo do ano. Além de ter sido a precursora nas denúncias com o irmão do Presidente, o periódico lançou-se com fervor a investigar e noticiar o caso PC/Collor, de maneira que os próprios meios de comunicação, dentre eles as emissoras de tevê, procuraram acompanhar quaisquer novas informações emitidas pelo periódico a esse respeito.

Segundo Mario Sergio Conti (editor da revista nesse período), fora desde a capa anterior, sobre o imposto de renda de PC Farias, que uma centena de carros de jornais e de emissoras de rádio e televisão amontoavam-se em frente à redação de *VEJA*, objetivando noticiar o que a revista trazia de novo sobre o episódio.³³¹ Não obstante, se por um lado isso podia ser considerado motivo de enaltecimento ao periódico, por outro evidenciava seu

³³⁰ *VEJA. Pedro Collor ... op. cit.*, p. 16-17.

³³¹ *CONTI. op. cit.*, p. 575.

engajamento na desconstrução da imagem de Fernando Collor. Ressalte-se ainda, que, caso a CPI instaurada para investigar as denúncias não obtivesse sucesso, *VEJA* poderia ser acusada de ter impulsionado uma campanha contra o Presidente da República, vindo a sofrer possíveis represálias por parte do governo. Daí seu ferrenho engajamento no caso PC/Collor, vindo a dedicar-lhe uma seqüência considerável de capas a partir de então, bem como críticas muito mais abertas e pragmáticas ao Presidente.

Outra passagem importante em relação a essa última capa e, de certa forma, demonstrativa do ponto a que haviam chegado as questões governamentais, foi o relato de Mario Sergio Conti, sobre uma conversa que teve com o então articulador político do governo, o Ministro Jorge Bornhausen, horas antes da publicação da edição com as denúncias de Pedro Collor. Segundo Conti, assim transcorreu o diálogo durante o encontro:

Não pediu que a entrevista não fosse publicada, mas indagou se nela havia fatos graves. De que tipo, ministro? - perguntei. Por exemplo, tem corrupção? Tem. Tem drogas? Tem. Tem sedução? Tem. Tem rabo? Como, ministro? É, tem rabo, homossexualismo? Não, não tem.³³²

O curioso é que as perguntas feitas por Bornhausen a Mario Sergio Conti, provavelmente, haviam sido formuladas pelo próprio Fernando Collor, imaginando as possíveis denúncias feitas por seu irmão, inclusive no campo pessoal. Entretanto, em praticamente todas as suas declarações a *VEJA*, Pedro Collor se colocara como coadjuvante nas ações praticadas pelo irmão Presidente, procurando, dessa forma, proporcionar maior credibilidade a suas acusações, não tendo afirmado nada a respeito da última indagação proferida por Bornhausen.

De acordo com Mario Sergio Conti, essa edição, com Pedro Collor estampado na capa, correu o risco de não ser publicada, visto que o irmão caçula do Presidente, ao ser orientado por seus advogados da possibilidade de ser preso assim que suas graves declarações chegassem às bancas de revistas, por pouco não desistiu de autorizá-la. Segundo Conti, Pedro Collor consentira que seus advogados impetrassem uma ação cautelar de busca e apreensão das fitas contendo suas entrevistas a *VEJA* e, caso tal ação fosse julgada procedente, até mesmo as próprias revistas poderiam ser apreendidas nas bancas, se já tivessem sido impressas e distribuídas. Pedro Collor fora dissuadido dessa

³³² *ibid.*, p. 558.

ação sob a pressão do editor do periódico, segundo o qual, caso desistisse da publicação de suas declarações, a revista publicaria uma matéria confirmando o que sua mãe, dona Leda, dissera anteriormente, ou seja, que ele estava realmente perturbado emocionalmente.³³³ Pedro Collor autorizou a publicação.

Foram impressos 836 mil exemplares dessa edição, dos quais 180 mil para as bancas e o restante para os assinantes. Em menos de 24 horas todos os exemplares das bancas haviam sido comprados, impelindo a gráfica a imprimir mais cópias. No total foram vendidos 264 mil exemplares nas bancas, ultrapassando, portanto, a cifra de 1 milhão de cópias da edição.³³⁴

Nesse intervalo, era latente a possibilidade do episódio configurar-se, simplesmente, como uma jogada política ou uma vingança familiar, como se podia perceber nas próprias declarações de *VEJA*, havendo, portanto, mesmo após a capa com o irmão do Presidente, uma certa reticência entre os parlamentares quanto à instalação de uma CPI para a apuração das acusações. A relação entre os irmãos, Pedro e Fernando Collor, tornara-se conflituosa, sobretudo, depois que este foi substituído por aquele, na presidência das Organizações Arnon de Mello. Pedro Collor, por sua vez, ressentia-se de investidas por parte de seu irmão, na tentativa de seduzir sua esposa, Maria Thereza, objetivando separá-los.³³⁵

O estopim para as denúncias, como se disse anteriormente, teria sido a tentativa de PC Farias de reinstalar o jornal *TRIBUNA DE ALAGOAS*, que concorreria com a *GAZETA DE ALAGOAS*, sob o comando de Pedro Collor. Além do jornal, a família Farias reivindicava um canal de televisão e doze emissoras de rádio no Estado. Contudo, a despeito dessas possíveis querelas particulares, a CPI foi instalada, ficando a presidência para Benito Gama, do PFL da Bahia, e a relatoria para o Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia.

Em 4 de junho, Pedro Collor foi à CPI, dando um depoimento frustrante ante a gravidade das denúncias que proferira anteriormente. A cautela demonstrada por Pedro Collor durante seu depoimento tinha dois possíveis motivos: o processo aberto pelo irmão Presidente contra ele, pelas entrevistas concedidas à *VEJA*, e uma complicada negociação

³³³ *ibid.*, p. 559-560.

³³⁴ *ibid.*, p. 561.

³³⁵ MELLO, Pedro Collor de. **Passando a Limpo**: a trajetória de um farsante - memórias/Pedro Collor de Mello. Rio de Janeiro: Record, 1993. p 103-109.

que poderia reconduzí-lo à direção das empresas da família se cessasse com as denúncias contra o governo.³³⁶

Em 9 de junho, foi a vez do principal acusado, Paulo César Cavalcanti Farias, depor à CPI. PC, que acabou caindo em contradição por inúmeras vezes, dentre outras coisas, declarou que todos os empresários cometiam irregularidades na preparação do imposto de renda, como as que ele havia cometido, sustentando serem todos os participantes da CPI "hipócritas", numa insinuação de que todos praticavam as mesmas irregularidades das quais era acusado, sem receber contestação.³³⁷

Em 17 de junho, publicou-se a quarta capa de *VEJA* dedicada a essa temática, estampando PC Farias e o ex-presidente da Petrobrás, Luís Octávio da Motta Veiga, com o título "O governo não terminará limpo: o ex-presidente da Petrobrás devassa o esquema paralelo de PC no Planalto".³³⁸ A frase publicada entre "aspas" na capa, teria sido dita por Motta Veiga que confirmou e detalhou, numa entrevista, as mesmas denúncias feitas cerca de dois anos antes, quando deixara a presidência da Petrobrás. Nelas, PC Farias apareceu como um traficante de influências, num esquema paralelo com o próprio governo, o qual, segundo Motta Veiga, "não terminaria limpo" se fossem realizadas investigações sérias e aprofundadas sobre o esquema. E afirmou: "Paulo César Farias circula pelo governo com rara e impertinente desenvoltura, tratando de negócios que não são dele".³³⁹

Sobre o episódio, *VEJA* declarou:

Houve um dia em que o presidente Fernando Collor de Mello teve duas escolhas: podia ordenar a Paulo César Farias que parasse de traficar influência na Petrobrás ou podia se livrar do presidente da empresa, o advogado Luís Octávio da Motta Veiga. Preferiu o segundo caminho. Talvez tenha cometido poucos erros desse tamanho em toda a sua vida. A demissão de Motta Veiga da Petrobrás e o conseqüente triunfo de Paulo César Farias marcaram a opção do presidente pela República de Alagoas, de quem se tornara colônia a República brasileira.³⁴⁰

³³⁶ KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. São Paulo: Scritta Editorial, 1992. p. 155.

³³⁷ NÊUMANNE PINTO. **op. cit.**, p.77-78.

³³⁸ *VEJA*. **"O governo não terminará limpo: o ex presidente da Petrobrás devassa o esquema paralelo de PC no Planalto"**. São Paulo: Editora Abril, 17 de junho de 1992. nº 1.239.

³³⁹ GASPARI, Elio. Eu não quis colaborar. *VEJA*. **"O governo não terminará limpo: o ex presidente da Petrobrás devassa o esquema paralelo de PC no Planalto"**. São Paulo: Editora Abril, 17 de junho de 1992. nº 1.239. p. 7. (entrevista: Luís Octávio da Motta Veiga).

³⁴⁰ **id.**

Podia-se perceber, que antes mesmo de serem concluídas as investigações sobre todas estas denúncias, a revista já as tratava como verdades incontestáveis, teoria corroborada através da seguinte passagem: "(...) Motta Veiga (...) reapareceu quando ficou demonstrado que tudo o que ele denunciara em 1990 era apenas um pedaço de uma terrível verdade".³⁴¹

A capa seguinte, publicada em 24 de junho de 1992, efetivamente protagonizada por Fernando Collor, o trouxe de perfil, num efeito de sombra, e com algo parecido com um alvo desenhado sobre ele, tendo ao centro uma foto de Renan Calheiros, ex-líder do governo na Câmara dos Deputados. O título era: "Renan Calheiros exclusivo - Collor sabia: o ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC".³⁴²

Esta capa, num momento em que *VEJA* se tornara o centro das atenções da mídia brasileira e, conseqüentemente, de boa parte da população, pareceu ter sido cuidadosamente trabalhada, devido às nuances que aí se podiam verificar. A imagem principal, por exemplo, de Collor de perfil e escurecido, preenchia quase todo o espaço da capa. Contudo, devido ao efeito de escurecimento da imagem, dificilmente poder-se-ia reconhecê-lo, exceto pelo formato do nariz, levemente adunco, uma das características mais exploradas na veiculação de sua imagem. Na penumbra, Collor só seria identificado à medida que fosse associado à legenda principal, em letras grandes, centralizadas na parte inferior da capa, entre aspas e escrita em amarelo, chamando a atenção do leitor, "COLLOR SABIA". Portanto, novamente a complementaridade das linguagens, verbal e visual.

A pequena fotografia de Renan Calheiros surgia no centro da capa, sobre a imagem de Collor e, à primeira vista, no centro de algo parecido com um alvo. Porém, numa observação mais demorada, concluir-se-ia que se tratava de uma espiral, de uma representação de ondas sonoras, já que Renan Calheiros estava na altura do que, na representação obscura, deveria ser o ouvido de Collor.

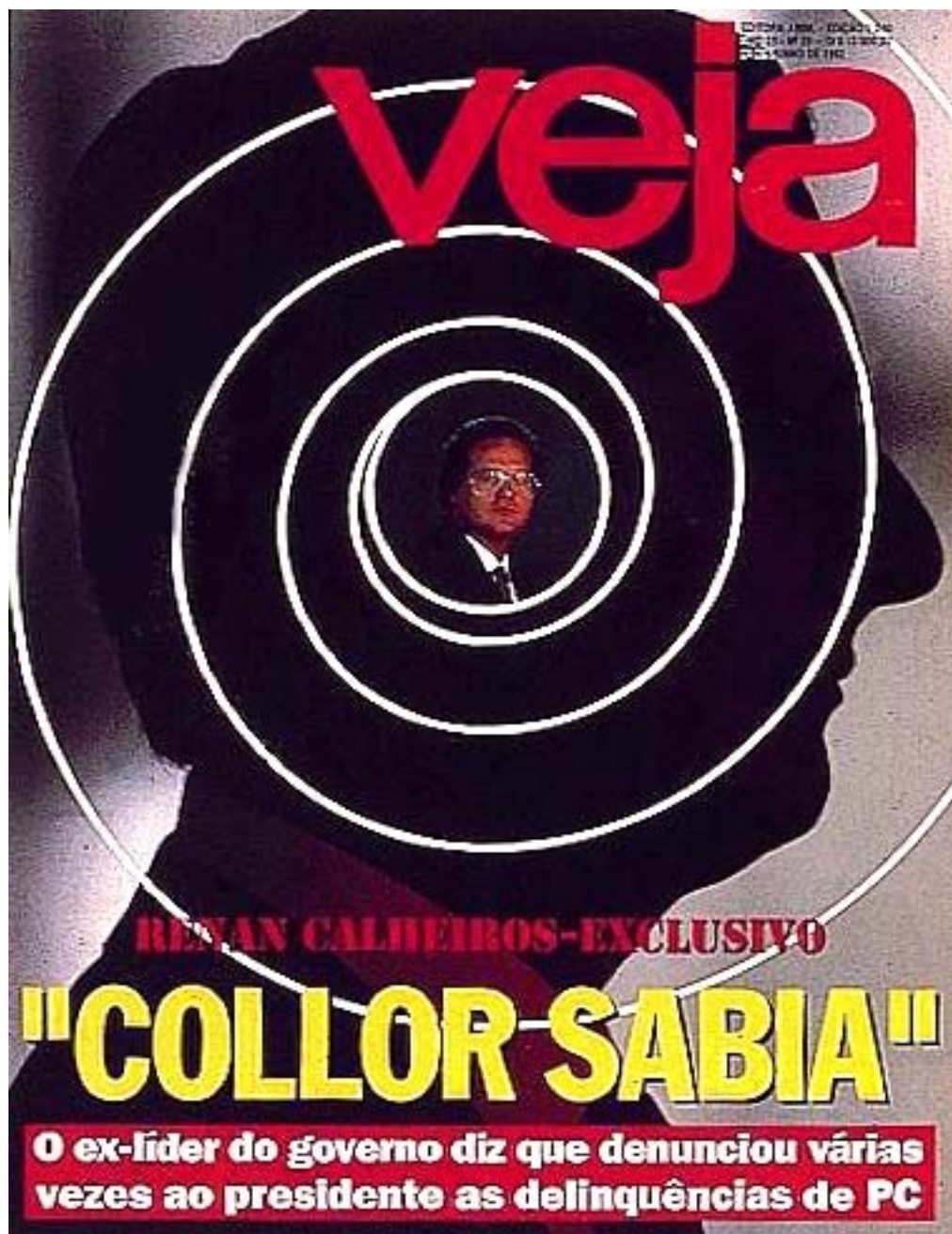
Tal associação também era propiciada pelas legendas, as quais eram complementares entre si. Mantendo o caráter didático, *VEJA* dispôs abaixo da fotografia de Renan Calheiros, no centro da espiral, a legenda "Renan Calheiros - Exclusivo", escrita em

³⁴¹ **id.**

³⁴² *VEJA. Collor sabia:* o ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC". São Paulo : Editora Abril, 24 de junho de 1992. nº 1.240.

vermelho, em letras parecidas com as das antigas máquinas de escrever e com um efeito de tinta envelhecida, mais ou menos apagada, tradicionalmente, utilizada em envelopes confidenciais. Além do formato das letras e da cor utilizada, a palavra "exclusivo", que passaria a ser freqüentemente utilizada, visava atrair a atenção dos consumidores, inclusive os meios de comunicação.

Fig. 20: capa de 24/06/1992 - edição nº 1.240



A última legenda vinha logo acima da legenda principal ("COLLOR SABIA"), que aparecia entre aspas, sugerindo, portanto, tratar-se de uma afirmação feita por Renan Calheiros. Daí a espiral representando uma onda sonora e Renan Calheiros em seu centro, na altura do ouvido de Collor, ou seja, a sugestão de que Collor sabia dos esquemas de corrupção envolvendo seu ex-caixa de campanha, PC Farias, já que teria sido alertado pelo ex-líder do governo na Câmara a esse respeito.

Poder-se-ia ainda corroborar tal conclusão através da terceira legenda, que vinha abaixo da principal, praticamente, no rodapé da capa, escrita em letras menores (caixa baixa), em cor branca e sobre uma tarja vermelha, e dizia: "O ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC". O nome da revista fora escrito em vermelho, com o mesmo efeito da primeira legenda ("Renan Calheiros - Exclusivo"). Não havia qualquer *slash*, ou seja, a capa era monotemática.

Note-se que se, por um lado, *VEJA* optou pelo caráter didático, ou seja, identificou os personagens e, ao mesmo tempo, explicou do que se trataria naquele volume, por outro, pressupôs um conhecimento mínimo do leitor sobre o episódio. Isso poderia ser constatado através da legenda principal, "COLLOR SABIA". Mas, o que Collor sabia? Esta seria uma possível pergunta àquele que não tivesse qualquer informação sobre o assunto. Ainda que o periódico tenha especificado o que Collor sabia, explícito numa das legendas ("O ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC"), seria necessário ao leitor ter um conhecimento prévio sobre o próprio caso PC/Collor, para compreender a mensagem.

Em relação ao título desta e de outras edições, deve-se frisar que normalmente são selecionados tendo em vista que o assunto abordado já é conhecido pelo público, visto que os jornais e telejornais diários provavelmente os tenham noticiado anteriormente. Neste caso específico, note-se que, além de considerar tal perspectiva, a revista optou por manter uma espécie de seqüência em suas capas que foram dedicadas à cobertura do episódio e, assim sendo, pressupunha que seus leitores estivessem acompanhando o desenrolar dos fatos e, concomitantemente, incitava-os a fazê-lo. Não se pretende afirmar que o leitor que não tivesse acompanhado as edições anteriores não pudesse compreender aquela capa, mas que a forma como foi veiculada possibilitaria uma melhor compreensão ao leitor que as tivesse efetivamente lido.

VEJA ao optar pela seqüência, concomitantemente buscou induzir tanto os consumidores habituais quanto os próprios meios de comunicação a acompanharem, semanalmente, o desenrolar do episódio através de suas publicações, sendo que tal continuidade seria mantida até o desfecho do caso, em dezembro de 1992.

Collor teria, a partir de então, sua imagem definitivamente desconstruída nas capas de *VEJA*, que o veicularia em associações negativas até seu *impeachment* no Senado Federal. Nessa edição, como se podia observar, o personagem fora retratado obscurecido, como se estivesse na penumbra, numa encenação de que estaria por trás dos esquemas de corrupção liderados por PC Farias, de que estivesse no submundo do crime. Constatava-se a própria negação da imagem do Presidente na capa do periódico.

Na matéria escrita, com uma entrevista cedida por Renan Calheiros, *VEJA* procurou ligar o esquema de PC Farias ao governo federal, especialmente ao Presidente da República. Noutra reportagem tratou-se do mesmo assunto, destacando-se a seguinte afirmação: "O governo contra-ataca: Collor desiste de imaginar que tudo vai bem, descarta a renúncia e prepara uma estratégia para chegar na frente da CPI na apuração da corrupção".³⁴³ Aí, *VEJA* veiculou a existência de uma espécie de "estratégia" estabelecida por parte dos governistas para incriminar PC Farias e proteger Fernando Collor, esquema que denominou de "mói-PC-preserva-Collor".³⁴⁴ Segundo a revista, a estratégia contava, inclusive, com a participação de políticos considerados, naquele momento, de oposição, como Ulysses Guimarães e Antônio Carlos Magalhães.

De sua parte, além de criticar tais iniciativas, *VEJA* procurou ressaltar a possibilidade de *impeachment* de Collor. Numa das matérias, intitulada "A ameaça que cresce", assinada por Roberto Pompeu de Toledo, procurou-se demonstrar que a possibilidade de impedimento do Presidente da República já existia nesse momento, ainda que fosse considerada por muitos como remota. Aí, discorreu-se a respeito das questões jurídicas que permeariam um eventual processo de *impeachment*, tendo o autor concluído que a despeito de todas as dificuldades inerentes à questão, havia, "sim", a possibilidade de Collor ser destituído de seu cargo. Analogamente a um trecho do Eclesiastes, da Bíblia Sagrada, assim concluiu Toledo: "Há um tempo de chorar e um tempo de rir: Para o

³⁴³ O governo contra-ataca. *VEJA*. "Collor sabia: o ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC". São Paulo : Editora Abril, 24 de junho de 1992. n.º 1.240. p. 16.

³⁴⁴ *ibid.*, p. 17.

presidente, este é um tempo de lágrimas, de dura travessia entre a tempestade e o que virá em seguida. O que virá em seguida, o abrigo benfazejo ou o abismo?"³⁴⁵

A CPI, para apurar as inúmeras denúncias contra PC Farias e o governo, havia sido instaurada há três semanas e *VEJA* dedicou-se à cobertura do tema com assiduidade, dedicando-lhe 16 páginas nessa edição. Outros meios de comunicação também passaram a noticiar o caso cotidianamente, inclusive a concorrente direta de *VEJA*, a revista *ISTO É*, que em 8 de julho lançou uma capa estampando o motorista da secretária particular de Collor, Francisco Eriberto Freire França, o qual afirmou, naquela edição, que sua chefe, Ana Acioli, seria a pagadora das contas da "Casa da Dinda" com dinheiro de PC.³⁴⁶ Dias depois da denúncia, mais precisamente em 1º de julho, o motorista confirmou, na CPI, que depósitos sistemáticos eram feitos por empresas de PC na conta da secretária particular de Collor, que, por sua vez, encarregava-se das despesas do Presidente e de sua família. Tais revelações contribuíram para dar fôlego às investigações da CPI, que se encontravam um tanto quanto túbias, naquele momento.

Em julho todas as capas de *VEJA* veicularam o tema PC/Collor, sendo que apenas a primeira e a última do mês foram ilustradas com imagens do Presidente. A primeira, publicada no mesmo dia das declarações de Francisco França à CPI, mostrou uma foto de caráter testemunhal de Collor ao lado do então vice-Presidente, Itamar Franco, e a legenda "NO QUE VAI DAR A CRISE".³⁴⁷

A capa fora dividida em duas partes, com a fotografia à esquerda e uma faixa azul marinho, contendo as legendas, à direita. Na fotografia, Fernando Collor e Itamar Franco cumprimentavam-se, ambos com indumentárias muito parecidas, inclusive na cor, tendo à sua frente três homens, que aparentemente eram jornalistas e/ou fotógrafos. Um deles, cuja cabeça se sobressaía acima dos ombros de Collor, ostentava um sorriso largo, com os dentes à mostra.

Já as legendas haviam sido escritas em cor branca e dispostas da seguinte forma: "NO QUE VAI DAR A CRISE" surgia a uma altura central da capa, em letras grandes e dividida em três linhas; logo abaixo, havia outras cinco legendas, em letras menores, tendo, cada uma delas, ao seu lado, um pequeno quadrado, representando uma opção para se

³⁴⁵ A ameaça que cresce. *VEJA*. **op. cit.**, p. 22.

³⁴⁶ *ISTO É*. **Eriberto, um brasileiro**. São Paulo: Editora Três, 08 de julho de 1992. n° 1.188. p. 15.

³⁴⁷ *VEJA*. **No que vai dar a crise**. São Paulo: Editora Abril, 1º de julho de 1992. n° 1.241.

marcar um "X" (xis). Eram elas: "impeachment"; "renúncia"; "parlamentarismo já"; "Collor continua, forte"; "Collor continua, fraco". Curiosamente, um "X", em vermelho, aparecia na última opção ("Collor continua, fraco").

Fig. 21: capa de 01/07/1992 - edição nº 1.241



A cor branca foi largamente utilizada pelo então capista do periódico (Rodrigo Andrade), que justificou sua preferência pela cor devido à "clareza" que transparecia, afirmando, porém, não haver uma regra para tal. Segundo ele, o branco é neutro e, portanto, possibilita um maior destaque à fotografia, por exemplo.³⁴⁸

Nessa capa aparecia um *slash*, no local tradicional (porção superior, à esquerda), que fora escrito em azul (mesma tonalidade do fundo direito da capa, que ficava sob as legendas), sobre uma faixa amarela, e dizia: "Corrupção: Funcionário de Fleury tenta subornar jornalistas". O nome da revista novamente aparecia em vermelho.

Não fosse pela emissão da própria opinião da revista a respeito do provável desfecho da crise ("Collor continua, fraco"), poder-se-ia interpretar a imagem como se Collor estivesse "saindo" e Itamar "entrando", no governo, ou seja, uma insinuação de que o Presidente sofreria o *impeachment*, haja vista, que Collor, ao cumprimentar Itamar, apareceu, praticamente, de costas, movimentando-se na direção oposta à do leitor, em direção à "saída", enquanto o vice-Presidente o fazia em sentido oposto, isto é, "chegando". Ademais, Collor apareceu na imagem com as pernas mais ou menos trançadas, como se cambaleasse, indeciso entre "ir" ou "vir", como se fosse cair.

Tal percepção era fortalecida à medida que se prestasse atenção naquele, suposto, fotógrafo que, ao observar o cumprimento dos dois políticos, sorria, como se estivesse feliz com a troca de Presidentes. Entretanto, as legendas de certa forma contrariavam essa interpretação, pois, segundo a revista, a opção assinalada para o desfecho da crise era a de que Collor continuaria no poder, "fraco", mas continuaria.

Esse aparente paradoxo também era corroborado pela chamada no canto superior esquerdo da capa, já que numa observação menos atenta poder-se-ia associar a palavra "corrupção", em destaque, aos personagens em questão, ao menos a um deles, Collor. Contudo, se havia corrupção no governo, de acordo com a ótica do periódico, a opção para o final da crise a ser assinalada deveria ser "*impeachment*", que, coincidente, ou não, aparecia como primeira opção na sequência escolhida pelo periódico, e não "Collor continua, fraco". Segundo Mario Sergio Conti, a imagem daquela capa, na verdade, visava captar a correlação de forças "favorável" ao governo àquela altura dos acontecimentos, daí

³⁴⁸ FERREIRA, Soraya Venegas. **op. cit.**, p. 12.

a opção assinalada, demonstrando que, na visão do periódico, Collor manter-se-ia na Presidência da República.³⁴⁹

Na matéria escrita, esclarecer-se-ia que a foto da capa fora tirada na Base Aérea de Brasília, no momento em que o vice-Presidente Itamar Franco recebera, interinamente, a Presidência da República, enquanto Collor embarcava para Las Leñas, na Argentina. Aí, discorreu-se sobre a situação em que se encontravam as investigações sobre o caso PC/Collor e eram enfatizadas as dificuldades enfrentadas pela CPI que o investigava, a qual, segundo a revista, possuía uma enorme quantidade de denúncias e de testemunhas, mas perdia "terreno" para os governistas, que tentavam abafá-la. A correlação de forças eram portanto, favoráveis ao governo.³⁵⁰

Durante a reportagem, novamente apareceu o tom coloquial na abordagem do assunto. De acordo com *VEJA*, o Congresso, os grandes empresários e a opinião pública, haviam se dividido em três grupos (em suas palavras, "três grandes turmas"): aqueles que eram ferrenhamente favoráveis à derrubada do governo; os indecisos, que independentemente do que ocorresse, a partir das investigações da CPI, estariam satisfeitos; e aqueles que ansiavam pela manutenção do governo. O primeiro grupo, dos favoráveis ao *impeachment* do Presidente, foi denominado de "tribo do mata-e-esfola", que desejava transformar a CPI num "barril de pólvora". O segundo foi chamado de "bando do doa-a-quem doer", que esperava pacientemente para saber qual partido tomar. E o terceiro recebeu a alcunha de "turma do abafa", que queria preservar o Presidente, "crucificar" PC Farias e manter Collor "acorrentado" a seus aliados.³⁵¹

De maneira a corroborar o que fora veiculado na capa, quanto ao provável resultado da crise política enfrentada pelo governo, segundo a revista, de que Collor continuaria, porém enfraquecido, *VEJA* afirmou que o grupo dos partidários do Presidente estava se fortalecendo em relação aos demais. Segundo a revista: "Na semana passada ficou claro que a turma do abafa está ganhando. E ganhando bem".³⁵² A partir daí, poder-se-ia compreender seu posicionamento, claramente, favorável ao *impeachment*, porém, devido às circunstâncias, descrente nesse desfecho para o episódio.

³⁴⁹ CONTI, Mario Sergio. *op. cit.*, p. 585.

³⁵⁰ Quem está vencendo. *VEJA*. **No que vai dar a crise**. São Paulo: Editora Abril, 1º de julho de 1992. nº 1.241. p. 18-23.

³⁵¹ *ibid.*, p. 18.

³⁵² *id.*

VEJA também destacou os encontros entre Collor e empresários e políticos importantes do país, os quais foram tachados de "caciques". Entre eles, Antônio Carlos Magalhães, então governador da Bahia, Leonel Brizola, ex-adversário de Collor na campanha presidencial de 1989, agora aliado do governo, e Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, que, segundo *VEJA*, almoçara com o Presidente no Palácio da Alvorada, em Brasília.³⁵³

A capa subsequente, segunda de julho, também foi dedicada à crise que assolava o governo, porém não ostentou qualquer imagem de Collor, trazendo apenas seu nome numa das legendas secundárias. A edição foi intitulada "As provas", sendo que esta legenda aparecia logo acima de duas fotocópias de documentos, que supostamente representavam provas da ligação entre Collor e PC Farias. Ao lado do primeiro documento estava a seguinte legenda: "O carro usado pelos filhos do presidente Fernando Collor pertence a PC Farias". Já a segunda, sob um comprovante de depósito, dizia: "Um funcionário de PC depositou Cr\$ 18.968.000,00 na conta da secretária que pagava as despesas do presidente".³⁵⁴

No interior dessa edição, numa matéria intitulada "O sindicato do poder", *VEJA* ressaltou a proximidade entre PC Farias e Fernando Collor, quanto às denúncias que recaíam sobre ambos. Referindo-se aos três últimos pronunciamentos televisionados do Presidente, a respeito da crise em que estava envolvido, a revista tachou-o de "ator", que escolhia a personalidade a ser usada durante o dia, como quem escolhia uma "gravata" pela manhã. Segundo *VEJA*, Collor já fizera o "papel" de "irmão ofendido, cabisbaixo e meditando", quase gritara palavrões noutra oportunidade e, em outro momento, "posara de estadista". Em suas palavras: "O presidente Fernando Collor é um ator nato".³⁵⁵ Note-se que *VEJA* tecia críticas a uma característica muito explorada pela própria revista durante a campanha eleitoral de 1989, quando abordara positivamente o mesmo personagem.

Na reportagem, além das críticas verbais a Collor, também veiculou-se uma fotografia sua, em que apareceu com os olhos arregalados e com ar de espanto, numa representação grotesca. Ladeando essa foto, aparecia a seguinte legenda: "Collor: ator que

³⁵³ *ibid.*, p. 22.

³⁵⁴ *VEJA. As provas*. São Paulo: Editora Abril, 8 de julho de 1992. n° 1.242.

³⁵⁵ O sindicato do poder. *VEJA. As provas*. São Paulo: Editora Abril, 8 de julho de 1992. n° 1.242. p. 16.

muda de personalidade como quem troca de gravata".³⁵⁶ Além de criticar abertamente o Presidente, a revista procurou demonstrar que as denúncias recaídas sobre ele tinham fundamento, ou seja, podiam ser comprovadas. Por outro lado, as explicações e contra-provas apresentadas pelo governo, bem como por PC Farias, eram refutadas pelo periódico. De acordo com *VEJA*: "Na televisão, graças a seus dotes histriônicos, convenceu muita gente. Dois dias depois, o pronunciamento e as provas presidenciais tinham adquirido a sua real dimensão: a de uma manipulação, uma fabricação".³⁵⁷ Collor era visto, portanto, como manipulador e farsante pela revista.

Quanto a uma afirmação de Collor, feita pouco antes e veiculada nacionalmente, da existência de um suposto "sindicato do golpe", "forças ocultas e terríveis que estariam querendo derrubá-lo", *VEJA* afirmou, peremptória e laconicamente: "O sindicato do golpe não existe. Existe sim, o sindicato do poder: aquele presidido por Collor para manter-se na Presidência, custe o que custar".³⁵⁸ Percebia-se o engajamento da revista em veicular o personagem de forma extremamente desfavorável, em associações intrincadas, distribuindo-lhe uma gama de afetos negativos. Collor aparecia como ator e manobrista, articulador de um verdadeiro "sindicato do poder", que objetivava manter-se no Palácio do Planalto a qualquer custo.

Afetos negativos também eram distribuídos a outros integrantes do governo, como demonstrou a terceira capa de julho dedicada ao assunto, onde, numa fotomontagem, surgiu o então presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho Torres, com um chapéu de "cangaceiro" e um aspecto medonho, sob o título "O pistoleiro do Planalto: o presidente do Banco do Brasil ameaça empresários e políticos".³⁵⁹ Desta feita Collor não fora mencionado, a não ser indiretamente pela palavra "Planalto", que indicava a sede do governo federal em Brasília.

Aí, em reportagens que somavam 14 páginas, tratou-se mais uma vez sobre as denúncias que pairavam sobre o governo e a CPI que as investigava. Numa dessas matérias, intitulada "De pistola na mão: com o apoio de seus superiores, Lafaiete age nos bastidores do governo para intimidar empresários e ameaçar políticos que apuram as denúncias",

³⁵⁶ **id.**

³⁵⁷ **ibid.**, p. 17.

³⁵⁸ **id.**

³⁵⁹ *VEJA. O pistoleiro do Planalto.* São Paulo: Editora Abril, 15 de julho de 1992. nº 1.243.

discorreu-se sobre supostas coletas de documentos e a disseminação de boatos e de ameaças, feitas por Lafaiete Coutinho, objetivando intimidar políticos e empresários considerados "inimigos" seus e do governo.³⁶⁰ Segundo *VEJA*, Lafaiete Coutinho fora o "braço direito" de PC Farias na arrecadação de fundos da campanha eleitoral de Collor, daí sua indicação, no início do governo, para a presidência da Caixa Econômica Federal, cargo que ocupou até sua transferência para a presidência do Banco do Brasil, substituindo Alberto Policaro. As movimentações de Lafaiete Coutinho no sentido de intimidar seus adversários e do governo, investigando a vida pregressa de políticos e empresários, bem como distribuindo-lhes ameaças, eram vistas pelo periódico como "táticas de guerra", no sentido denotativo do termo. Segundo a revista: "Lafaiete vem atuando em várias frentes. (...) A tática do presidente do Banco do Brasil é diversionista. (...) O comando de caça aos inimigos do rei começou a agir há cerca de um mês".³⁶¹

Interessante frisar que dentre os empresários ameaçados pelas investidas de Lafaiete Coutinho estavam o presidente da *EDITORA ABRIL*, Roberto Civita e seu irmão, Richard. O presidente do Banco do Brasil teria feito um levantamento minucioso sobre propriedades e movimentações financeiras dos Civita, numa tentativa de intimidação, ao que o periódico teria respondido com a capa sobre ele.³⁶²

Além das inúmeras denúncias contra o governo veiculadas nas edições de *VEJA*, outro episódio teria contribuído para o contencioso entre o presidente do Banco do Brasil e o proprietário do periódico. Em 1º de julho, teria chegado à redação de *VEJA* a informação de que a secretária de Collor, Ana Acioli, pivô de inúmeras acusações feitas pelo motorista Eriberto Freire França, estaria hospedada num sítio, nos arredores de São Paulo, o qual possivelmente, pertencia a Lafaiete Coutinho. Objetivando confirmar tal informação, a jornalista Mônica Bergamo, subeditora de *VEJA*, procurara a filha de Lafaiete, que não soube, ou não quis, responder à pergunta. O presidente do Banco do Brasil então ligou para Roberto Civita, reclamando que *VEJA* estaria perturbando sua filha, a que o presidente da *ABRIL*, pedindo desculpas, respondera que incidentes parecidos não repetir-se-iam. Assim mesmo Lafaiete Coutinho teria dado continuidade a seus ataques. Segundo o periódico:

³⁶⁰ De pistola na mão. *VEJA. O pistoleiro do Planalto*. São Paulo: Editora Abril, 15 de julho de 1992. nº 1.243. p. 14.

³⁶¹ *ibid.*, p. 15.

³⁶² CONTI. *op. cit.*, p. 629-630.

"Aproveitou um incidente tolo, sem maiores conseqüências, para usá-lo como pretexto para suas pressões e tentativas de intimidação".³⁶³

Tais veiculações foram significativas, dentre outros aspectos, de como um periódico do porte de *VEJA* também pode ser parcial ao abordar personagens considerados "incômodos", ainda que utilizando mecanismos sutis, algumas vezes até imperceptíveis, e em outros casos mais exacerbados, nas abordagens.

Collor voltaria à capa de *VEJA* na última semana de julho, aparecendo lado-a-lado com PC Farias, sob o título: "O círculo se fecha".³⁶⁴ A imagem principal era uma fotomontagem, em que uma das faces de Fernando Collor encaixava-se a uma das de PC Farias, ambas inseridas num formato oval, representando uma moeda, que parecia ter sido partida ao meio. Na verdade ambas as faces não estavam encaixadas, mas sim próximas, sendo que encaixes perfeitos ficavam à mostra, causando um efeito de complemento das imagens. Collor estava à esquerda e PC Farias à direita, ambos sérios, soturnos e com rugas proeminentes em destaque. Se antes destacava-se a jovialidade do personagem, agora a ênfase recaía sobre a encenação de decadência de sua aparência física, através das rugas, invariavelmente enfatizadas.

Logo abaixo da fotomontagem aparecia a seguinte legenda: "O CÍRCULO SE FECHA". Fora escrita em letras grandes (caixa alta), em cor branca e dividida em duas linhas. Entre ambas, "O CÍRCULO" e "SE FECHA", estava uma segunda legenda, escrita em vermelho, em letras menores e sobre uma tarja azul, dizendo: "Os cheques do esquema PC". O nome da revista fora escrito em azul, numa tonalidade quase roxa, semelhante à da tarja da legenda anterior, e com um filete (contorno) branco. Havia um *slash*, no canto superior esquerdo, com uma fotografia de uma jogadora da seleção brasileira feminina de vôlei, Fernanda Venturini, e uma legenda, escrita em cor branca, sobre uma tarja azul, com a mesma tonalidade do nome da revista, que dizia: "Olimpíada: a força do Brasil". O conjunto inteiro figurava sobre um fundo vermelho.

Não se podia dizer que era uma bela imagem, já que a intenção, sobretudo, em relação aos personagens era de causar uma má impressão nos leitores, mas atraente,

³⁶³ De pistola na mão. *VEJA*. **O pistoleiro ... op. cit.**, p. 17.

³⁶⁴ *VEJA*. **O círculo se fecha**. São Paulo: Editora Abril, 29 de julho de 1992. nº 1.245.

principalmente, pelas cores, fortes e chamativas, empregadas no fundo e nas legendas, destacando-se o vermelho e o azul.

Fig. 22: capa de 29/07/1992 - edição nº 1.245



Ficava patente a encenação de que PC Farias e Collor eram faces da mesma moeda, partes de um todo indivisível. Ambos visivelmente retratados como indissociáveis, pois

apresentavam "arestas" que se encaixavam e, portanto, faziam parte de um mesmo mosaico. De acordo com *VEJA*, os dois personagens eram protagonistas de uma trama que ficava completa na medida em que surgiam novas provas sobre o "esquema" que os envolvia. Para a revista, o "círculo" se fechava, as duas partes da moeda se encaixavam. Collor era o mesmo que PC Farias e vice-versa. Este uma das faces daquele, ambos completando-se mutuamente, envolvidos num "inescrupuloso" esquema de corrupção. Tal interpretação ganhava mais consistência à medida que o leitor passasse às reportagens escritas, onde, novamente, apareceriam imagens dos dois personagens, sendo que, numa delas, foram retratados inseridos em círculos que, efetivamente, representavam moedas.

Segundo Rodrigo Andrade, a fotomontagem buscou demonstrar que as imagens estavam "prestes" a se unir, numa alusão à idéia de que o processo ainda estava em andamento, se fechando.³⁶⁵ De acordo com o capista, a montagem, utilizada nesta e em diversas outras capas do periódico durante o período analisado, devia respeitar as necessidades do assunto, mas sempre procurando clarificar tratar-se de uma montagem. Para ele, tal técnica estava a serviço de uma idéia, a qual se encontrava acima do valor jornalístico da foto, sendo, portanto, geralmente mais interpretativa.³⁶⁶

Na primeira matéria escrita, intitulada "O círculo se fecha ao redor de Collor", *VEJA* afirmou: "Ao viajar para a Espanha na semana passada, o presidente Fernando Collor de Mello não saiu apenas do país. Ele saiu de vez da realidade".³⁶⁷ A passagem se referia a uma afirmação feita pelo Presidente enquanto viajava em visita à Espanha, onde se encontrou com o rei Juan Carlos e o então Primeiro-Ministro espanhol, Felipe González. Collor, ao ser questionado a respeito da crise política que enfrentava, teria dito que não havia nenhuma crise preocupante no Brasil naquele momento. Para *VEJA*, tal afirmação era demonstrativa de que o Presidente "saíra da realidade", já que, para a revista, a crise era tão importante que poderia até levar à queda do governo. Insinuava-se, portanto, a insanidade do Presidente. Nas palavras da revista: "As histórias são tantas, e tão cabeludas, que podem

³⁶⁵ FERREIRA, Soraya Venegas. **op. cit.**, p. 16-17.

³⁶⁶ **ibid.**, p. 11.

³⁶⁷ O círculo se fecha ao redor de Collor. *VEJA*. **O círculo se fecha**. São Paulo: Editora Abril, 29 de julho de 1992. nº 1.245. p. 18.

levar a alguma confusão. O núcleo da crise, no entanto, é perfeitamente detectável. O que está em jogo é a queda do governo Collor".³⁶⁸

Ficava perceptível, dentre outros aspectos, que o periódico procurou associar Fernando Collor a PC Farias, e ambos a um grande esquema de corrupção, corroborando o que fora veiculado na capa. As matérias repetiram, em boa parte, outras reportagens veiculadas em edições anteriores, que foram reformuladas e ganharam novos contornos. Ressaltou-se aí o recebimento pela CPI, de cerca de 40 mil cheques e treze coleções de extratos bancários, enviados pelo Banco Central, e 3.300 páginas do inquérito que investigava PC Farias, levantadas e repassadas pela Polícia Federal. Constatou-se que havia cheques de PC Farias, de "laranjas" (denominação dada a pessoas que têm o nome utilizado para atividades normalmente ilícitas, com ou sem o seu consentimento), e de "fantasmas" (nomes de pessoas que só existem no papel, utilizados por terceiros), os quais haviam sido emitidos para a primeira-dama, Rosane Collor, para a ex-esposa do Presidente, Celi Elisabeth e para sua mãe, Leda Collor, além de sua secretária e a de seu cunhado, Marcos Coimbra. Constatava ainda, que dezenas de parlamentares e de empresas teriam sido os destinatários desses cheques. Segundo *VEJA*:

Os 40.000 cheques guardados no cofre da CPI formam até agora o mais impressionante apanhado de ligações monetárias entre Collor e PC Farias. Eles documentam que o ex-caixa do presidente montou uma constelação bancária com uma equipe de fantasmas para bancar as despesas da Casa da Dinda.³⁶⁹

A revista, aventando novamente a possibilidade de *impeachment* do Presidente, declarava que se antes era muito remota, passava a ser mais plausível, apesar das dificuldades e da lentidão do processo previsto em lei. Nas palavras da revista: "Nos meios políticos, a hipótese mais real é a do impeachment".³⁷⁰ E assinalou: "O impeachment deixou de ser um assunto só dos parlamentares da CPI de PC Farias. Na semana passada, camelôs já vendiam camisetas, adesivos e broches pedindo a saída do presidente".³⁷¹ Se por um lado *VEJA* procurou dar destaque às iniciativas pró-*impeachment* de Collor, por outro, chamava a atenção para as articulações de defesa do Presidente, sobretudo, por parte de

³⁶⁸ *id.*

³⁶⁹ *ibid.*, p. 20.

³⁷⁰ *ibid.*, p. 19.

³⁷¹ *ibid.*, p. 28.

integrantes da própria CPI, dentre os quais, o Senador Odacir Soares e os deputados Eduardo Mascarenhas e Roberto Jefferson, os quais eram chamados de "esquadrão da morte do Planalto".³⁷²

De acordo com o periódico, a crise havia se instaurado porque o "governo de PC Farias" se confundira com o "governo Collor" e com a própria pessoa física do presidente, referindo-se aos dois como "amigos" e "parceiros" nos negócios públicos e privados, afirmando haver um verdadeiro "consórcio monetário" entre ambos. Note-se que os vocábulos utilizados na abordagem mantinham o tom coloquial, quase sensacionalista, empregado em praticamente todas as edições anteriores. Os apoiadores de Collor eram tachados de "esquadrão da morte" e este, por sua vez, era acusado de partícipe de um "consórcio monetário", remetendo a assuntos alheios ao terreno político.

Havia ainda na edição, um artigo de Marcos Sá Corrêa intitulado "Casa da Dinda & Senzala", numa alusão à clássica obra de Gilberto Freire, "Casa Grande e Senzala", o qual fora concluído com a seguinte frase: "Está no poder, portanto, a descendência direta dos aristocratas que enquanto durou a escravidão, mandavam despejar na rua, em grandes tinhas chamadas tigres, o esgoto dos senhores. E ainda viam nisso uma prova de que porcos eram os escravos".³⁷³ A insinuação, portanto, era de que Collor descendia desses aristocratas, vistos pelo autor como "porcos".

Em agosto outras três capas de *VEJA* destinaram-se à cobertura do caso PC/Collor. A primeira, publicada no dia 5, foi ilustrada com uma foto do ex-secretário de Collor, Cláudio Vieira, e intitulou-se "A farsa uruguaia".³⁷⁴ As matérias explicaram um suposto esquema montado para inocentar o Presidente das inúmeras acusações que lhe haviam sido feitas, dentre as quais, a de que o dinheiro utilizado para a reforma da Casa da Dinda (residência de Collor em Brasília), cerca de dois milhões e meio de dólares, teria sido proveniente de atividades ilícitas.³⁷⁵ Aí, veiculou-se avaliações sobre o depoimento de

³⁷² **id.**

³⁷³ **ibid.**, p. 31.

³⁷⁴ *VEJA. A farsa uruguaia*. São Paulo: Editora Abril, 5 de agosto de 1992. n° 1.246.

³⁷⁵ O suposto esquema, denunciado por Sandra Fernandes de Oliveira, foi, segundo ela, denominado por seus articuladores de "Operação Uruguai". A secretária declarou na CPI, que havia sido armada uma farsa nas dependências do escritório de seu patrão e que de sua posição pôde constatar a maior parte do processo, colocando Collor novamente em situação de perigo, pois a CPI ganhou novo ímpeto depois de seu depoimento. Após sua importante participação nas investigações da CPI, Sandra de Oliveira lançou um livro, intitulado "Operação Uruguai: o flagrante da farsa", onde contou com detalhes todo o processo que a levou a denunciar seus patrões.

Cláudio Vieira à CPI, tendo o depoente afirmado que a verba para as reformas na Casa da Dinda teria sido emprestada de uma empresa uruguaia.

Entretanto, após o depoimento à CPI, de uma secretária do escritório do empresário Alcides Diniz, Sandra Fernandes de Oliveira, descobrir-se-ia que se tratava de um esquema para inocentar Fernando Collor, o qual teria sido montado com a conivência e participação, dentre outros, do próprio Alcides Diniz, anfitrião de Collor no *reveillon* de 1990, e de um doleiro uruguaio chamado Najun Turner. Nesse sentido, *VEJA* avaliou que a chamada "farsa uruguaia" colocava o Presidente entre duas situações, ambas incriminatórias: caso as declarações e provas apresentadas por Cláudio Vieira à CPI fizessem parte de um esquema fabricado para inocentar o Presidente e desviar as atenções para outro foco, atestar-se-ia que o dinheiro chegado às mãos de Collor era, provavelmente, de origem ilícita; por outro lado, se as declarações fossem verdadeiras, envolveriam o Presidente com um doleiro e comprovariam que pagava suas contas com dinheiro levantado em empresas fantasmas num paraíso fiscal. A esse respeito, *VEJA* afirmou: "Difícil avaliar o que é pior para Collor: que Vieira tenha realmente dito a verdade ou que seu depoimento seja uma farsa tão grande quanto o empréstimo uruguaio".³⁷⁶ Ficava claro o posicionamento da revista, segundo o qual Collor era incriminado em quaisquer das hipóteses aventadas, não lhe restando qualquer possibilidade de desvencilhar-se desse invólucro.

Sob a ótica do periódico, mantendo-se na linha de abordagem ferrenhamente crítica ao Presidente, não havia alternativa favorável a ele, já que todos as evidências apontavam-no como corruptível. Portanto, o caminho mais certo naquele momento era o de que o processo envolvendo Fernando Collor chegasse à Câmara dos Deputados, ou seja, o de que a CPI votaria favoravelmente a seu *impeachment* e que o próprio Presidente tinha consciência disso.

Nessa mesma direção, destacava-se no início de uma das reportagens, intitulada "Aposta-se o mandato", uma fotografia de Collor de perfil no Forte Coimbra. Na parte inferior dessa fotografia aparecia uma legenda que dizia "... só pela sorte". A insinuação era de que só a "sorte" poderia livrar o Presidente de ser julgado na Câmara dos Deputados. *VEJA* também teceu-lhe críticas mais acintosas, afirmando: "Fernando Collor no Forte Coimbra: banalidades de um presidente fraco para ser fotografado entre fardas enquanto as

³⁷⁶ Ouro Collorido. *VEJA. A farsa uruguaia*. São Paulo: Editora Abril, 5 de agosto de 1992. nº 1.246. p. 22.

mentiras fazem oposição e situação se entenderem".³⁷⁷ O Presidente era peremptoriamente tachado de "fraco" pelo periódico.

Críticas mais abertas também podiam ser observadas numa das matérias, em que Marcos Sá Corrêa assim se referiu ao Presidente e aos acontecimentos daquela semana:

Posta na trilha da corrupção, a CPI colhe mentiras. E cada mentira arranca de Collor, senão uma fatia de mandato, pelo menos um pedaço irrecuperável do presidente que se elegeu em 1989. Ao voto popular, concorreu o caçador de marajás, o Indiana Jones, o demolidor de cartéis e o arrebenta-partido. Ao combate contra o impeachment, empurra-se o refém de um amontoado de histórias mal contadas e amizades implausíveis. Troca-se, no processo, o mito que funcionou nas urnas por mentiras que só funcionam como moeda de toma-lá-dá-cá.³⁷⁸

Percebia-se, novamente, que os mesmos artifícios utilizados no sentido de distribuir afetos positivos a Collor, quando das eleições presidenciais, como de associá-lo à alcunha de "caçador de marajás", ou de "Indiana Jones", agora eram utilizados em tom jocoso e irônico, adquirindo uma conotação negativa. Além do enfraquecimento político do Presidente era encenada sua fraqueza moral e física, bem como era destacada, mais uma vez, a possibilidade da perda de seu mandato. Os termos empregados pelo jornalista no tratamento do assunto, também conservavam a coloquialidade, buscando facilitar sua inteligibilidade por parte dos consumidores. Por exemplo: "fatia de mandato", "combate", "refém", "moeda" e "toma-lá-dá-cá".

No interregno entre esta e a próxima edição destacando o caso PC/Collor na capa, Fernando Collor cometeu um erro crucial na tentativa de atrair a atenção da opinião pública a seu favor, convocando seus eleitores para uma manifestação "verde-amarela", a realizar-se num domingo, 16 de agosto. O verde e o amarelo, presentes na bandeira nacional brasileira, haviam sido largamente utilizados durante a campanha presidencial de Collor, ligando sua performance midiática a um pretendido nacionalismo modernizado. Nos cartazes, panfletos e *outdoor's* da campanha do PRN, o sobrenome do presidencial (Collor), invariavelmente aparecia com os dois "L" (eles), envergando ambas as cores (verde e amarelo). Contudo, o resultado pretendido pela convocação, feita pela tevê no dia 13 de agosto, saiu às avessas, pois os partidos de oposição, destacadamente o PT, o PMDB

³⁷⁷ CORRÊA, Marcos Sá. Aposta-se o mandato. VEJA. **ibid.**, p. 18-19.

³⁷⁸ **ibid.**, p. 19.

e o PSDB, aproveitaram o ensejo e convocaram a população a vestir "preto", em forma de protesto contra a corrupção (daí a denominação atribuída ao episódio, "Domingo Negro").

No dia pré-determinado pelo Presidente, estudantes, particularmente secundaristas, pintaram o rosto de preto em sinal de protesto (ficando conhecidos por este gesto como "caras-pintadas"), ocupando ruas e praças em todo o país. Inicialmente parecia ressurgir o clima das "Diretas Já", mas gradativamente via-se um novo fenômeno. Os jovens não aparentavam optar entre esquerda e direita, ou entre este ou aquele partido político. Parecia naquele instante existir um sentimento maior, abrangendo um movimento dito pela ética na política, mostrando uma população cansada pela sucessão de escândalos.³⁷⁹ Por outro lado, o papel dos partidos de oposição e dos sindicatos foi fundamental para o sucesso das manifestações, visto que boa parte dos estudantes só passou a engrossá-las na medida em que foram incentivados a fazê-lo, sobretudo através das articulações de alguns partidos políticos, que disponibilizaram inclusive caminhões de sons para os protestos.

Tais manifestações foram motivo de capa da *VEJA* publicada no dia 19 de agosto, a qual tratou principalmente dos protestos anti-Collor que se seguiram ao "Domingo Negro", sendo ilustrada com uma foto de estudantes secundaristas do Colégio São Vicente de Paulo (curiosamente um dos que Collor havia estudado), empunhando uma faixa em que se podia ver uma camiseta listrada com o número "171", imitando os "Irmãos Metralha", conhecidos personagens de *Walt Disney*. O número (171), que no Código Penal refere-se à lei que estabelece como crime o ato de iludir outrem com o objetivo de aproveitar-se financeiramente do engodo, e os dizeres "bonita camisa Fernandinho", aludindo à fala de uma personagem de programa humorístico brasileiro daquele período, que buscava ironizar as camisas de grife de Fernando Collor, buscavam satirizar o personagem de forma burlesca, tachando-o intrinsecamente de enganador e criminoso. O título desta edição foi "Anjos rebeldes: colegiais na rua pedem a saída de Collor".³⁸⁰

³⁷⁹ TEIXEIRA DA SILVA. *op. cit.*, p. 362-363.

³⁸⁰ *VEJA. Anjos rebeldes*. São Paulo: Editora Abril, 19 de agosto de 1992. nº 1.248. A população, já a partir de agosto, passou a tomar ruas e praças do país, desde as grandes capitais até pequenas cidades interioranas, reunindo a cada encontro 30, 40, ou até 300 mil manifestantes, como foi o caso do Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo no dia 18 de setembro. Os estudantes de todo o país mobilizaram-se liderados pelas entidades estudantis, e ficaram conhecidos como "caras pintadas". Em Curitiba, eles reuniram cerca de 45 mil pessoas nas avenidas do centro, na maior manifestação da história da cidade, superando até mesmo os cerca de 40 mil presentes ao comício das "Diretas Já", em 1984.

A capa subsequente, última publicada em agosto e terceira daquele mês dedicada ao caso PC/Collor, intitulou-se "O Brasil renuncia a Collor", emoldurando novamente o Presidente da República.³⁸¹ Collor apareceu numa imagem enigmática, aparentemente, uma fotomontagem, que tendia para o desenho ou a caricatura, tendo sido retratado do peitoral para cima e de frente para o leitor. Sua cabeça e seu pescoço haviam sido escurecidos, pintados de preto, enquanto o restante, ou seja, partes do terno, da camisa e da gravata, continuaram coloridas. Atrás dessa imagem, aparecia uma porção da bandeira do Brasil e um quadro azul, simulando uma tela de tevê, ou, simplesmente, um fundo azulado. Num olhar mais demorado, acreditar-se-ia tratar-se de uma fotomontagem a partir de uma imagem de Collor na televisão. Na verdade tratava-se de um trabalho da editoria de arte do periódico, que visou imitar a imagem de um pronunciamento do Presidente na tevê, porém sem rosto, quicá, simbolizando uma espécie de "vazio" de poder.

Além de novamente negar a imagem do Presidente, que teve o rosto obscurecido, a encenação de *VEJA* era de uma espécie de inversão em relação aos discursos anteriores proferidos pelo próprio periódico, em que a hipótese de renúncia de Collor fora insistentemente aventada. Agora, na visão da revista, como Collor não renunciava, o Brasil é que renunciava a ele.³⁸²

Centralizadas na representação da cabeça do personagem, surgiam duas legendas. A principal, escrita em cor branca, letras grandes e subdividida em três linhas, dizia: "O BRASIL RENUNCIA A COLLOR". Já a segunda, logo abaixo da anterior, escrita em vermelho, letras menores e também subdividida em três linhas, ressaltava: "A voz do povo chega ao Congresso". O nome da revista aparecia em vermelho, havendo ainda duas chamadas secundárias, raridade nas capas do periódico.

A primeira chamada, escrita em preto, no canto superior esquerdo, que formava um triângulo branco, dizia: "Fleury quer 1 milhão nas ruas pelo impeachment". A segunda, inversamente à anterior, escrita em cor branca, no canto inferior direito da capa, o qual formava um triângulo preto, dizia: "É o fim: Collor e PC sacaram na véspera do confisco. A primeira referia-se às articulações do então governador de São Paulo, no sentido de estimular a população a aderir às manifestações contrárias ao Presidente da República,

³⁸¹ *VEJA. O Brasil renuncia a Collor*. São Paulo: Editora Abril, 26 de agosto de 1992. nº 1.249.

³⁸² FERREIRA, Soraya Venegas. *op. cit.*, p. 93.

enquanto a segunda dizia respeito às denúncias de que PC Farias e Collor haviam sacado milhares de dólares de suas contas bancárias na véspera do confisco, decretado no dia subsequente à posse do Presidente, em 15 de março de 1990.

Fig. 23: capa de 26/08/1992 - edição nº 1.249



A capa era impactante, chamando a atenção dos consumidores no sentido de depreciar a imagem do Presidente da República. A cabeça de Collor fora escurecida, como se uma sombra a encobrisse, encenando-se uma negação da imagem do personagem. A legenda principal trazia implícita a mensagem de que, se Collor não renunciava a seu mandato, a alternativa mais plausível para o desfecho do episódio naquele momento, o Brasil renunciaria a Collor. *VEJA* emitia sua mensagem como se não falasse em seu nome, mas no de seus leitores, no limite, de toda a população do país. Além das legendas, que causavam tal impressão, atrás da figura do personagem aparecia uma parte da bandeira nacional, o que reforçava tal intento.

As chamadas secundárias (os *slash's*), combinando com as cores empregadas na capa, também estabeleciam uma contraposição: de um lado o branco, cuja mensagem era "Fleury quer 1 milhão nas ruas pelo impeachment"; de outro o preto, com os dizeres "É o fim: Collor e PC sacaram na véspera do confisco". A impressão causada era de que Fleury e *impeachment* simbolizavam limpeza, probidade, pureza, renovação e honestidade, enquanto Collor e PC Farias significavam o fim de um ciclo, trevas e um período obscuro da história brasileira.

Na matéria escrita enfatizou-se mais uma vez a mobilização popular pelo *impeachment* do Presidente. Observou-se aí que, segundo a revista, as primeiras manifestações populares pró-*impeachment* haviam sido "espontâneas", ou seja, sem a participação da imprensa ou dos partidos políticos, mas que, a partir daquele momento, passariam a ser organizadas pelos partidos oposicionistas ao governo.

Todas as reportagens, que no total chegaram a 19 páginas, mais uma vez abordaram o assunto como se tratassem de uma "guerra", no sentido denotativo da palavra. A primeira matéria, que tratou sobre uma das chamadas secundárias da capa, na qual o então governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, decidira se mobilizar pelo *impeachment* de Collor, por exemplo, foi intitulada "As vozes da Guerra" e já em seu início *VEJA* afirmou: "Agora, é a guerra. (...) será disputada em três frentes. No Congresso, nas ruas e no Planalto".³⁸³ Sobre as manifestações populares refratárias ao apelo por apoio do Presidente, o periódico avaliou que o governo já percebera a dificuldade em se inverter tal

³⁸³ As vozes da guerra. *VEJA. O Brasil renuncia a Collor*. São Paulo: Editora Abril, 26 de agosto de 1992. nº 1.249. p. 18.

situação e que, portanto, os governistas apontavam que a solução seria "tumultuar" a votação do relatório da CPI, que aconteceria na quarta-feira seguinte. De acordo com a revista: "Na trincheira do governo, a batalha nas ruas é dada por perdida".³⁸⁴

Observe-se que ao tratar do assunto *impeachment*, a revista lançou mão de recursos metafóricos os mais variados, todos relacionados a uma situação de beligerância, temática freqüentemente utilizada em inúmeras edições anteriores, em que o campo político fora transformado num terreno bélico. Aqui, o governo era veiculado com um beligerante "entrincheirado", "acoado" pela onda pró-*impeachment*.

Na matéria seguinte, intitulada "A voz da CPI", tratou-se a respeito da outra chamada secundária ("É o fim..."), apontando que Collor e PC Farias haviam sacado cerca de 260.000 dólares na véspera do confisco bancário executado pelo governo no dia subsequente ao da posse do Presidente. Sobre esse episódio *VEJA* avaliou:

O confisco do dinheiro foi uma maluquice econômica que arrasou a vida do cidadão que guardava suas economias na poupança, prejudicou empresários que ficaram sem dinheiro para honrar a folha de salários e em nada ajudou para vencer a inflação. (...) Verificou-se agora, na CPI, que também é um escândalo policial, um vexame moral para o presidente e um acinte ao país. O Brasil suportou o sacrifício. (...) Todos saíram prejudicados, exceto os espertalhões, Collor e PC.³⁸⁵

O periódico voltava a criticar duramente o confisco, bem como a atitude do Presidente e de seu caixa de campanha, tachando-os de "espertalhões" que deveriam ser caso de polícia por terem "afrontado" o país. Lembre-se que *VEJA* encenara críticas amenas ao Presidente logo após o confisco bancário em março de 1990, retornando em seguida, tanto na edição que tratou da posse como em outras subsequentes, a elogiá-lo sobremaneira, destacando a firmeza e a autoridade em suas atitudes. Recorde-se ainda, que provavelmente a maior parte do público do periódico fora atingido pelo confisco, o qual realmente não surtiu o efeito pretendido após sua implementação. Entretanto, se antes tal iniciativa fora quase ignorada, neste momento o periódico se apropriava desse episódio, o saque efetivado pelo Presidente e PC Farias, para encenar uma "reconciliação" definitiva com seu público consumidor, tecendo o caminho inverso em relação ao "caçador de marajás", buscando simular indignação em relação às atitudes de Fernando Collor.

³⁸⁴ *ibid.*, p. 19.

³⁸⁵ A voz da CPI. *VEJA. O Brasil... op. cit.*, p. 22.

Destacava-se ainda nessa edição a matéria intitulada "A voz do bunker", que, desde o título, manteve a mesma linha de abordagem de um conflito armado. *VEJA* referiu-se à Casa da Dinda como "*bunker*", especificando, inclusive, tratar-se de uma expressão militar utilizada para designar um abrigo reforçado à prova de bombardeios. O periódico veiculou a notícia de que Collor havia passado o "Domingo Negro" "escondido" atrás da bandeira nacional, abrigado em sua residência, protegida por cinco barreiras da Polícia Militar. Daí a expressão, "*bunker*". Segundo a revista, a "barricada" (barreiras), havia impedido que os protestos se aproximassem da Casa da Dinda. E completou: "Collor faz o possível para dar a impressão de que tudo vai bem no bunker".³⁸⁶

Por fim, avaliou-se que a matéria principal, a mais longa da série, intitulada "A voz das ruas", corroborou o que havia sido veiculado na capa, na visão do periódico, que o Brasil "renunciava" a Collor. O periódico enfatizou as manifestações contrárias ao governo, mostrando uma série de imagens feitas em algumas cidades importantes do país e detalhando o que se fez nos protestos, chamando a atenção ainda, para as próximas mobilizações, que estavam marcadas para a semana subsequente. *VEJA* também destacou a suposta "espontaneidade" da primeira mobilização popular, encabeçada por estudantes secundaristas, mas, sob sua ótica, contando com a participação de representantes de diversos setores e classes sociais. De acordo com a revista: "A idéia brotou como um reflexo automático, espalhou-se com a velocidade de boato na bolsa e a alegria de uma anedota irresistível depois que, na quinta-feira 13, Collor fez o apelo verde-amarelo".³⁸⁷

³⁸⁶ A voz do bunker. *VEJA. O Brasil... op. cit.*, p. 26.

³⁸⁷ A voz das ruas. *VEJA. O Brasil... op. cit.*, p. 34-35.

3.2 - De caçador de "marajás" a "marajá" cassado: o *impeachment* de Fernando Collor

À medida que se aproximava a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados *VEJA* se desdobrava em cobrir com mais afinco o assunto. Prova disso era que todas as capas do mês de setembro dedicaram-se à cobertura do *Collorgate*, sendo a primeira delas publicada em 2 de setembro de 1992. Nesta, que continuou abordando-o como um conflito bélico, Collor teve apenas seu nome citado, numa das três sublegendas, que dizia que ele partiria para o "contra-ataque". Esta capa foi intitulada "A guerra do impeachment" e mostrava mãos pintadas e espalmadas no ar, provavelmente, de estudantes num protesto anti-Collor. Lançada uma semana depois da votação na CPI que investigava o caso PC/Collor, a edição, dentre outras coisas, ocupou-se em noticiar e comentar a aprovação pelo *impeachment* do Presidente na CPI.

Aí, destacar-se-ia que, de acordo com a leitura do relatório elaborado pelo Senador Amir Lando, constatou-se e indicou-se o envolvimento de Collor em crimes que juntos poderiam somar cerca de dezoito anos de prisão. O Presidente foi acusado de ter cometido cinco tipos de delitos: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, formação de quadrilha e estelionato. De acordo com as acusações e a legislação em vigor, os crimes atribuídos a cidadãos comuns se somariam aos crimes políticos, sendo possível a condenação de Collor nas duas instâncias. A CPI decidiu levar a questão adiante com 16 votos a favor do processo de *impeachment* e 5 contra, dos 22 parlamentares que dela participaram. Após estes resultados, ficou sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados decidir, através de uma nova votação, se o processo chegaria à sua última instância, ou seja, se o Senado Federal deveria finalmente votar sobre o *impeachment* do Presidente.

A edição também apresentou, já no início, um editorial, segundo Conti, o primeiro e único da história do periódico, intitulado "O presidente deve sair", no qual se reclamava a saída de Fernando Collor de Mello da Presidência da República.³⁸⁸ A justificativa do periódico para tal encenação, embasava-se numa gama de questões. Segundo a revista, Collor havia sido complacente com a corrupção que assolava a administração federal, além de ter sido seu incentivador. Ademais, o Presidente havia traído a confiança dos eleitores e

³⁸⁸ CONTI, Mario Sergio. *op. cit.*, p. 658.

perdido a autoridade moral perante a nação. De acordo com *VEJA*, deveria ser substituído pelo vice, Itamar Franco, e a melhor solução seria a renúncia do Presidente. Caso não se desse dessa forma, restava o processo de *impeachment*, que deveria ser levado até o fim.

Observe-se que *VEJA* manteve o tom incisivo em relação ao Presidente da República, o qual apareceu como corrupto, corruptor, traidor e amoral, no único editorial da história do periódico.

Termos peculiares a uma situação bélica apareceram durante toda a abordagem, a começar pelo título da primeira matéria escrita, que era: "Collor sai do bunker". Tal reportagem tratava, sobretudo, dos resultados da CPI e das primeiras manifestações públicas do Presidente após um curto período longe dos holofotes da mídia. Interessante notar a maneira como o assunto foi tratado. Segundo *VEJA*: "Desenganado pelos principais médicos da política brasileira, a automobilização de Collor produziu seus primeiros efeitos antes mesmo de o pronunciamento ir ao ar."³⁸⁹ A encenação, implícita na afirmação, era de que Collor fora "mortalmente" ferido na "guerra" pelo seu *impeachment*, tendo sido "desenganado" pelos "médicos da política brasileira".

Outro destaque na edição foi um pequeno artigo intitulado "duela a quien duela", na qual se falou de uma entrevista gravada por Collor para o programa "Tiempo Nuevo 92", da TELEFE, principal canal de televisão de Buenos Aires, capital da Argentina. A entrevista, gravada na véspera da votação na CPI, foi captada pela antena parabólica do jornal gaúcho *ZERO HORA*, que a repassou no dia seguinte ao *Jornal Nacional* da *REDE GLOBO*, sendo por este transmitido para todo o Brasil. Collor, durante a entrevista que fora ao ar na íntegra, isto é, sem a devida edição, além de bocejar e fungar várias vezes, afirmou que não havia crise em seu governo e que seu mandato não corria perigo. Disse também que havia determinado a punição dos corruptos, complementando com "duela a quien duela", com a intenção de ressaltar, em espanhol, "doa a quem doer", utilizando-se, portanto, de termos errôneos naquele idioma.

VEJA aproveitou o ensejo para, novamente, satirizar e criticar acidamente o personagem. Em suas palavras: "O presidente Collor, que já foi considerado um gênio do marketing político, protagonizou na semana passada um vexame televisivo

³⁸⁹ A voz do bunker. *VEJA*. **op. cit.**, p. 21.

internacional".³⁹⁰ A revista também ressaltou que o presidente abusara de um "portunhol sofrível" durante a entrevista. Lembre-se que em dado momento, quando ainda eram distribuídos afetos positivos ao personagem, a revista afirmara que Collor se comunicava bem em várias línguas, característica que agora era refutada.

Nesse momento, pode-se dizer, *VEJA* já havia posto em prática o lema do "discurso antecipatório" quanto à queda do Presidente. De acordo com Rodrigo Andrade, "era uma época tranqüila", sempre com um mesmo assunto: "era simplesmente tentar usar a imagem de uma pessoa que significa um poder que está corrompido".³⁹¹ Segundo o capista, a partir de então inúmeras capas foram concebidas antecipadamente, algumas delas com até um mês de antecedência.³⁹²

Na semana seguinte, outra capa foi dedicada a Collor, porém numa menção indireta a ele, trazendo uma imagem do jardim da residência da família Collor de Mello em Brasília, e o título "O Jardim do Marajá da Dinda".³⁹³ Apenas o nome do Presidente apareceu no subtítulo da edição, que dizia: "As mentiras de Collor sobre a reforma de 2,5 milhões de dólares em sua casa". Nessa edição, procurou-se explicitar, dentre outros fatos, a suposta verdade sobre a construção do jardim da residência particular de Fernando Collor em Brasília, que, segundo denúncias, teria custado cerca de 2,5 milhões de dólares.³⁹⁴ Percebia-se que o mesmo adjetivo utilizado por Collor, ao lançar-se como candidato à Presidência da República e destacado na primeira capa de *VEJA* a ele destinada ("Collor de Mello: o caçador de marajás"), agora aparecia de maneira a realizar uma paródia irônica em relação ao Presidente. Segundo o periódico, o "caçador de marajás" tornara-se, ele próprio, um "marajá", construindo um jardim "faraônico" em suas dependências, com dinheiro ilícito. Outro termo peculiar nas abordagens do personagem, também destacado nessa edição, refere-se ao codinome atribuído à sua residência, "Casa da Dinda", o qual foi freqüentemente utilizado pelo periódico, invariavelmente em associações negativas, provavelmente, por tratarem-se de termos fortes e facilmente absorvíveis.

³⁹⁰ "Duela a quien duela". *VEJA. A Guerra... op. cit.*, p.28.

³⁹¹ FERREIRA, Soraya Venegas. *op. cit.*, p. 16.

³⁹² *id.*

³⁹³ *VEJA. O jardim do marajá da Dinda*: as mentiras de Collor sobre a reforma de 2,5 milhões de dólares em sua casa. São Paulo: Editora Abril, 09 de setembro de 1992. nº 1.251.

³⁹⁴ *id.*

Fig. 24: capa de 09/09/1992 - edição nº 1.251



Uma das curiosidades dessa edição, é que, além da nova negação da imagem do Presidente, substituído por seu jardim, nas matérias escritas percebeu-se a negação do próprio sobrenome do personagem. Se antes o periódico invariavelmente utilizava-se do termo Collor, ou Collor de Mello, referindo-se ao Presidente, agora simplesmente o chamava de Fernando Affonso. Na primeira reportagem, intitulada "As cachoeiras da

corrupção", a revista utilizou-se de tal denominação por cerca de dez vezes, enquanto que a anterior praticamente desapareceu das veiculações.

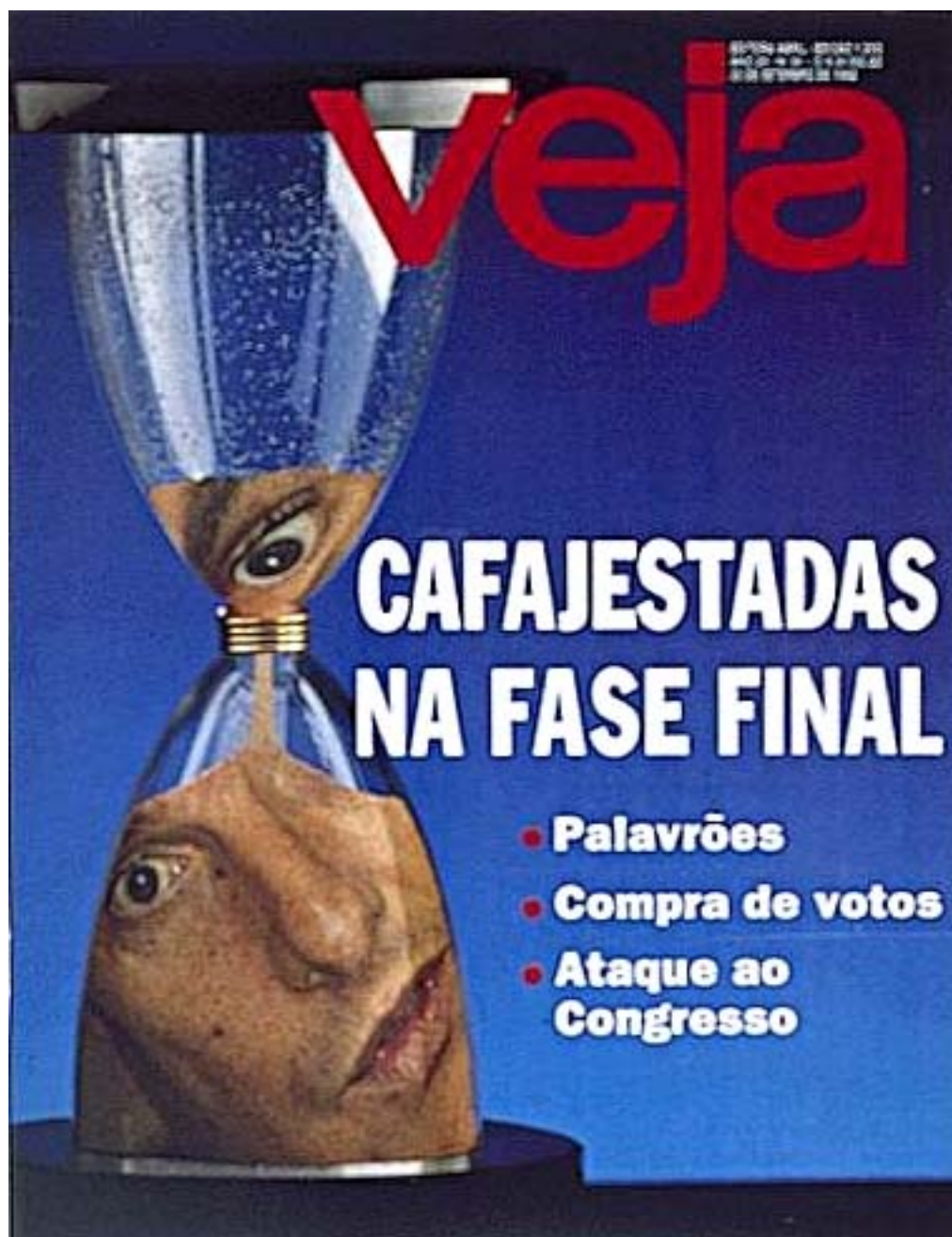
Nessa edição, também ficava claro o ponto de vista do periódico, naquele momento, quanto aos possíveis resultados da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Como as decisões que determinariam as regras de tal procedimento ainda não haviam sido definidas, o periódico encenava uma espécie de "descrença" na aprovação do impedimento do Presidente pelos deputados. Nesse ínterim, a revista lançou a pergunta: "Os dias de Collor estão contados?" E respondeu decisivamente à sua própria questiúncula: "Não". Interessante era a maneira como tal ótica era propalada. De acordo com o periódico o Presidente ainda "respirava", já que no início da semana era um "paciente terminal", "vegetando através de aparelhos numa UTI política". Para a revista, a "moléstia" de Collor não era um "infarto", mas uma "metástase cancerígena".³⁹⁵ Note-se que as analogias quanto à "saúde" política do Presidente, invariavelmente tendiam para a negatividade. Collor fora "ferido" mortalmente, "vegetava" numa UTI (Unidade de Terapia Intensiva), e, se não tinha "infartado", era um "canceroso".

Tal simulação metafórica e coloquial, de incerteza quanto aos resultados da votação na Câmara dos Deputados, manteve-se na capa de 23 de setembro a qual também veiculou uma imagem do Presidente. Esta edição foi intitulada "Cafajestadas na fase final", ilustrando uma imagem minuciosamente elaborada, na qual aparecia uma espécie de "ampulheta" (instrumento muito antigo, composto por dois cones de vidro sobrepostos pelo vértice, no qual certa quantidade de areia fina, escoando de um compartimento ao outro, mede o tempo), com o rosto de Collor escorrendo de um lado ao outro do objeto. Na fotomontagem, a maior parte do rosto do personagem se encontrava na parte inferior da ampulheta, restando apenas alguns resquícios na parte superior, como um dos olhos e parte da sobrancelha. A representação era de que o tempo de Collor se esgotava, restando pouco para que chegasse ao fim, numa menção à votação pelo *impeachment* do Presidente na Câmara dos Deputados, que se aproximava. Entretanto, por tratar-se de uma ampulheta, a contagem do tempo poderia renovar-se a qualquer momento. Para isto, bastava que o objeto fosse virado ao contrário, demonstrando, portanto, que naquele momento pairava uma

³⁹⁵ O presidente respira. VEJA. *O jardim ... op. cit.*, p. 28.

"incerteza" quanto aos resultados da votação. Tanto o processo de *impeachment* poderia ser levado adiante, quanto poderia ser interrompido pelos deputados.

Fig. 25: capa de 23/09/1992 - edição nº 1.253



Na parte superior da ampulheta, também havia inúmeras partículas suspensas, representando grãos de areia, no caso fragmentos do rosto do personagem. Porém,

curiosamente, devido ao formato do objeto e dos próprios fragmentos, adquiriam a aparência de pequenas borbulhas numa taça de *champagne*, características desse tipo de bebida comumente consumida em momentos comemorativos. A encenação seria de que assim que todo o rosto de Collor passasse de um lado ao outro da ampulheta, ou seja, que o tempo do Presidente se esgotasse, restaria comemorar. Tal perspectiva era ainda reforçada pelas cores empregadas na imagem, na parte superior um azul marinho, que clareava à medida que se avançava para a parte inferior, num efeito "degradê". A representação seria de que do escuro se passava ao claro, na mesma medida em que o tempo de Collor se esgotava, isto é, a encenação de que a saída de Collor da Presidência proporcionaria uma catarse da situação política nacional.

Além disso, as cores eram muito chamativas, atraentes aos olhos dos consumidores, misturando o azul do fundo, ao vermelho do nome do periódico e ao branco das legendas. Estas estavam dispostas da seguinte maneira: "CAFAJESTADAS NA FASE FINAL", escrita em letras grandes, em cor branca, subdividida em duas linhas e, aproximadamente, no centro da capa; "Palavrões", "Compra de votos" e "Ataque ao Congresso", vinham logo abaixo da principal, subdivididas em três linhas, escritas em letras menores e da mesma cor da anterior, branco. A capa era monotemática.

Segundo Rodrigo Andrade, esta foi a capa tecnicamente mais complexa do período, além de ter sido a que levou mais tempo para ser confeccionada e aprovada.³⁹⁶

Percebia-se ainda que, além da alusão ao fim do tempo de Collor na Presidência, demonstrada pela fotomontagem, as legendas também se destinaram a denegrir a imagem do personagem, veiculando termos coloquiais na abordagem do assunto político. Collor era acusado pelo periódico de "cafajestadas" na fase final do processo investigado e votado na CPI, tendo distribuído "palavrões", "comprado" votos e "atacado" o Congresso Nacional.

Na matéria escrita, manteve-se o tom irônico e crítico ao Presidente. Segundo *VEJA*: "Com o discurso mais chulo e ofensivo da história dos presidentes brasileiros, Collor tenta jogar a crise na fogueira do confronto".³⁹⁷ A declaração se referia a um discurso feito pelo Presidente durante um jantar realizado em Brasília, reunindo inúmeros partidários do governo. Segundo o periódico, Collor já tinha tentado uma "trapaça", com a farsa do

³⁹⁶ FERREIRA, Soraya Venegas. *op. cit.*, p. 16.

³⁹⁷ A carta da histeria. *VEJA*. **Cafajestadas na Fase Final**. São Paulo: Editora Abril, 23 de setembro de 1992. nº 1.253. p. 16.

empréstimo no Uruguai, "apostado" o povo, na convocação para o manifesto de verde e amarelo em sua defesa, e "comprado" deputados. Agora, investia na "histeria", "disparando" palavrões como um "cafajeste" e "distribuindo insultos a uma seleta de adversários".³⁹⁸ Para a revista, tratavam-se de ações "descabeladas", de um inesperado "lance" de um personagem que "caía" gravemente enfermo no "último ato", habitual nas tragédias do teatro. Como se podia observar, o discurso do periódico em relação ao personagem tornava-se gradualmente mais inclemente, além de coloquial ao extremo, chegando a beirar a vulgaridade nesse momento.

Além da matéria sobre o discurso feito pelo Presidente uma semana antes, a revista trouxe outra reportagem sobre Lafaiete Coutinho, presidente do Banco do Brasil, que fora afastado da Fundação do Banco do Brasil. Essa matéria foi assim intitulada: "Por decisão judicial: o governo tenta comprar consciências na Câmara, mas perde a dinheirama de Lafaiete, que a justiça afastou da Fundação Banco do Brasil".³⁹⁹ Note-se o tom agressivo em relação ao personagem em questão, também ligado ao governo, o qual inúmeras vezes fora tachado de "cangaceiro" pelo periódico. Tal encenação de ataque ao governo manteve-se durante praticamente toda a matéria. De acordo com *VEJA*:

Com um presidente desmoralizado, incapaz de inspirar confiança sequer em seus aliados, os únicos argumentos do Planalto são o dinheiro, a cafajestada, e a truculência. E tem de ser aqui e agora, pois se o impeachment for aprovado, Collor é afastado e não terá meios para se vingar de quem abandoná-lo.⁴⁰⁰

Observe-se que, a partir de vocábulos comuns do cotidiano, o periódico encenava uma "convocação", um verdadeiro incitamento à mobilização de seus leitores pelo *impeachment* do Presidente, afirmando que caso ele fosse afastado da Presidência, não seriam possíveis "represálias" àqueles que deixassem de apóia-lo, posicionando-se contrariamente ao governo. Na passagem ficava implicitamente demonstrado o temor do próprio periódico enquanto possível alvo de sansões e perseguições por parte do governo se Collor não sofresse o *impeachment*, sobretudo, por ter sido um dos meios de comunicação mais vorazes nas veiculações negativas do governo durante o mandato de Fernando Collor

³⁹⁸ **id.**

³⁹⁹ Por decisão judicial. *VEJA. Cafajestadas na Fase Final*. São Paulo: Editora Abril, 23 de setembro de 1992. nº 1.253. p. 22.

⁴⁰⁰ **ibid.**, p. 24.

através da cobertura do *Collorgate*, além de ter sido a precursora das denúncias do irmão do Presidente, Pedro Collor.

Nas reportagens escritas, que somavam 20 páginas, a questão do *impeachment* voltou a ser tratada como uma verdadeira "guerra", sendo veiculado, inclusive, um quadro estimativo das possibilidades de aprovação pela cassação do mandato do Presidente na Câmara dos Deputados, simulando uma situação de conflito armado. Aí foram dispostos inúmeros personagens, prós e contra o *impeachment*, em desenhos e caricaturas cômicas, sob títulos e legendas sugestivas, que parodiavam uma situação bélica de verdade. O próprio título denotava tal intenção, e dizia: "As forças na guerra do impeachment".⁴⁰¹ Também se veiculou a notícia do internamento da mãe do Presidente, Leda Collor, que sofrera um bloqueio elétrico no coração, além de uma entrevista com Paulo César Farias, intitulada "A voz do vilão". Finalmente, na matéria intitulada "De volta às ruas", tratou-se dos manifestos populares pelo *impeachment* de Collor, que segundo o periódico, batiam recordes de público.

Em 30 de setembro, um dia depois da votação na Câmara dos Deputados, duas edições estamparam Fernando Collor. A primeira, sob o título "Chegou a hora", enfatizou as últimas nuances do processo que levaria à votação pelo *impeachment* do Presidente na Câmara dos Deputados.⁴⁰² A segunda, intitulada "Caiu", tratou, especificamente, sobre os resultados da dita votação, através da qual o processo favorável ao *impeachment* do Presidente foi encaminhado ao Senado federal.⁴⁰³

A explicação para duas edições publicadas com a mesma data, dever-se-ia ao fato de que não haveria tempo hábil para uma edição em que aparecessem tanto as matérias realizadas durante a semana que precedeu a votação, como os resultados desta. Por isso, *VEJA* lançou duas capas com a data de 30 de setembro de 1992, sendo que a segunda como edição extra. Esta foi previamente concebida, inclusive sua capa, confirmando o processo antecipatório posto em prática nas abordagens de *VEJA* durante esse último período, de desconstrução da imagem de Collor. Segundo Mario Sergio Conti, devido ao desgaste do

⁴⁰¹ *ibid.*, p. 25.

⁴⁰² *VEJA. Chegou a Hora*. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. nº 1.254.

⁴⁰³ *VEJA. Caiu*. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. nº 1.255. (edição extra).

Presidente, até aquele momento já se tinha a idéia de que Collor sairia da Presidência, portanto, a concepção antecipada da edição.⁴⁰⁴

Na primeira o personagem apareceu de costas, como se estivesse caminhando na direção oposta à do leitor. O título "CHEGOU A HORA", escrito em letras grandes e centralizadas, perpassando as costas de Collor, em cor branca, contrastando com o terno preto do personagem, causava a nítida impressão de que chegara o momento de Collor despedir-se da Presidência da República. Sob a ótica do periódico, o Presidente rumava para a "saída", para um destino incerto, já que o fundo era nublado, não se podendo distinguir o que figurava à frente do personagem. A capa era monotemática e o nome da revista apareceu escrito em vermelho, cor utilizada sem parcimônia pelo então capista do periódico, que a considera a cor gráfica por excelência.⁴⁰⁵ Segundo ele, (baseando-se no lema "o máximo de informação com menos elementos"), na confecção das capas veiculando Fernando Collor, este foi seu melhor trabalho, já que a considerou a capa "mais dramática e sintética de todas".⁴⁰⁶ Note-se que o periódico manteve-se na mesma linha de "negação" da imagem do Presidente, cujo rosto não era mostrado, podendo-se distingui-lo apenas por seus contornos e com o auxílio do texto que acompanhava a imagem.

Na reportagem principal, *VEJA* destacou as questões decididas pelo STF quanto à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, dentre as quais, a de que seria decidido pelo voto aberto. Na visão do periódico, esta teria sido a decisão mais acertada, já que propiciara uma inversão em relação às expectativas quanto ao resultado do pleito. Caso ficasse decidido que o voto seria secreto, a possibilidade de não-aprovação do *impeachment* ganharia força, mas, com a decisão de que o voto seria efetivamente aberto e de que a votação seria transmitida ao vivo pela televisão para todo o país, tal perspectiva caminhara no sentido oposto, ou seja, da aprovação.

De acordo com a revista, após as decisões do STF boa parte dos partidários de Collor haviam mudado de postura quanto ao voto que emitiriam na Câmara dos Deputados e, portanto, o governo se convencera de que o plenário lhe reservava uma derrota fragorosa. Assim sendo, para a revista, se organizava uma espécie de "operação-fuga", através da qual representantes do governo estariam se articulando no sentido de persuadir deputados a não

⁴⁰⁴ FERREIRA, Soraya Venegas. **op. cit.**, p. 13.

⁴⁰⁵ **ibid.**, p. 11.

⁴⁰⁶ **ibid.**, p. 15.

compareceram à votação, obrigando a um adiamento da mesma para depois das eleições municipais que realizar-se-iam no final do ano.

Fig.26: capa de 30/09/1992 - edição nº 1.254



Contudo, chamava a atenção a forma de abordagem do assunto. Segundo a revista, o governo se organizava no sentido de controlar a "debandada", já que os "amigos" estavam

abandonando o "navio". Para *VEJA* o PRN virara "poeira" e integrantes do círculo de aliados do governo conversavam sobre renúncia, pois temiam ser arrastados no "lixo político" de Collor.⁴⁰⁷ Observe-se que invariavelmente a política era abordada de forma coloquial, através de termos relacionados a assuntos alheios a esse terreno. Nesse sentido, destaca-se a seguinte afirmação: "Com o governo ziguezagueando como barata tonta, há os que abandonam o navio às pressas".⁴⁰⁸

A reportagem seguinte destacou o então deputado Ulysses Guimarães, que foi elogiado pelo periódico por suas iniciativas pró-*impeachment* de Collor. Parodiando a obra do grego Homero, "Odisséia", que narra as aventuras de um herói chamado Odisseu (Ulisses na tradução para o português), *VEJA* intitulou a matéria de "A epopéia de Ulysses", ressaltando as qualidades do parlamentar nos momentos críticos da política nacional. Nas palavras da revista:

Com um perfil de parlamentar que é ofuscado nas horas mornas de normalidade, mas cresce quando se avista uma confusão política no horizonte, Ulysses entrou em campo para jogar com a experiência dos seus 75 anos de idade e onze mandatos de deputado federal.⁴⁰⁹

Recorde-se que na edição que estampou Fernando Collor pela primeira vez ("O Caçador de Marajás"), Ulysses Guimarães lhe fora contraposto numa menção negativa, sendo identificado como "velho" e "manobrista". Porém, nesse momento, ao tomar partido a favor do *impeachment* de Collor, encenou-se uma veiculação favorável do político, visto como verdadeiro aliado pelo periódico. E os elogios análogos à obra homérica mantiveram-se. Segundo *VEJA*:

Ulysses trilhou os caminhos da prudência até se engajar na vanguarda do movimento pró-*impeachment*. No início, chegou a conversar com Collor duas vezes. (...) Por fim, constatou que não havia jeito: a solução era o *impeachment*. Com seu rumo definido, redescobriu o caminho de Ítaca.⁴¹⁰

Entretanto, o que mais chamou a atenção nessa edição, foi um artigo de opinião assinado pelo jornalista Elio Gaspari, intitulado "A queda reveladora". Aí, o autor afirmou

⁴⁰⁷ Collor tenta controlar a debandada. *VEJA. Chegou a Hora*. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. nº 1.254. p. 20.

⁴⁰⁸ *ibid.*, p. 21.

⁴⁰⁹ A epopéia de Ulysses. *VEJA. op. cit.*, p. 26-27.

⁴¹⁰ *ibid.*, p. 27.

que a "escandalosa" decadência do governo Collor se configurava como "um magistral retrato da política brasileira", na qual aconteceram coisas que, futuramente, contribuiriam para o esclarecimento sobre "o que veio a ser a sociedade que produziu Fernando Collor de Mello, mas não conseguiu sustentá-lo".⁴¹¹ Segundo Gaspari, as forças que mais precisavam que Collor saísse da Presidência, naquele momento, eram as mesmas que o haviam produzido. Para ele, o "patronato nacional". Sem identificar quem compunha esse grupo, genericamente entendido como o empresariado em geral, disse que as forças mais poderosas da cúpula "jogaram" o que puderam em prol do governo, mas agora "batalhavam" pela saída do Presidente.

De forma impactante, o autor afirmou que Collor era uma "fraude", eleita numa campanha em que conseguiu se apresentar com o imaginário do que seriam as suas qualidades ("o caçador de marajás"), enquanto seu adversário (referindo-se a Lula), fora apresentado pelo imaginário de seus defeitos ("O Muro de Berlim"). Contudo, em nenhum momento o autor mencionou *VEJA* como partícipe do enredo que contribuiu para a alçada de Collor à Presidência da República. Lembre-se que o periódico destacou-se na cobertura das eleições de 1989, contribuindo significativamente para a consolidação da imagem acima mencionada por Gaspari, de Collor como "caçador de marajás" e anti "monstros" do comunismo (Lula).

Agora, o autor do artigo encenava uma crítica à formação daquelas imagens dos personagens durante as eleições, porém, responsabilizando o "patronato nacional" e, implicitamente, o próprio Fernando Collor por isto. Inversamente, Gaspari afirmou que somente a imprensa, a Conferência dos Bispos e uma parte do Congresso Nacional, posicionaram-se contrariamente ao governo desde maio de 1992, sugerindo que tais grupos não faziam parte daquele que criara Collor, conseqüentemente, o periódico para o qual escrevia.

Essa edição, não obstante, demonstrou a importância das decisões do STF em relação ao processo de votação na Câmara dos Deputados, já que às vésperas da votação, que realizar-se-ia no dia 29 de setembro, ainda pairava no ar uma grande incerteza quanto à aprovação pelo impedimento do Presidente. Até dias antes, ainda não estavam fixadas as regras que regeriam tal votação, havendo inúmeros problemas, como o de decidir se a lei nº

⁴¹¹ A queda reveladora. *VEJA*. **op. cit.**, p. 29.

1.079 do ano de 1950, que regulamentava a questão do *impeachment*, ainda teria validade para aquele episódio. Havia três questões pairando no ar a respeito do processo e seriam primordiais para os resultados do mesmo.

A primeira dizia respeito ao "rito", se seria longo ou curto, se exaustivo ou atalhado. A segunda, de maior relevância que a anterior, era quanto à primeira manifestação do plenário: deveria a aprovação se dar por maioria absoluta ou dois terços? E a terceira questão, certamente a mais importante de todas, a qual se relacionava à natureza do voto nas manifestações do plenário, se secreto ou a descoberto. Quanto a esta última questão, a lei nº 1.079 prescrevia o "voto nominal", isto é, a descoberto, mas o regimento da Câmara, em seu artigo 188, afirmava que as votações deveriam ser secretas, entre outras coisas, no julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, ou seja, nos processos de *impeachment*.

Entretanto, antes do pleito na Câmara dos Deputados, o STF decidiu não prorrogar o prazo de defesa do presidente, que já havia sido duplicado de cinco para dez sessões da Câmara, considerou que o voto deveria ser "aberto" e, por fim, votou a favor da não realização de "diligências" ou ouvir testemunhas na fase em que se encontrava, deixando tais procedimentos para a etapa em que o processo chegasse ao Senado, se isto ocorresse. Também ficou decidida a necessidade da obtenção de dois terços do total de votos da Câmara, para que o processo seguisse adiante. Tais decisões receberam ampla divulgação da mídia, realçando a importância da participação do STF no episódio.

Collor, até aquele momento, dispunha de um apoio significativo, sobretudo, dos integrantes da denominada "tropa de choque", formada por inúmeros políticos partidários do Presidente, inclusive figuras destacadas do Congresso. Dentre eles: Ney Maranhão, Jorge Bornhausen, Roberto Jefferson, Ricardo Fiúza e Antônio Carlos Magalhães, pertencentes ao PFL e ao PDS. Tais congressistas, até quando puderam mantiveram-se ao seu lado, mas a maioria deles, assim que soube das decisões quanto às normas que regeriam o processo de votação na Câmara, o abandonou.⁴¹² Houve uma inversão nas expectativas quanto aos resultados do processo, na medida em que os próprios partidários de Collor

⁴¹² Houve algumas exceções, como, por exemplo, o então deputado Roberto Jefferson, que se manteve fiel a Collor até o final de todo o processo.

sentiram-se pressionados pela superexposição a que estariam sendo submetidos a partir daquelas decisões.

A decisão do STF de que os votos dos deputados seriam abertos, permitindo a cobertura ao vivo da votação pela tevê, destruiu a possibilidade de votos secretos a favor de Collor. A partir daí, todos os participantes estariam expostos à população, que poderia deixar de votar naqueles que se pronunciassem favoráveis a ele, que já havia caído em total descrédito. Além disso, haveria eleições municipais em 3 de outubro de 1992, alguns dias depois da votação na Câmara, sendo que muitos deputados eram candidatos nessas eleições, o que aumentava a probabilidade de que os eleitores lembrassem dos parlamentares que haviam votado a favor do Presidente, decidindo vingar-se dos mesmos.⁴¹³ Ademais, mesmo aqueles que eventualmente não concorreriam naquelas eleições, certamente eram filiados a partidos políticos que certamente teriam candidatos partícipes, o que também funcionou como dissuasório.

Os resultados da votação na Câmara foram destaque na edição extra de 30 de setembro ("Caiu"), exclusiva sobre o "*Collorgate*", na qual o Presidente apareceu estampado na capa numa fotografia, cabisbaixo, com uma aparência abatida e os cabelos gomalinados. O título ("CAIU!"), acompanhado de um ponto de exclamação, foi escrito em letras grandes e centralizadas na altura do peito do personagem, que vestia terno preto, camisa branca e gravata preta com listras brancas. Logo abaixo dessa chamada principal apareciam três sublegendas que diziam, respectivamente: "A revolução que derrubou Collor"; "O estouro da quadrilha que tomou o Planalto"; e, "O que muda no Brasil de Itamar Franco". Havia ainda um *slash*, que dizia: "edição histórica: EXTRA". O nome da revista, no lugar tradicional, fora novamente escrito em vermelho, mesma cor da chamada principal.

A imagem, que tomava praticamente toda a capa, remetia a um suposto momento de extrema tristeza do personagem, num arremedo de choro. Collor surgia cabisbaixo e desanimado, a personificação da derrota. O título também contribuía para essa representação, já que para o periódico o Presidente havia "caído". Recorde-se que a votação na Câmara dos Deputados decidiria apenas se o processo seria enviado ao Senado Federal,

⁴¹³ GEDDES, Barbara e RIBEIRO NETO, Artur. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: DOWNES, Richard e ROSENN, Keith S. (orgs). **Corrupção e reforma política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 59.

que efetivamente votaria a questão do *impeachment* de Collor. Por ora, Collor seria apenas afastado do governo, assumindo interinamente a Presidência o vice, Itamar Franco. Entretanto, aquela edição, que tratou fundamentalmente da aprovação do *impeachment* na Câmara, abordou o assunto como fato consumado, o desfecho de um episódio noticiado rotineiramente pelo periódico. Note-se ainda, que o clima simulado pelo título era, praticamente, de comemoração, já que, de forma inédita, *VEJA* utilizou um ponto de exclamação após a afirmação ("Caiu!").

Fig. 27: capa de 30/09/1992 - edição nº 1.255



No início dessa publicação, na sessão "Carta ao leitor", *VEJA* publicou um artigo intitulado "Lição de democracia", através do qual encenou uma espécie de auto-elogio, chamando a atenção, secundariamente, para as instituições políticas (como a CPI que investigou o caso PC/Collor, o STF e a Câmara dos Deputados), e a população que se manifestou contrariamente ao governo. A carta ao leitor sustentou que todo o processo transcorreria dentro dos marcos constitucionais e que não fosse pela participação do "cidadão comum", saindo às ruas "espontaneamente" para protestar, muito provavelmente a crise não teria esse desfecho.

O periódico destacou a presença da imprensa em todo o processo, em especial sua própria participação, surpreendentemente ressaltando a suposta imparcialidade dos meios de comunicação. Segundo *VEJA*: "A imprensa não existe para organizar campanhas políticas, atacar quem quer que seja, ou para derrubar presidentes. Ela existe para contar e explicar o que está acontecendo. Apesar das pressões e ameaças, *VEJA* cumpriu esse dever".⁴¹⁴ O periódico sequer esboçou mencionar sua possível influência na campanha eleitoral de 89 e em todo o processo que, como afirmou, "derrubara" o Presidente. Pelo contrário, encenou uma posição de neutralidade, característica muito propalada pelos mídias.

A primeira reportagem da edição, intitulada "Página virada", como de praxe, corroborou o que havia sido veiculado na capa, ou seja, o desfecho do episódio envolvendo o Presidente da República. Aí, ressaltou-se a votação na Câmara dos Deputados, através da qual Collor fora afastado do poder, tendo sido substituído pelo vice, até seu julgamento no Senado, que ocorreria em dezembro. Sobre o episódio *VEJA* afirmou:

O presidente Fernando Collor de Mello foi afastado do cargo que ocupava desde 15 de março de 1990. O voto de 441 deputados a favor do seu julgamento no Senado, dado em alto e bom som na memorável sessão de terça-feira passada, apeou a cáfila de salteadores, que ocupou a presidência.⁴¹⁵

Observe-se que o Presidente e os integrantes do governo eram tachados de "cáfila de salteadores", que havia sido "apeada" do poder. Outros termos semelhantes também foram empregados durante a abordagem, como, "última operação" referindo-se aos recursos

⁴¹⁴ Lição de democracia. *VEJA. Caiu*. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. nº 1.255. p. 8. (edição extra). p. 7.

⁴¹⁵ Página virada. *VEJA. ibid.*, p. 8.

empregados pelos partidários do Presidente (tachados de "Tropa de Choque" e "bunker"), antes da votação na Câmara, no sentido de conservá-lo no poder, e "holocausto político", aludindo à queda de Collor, ou seja, abordava o episódio como se tratasse do desfecho de um conflito armado, em que o inimigo (Collor), fora derrotado.

A edição extra, também destacou a ascensão do vice, Itamar Franco, à Presidência, bem como a participação do povo nas manifestações pró-*impeachment* e nos depoimentos do motorista Eriberto Freire França e da secretária Sandra Fernandes de Oliveira, além de uma série de outras questões afetas ao caso PC/Collor. Aí, apareceu também uma espécie de *flashback* de todo o processo, desde a ascensão de Collor à Presidência da República até a votação pelo *impeachment*, num ensaio assinado por Roberto Pompeu de Toledo.

Mas o que mais atraiu nossa atenção nessa edição, foi uma matéria intitulada "O super-Fernandinho". Nela apareceram inúmeras imagens de Collor, pilotando *jet-ski*, motocicleta, avião de caça, caminhão, um potente automóvel Ferrari, a bordo de um ultraleve, lutando caratê, jogando futebol, vôlei e tênis, praticando *cooper*, visitando um memorial em Nova Iorque, descendo de um veículo de guerra e vestido de soldado do Exército, mergulhando, passeando com livros à mão e fotografando.

Praticamente, todas essas imagens já haviam sido veiculadas em edições anteriores, durante o governo Collor, porém, agora eram reatualizadas sob legendas caricatas. Pilotando *jet-ski* *VEJA* tachou de, "o argonauta", lutando caratê, "o Karate Kid", jogando futebol, "o goleador", pilotando motocicleta, "o ninja", descendo de um veículo de guerra, vestido de soldado, "o Rambo", visitando um memorial em Nova Iorque, "o artístico", pilotando um Ferrari, "o piloto", mergulhando, "o mergulhador", com livros à mão, "o intelectual" e assim sucessivamente.

O periódico satirizou ferrenhamente o Presidente afastado, mantendo o tom irônico quanto às suas imagens e criticando seu exibicionismo. Segundo *VEJA*:

Há um roteiro de história em quadrinhos na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello. O presidente eleito em 1989 revelou-se capaz de incorporar múltiplas personalidades. É como se os brasileiros tivessem colocado no governo uma legião de super-heróis.⁴¹⁶

⁴¹⁶ O super-Fernandinho. *VEJA*. **op. cit.**, p. 42.

Note-se que o próprio periódico, o qual havia contribuído para a construção da imagem mítica de Collor, associando-o a personagens do cinema, da literatura e de fábulas míticas, agora encenava uma censura às aparições públicas do Presidente em situações peculiares, alheias ao campo político. De acordo com a revista, Collor havia "posado" de Rambo, Indiana Jones, atleta, intelectual e homem sensível, só não havia sido o Presidente que o país necessitava.⁴¹⁷ Os mecanismos de abordagem eram mantidos, porém antagonicamente ao período predecessor.

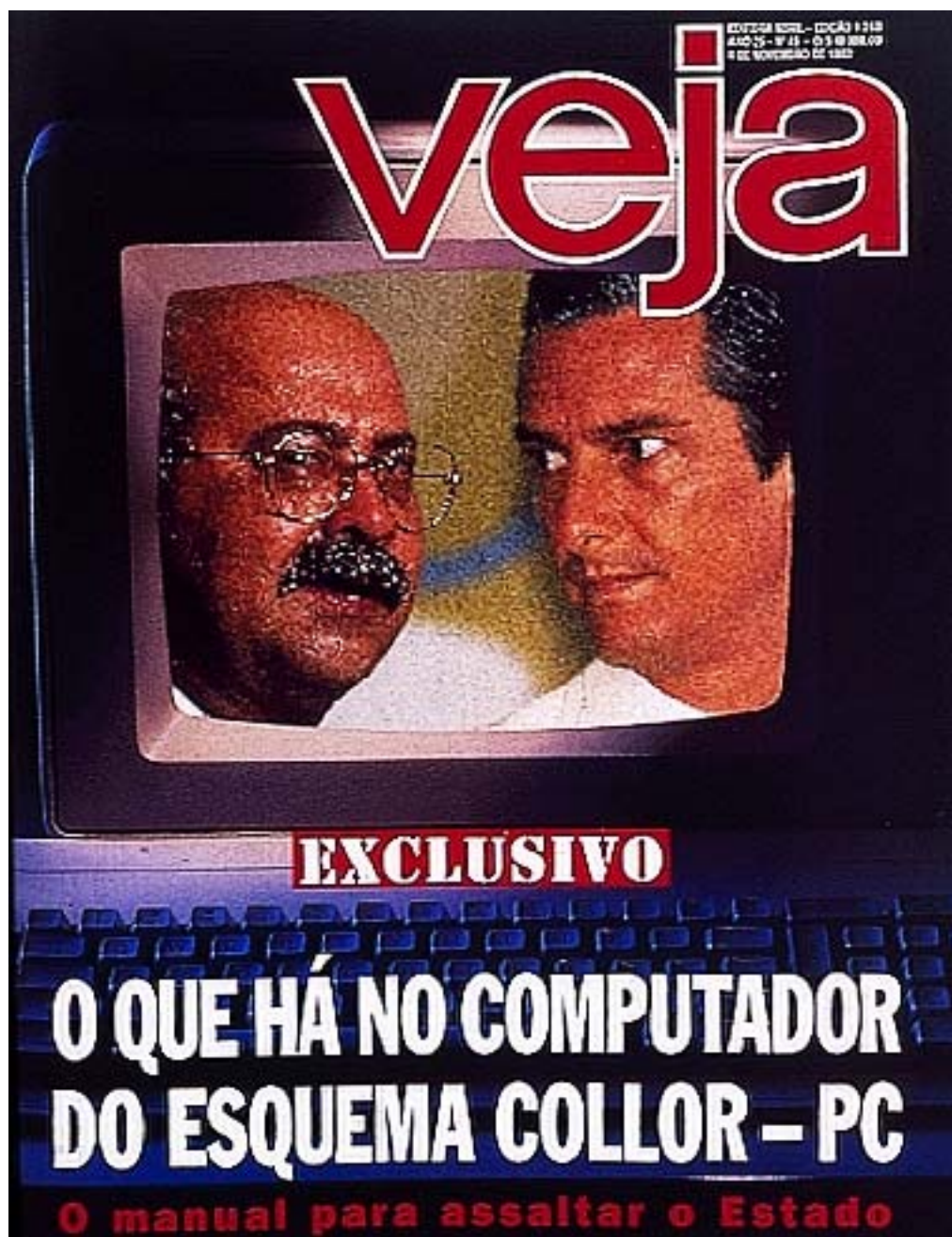
Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara dos Deputados, foi o responsável por organizar e dirigir todo o processo que culminou com a votação pelo *impeachment* do Presidente. No dia 29 de setembro de 1992 ficou resolvido que o afastamento, ou a manutenção do Presidente da República, seria finalmente decidido por uma votação no Senado Federal, já que a Câmara dos Deputados aprovara o *impeachment* por 441 votos contra 38, havendo uma abstenção e 23 ausências. A cada voto ocorria um ritual cívico, onde os deputados faziam declarações de patriotismo à frente das câmeras de tevê. A histórica tomada de posse protagonizada por Collor em 15 de março de 1990, que ficou marcada por ser a primeira efetuada por um presidente eleito por voto direto depois de cerca de 29 anos, não evitou que perdesse temporariamente seus poderes, enquanto o Senado não definisse o último "capítulo" do acontecimento. O vice-Presidente, Itamar Franco, assumiu interinamente a Presidência até que ocorresse a decisão final.

Neste intervalo, entre a aprovação na Câmara pela continuidade do processo de deposição do Presidente, em setembro, e a próxima etapa, que dar-se-ia em dezembro, no Senado Federal, *VEJA* dedicou outras duas capas a Fernando Collor. Ambas mantiveram a mesma linha de abordagem, exacerbadamente negativa ao personagem. A primeira, publicada em novembro, mostrou novas supostas provas contra PC Farias e Fernando Collor, veiculando-os novamente lado-a-lado, desta vez inseridos na representação de uma tela de computador, numa fotomontagem. Logo abaixo da imagem dos personagens surgia o título da edição - "O QUE HÁ NO COMPUTADOR DO ESQUEMA COLLOR-PC" - escrito em letras grandes, em cor branca e no rodapé da capa, sobre a representação de um teclado de computador, seguido do subtítulo "O manual para assaltar o Estado", que

⁴¹⁷ *ibid.*, p. 42.

aparecia imediatamente abaixo do anterior, escrito em letras menores, em vermelho e sobre a simulação de uma tarja preta.⁴¹⁸

Fig.28: capa de 04/11/1992 - edição nº 1.260



⁴¹⁸ VEJA. **O que há no computador do esquema Collor-Pc: o manual para assaltar o Estado.** São Paulo: Editora Abril, 04 de novembro de 1992. nº 1.260.

Aparecia ainda a palavra "EXCLUSIVO", escrita em cor branca, com o mesmo tipo de letras características das antigas máquinas de escrever, sobre uma tarja vermelha e logo acima da legenda principal. Tal recurso, que visava atrair a atenção dos leitores para o caráter de novidade da notícia, isto é, sua exclusividade, fora largamente utilizado por Rodrigo Andrade, aparecendo em diversas edições anteriores. O nome da revista também fora escrito em vermelho, combinando com as legendas, tendo sido contornado por um filete branco.

Completando a imagem, aparecia um fundo escuro, com um leve clareamento sobre o teclado do computador e uma pequena parte de sua tela, causando um efeito em azul. A impressão causada era de algo obscuro, de uma armação ilícita, tramada nos bastidores do governo, cujos protagonistas ali apareciam retratados.

Fernando Collor, mais uma vez, era relacionado a Paulo César Farias, de maneira que parecessem indissociáveis, tanto na representação iconográfica como na legenda. Na imagem PC apareceu primeiro, à esquerda de Collor, porém, na legenda as posições inverteram-se, com o nome de Collor precedendo o de seu ex-tesoureiro. Tal inversão visava causar a impressão de que pairasse uma incógnita sobre ambos os personagens. Quem seria o mentor do esquema? PC ou Collor? Na visão do periódico, tal questão deveria ser abandonada, já que qualquer um poderia ser o líder do suposto esquema de corrupção. Importava saber que ambos estavam juntos, associados, sendo cúmplices num verdadeiro esquema para "assaltar o Estado".

Tal questão, da co-autoria nos esquemas de corrupção, envolvendo PC e Collor, seria discutida no interior da edição, na matéria intitulada "A defesa vazia". Aí, percorreu-se sobre as tentativas de defesa de Fernando Collor, que acusara mais uma vez PC Farias de ser o verdadeiro mentor e executor dos esquemas de corrupção, sem sua anuência. Na visão do periódico, Collor representava o papel de "ingênuo" e "desinformado", não tendo convencido nem mesmo seus próprios "amigos" (leia-se comparsas). Para a revista, a presença do personagem à frente do governo brasileiro havia sido um "erro", pois, ainda que Collor fosse realmente inocente, hipótese inviável sob sua ótica, reforçava-se outra tese: de que o país estava sendo governado por um "incauto" que não lia jornais.⁴¹⁹ Lembre-

⁴¹⁹ A defesa vazia. VEJA. **O que há... ibid.**, p. 28.

se que em dado momento enalteceram-se as leituras matutinas de jornais realizadas pelo personagem, que agora era rechaçado como ingênuo e desinformado.

Do ponto de vista de *VEJA*, ainda persistia a possibilidade de absolvição de Collor pelo Senado, apesar de deixar claro que tal hipótese era remotíssima. Nesse sentido, quanto mais se falasse dos defeitos de Collor, mais fáceis se tornariam as decisões de Itamar Franco, o Presidente em exercício, que, por sua vez, também era criticado pelo periódico. Interessantes eram os termos escolhidos para referir-se ao assunto. Segundo a revista: "Para o presidente em exercício, a alma penada de Collor, que pode reencarnar no Planalto (...) é um trunfo de negociação".⁴²⁰ Note-se que o periódico referia-se a Collor como se tratasse de alguém que já tivesse falecido (alma penada), buscando demonstrar o fim político do Presidente, que, caso voltasse a seu posto, "reencarnaria", isto é, voltaria à vida política nacional.

Talvez o ápice da despolitização do político e mesmo da utilização dos mais variados mecanismos na abordagem do personagem em questão, tenha sido atingido, curiosamente, na última capa do periódico a ele destinada no ano de 1992. Nela Collor foi ilustrado numa caricatura, com os braços trançados por trás de seu próprio corpo e com um cadeado na altura da cintura, como se lhe prendesse as mãos. O título era "1992: O ANO GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS DELLE", com o último termo, escrito propositalmente de forma errada, parodiando novamente o personagem, com os dois "L" ("eles") dobrados, representando os "eles" de seu nome, característicos do *marketing* do Presidente durante o processo eleitoral rumo à Presidência da República.⁴²¹

Na caricatura, Collor foi representado com os olhos levemente revirados, como se estivesse transtornado, a representação de um demente. Tal percepção era reforçada pelo restante da imagem, como o *smoking* azul marinho que trajava, cujos braços entrecruzavam-se por trás de seu corpo, representando uma camisa de força, utilizada em internos de manicômios. Collor manietado, com um cadeado travado na altura da cintura, usava a faixa presidencial, verde e amarela, com uma camisa branca e uma gravata "borboleta" da mesma cor.

⁴²⁰ *ibid.*, p. 29.

⁴²¹ *VEJA*. 1992: o ano glorioso em que nos livramos delle. São Paulo: Editora Abril, 30 de dezembro de 1992. nº 1.268.

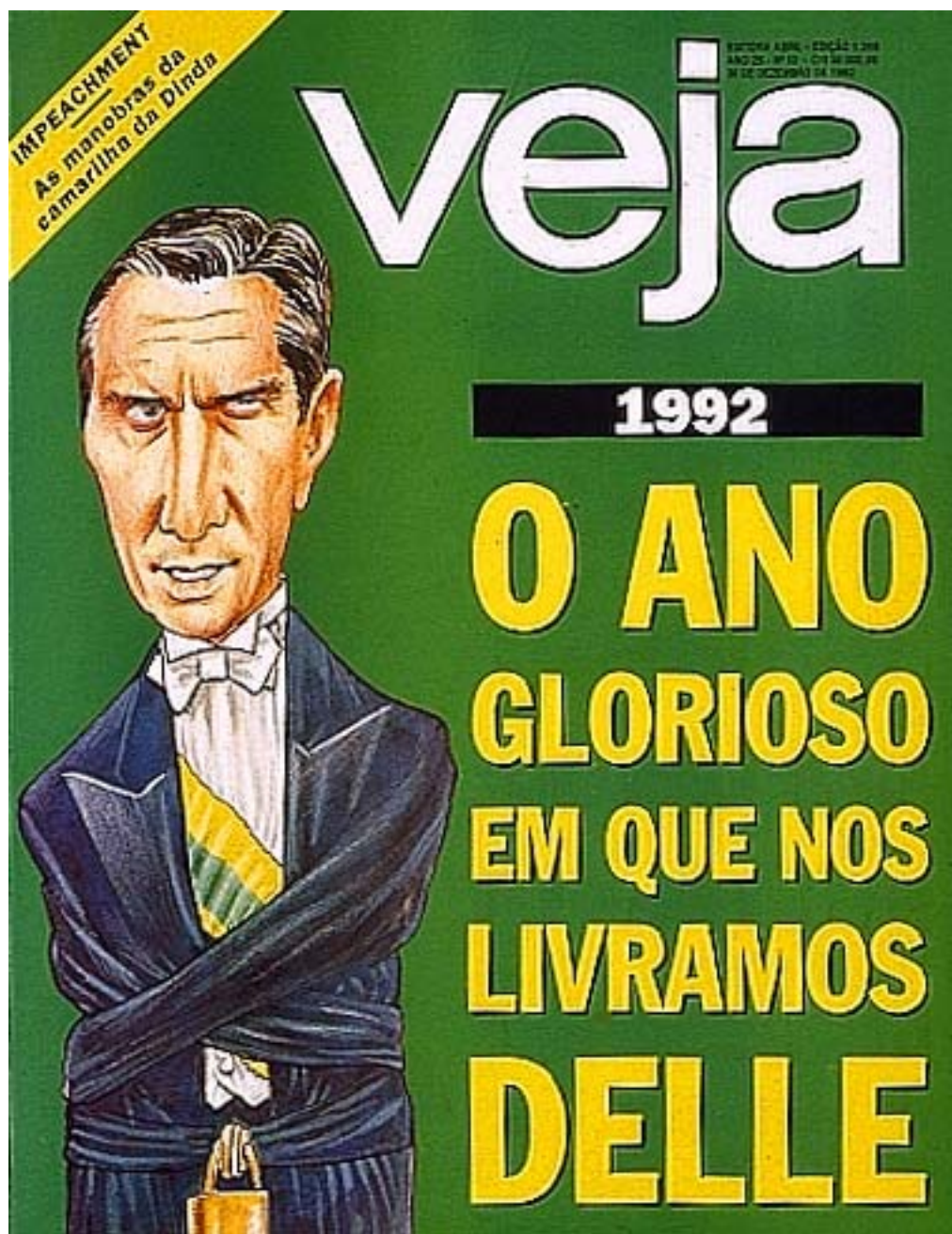
Tal imagem encontrava-se, ligeiramente, à esquerda da capa, já que o lado direito fora preenchido com as legendas, as quais foram elaboradas e dispostas na capa de uma forma interessante, bem trabalhada. A legenda principal dizia: "O ANO GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS DELLE", escrita em letras grandes (caixa alta), em amarelo. Contudo, num olhar mais atento, distinguir-se-iam duas legendas numa só, já que o tamanho das letras empregadas nas palavras variava um pouco. Dessa forma, se observava que as palavras "O ANO" e "DELLE", haviam sido escritas em letras de medidas semelhantes, levemente maiores que o restante da legenda, ao passo que "GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS", apareciam em letras menores. Assim sendo, destacava-se na legenda "O ANO DELLE", numa menção ao mote da maioria das edições publicadas em 1992. A encenação era de que Collor protagonizara todas as cenas políticas daquele ano, de forma a legitimar as inúmeras vezes em que foi veiculado nas capas do periódico.

Acima da legenda principal surgia uma pequena tarja preta, retangular, sobre a qual fora escrito "1992", em cor branca, formando, portanto, o conjunto ("1992: O ANO GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS DELLE"). No canto superior esquerdo, estava um *slash* aparentemente escrito em preto, sobre uma tarja amarela, que dizia: "IMPEACHMENT: as manobras da camarilha da Dinda". O nome do periódico fora escrito em cor branca, combinando com "1992". O fundo da capa era verde.

Todo o conjunto era muito atrativo, desde a caricatura do personagem, representado grotescamente, passando pelas legendas e pela chamada secundária, e desembocando nas cores empregadas, num olhar mais atento, as cores nacionais: verde, amarelo, azul e branco. Estas, além de aventar o suposto patriotismo do periódico, haviam sido largamente utilizadas durante a campanha eleitoral de Fernando Collor.

A imagem dessa capa se configurava como a representação do desfecho de um episódio iniciado alguns meses antes, quando Fernando Collor fora acusado por seu irmão, Pedro Collor, de liderar um esquema de corrupção a partir do Palácio do Planalto. Sob a ótica do periódico, 1992 era o ano "glorioso" em que havíamos nos livrado "delle", segundo a revista, um "insano", que, dentre outras coisas, aparecera como manobrista, característica aventada através do *slash* no alto da capa. A tarja preta, sobre a qual aparecera "1992", representava, talvez, o luto, o descontentamento em relação àquele período "obscuro" da história do Brasil.

Fig. 29: capa de 30/12/1992 - edição nº 1.268



Ademais, curiosamente, como se podia observar, o mesmo personagem que há cerca de quatro anos e alguns meses fora representado como "caçador de marajás", na primeira capa a ele dedicada, em março de 1988, agora fazia o papel do "cassado", preso por um cadeado à altura da cintura. A simulação era de que a vitória da revista em contribuir decisivamente para a destituição de um Presidente, considerado "corrupto", não era apenas

sua, mas também de seus leitores, e mais ainda, uma vitória de todos os brasileiros, uma vitória da nação, representada nas cores nacionais.

A caricatura não foi uma forma de representação muito comum nas capas de *VEJA* ao veicular Fernando Collor, já que somente em duas oportunidades o personagem foi ilustrado dessa forma, em dezembro de 1990 e em dezembro de 1992. Tal representação gráfica, de uma pessoa, tipo, ação ou idéia, que é interpretada de forma distorcida, invariavelmente, sob seu aspecto ridículo ou grotesco, configurando-se também como uma forma de orientar ou refletir a opinião do público a que se dirige, tem papel proeminente em jornais e revistas do mundo inteiro, tornando-se, em alguns casos, verdadeiros editoriais. Entretanto, *VEJA* utilizou-a com parcimônia, já que para o então capista da revista, Rodrigo Andrade, a "ilustração" (caricatura) carrega consigo a incerteza quanto ao seu sucesso (imaginamos que se refira aos efeitos de verdade que a fotografia traz, em detrimento da caricatura). Para ele, a opção pela fotografia, fotomontagem, ou ilustração, depende da necessidade do assunto, mas, por considerar que com a ilustração a capa fica muito "fria", a preferência é pela fotografia, especialmente encomendada ou de arquivo, vindo em segundo lugar a fotomontagem.⁴²² Não obstante, recorde-se que a fotografia carrega consigo o "reclame" de verdade, enquanto a ilustração denota opinião, característica que os meios de comunicação procuram obscurecer.

De acordo com Joaquim da Fonseca, o termo caricatura é a designação geral e abrangente para uma forma de arte que se expressa através do desenho, da pintura, da escultura, etc..., sendo a caricatura pessoal (que utiliza a deformação física como metáfora de uma idéia, limitando-se ao exagero das características físicas), apenas uma de suas manifestações.⁴²³ Segundo o autor, a caricatura é um desenho, que pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato, sendo que, na maioria das vezes, uma característica saliente é apanhada ou exagerada. Para Fonseca, geralmente, a caricatura é produzida tendo em vista a publicação e com destino a um público para quem o modelo original, pessoa ou acontecimento, é conhecido.⁴²⁴ Mas, o mais importante, é o caráter tragicômico da representação, que critica

⁴²² FERRREIRA, Soraya Venegas. **op. cit.**, p. 10-11.

⁴²³ FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999. p. 17.

⁴²⁴ **id.**

satirizando. Não raro, a caricatura é utilizada como forma de expressão, que lançando mão da linguagem metafórica, subversiva e velada da ironia, da sátira, do sarcasmo e do trocadilho, denuncia e reivindica, sendo, portanto, muito utilizada como "arma" política.

No caso do objeto que estudamos, percebe-se que o cartunista contratado por *VEJA* levou em consideração alguns traços peculiares do personagem, como as rugas na testa e o cabelo gomalinado, características exploradas nas fotografias e fotomontagens que o veicularam durante praticamente toda a última fase aqui descrita. Além do mais, foi representado com a faixa presidencial, o que tornava cabal sua identificação. Não obstante, a capa utilizou o caráter didático das legendas, identificando-o a seu público leitor, para que não restasse dúvidas quanto a sua identidade.

A edição foi publicada no dia seguinte ao da votação pelo *impeachment* de Collor no Senado Federal, ocorrida em 29 de dezembro de 1992, tratando primordialmente dos eventos que antecederam a votação, sem entretanto noticiar e comentar seus resultados nas matérias escritas, haja vista, a incompatibilidade de tempo. Porém, como se podia notar, a capa foi concebida como se o periódico já tivesse conhecimento do resultado da votação, mantendo o caráter antecipatório da queda do Presidente, aspecto salientado durante o período que antecedeu à votação na Câmara dos Deputados.

Fato é que provavelmente a capa já tivesse sido elaborada anteriormente e, assim que o resultado da votação foi divulgado, encarregou-se de lançá-la a público, em 30 de dezembro. Pode-se também aventar a possibilidade de que mesmo antes da votação no Senado, a revista apostou na probabilidade quase unívoca de aprovação do *impeachment* do Presidente, resultando no lançamento daquela capa. Pressupunha-se, portanto, a antevisão do periódico quanto à saída de Collor da Presidência.

Tratando sobre as nuances que permearam a semana antecedente à votação no Senado e enfatizando o que o periódico chamou de "manobras da camarilha da Dinda", a edição apresentou diversas reportagens escritas sobre o assunto. As "manobras", representavam a encenação teatralizada das tentativas por parte do governo, principalmente do Presidente afastado, de protelar a votação, sendo que numa delas Collor afastara os dois advogados encarregados de defendê-lo, adiando-a efetivamente. Tais tentativas foram tachadas por *VEJA*, de "a farsa dentro da farsa" e de "golpe de porta de cadeia".⁴²⁵ Collor

⁴²⁵ A farsa dentro da farsa. *VEJA*. 1992 ... *op. cit.*, p. 18.

foi denominado diversas vezes de "presidente da Dinda" e de "Lampião da Dinda", numa referência negativa a sua residência em Brasília. Para o periódico, o mundo "collorido" (parodiando os L ("eles") do nome do personagem), do Presidente se encontrava numa fase "decadente" e em sua "agonia", não podia mais mobilizar "as raposas da tropa de choque" *pré-impeachment*.

Sobre aqueles que ainda se posicionavam favoravelmente ao Presidente, como o então governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, tachado de "primeiro-marido" de Alagoas, e o então deputado Roberto Jefferson, *VEJA* insinuou que eram os únicos que ainda aceitavam "contracenar no espetáculo burlesco do presidente afastado", e afirmou: "Depois de se acertar com os cangaceiros, o Lampião da Dinda foi comunicar a decisão aos advogados e à sua Maria Bonita".⁴²⁶

A capa de 30 de dezembro também teve outra função, a de ser uma retrospectiva de 1992, já que foi a última daquele ano. Daí a matéria intitulada "1992: Collor enlouqueceu o Brasil". Aí, o vocabulário empregado na abordagem do assunto e do personagem em questão, novamente se tornava tão coloquial a ponto de beirar a vulgaridade. *VEJA* afirmou que Collor fora um "impostor" que destruiu o Estado, "massacrrou" esperanças e "enlouqueceu" o país, tachando-o de "chefe de um bando de lunáticos".⁴²⁷

Foram veiculadas ainda inúmeras caricaturas de Collor, de personagens do governo e de envolvidos no caso PC/Collor, obviamente todas muito cômicas e satíricas. O Presidente afastado também apareceu numa fotomontagem, com um turbante na cabeça, representando um suposto "marajá", sob um mapa que mostrava parte do Uruguai, em meio a notas de 100 dólares e ladeado por Paulo César Farias, Rosane Collor e Zélia Cardoso de Mello.

A edição era sintética da visão do periódico, segundo a qual, completava-se a saga envolvendo Fernando Collor, que de "caçador de marajás" passara a "marajá cassado", enlouquecido e apeado da Presidência, perdendo seus direitos políticos por oito anos.

Itamar Franco assumiu a Presidência definitivamente após a renúncia de Collor, que aconteceu horas antes da votação no Senado, em 29 de dezembro. Mesmo tendo renunciado às vésperas do pleito, numa tentativa de evitar a perda de seus direitos políticos, Collor foi

⁴²⁶ *ibid.*, p. 22.

⁴²⁷ 1992: Collor enlouqueceu o Brasil. *VEJA*. 1992 ... *op. cit.*, p. 32.

formalmente condenado pelos senadores, com 76 votos contra 5, tendo-lhe sido retirados os direitos políticos até o ano 2000, sendo inocentado das acusações criminais.⁴²⁸

PC Farias foi absolvido da acusação de corrupção ativa, mas em janeiro de 1994 foi condenado a quatro anos de prisão em regime aberto por sonegação fiscal. Em dezembro do mesmo ano, foi condenado a sete anos de prisão em regime fechado por falsidade ideológica, em razão das operações com contas bancárias fantasmas, tendo a pena sido diminuída para quatro anos e oito meses pelo STF. Em dezembro de 1995, PC foi colocado em liberdade e em 23 de junho de 1996, foi encontrado morto ao lado da namorada, Suzana Marcolino, em sua casa de praia em Maceió.⁴²⁹

Pedro Collor faleceu em 18 de dezembro de 1994, aos 42 anos, vitimado por um câncer no cérebro e sua mãe, Leda Collor, inconsciente desde setembro de 1992, morreu cerca de dois meses depois de seu filho caçula. Fernando Collor, além de ter sido apeado da Presidência, ficou impedido de exercer qualquer função pública até o ano 2000, mas, mesmo assim, tentou concorrer na eleição presidencial de 1998, tendo sua candidatura impugnada. Em dezembro de 1994 foi inocentado pelo STF das acusações de corrupção passiva e atualmente ocupa o cargo de Senador da República pelo estado de Alagoas.

Analizando o "fenômeno Collor", Lattman-Weltman afirmou que a imprensa que havia gerado a glorificação do candidato em 1989, foi a mesma que iniciou o lento massacre daquele que antes havia erguido como seu ídolo predestinado. Para ele, o Congresso e o Poder Judiciário apenas deram seguimento e legitimaram as denúncias procedentes dos meios de comunicação, ficando a conclusão da obra para os principais organismos da sociedade civil.⁴³⁰

Para Amaury de Souza o "*Collorgate*" foi o resultado de rivalidades não resolvidas entre o Congresso e a Presidência, que se cristalizaram na transição do regime militar para o civil. Segundo o autor, o conflito entre o Congresso e o Poder Executivo, que foi freqüente durante o período militar, foi transportado para os anos 1980, tendo Collor exacerbado o conflito ao procurar assegurar sua supremacia sobre o Congresso Nacional. Para ele, portanto, o processo de *impeachment* de Fernando Collor deve ser visto como uma

⁴²⁸ DOWNES; ROSENN. (orgs). **op. cit.**, p. 11. (Obs. A informação está contida na introdução da obra).

⁴²⁹ FIGUEIREDO, Lucas. **Morcegos Negros**: PC Farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 400-401.

⁴³⁰ LATTMAN-WELTMAN, Fernando; et al. **A imprensa faz e desfaz um presidente**: o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 9.

tentativa do Congresso para transformar o regime presidencialista num "quase" parlamentarismo.⁴³¹

Já para Leonardo Avritzer, o episódio Collor é parte essencial de um conflito ininterrupto entre elementos patrimoniais e elementos modernizadores inseridos na sociedade brasileira. Segundo ele, o conflito entre modernização e organização social persistiu durante todo o século XX no Brasil, culminando com um fortalecimento da política tradicional durante o processo de transição. De acordo com Avritzer, Collor, apesar de seu discurso contra os excessos do patrimonialismo, conservou intacta boa parcela de seus mecanismos, personalizando sua utilização, o que teria levado a uma reação da sociedade às suas práticas, reação essa liderada por políticos não-patrimonialistas, os quais sentiam-se responsáveis perante a imprensa e os movimentos sociais.⁴³²

De nossa parte, concluímos que o contexto em que se deu o *impeachment*, foi que possibilitou o desfecho ocorrido. O impedimento de Collor deveu-se a inúmeros fatores somados, ou como concluíram Bárbara Geddes e Artur Ribeiro Neto, somente uma improvável conjunção de fatos foi que levou ao *impeachment* de Collor.⁴³³ A enorme atenção dada ao caso Collor, a recusa do STF em permitir que os congressistas mantivessem o voto secreto, a transmissão pela tevê, mostrando voto a voto, e a proximidade das eleições municipais em relação à votação na Câmara, dissuadiram os deputados de apoiar Collor voltando-se contra ele. Além disso, recorde-se o papel primordial das manifestações populares contrárias ao Presidente desde o "Domingo Negro", contribuindo decisivamente para a formação de um clima favorável ao *impeachment*, haja vista que a partir de então os meios de comunicação passaram a noticiar dioturnamente o desenrolar dos fatos. Dessa forma, a população, que acompanhou atentamente o processo, contribuiu para que os congressistas fossem dissuadidos de apoiar o Presidente, já que estariam sendo submetidos à opinião pública, destacando-se a votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

⁴³¹ SOUZA, Amaury de. O *impeachment* de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: DOWNES; ROSENN. (orgs). **op. cit.**, p. 127-165.

⁴³² AVRITZER, Leonardo. **O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário**: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello. In: DOWNES; ROSENN. (orgs). **op. cit.**, p. 167-193.

⁴³³ GEDDES; RIBEIRO NETO. **op. cit.**, p. 47-79.

Ademais, talvez não tivesse havido *impeachment* se as atitudes governamentais tivessem sido diferentes. Thomas Skidmore acredita que este aspecto foi fundamental para a destituição do Presidente, já que apesar do contexto institucional brasileiro naquele momento ser extremamente favorável à "ingovernabilidade", jamais teria havido *impeachment* se Collor não fosse Collor, isto é, se não possuísse atributos pessoais tão peculiares.⁴³⁴ Para Skidmore, as atitudes de Fernando Collor de Mello durante o período em que esteve na Presidência da República, só podem ser tachadas de "suicidas", pois tornaram impossível qualquer tentativa de abafar o escândalo em que se envolveu.

O "estilo Collor" ficou evidente, dentre outras atitudes, na escolha de seu secretário de imprensa, o qual costumava ofender a imprensa em geral e aos jornalistas em especial. O secretário Cláudio Humberto da Costa representava, segundo Skidmore, a tentativa de trazer Alagoas para Brasília, o reflexo das atitudes nada conciliadoras de Collor. Este estava pouco acostumado a fazer concessões em suas relações políticas. Para Skidmore, parecia ser a própria encarnação do tão conhecido "coronel" nordestino, que mandava ao invés de negociar.⁴³⁵

E, finalmente, o papel decisivo da imprensa escrita nesse episódio, com destaque para o periódico objeto de nossa análise, que além de ter sido precursor nas denúncias contra o Presidente da República, dedicou-se ferreamente à veiculação da temática.

Não obstante, apontarmos algumas questões importantes para a compreensão do episódio, o ponto nodal de nossa análise concentra-se no entendimento dos artifícios empregados por *VEJA* durante a veiculação das imagens do Presidente nesta etapa, por nós entendida como de "desconstrução" de sua imagem. Desde a edição com as denúncias de Pedro Collor, em maio de 1992, o periódico esmerou-se em abordar o personagem de maneira desfavorável, em veiculações progressivamente negativas, contribuindo para a formação de uma opinião crítica ao Presidente, sobretudo, por parte de seus leitores mais assíduos, que acompanharam as edições apresentadas como partes integrantes de uma seqüência.

Nessa última fase, Collor foi veiculado sob associações detratoras, tendo sido destacado como protagonista de uma trama envolvendo corrupção, traição, drogas e

⁴³⁴ SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: DOWNES; ROSENN. (orgs). *op. cit.*, p. 34.

⁴³⁵ *ibid.* p. 35.

maquinações incriminatórias, o lado avesso da personagem heróica construída anteriormente. Collor apareceu como partícipe e líder de um esquema de corrupção cujo articulador era Paulo César Farias, tachado de "testa-de-ferro" do Presidente.

Em "COLLOR SABIA" o personagem foi retratado obscurecido, como se estivesse num local em que apenas sua silhueta podia ser identificada, numa representação semelhante à dos filmes policiais e de suspense. Aí, Apareceu como protagonista do episódio em que uma espécie de "arquivo confidencial" fora revelado, incriminando-o por ser conivente e partícipe da corrupção que grassava no poder público federal.

Na seqüência, em "NO QUE VAI DAR A CRISE", o Presidente apareceu de costas na capa, com as pernas mais ou menos trançadas, numa representação de dúvidas quanto ao destino que tomaria. A questão intrínseca nessa veiculação era se o protagonista da política nacional partiria ou ficaria, se sairia da Presidência ou manter-se-ia no cargo. Collor foi veiculado como o "trapalhão" que, apesar de todos os indícios quanto a sua participação em esquemas de corrupção e de sua "fraqueza", física e moral, continuaria sendo Presidente.

Foi fatalmente associado a PC Farias, inclusive, fisicamente, quando apareceu representado como uma das faces de seu ex-caixa de campanha em "O CÍRCULO SE FECHA" e ao seu lado, numa tela de computador, em "O QUE HÁ NO COMPUTADOR DO ESQUEMA PC/COLLOR". Teve, novamente, sua imagem negada com o rosto escurecido, aparecendo como personagem principal do episódio em que o país se mobilizara por sua saída da Presidência em "O BRASIL RENUNCIA A COLLOR", quando foi veiculado como alguém "deletado" pela opinião pública nacional.

Inúmeras vezes, Collor e seus asseclas foram associados ao "cangaço", em veiculações preconceituosas quanto ao Estado de origem de sua família, Alagoas, sendo o processo de *impeachment* que protagonizava, invariavelmente, relacionado a uma situação de beligerância. A residência da família Collor em Brasília também foi alvo de associações desfavoráveis, tendo sido tachada de "*bunker*" por diversas vezes, sendo que o codinome "Dinda", foi veiculado sem parcimônia pelo periódico, com uma conotação pejorativa do termo.

Em praticamente todas as imagens veiculadas nesse período, Collor apareceu desgastado física e moralmente, com rugas e traços de expressão à mostra e em destaque, emagrecido e com o cabelo gomalinado. Comparativamente ao período de "construção" da

imagem do personagem, isto é, durante a campanha à Presidência e parte do mandato, observa-se que as expressões, antes sorridentes e com feições joviais e alegres, deram lugar a um "esvaziamento" de seu rosto, ora representado através de um contorno "negro", ora não identificado devido à posição do personagem, de costas ou cabisbaixo. Quando foi retratado, o rosto apareceu vincado, entristecido, com aspecto cansado, esfacelado numa ampulheta, ou caricaturado grotescamente. O próprio nome do personagem, repetido exaustivamente durante a campanha eleitoral de 1989, gradativamente, tendeu a desaparecer das capas do periódico.

Collor ainda foi apresentado como demente, enlouquecido e aprisionado, ora numa ampulheta, ora numa camisa de força. Em suma, o personagem foi representado peremptoriamente de forma negativa, como "marajá" cassado, mentiroso, corrupto, fraco, manobrista, cafajeste e mentecapto, o anti-herói que havia traído o Brasil.

Dessa forma, finalizava-se a trama envolvendo Fernando Collor de Mello nas capas da revista *VEJA*, que, sob nossa ótica, teve papel proeminente durante o processo que o apeou da presidência da República, contribuindo substancialmente para a formação de uma imagem negativa do personagem desde maio até dezembro de 1992.

CONCLUSÃO

No século XVI um jovem pensador francês, Etienne de La Boétie, ao escrever o "Discurso da Servidão Voluntária", demonstrou sua inquietação ao buscar explicações para o fato de milhões de homens submeterem-se ao poder de um único soberano, que, na maioria das vezes, segundo ele, nem era o mais sábio, nem o mais forte, nem o mais destemido e justo. Ao contrário, quase que invariavelmente, alguém "cruel" e "desumano", um "homenzinho covarde", "vil" e "efeminado". Intrigava-o o fascínio exercido por um soberano sobre seus súditos, os quais se prostravam submissos a um jugo "deplorável", como que enfeitiçados pelo simples nome de seu "algoz". La Boétie demonstrava indignação diante de tal resignação, visto que constatava bastar um simples ímpeto dos súditos para a destituição do poder que os oprimia, mas que, incompreensivelmente, tal jamais acontecia. Ao contrário, o "povo" se sujeitava e se "autodegolava", pois, podendo escolher entre ser súdito ou ser livre, rejeitava a liberdade e aceitava o jugo, consentindo seu mal, chegando mesmo a persegui-lo.

Procurando compreender tal fenômeno, La Boétie apontou alguns aspectos a ele inerentes, relacionando-os a termos até hoje muito frequentes nos estudos sobre o mesmo tema, como "sedução", "hábito", "educação", "ignorância", além de mecanismos utilizados por inúmeros soberanos ao longo da História, como discursos previamente elaborados, títulos populares, aparições públicas "gloriosas" e uma série de objetos simbólicos.

Entretanto, o jovem pensador encontrava dificuldade em nomear tal fenômeno, lançando a seguinte indagação: "Que vício monstruoso então é esse que a palavra covardia não pode representar, para o qual toda expressão, que a natureza desaprova e a língua se recusa a nomear?"⁴³⁶ Talvez as reflexões de Georges Balandier sobre "teatrocracia", quatro séculos mais tarde, lhe respondesse a questão. O termo, segundo o próprio Balandier, fora tomado de empréstimo a Nicolau Evreinov, pensador russo a tê-lo utilizado pela primeira vez.

Em meados do século passado, Balandier constatou que todo poder político obtém, em última instância, a subordinação através da "teatralidade", da representação "dramatizada" das questões políticas de uma determinada sociedade. De acordo com o antropólogo e sociólogo, coincidentemente, de mesma nacionalidade de La Boétie, todo e

⁴³⁶ LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. S.L; S.D; Disponível no site www.geocities.Com/vorsaut/servidão.html p. 2.

qualquer sistema de poder configura-se como um dispositivo cuja destinação é a de produzir efeitos, sendo alguns, comparáveis às ilusões teatrais.⁴³⁷ A partir dessa constatação, poder-se-ia compreender melhor a razão pela qual tantos súditos se submetessem a um único homem, ainda mais quando dispusesse da mais eficaz das armas: a capacidade de transformar o Estado num grande espetáculo, num teatro de ilusões, isto é, manipular uma série de signos e símbolos no sentido de despolitizar o político, transformando-o em outro campo, afeto ao cotidiano, porém primordialmente alheio a esse terreno.

Há tempos imemoriais, portanto, que o imaginário político é impregnado por questões que escapam à compreensão dos que Norman Cohn denominou de "pobres desenraizados, desorientados, perplexos e aterrorizados". As sociedades democráticas, como é o caso abordado nesse trabalho, não fogem a esse "princípio", apesar das inúmeras especificidades que engendram quanto à questão. Nas mais variadas democracias a teatrocracia marca sua indelével presença, dispondo inclusive de novas técnicas, que lhe proporciona meios mais poderosos de impor-se. Dentre elas podemos citar a mídia, a propaganda e as sondagens políticas, por exemplo.⁴³⁸ Tais meios são instrumentalizados sem parcimônia, nos mais variados países, no sentido de influenciar a população de uma determinada região, Estado ou País, em prol da manutenção, mudança ou destituição do poder político, de um personagem específico ou de um grupo dirigente.

No Brasil, como ficou demonstrado em nossa análise, não raro, lança-se mão de uma gama de mecanismos destinados a teatralizar a política nacional, sobretudo em momentos decisivos, como o das eleições ou das crises políticas. Aqui procuramos nos debruçar com afinco sobre dois desses momentos: as eleições presidenciais de 1989 e o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, sendo este último resultado de um processo que se deu durante o governo Collor (1990-1992).

Constatou-se que o periódico, objeto de nossa análise, utilizando-se de inúmeros mecanismos, quer nas capas, quer nas matérias escritas referentes a elas, posicionou-se em relação ao personagem em questão durante todo o lapso de tempo analisado, ora favorável, ora de maneira oscilante, ora desfavoravelmente, de forma mais ou menos exacerbada.

⁴³⁷ BALANDIER, Georges. **O poder...** *op. cit.*, p. 6.

⁴³⁸ *ibid.*, p. 8.

Entre março de 1988 e dezembro de 1992, período eleitoral, *VEJA* não poupou esforços em alavancar a figura de Fernando Collor, contribuindo para a difusão de uma imagem positiva do personagem em detrimento de seus oponentes, ajudando-o a eleger-se Presidente da República. No período subsequente, por nós pré-estabelecido como estando entre janeiro de 1990 e março de 1992, o periódico oscilou entre a consolidação da imagem positiva que ajudara a forjar e a encenação de algumas críticas e veiculações desfavoráveis a Collor, sem, entretanto, demonstrar ter rompido decisivamente com ele. Isto só ocorreria no decorrer do ano de 1992, sobretudo a partir do mês de maio, quando o personagem passaria a receber tratamento extremamente diverso daquele recebido durante o primeiro momento, quando das eleições presidenciais de 1989. A imagem de Collor entraria, a partir de então, em processo de derrocada nas capas da revista, que teria papel decisivo na apresentação e consolidação do quadro de corrupção em que o personagem se envolvera, contribuindo para sua destituição do posto presidencial e perda de seus direitos políticos.

Ao longo da análise e concomitantemente a tais constatações, procuramos identificar alguns mecanismos recorrentemente utilizados pelo periódico para posicionar-se em relação ao personagem, como capas bem elaboradas, repletas de cores carregadas de significados, as quais buscavam, dentre outras coisas, atrair a atenção do público consumidor, com imagens previamente selecionadas, como fotografias, posadas ou não, fotomontagens, desenhos ou caricaturas, além de legendas, sublegendas e chamadas secundárias (*slash's*), que, invariavelmente, tornavam os outros elementos aí presentes inteligíveis, estabelecendo uma relação de complementaridade entre a linguagem iconográfica e a verbal. Ademais, notou-se que as reportagens escritas tenderam a corroborar o que fora veiculado nas capas, ou seja, que estas, em geral, foram elaboradas objetivando dirigir o olhar do leitor quando da leitura das matérias inseridas no interior da edição. Percebeu-se, finalmente, que, tanto as capas quanto as matérias escritas, foram elaboradas no sentido da "despolitização" da política nacional, tendo isto se dado durante todo o recorte temporal das fontes selecionadas para a análise.

Em suma, conclui-se que *VEJA*, a maior revista semanal do Brasil e uma das maiores do mundo, posicionou-se em relação a Fernando Collor de Mello entre março de 1988 e dezembro de 1992 e o fez despolitizando a política nacional, transformando-a em terrenos que lhe eram alheios, lançando mão de inúmeros recursos e artifícios, buscando

influenciar sua massa de leitores. Em última instância, poder-se-ia dizer que o periódico, agindo assim, não contribuiu para o amadurecimento da democracia no país, já que dificultou o debate político desviando-o para outros terrenos, direcionando seus esforços para interesses avessos aos da maioria da população. Para lançar mão de um termo utilizado por Francisco C. P. Fonseca, tem-se que tal participação foi "perniciosa" à sociedade democrática brasileira.⁴³⁹

Ainda que muitas das questões aqui aventadas possam não representar novidades aos olhos dos leitores mais assíduos, já que diversos trabalhos acadêmicos procuraram demonstrar como inúmeros outros personagens, tais como Getúlio Vargas, Antonio de Oliveira Salazar, John Kennedy e Adolf Hitler, em outros momentos da política brasileira e internacional, tenham se apoiado na mídia, na propaganda e nas sondagens políticas objetivando atingir seus objetivos, ou seja, serem escolhidos para os cargos eletivos pretendidos e/ou manter-se no poder, constatamos que no contexto histórico brasileiro sobre o qual nos detivemos, tais práticas atingiram um nível jamais vislumbrado. Houve um investimento nos efeitos midiáticos ao extremo, até sua banalização, um percurso que se estende desde a sacralização até a trivialização. Tal "bombardeio" imagético acabou gerando uma saturação, levando à naturalização do processo, chegando a ponto do obscurecimento da fronteira entre o político e o não-político. Além dessa profusão midiática, os mecanismos aí empregados nunca dispuseram de tantos recursos gráficos e de difusão como naquele momento.

Cerca de duas décadas após a primeira eleição presidencial direta depois do regime militar, que alçou Fernando Collor de Mello ao posto número um da política nacional e de sua deposição, ainda é comum verificar-se cotidianamente comentários a respeito daquele período transitório no Brasil. Não raro ouve-se aqui e acolá termos característicos daquele período, como marajá, CPI, *impeachment*, etc..., ou observações a respeito do confisco das cadernetas de poupança, da inflação e do processo que depôs o Presidente. Este último ainda rende discussões acaloradas sobre a inocência ou a culpabilidade de Fernando Collor naquele episódio. Frequentemente, ouve-se que Collor foi vítima de um "golpe" muito bem arquitetado no país e que um dia voltará à presidência.

⁴³⁹ FONSECA, Francisco C. P. **Mídia e Democracia**: falsas confluências. Revista de Sociologia e Política: Dossiê Mídia e Política. Curitiba/Pr: Editora da UFPR, 2004. p. 15.

Se, por um lado, aquele período histórico ainda é vivaz na memória de muitos brasileiros, gerando pontos de vistas dissonantes, propalados pelo senso comum, por outro, ainda são raros os trabalhos científicos que levem-no em consideração, sobretudo em História. Poucos pesquisadores arriscam-se em debruçar-se sobre um período recente como esse, dificultando, portanto, um diálogo mais profícuo a seu respeito e, conseqüentemente, limitando as possibilidades de torná-lo inteligível a um maior número de pessoas.

Para muitos, ainda é incompreensível o verdadeiro papel da mídia, sobretudo da imprensa, em todo o processo que alavancou e derrubou um Presidente da República. Fato é que a relação entre mídia e política configura-se como complexa e que qualquer tentativa de compreensão da política atual deve considerar a onipresença da imagem, das técnicas de *marketing* e das pesquisas de opinião. Muitos dos mecanismos empregados pelos órgãos de comunicação na emissão de seus produtos jornalísticos naquele período, mantêm-se ocultos aos olhos da maioria da população, sendo reatualizados em outros processos e momentos importantes para o país. Concordamos que a cada dia há menos desavisados, mas também acreditamos que ainda se trata de uma minoria. Por isso, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão do fenômeno Collor e do papel da imprensa, destacadamente a revista *VEJA* (que mantém o *status* de maior revista brasileira), naquele lapso de tempo, em que a política nacional transformou-se num verdadeiro espetáculo.

FONTES PRIMÁRIAS

- ISTO É. **Eriberto, um brasileiro.** São Paulo: Editora Três, 08 de julho de 1992. nº 1.188.
- SENHOR. **Sem comentários.** São Paulo: Editora Três, 22 de dezembro de 1987. nº 353.
- VEJA. **Filhos do divórcio.** São Paulo: Editora Abril, 27 de janeiro de 1988 Ano 20, nº 4.
- VEJA. **Rio de Janeiro: inundação e morte.** São Paulo: Editora Abril, 24 de fevereiro de 1988. Ano 20, nº 8.
- VEJA. **Collor de Mello: o caçador de marajás.** São Paulo: Editora Abril, 23 de março de 1988. nº 12. ano 20.
- VEJA. **Collor: quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão.** São Paulo: Editora Abril, 17 de maio de 1989. nº 1.079.
- VEJA. **Collor no ataque.** São Paulo: Editora Abril, 9 de agosto de 1989. nº 1.091.
- VEJA. **Chegou a hora: Collor na frente; Lula e Brizola brigam pela vaga; Covas joga a última cartada.** São Paulo: Editora Abril, 15 de novembro de 1989. nº 1.105.
- VEJA. **Presidente Collor ou presidente Lula: agora o combate que decide a sorte do Brasil.** São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 1989. nº 1.106.
- VEJA. **Collor: na reta final, jogo pesado para segurar o voto do povão.** São Paulo: Editora Abril, 6 de dezembro de 1989. nº 1.108.
- VEJA. **A batalha final para mudar o Brasil.** São Paulo: Editora Abril, 13 de dezembro de 1989. nº 1.109.
- VEJA. **Collor: vitória num país dividido.** São Paulo: Editora Abril, 24 de dezembro de 1989. nº 1.110.
- VEJA. **O estilo Collor.** São Paulo: Editora Abril, 31 de janeiro de 1990. nº 1.145.
- VEJA. **O dinheiro sumiu.** São Paulo: Editora Abril, 21 de março de 1990. nº 1.122.
- VEJA. **O futuro do Plano Collor em jogo.** São Paulo: Editora Abril, 28 de março de 1990. nº 1.123.
- VEJA. **Como Collor decide: a influência do temperamento do presidente no cotidiano do país.** São Paulo: Editora Abril, 25 de abril de 1990. nº 1.127.
- VEJA. **Victor Civita: 1907-1990.** São Paulo: Editora Abril, 29 de agosto de 1990. nº34. ano 23.
- VEJA. **O ano da virada.** São Paulo: Editora Abril, 26 de dezembro de 1990. nº 1.162.

VEJA. **O governo se diverte.** São Paulo : Editora Abril, 9 de janeiro de 1991. nº 1.164.

VEJA. **A República de Alagoas:** como a turma de Collor está fazendo e acontecendo. São Paulo: Editora Abril, 03 de julho de 1991. nº 1.189.

VEJA. **Trovoada no Planalto:** Collor se apóia nos militares para pressionar o Congresso. São Paulo: Editora Abril, 10 de julho de 1991. nº 1.190.

VEJA. **O casamento em crise.** São Paulo: 21 de agosto de 1991. nº 1.196.

VEJA. **Collor esgotado:** isolado e sem credibilidade, o presidente sai em busca de apoio. São Paulo: Editora Abril, 11 de setembro de 1991. nº 1.199.

VEJA. **Trapalhada no Planalto.** São Paulo: Editora Abril, 15 de janeiro de 1992. nº 1.217.

VEJA. **Collor fala.** São Paulo: Editora Abril, 25 de março de 1992. nº 1.227.

VEJA. **A máfia dos portos.** São Paulo: Editora Abril, 13 de maio de 1992. nº 1.234.

VEJA. **O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991.** São Paulo: Editora Abril, 20 de maio de 1992. nº 1.235.

VEJA. **Pedro Collor conta tudo.** São Paulo: Editora Abril, 27 de maio de 1992. nº 1.236.

VEJA. **"O governo não terminará limpo".** São Paulo: Editora Abril, 17 de junho de 1992. nº 1.239.

VEJA. **"Collor sabia".** São Paulo: Editora Abril, 24 de junho de 1992. nº 1.240.

VEJA. **No que vai dar a crise.** São Paulo: Editora Abril, 1º de julho de 1992. nº 1.241.

VEJA. **As provas.** São Paulo: Editora Abril, 8 de julho de 1992. nº 1.242.

VEJA. **O pistoleiro do Planalto.** São Paulo: Editora Abril, 15 de julho de 1992. nº 1.243.

VEJA. **O círculo se fecha.** São Paulo: Editora Abril, 29 de julho de 1992. nº 1.245.

VEJA. **A farsa uruguaia.** São Paulo: Editora Abril, 5 de agosto de 1992. nº 1.246.

VEJA. **Anjos rebeldes.** São Paulo: Editora Abril, 19 de agosto de 1992. nº 1.248.

VEJA. **O Brasil renuncia a Collor.** São Paulo: Editora Abril, 26 de agosto de 1992. nº 1.249.

VEJA. **A Guerra do Impeachment.** São Paulo: Editora Abril, 2 de setembro de 1992. nº 1.250.

VEJA. **O jardim do marajá da Dinda:** as mentiras de Collor sobre a reforma de 2,5 milhões de dólares em sua casa. São Paulo: Editora Abril, 09 de setembro de 1992. nº 1.251.

VEJA. **Cafajestadas na Fase Final.** São Paulo: Editora Abril, 23 de setembro de 1992. nº 1.253.

VEJA. **Chegou a Hora**. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. nº 1.254.

VEJA. **Caiu**. São Paulo: Editora Abril, 30 de setembro de 1992. Edição extra : nº 1255.

VEJA. **O que há no computador do esquema Collor-PC**. São Paulo: Editora Abril, 04 de novembro de 1992. nº 1260.

VEJA. **1992: O Ano Glorioso em que nos Livramos Delle**. São Paulo: Editora Abril, 30 de dezembro de 1992. nº 1.268.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- AGUIAR, Carly Batista de. **Imprensa e eleições 1989**: razão e sedução na opinião das elites. Tese de doutorado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1993.
- _____. **Mídia e autoritarismo no Brasil pós-64**: a propósito de continuidades e rupturas. **In**: Comunicação Veredas: revista do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade de Marília. Marília (SP), 2004. n° 3.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. **In**: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs). **Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o estado democrático. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. **In**: Enciclopédia Einaudi. vol. 5. **Antropos-homem**. Lisboa: Imprensa nacional-casa da moeda. (SD).
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**: pensamento político. Trad. Luiz tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BORJA, Sérgio. **"Impeachment"**. Porto Alegre: Ortiz, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 19__.
- _____; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO: Ed. Alfa-Omega, 1980.
- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. (org). **Questões para a história do presente**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. **In:** MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. As armadilhas do poder. **In:** DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus editorial, 1990.

DOWNES, Richard; ROSENN, Keith S. (orgs). **Corrupção e reforma política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes LTDA, 1989.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas (SP): Papirus, 1994. (Coleção ofício de arte e forma).

FERREIRA, Soraya Venegas. **A imagem de Collor nas capas da revista VEJA: construção, consolidação e queda de um mito**. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

FIGUEIREDO, Lucas. **Morcegos Negros: PC Farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FILHO, Ciro Marcondes. (org). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1984.

FONSECA, Francisco C. P. **Mídia e Democracia: falsas confluências**. Revista de Sociologia e Política: Dossiê Mídia e Política. Curitiba/Pr: Editora da UFPR, 2004.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre (RS): Artes e Ofícios, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural ao *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Paris: Edições Gallimard, 1971.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**.

HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. . S.L; S.D; Disponível no site [www.geocities. Com/vorsaut/servidão.html](http://www.geocities.com/vorsaut/servidão.html)

LAMOUNIER, Bolívar. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Idesp, 1990.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; et al. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LE GOFF, Jacques (org). **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____; NORA, Pierre. (org). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. trad. Theo Santiago.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1989.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a Limpo: a trajetória de um farsante - memórias/Pedro Collor de Mello**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **A salvação pelo espetáculo: o mito político do herói no Brasil Novo**. Tese de doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. **Poder e Ética na Sociedade Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

- OLIVEIRA, Sandra Fernandes de. **Operação Uruguai: o flagrante da farsa**. São Paulo: Olho D'Água, 1993.(memória).
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. (S. L.) (S. D.).
- PERES, Liege Socorro Albuquerque. **O período Collor: análise da cobertura das revistas VEJA e ISTO É de antes da eleição presidencial até o impeachment**. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998.
- PINTO, José Nêumanne. **A República na Lama: uma tragédia brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 1992.
- REBOUL, Oliver. **O slogan**. Trad. Ignácio Assis Silva. São Paulo: Editora Cultrix, (S. D.).
- RÉMOND, René. Uma história presente. RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80**. São Paulo: Ática, 2001.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STEPAN, Alfred. (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUASSUNA, Luciano; PINTO, Luís Costa. **Os fantasmas da Casa da Dinda**. São Paulo: Contexto, 1992.
- VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história**. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.